

Índice

Resumo	i
Abstract.....	iii
INTRODUÇÃO	3
O voluntariado em tempo de crise: leituras a partir da antropologia.....	4
A construção do campo de pesquisa: os contextos da etnografia	6
Etnografia e opções metodológicas	11
Organização dos Capítulos	14
PARTE I - “CRISE” E POLÍTICAS PÚBLICAS	17
Capítulo 1 - MODELO SOCIAL PORTUGUÊS “PRÉ CRISE”	17
1.1. Assistência depois de 1974	18
1.2. Consolidação das reformas e europeização	20
1.3. Estado social depois de 2000	22
1.4. Instituições Particulares de Segurança Social.....	23
1.5. Pré-“crise” e investimento no Estado Social	26
Capítulo 2 - POLÍTICAS: CONSTITUIÇÃO PÚBLICA DA “CRISE”	29
2.1. Os planos de “emergência”	34
2.2. O Rendimento Social de Inserção.....	37
2.3. Controlo e subsidiarização.....	40
2.4. A rede	53
2.5. Passivos e “ativados”	55
2.6. Um quase emprego	58
2.7. Trabalho e desemprego	62
Capítulo 3 - CRISIS? WHAT CRISIS?	75
3.1. Uma “sociologia” da “crise”	76
3.2. Memória e perceções	79
3.3. Estórias de contestação	88
3.4. Classe e culturas urbanas de conhecimento	92
PARTE II - ECONOMIAS DE CUIDADO: ALIMENTAR E DE COMPANHIA....	97
Capítulo 4 - ECONOMIAS DIVERSAS	101
4.1. Os Santos Antónios.....	101
4.2. Partilha comunitária.....	110

4.3. Escolhas: economia moral	112
4.4. Cuidado e economias domésticas	119
4.5. Diversidade e mercados	123
4.6. Informalidade.....	127
Capítulo 5 - DÁDIVA, CUIDADO E COMPANHIA.....	131
5.1. Tempo e programas comunitários.....	131
5.2. A dádiva revisitada.....	140
5.3. O Cantinho do Cuidador	144
5.4. Évora: cuidadores e cuidandos	148
5.5. Imaginação e voluntariado.....	158
5.6. Trabalho e culturas de afetos	170
Capítulo 6 - SOLIDARIEDADE E COMUNIDADE: VISÕES TEÓRICAS	181
6.1. Antropologia do humanitarismo	181
6.2. Solidariedade e filantropia	183
6.3. Dar a cana ou dar o peixe?.....	187
6.4. Cosmopolitismo comunitário: governança	192
Capítulo 7 - VERGONHA VERSUS EMPODERAMENTO	197
7.1. Alimentos e doações	197
7.2. “Ter de pedir: não gosto, pronto!”	203
7.3. Vulnerabilização e estigma	209
7.4. Pobreza envergonhada	213
7.5. Domesticidade e estatuto	217
Capítulo 8 - “Segurança Social” MISTA.....	223
8.1. “100%”: Comunidade e Proximidade.....	223
8.2. Um projeto moderno: empreendedorismo	228
8.3. Motivações e processos de crescimento	239
8.4. A porta: o “dentro e o fora”.....	246
8.5. “Eles”: ação social combinada.....	252
8.6. Quarto Setor. Do “um para um”	257
Capítulo 9 - CONCLUSÃO	263

INTRODUÇÃO

Esta tese surge no seguimento do meu mestrado intitulado “Solidariedade, dádiva e mercados privados numa Comunidade Eborense: Sustentabilidade e processos constitutivos dos Agentes de Cuidado”¹, integrado nos projetos de investigação “O Cuidado como factor de sustentabilidade em contexto de "crise"² e “Governança, transformações políticas e negociação de quotidianos: Portugal 2010/2020”³. A dissertação de mestrado e a colaboração com o primeiro projeto realizaram-se durante um período severo de “crise” económica e social em Portugal. A pesquisa foi realizada principalmente em Évora, numa associação de cuidadores informais, o “Cantinho do Cuidador”. Esta associação tinha o objetivo de prestar assistência aos cuidadores informais cujas necessidades não estavam abrangidas por nenhum sistema de proteção social. Os meus interlocutores, os cuidadores, lidavam quotidianamente com questões de cariz material e imaterial, procurado soluções e formas de as resolver. Era grande a exigência física e o desgaste psicológico do cuidar, muitas das vezes agudizadas pelas ligações afetivas, de parentesco e de proximidade, que ligavam cuidadores e cuidandos.

A dissertação de mestrado centrou-se na problematização das estratégias de cuidado que visavam a superação de necessidades diversas - materiais, afetivas e sociais - dos cuidadores e cuidandos. Num período de forte contração do Estado e de diminuição dos apoios públicos, os cuidadores enfrentaram dificuldades financeiras acrescidas, obrigando-os a assumir maiores responsabilidades de resposta às necessidades e carências da unidade familiar.

O contexto de austeridade que fustigou os países do sul da Europa entre 2011-2015 foi amplamente tratado pela antropologia, produzindo etnografias e debates tanto sobre a construção política da “crise” e das suas ideologias, como sobre os processos sociais com que as populações enfrentaram os desafios e dificuldades que a austeridade produziu. O conjunto dos trabalhos desenvolvidos intersejam questões como economia, sociedade, solidariedade e políticas públicas, representações e impactos de perda e de precariedade social, entre outros.

¹ Defendido em setembro 2013, ISCTE-IUL.

² Projeto financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), intitulado “Care as sustainability in crisis situations”; IR Antónia Pedroso de Lima, PTDC/CS-ANT/117259/2010, IR Antónia Pedroso de Lima.

³ Projeto financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, intitulado “Governança, transformações políticas e negociação de quotidianos: Portugal 2010/2020/ Negotiating Livelihoods under transformative politics: crisis, policies and practices in Portugal 2010-20”; IR Antónia Pedroso de Lima PTDC/SOC-ANT/32676/2017.

O estudo das problemáticas daquele período temporal, constitui um campo de reflexão sobre a reprodução de crises persistentes no percurso histórico intergeracional ou resultantes dos efeitos causais da austeridade.

Em Portugal, a austeridade afetou vários setores sociais, erodiu sentidos de segurança e reforçou situações de precariedade socioeconómica. Por outro lado, e em contraciclo, reavivaram-se modelos de ajuda e mutualidade de inspiração tradicional familista. Neste período proliferaram movimentos de ajudas solidárias por parte de organizações privadas através de diferentes formas de voluntariado, que tiveram um papel público preponderante na resposta social aos efeitos da austeridade.

Esta tese debruça-se sobre o período de crise socioeconómica que se fez sentir em Portugal sobretudo desde 2011 e se estendeu até ao final de 2015, constrói-se com base no trabalho de campo realizado entre 2014 e 2018 e pretende examinar e dar voz aos diferentes agentes sociais no âmbito do mercado da solidariedade, pessoas e instituições, que fizeram parte do quadro abrangente das experiências da “crise”.

O voluntariado em tempo de crise: leituras a partir da antropologia

Durante os cinco anos de trabalho de campo observei a persistência de crises socioeconómicas, a perda de condições de vida da população já carenciada, e o surgimento de novas dificuldades sociais para indivíduos cujas vidas antes da “crise” estavam mais asseguradas (Lima 2015). As dimensões do impacto destes processos são múltiplas e interseccionam-se de forma estrutural. Assim, defini como foco de análise as tensões que emergem da relação Estado-cidadão, assentes no cruzamento do público e do privado, cujas agências combinadas contribuem para os sistemas de providência de Estado. Embora tenham sido relevantes para a superação de emergências sociais, essas tensões conduzem, nalguns casos, a representações de injustiça, desigualdade e precarização das vidas por parte de quem necessita de apoios sociais. Por várias vezes observei problemas no mercado da solidariedade - que depende da disponibilidade das doações - o que, conjugado com políticas públicas frágeis, gera interpretações negativas sobre a ação do Estado e quadros de ansiedade social. O enfraquecimento do conjunto de possibilidades de gestão das crises pessoais reforça percepções coletivas de quebra de confiança na Segurança Social, que deveria ser o pilar de um Estado Social forte.

A ajuda solidária e o voluntariado de proximidade e alimentar⁴ procuram corrigir as ausências da Segurança Social através de uma governança mista entre público-subsidiária e solidariedade comunitária. As respostas estatais são, por vezes, instáveis e voláteis e afectam de forma parcial dimensões fundamentais para a reprodução social e da estabilidade da unidade familiar. As vivências quotidianas dos sujeitos constroem-se a partir de interpretações sobre as políticas de Estado, uma entidade dispersa e abstrata que é, para quem depende dele, discricionária e insuficiente e por isso se faz presente nos seus quotidianos. Esta tensão entre necessidades e representações, a maneira como a mudança ou persistência da relação Estado-cidadão contribui para a produção da vida ou, pelo contrário, para a reprodução de crises é o objeto desta tese é que, pretende compreender quais são os efeitos éticos que o modelo cristaliza. Que relações de classe se estabelecem?; o que significa “ir buscar o cabaz”?; como é que as pessoas aceitam essa prática?; o que significa, para elas, só conseguir adquirir comida no mercado alternativo de doações?; que regimes de valor se alteram?; que *habitus*, modos de pensar e de perspetivar as vidas se modificam?; que crises produzem ou reproduzem? e que crises são essas?; existe outra forma de fazer ou essa é a melhor resposta “pública”? Estas são as questões que procuro dar resposta através da análise do voluntariado.

A reforma neoliberal consolidou paradigmas que estimulam economias de acumulação, promotoras de profundas desigualdades sociais. Atualmente, reforça-se o estímulo de crescimento do setor social privado em detrimento do investimento público o que, a nível macro, enfraquece os mecanismos de equidade e distribuição social. As organizações não governamentais (ONG) são agentes sociais que incorporam políticas públicas de governação dispersa, de baixo para cima, sob a égide do desenvolvimento da “cidadania ética”. As organizações de solidariedade social que estudei enquadram-se neste paradigma ideológico e foi com base na observação das práticas, ambientes e dos sujeitos que se consolidou o objeto de estudo desta tese.

As políticas estatais de proteção social deveriam constituir um bastião sólido que não ceda a contextos de crise, que são cíclicas e intrínsecas ao sistema capitalista, dada a própria

⁴ Defino o voluntariado de proximidade com a atividade solidária enquadrada genericamente no Terceiro Setor e Quarto Setor. Genericamente, a missão das organizações é a providência de cuidado e companhia. O voluntariado alimentar tem o mesmo enquadramento e dedica-se à distribuição gratuita de bens alimentares.

ontologia de produção assente na crise da mais-valia, “um requisito da estabilidade capitalista” (Glassman 2006: 613). A “crise” não deve, portanto, constituir um instrumento de implementação de agendas estatais, como é o caso da política de transferência de parte das responsabilidades sociais para entidades privadas de ajuda social. Nesse sentido, o que me levou a refletir sobre esta temática foi a necessidade de rever a adequação do modelo de governança subsidiário. O debate intrainstitucional deve incidir sobre as políticas públicas, que devem dar primazia à estabilidade social através de medidas sólidas e universais que garantam equidade de distribuição, reforçando, assim, a relação Estado-cidadão alicerçada em princípios de confiança.

A construção do campo de pesquisa: os contextos da etnografia

A pesquisa etnográfica foi realizada entre 2013 e 2016 em quatro organizações de voluntariado e associações envolvidas na assistência social, e os meus interlocutores foram os beneficiários das organizações ou requerentes de apoio; bem como os voluntários que aí trabalhavam. Realizei também um amplo conjunto de entrevistas a pessoas que não eram utentes de nenhuma das organizações que acompanhei, o que constituiu um corpus empírico complementar de grande importância analítica. Assim, a pesquisa que realizei tem por objeto o estudo de processos sociais através da análise de movimentos de voluntariado e iniciativas solidárias enquadradas nas organizações de voluntariado. O trabalho empírico não se situa, portanto, numa etnografia das organizações. Contudo, foi a partir destes terrenos que reuni matéria de estudo sobre agencialidades solidárias bem como os paradigmas globais e as agendas nacionais que as fomentam e informam.

Em 2013 realizei trabalho etnográfico no Cantinho do Cuidador, uma organização de apoio a cuidadores informais que surgiu no âmbito de uma diretriz de ação social no decorrer da reforma do Serviço Nacional de Saúde (SNS) de 2009. No âmbito dos cuidados de saúde primária foi definida uma linha estratégica de cuidados de proximidade a grupos sociais tidos como vulneráveis e, entre eles, os cuidadores informais foram contemplados como uma categoria prioritária nesse âmbito. O Cantinho do Cuidador, associação criada por um grupo de enfermeiras do Centro de Saúde de Évora, não tinha constituição formal embora tenha surgido na sequência de uma prerrogativa estatal. O grupo era formado por cinco enfermeiras, voluntárias e coordenadoras do programa às quais se juntavam outras, caso fosse

necessário reforçar pontualmente a equipa. À data da minha pesquisa acompanhavam aproximadamente 25 cuidadores informais. A missão do Cantinho tinha várias vertentes de teor formal (visitas domiciliárias aos cuidadores e aos seus cuidandos) e informal, sessões semanais realizadas nas instalações do Cantinho do Cuidador, que ofereciam um momento lúdico ao grupo - lanches, pequenos espetáculos musicais, jogos, formações sobre cuidado, entre outros. Ao longo da pesquisa em Évora realizei entrevistas aos cuidadores e às voluntárias (enfermeiras), que acompanhei nas visitas domiciliárias. No mesmo período, realizei trabalho no Banco do Tempo de Évora, uma das inúmeras delegações desta organização em Portugal, e que com frequência realizava trabalho em parceria com o Cantinho do Cuidador, bem como com outras organizações comunitárias e órgãos públicos.

A partir de 2014 fiz pesquisa na Associação Coração Amarelo (ACA), uma organização voluntária cuja atividade abrange o distrito de Oeiras, Cascais e Sintra. Realizei etnografia na delegação de Oeiras, fundada e constituída formalmente como IPSS em 2003. A Associação Coração Amarelo estava consagrada ao cuidado de proximidade e ao acompanhamento da população em situação de solidão e isolamento, que naquela região abrangia faixas etárias mais idosas. A organização estabelecia relações ativas com instituições públicas, como as Juntas de Freguesia e a Câmara de Oeiras, parcerias centrais ao funcionamento da organização. A Câmara de Oeiras foi a “responsável pela abertura da delegação”, segundo a presidente da organização. À data da minha pesquisa contava com um número variável de voluntários, aproximadamente 15, e acompanhava 58 pessoas. Entre meados de 2014 e o verão de 2015 fiz observação dos trabalhos de gestão; da preparação das visitas aos utentes; da organização das rondas diárias; entrevistas a novos utentes; acompanhei os voluntários nas visitas domiciliárias aos utentes - o meu principal foco de interesse.

A organização pautava-se por ideários de solidariedade assentes na linguagem da compaixão e dos afetos. O acompanhamento dos utentes era feito nos domicílios, nos lares e nos hospitais, caso os beneficiários estivessem institucionalizados. A “amizade”, como diziam os voluntários, estendia-se até ao final da vida, inclusivamente organizando os funerais de quem não tinha família ou relações próximas que se ocupassem desse momento final. O objetivo era que a pessoa nunca estivesse sozinha. A atividade desta instituição era diversa e orientada para a melhoria do bem-estar das pessoas, da sua “auto-estima e dignidade”, como diziam muitas vezes as voluntárias. A pesquisa na Associação Casa

Amarela foi fundamental para desenvolver um dos eixos analíticos desta tese no âmbito do cuidado, nomeadamente a centralidade do voluntariado na reprodução de vidas dignas em dimensões onde o encontro do Estado com o cidadão não dava resposta a necessidades essenciais à vida. Segundo a presidente da associação, dada a conjuntura de “crise” a Associação Casa Amarela teve de alargar a sua missão e incorporar a doação de bens a utentes e não utentes que estivessem em situação de dificuldade económica e necessitassem de apoio.

No início de 2014 conduzi uma recolha documental na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, na sede da Ação Social, em São Roque, centrando-me no levantamento dos equipamentos sociais desta organização secular e um pouco do estudo da sua história. O objetivo consistia em acompanhar algumas instituições de Ação Social pública. Contudo, o acesso aos serviços e o contato com os funcionários foi dificultado, extremamente burocrático e não tive sucesso aos pedidos de observação de alguns dos seus equipamentos. Este projeto foi abandonado em resultado de uma inflexão na problemática central desta tese, que se veio a basear no trabalho etnográfico realizado em organizações de voluntariado de constituição privada.

Ao longo da pesquisa fui intercalando visitas a organizações de voluntariado na região de Lisboa, onde fiz observação não participante e entrevistei interlocutores, material etnográfico que se revelou relevante. O Banco de Tempo em Lisboa, em particular a delegação de Moscavide, foi um lugar que visitei algumas vezes e onde fiz entrevistas às coordenadoras sobre as suas atividades e organização. O Centro Porta Amiga (AMI - Fundação da Assistência Médica Internacional) nas Olaias e a Fundação Silva Leal em Carnide, ambas IPSS e situadas em Lisboa, foram espaços que acompanhei com alguma regularidade. Nos dois casos fazia-se a distribuição de comida e refeições a um número muito variável de beneficiários, que vinham encaminhados principalmente pela Segurança Social. Na maior parte das situações, os utentes eram residentes nas zonas onde as organizações estavam situadas e outras vezes chegavam autonomamente e recebiam refeições sem estarem formalmente inscritos. Estas associações constituíam-se como uma espécie de serviço público de carácter universal. Contudo, a sua abrangência do ponto de vista de número de utentes era menor que no caso da CASA e da REFOOD – outros dois dos meus terrenos etnográficos principais.

Em abril de 2016 iniciei a pesquisa no Supermercado Social Valor Humano, um projeto da Junta de Freguesia de Santo António, no centro de Lisboa, inaugurado nessa data e que se tornou um importante lugar de observação. O Supermercado é uma loja social que oferece bens básicos - alimentos, artigos para a casa, roupa, material escolar, entre outros. A sua missão estava baseada em princípios de cidadania e inclusão e visava melhorar a vida dos fregueses, aplicando filosofias de sustentabilidade social e princípios da economia circular. A minha principal interlocutora foi a coordenadora do projeto, funcionária da Junta, que assumiu de forma voluntária a ajuda à comunidade através daquele projeto. O Supermercado assegurava em paralelo um serviço informal de consultoria e empréstimo de roupa, o Dress for Success. Este serviço oferecia ajuda a mulheres que precisassem de apoio para integrar o mercado de trabalho, nomeadamente na fase das entrevistas de emprego. O Dress for Success (um projeto internacional) dispunha de roupa para emprestar a quem não tivesse recursos para a adquirir e fornecia pequenas formações para ajudar as mulheres a lidar com as entrevistas. Foi muito interessante acompanhar uma estrutura de apoio social que desenvolve um trabalho micro territorial, criativo e inovador na prossecução da melhoria da comunidade.

A RĚFOOD - Aproveitar para Alimentar - e a CASA Amiga foram os meus principais terrenos de investigação, onde fiz observação participante e não participante. No período entre março de 2014 e abril 2016 fiz trabalho de campo na RĚFOOD, nas delegações da Estrela, Lapa e Belém, em Lisboa. Esta organização tem grande projeção no espaço público e no universo do voluntariado nacional. A sua missão inscreve-se numa linguagem sofisticada de solidariedade, forte profissionalização e uma imagem moderna e assertiva no combate à fome e mudança social sustentada. A forma como se apresenta à sociedade está plasmada na sua assinatura “Aproveitar para Alimentar” e vem acompanhada de um *claimer* que ilustra, em meu entender e com base na recolha etnográfica, a missão, orientação e objetivo social da organização: “O Movimento Re-food”⁵ apresenta novas respostas para os antigos desafios, ferramentas locais capazes de reparar danos globais e potencializar os cidadãos para mudar o mundo e melhorar as suas próprias comunidades”⁶. As tarefas caracterizavam-se por um grande dinamismo coletivo, estimulado pelo conjunto de capitais sociais e culturais dos voluntários. Estes recursos permitiam acionar mecanismos locais para resolver dificuldades

⁵ Primeira forma gráfica do nome da organização. Posteriormente foi substituída por “RĚFOOD”.

⁶ Informação disponível em: <https://www.re-food.org/pt/a-RĚFOOD>.

da população e, paralelamente, expandir a atividade da organização, crescer e abrir novos núcleos. Nas delegações que acompanhei fiz observação participante e não participante, observei as atividades diárias e segui os voluntários nas rotas pelas residências de alguns utentes.

Por fim, a etnografia na CASA Amiga foi realizada entre abril de 2014 e outubro de 2015, em simultâneo com o trabalho na REFOOD. Aquela organização é uma “subsidiária” de uma das maiores IPSS portuguesas de apoio aos sem-abrigo, o C.A.S.A - Centro de apoio aos sem-abrigo. A abrangência da atividade da CASA Amiga, o número de voluntários e utentes, era menor do que no caso da REFOOD. Contudo, tal como na Associação Coração Amarelo, o surgimento de novas necessidades no período da austeridade esteve na base da expansão da atividade do C.A.S.A. para outras áreas de intervenção social, nomeadamente a redistribuição alimentar às populações mais carenciadas. O método de recolha etnográfica foi semelhante ao que apliquei na REFOOD e centrou-se na sede de Sete Rios, em Lisboa, onde realizei grande parte do trabalho etnográfico na CASA. Fiz também pesquisa no núcleo do bairro do Caramão, na Ajuda, e em Azeitão (região de Setúbal). Como referi, os núcleos tinham menos voluntários e trabalhavam em regimes irregulares, por vezes pontuais, existindo alguns funcionários públicos como os dois fundadores da CASA. Esta organização desenvolvia um modelo de funcionamento diferente da REFOOD em virtude de ser subsidiária de uma IPSS com maior abrangência, com uma atividade mais expressiva a nível nacional.

O trabalho de pesquisa etnográfica no âmbito das atividades destas organizações contribuiu para a reflexão central para o argumento da tese, a diversidade dos modelos contemporâneos da atividade voluntária, das ideologias subjacentes e, de um modo geral, das idiosincrasias do fazer voluntário em Portugal. Para além das atividades descritas, acompanhei a atividade on-line das organizações e a sua atividade nas redes sociais, nos media (jornais, televisão, etc.).

Por último, faço uma nota sobre o uso de nomes e pseudónimos. Optei por usar os nomes reais das instituições e organizações pois elas são públicas e bem conhecidas e seria um esforço espúrio atribuir-lhes um nome fictício. A proteção de privacidade e confidencialidade dos dados mais sensíveis foi estritamente cumprida de forma articulada com os meus

interlocutores, a quem atribuí pseudónimos, mesmo àqueles que afirmaram não se importar que usasse os seus nomes reais.

Etnografia e opções metodológicas

A investigação empírica que realizei integra-se na tradição antropológica da pesquisa etnográfica com observação participante e não participante, através de dois eixos principais: a) observação etnográfica em quatro associações de voluntariado onde realizei trabalho sistematizado acompanhando a sua atividade; entrevistas aos voluntários e utentes; b) análise de documentos oficiais, legislação, programas nacionais, locais e dos órgãos comunitários; dados estatísticos oficiais como desemprego, dados económicos, sociais e outros; documentos internos das organizações de voluntariado que plasmavam a sua missão e atividade; dados contabilísticos e análises de reporte, controle e planeamento das organizações.

A primeira fase da pesquisa pode ser descrita através de uma imagem de fluidez e de dispersão, marcada por inquietações epistemológicas sobre a própria produção etnográfica. A ansiedade da procura de um terreno está subjacente ao valor simbólico que o investigador atribui à ontologia dos clássicos, à imaginação “de fazer campo”, à “magia” (Peirano 2012: 13) que dele procede. Explicar o campo etnográfico é um dos propósitos essenciais da antropologia (Gupta e Ferguson 1997; Malkki 1997) e representa o modo clássico do fazer antropológico. Apesar dos intensos debates teóricos sobre a etnografia, é consensual que “o seu estatuto quase sacrossanto não foi afetado, tal como a sua dupla aceção de método e resultado” (Sarró e Lima 2006: 19). Porém, o transcurso histórico disciplinar e a contemporaneidade dos terrenos globais têm vindo a demonstrar a habilidade transformadora da etnografia e a consolidação de formas adaptadas, que estimulam habilidades de integração de vários mundos e possibilidades etnográficas reais e virtuais.

Atualmente surgem novas tensões e novos questionamentos dos usos da etnografia (Lima e Cunha 2015), entre eles, a sua mútua afetação nos debates públicos: a “imposição” do debate público no trabalho empírico. Interessa-me esta discussão dada a problemática da tese que envolve temas presentistas tratados nos mais diversos campos do saber, na antropologia, economia política, políticas públicas, humanitarismo, sociologia, entre outros.

O debate público sobre problemas sociais constitui-se por categorias políticas e assuntos de discussão pública mediados por diversos órgãos e dispositivos de comunicação social. Em primeiro lugar, é evidente que essa construção é em si mesma um facto social. Porém, o que interessa salientar é a importância da pesquisa a partir da qual se constitui o conhecimento empiricamente consolidado. Neste sentido, os efeitos da importação das “disfuncionalidades” do debate público (Lima e Cunha 2006) que promovem e reproduzem apriorismos generalistas podem ser, assim, combatidos (Frois 2013, 2017). O conhecimento fundamentado na etnografia permite desmontar de forma produtiva essas categorias, mesmo que estas possam, paralelamente, constituir-se como uma problemática teórica em si mesmas.

O mundo globalizado interliga contextos sociais, políticas e filosofias num espaço-tempo dificilmente concretizável num terreno ou numa comunidade. Nesse sentido, os estudos contemporâneos envolvem necessariamente a inclusão analítica de macropolíticas, paradigmas e ideologias nacionais e transnacionais e as várias esferas da vida pública, social, económica, científica, artística, entre muitas outras. Este é o caso dos estudos que as ciências sociais têm produzido sobre problemáticas sociais no contexto da crise financeira global de 2007-08 (Harte e Ortiz 2007). Os problemas sociais que emergem no debate público, cada vez mais aberto a múltiplas vozes de opinião, constituem-se como temas, num espectro de possibilidades que podem tornar-se problemáticas académicas no sentido que defendi acima. Por outro lado, o contexto de estudos contemporâneos é um momento paradigmático onde a especial habilidade da antropologia de dar voz aos invisíveis - ou invisibilizados (Frois 2007) - se constitui como um bastião de valor da etnografia. Nesse sentido, podemos compreender e valorizar a importância da narrativa, do discurso e dos idiomas, ou melhor, dos idioletos, como fatores basilares na antropologia. Por essa razão dediquei grande atenção à análise da forma como as pessoas descrevem as situações que experienciam e como as instituições se mostram através dos sujeitos e pelos sujeitos. Assim, foi muito importante a observação densa de evidências que se mostram de forma discreta em fontes tão diversas como conversas e entrevistas, documentos legislativos, imagens e performances institucionais.

Nas palavras de Geertz, “os antropólogos não estudam as aldeias (tribos, cidades, vizinhanças...), eles estudam nas aldeias” (1989: 16). Inspirada nestas palavras, saliento que esta tese não se inscreve nos estudos de comunidade. Pretendo analisar casos etnográficos concretos para refletir sobre um fenómeno que é, na minha opinião, fundamental para o

desenvolvimento da teoria social: o voluntariado como uma forma de agência social que me permite refletir sobre o mundo que pretendo conhecer.

A fluidez do caminho etnográfico conduz muito frequentemente à reformulação de hipóteses, à “mudança de perspectiva” (Viegas e Mapril 2012). No decorrer da etnografia fui confrontada com ambientes, práticas e comportamentos que me levaram a fazer algumas inflexões teóricas transformativas sobre ideias e objetivos iniciais e, inclusivamente, sobre o objeto da tese.

Por último, o estudo etnográfico no campo do assistencialismo envolve territórios simbólicos de sofrimento, urgência e necessidades, nalguns casos extremas. Este facto leva-nos a refletir sobre as dinâmicas intersubjetivas de partilha de experiências, geradas pela co-presença do investigador-interlocutor, processo que atravessa a produção de conhecimento baseado na etnografia. A pesquisa empírica regista testemunhos cujo objetivo reflexivo não é corroborar a verdade dos relatos (Viegas e Mapril 2012), mas conhecer as interpretações dos agentes envolvidos nos processos. O tempo prolongado do trabalho de campo permite observar narrativas não verbais e experiências co-vividas, que revelam de forma subtil a interpretação nativa dos factos. A identificação das perspectivas e representações inscritas nos pequenos nadas são formas de identificar elementos etnograficamente pertinentes e, por vezes, estruturais. Exemplo da importância epistemológica do *ethos* metodológico é a seguinte passagem de Primo Levy, no seu pungente *Se isto é um Homem*.

Para voltar à fábrica, temos que passar por um trecho cheio de vigas e armações amontoadas. O cabo de aço de um cabrestante corta o caminho, Alex se agarra nele para passar por cima. Donnerwetter, com os diabos, olha a sua mão preta de graxa pegajosa. Quando chego ao seu lado, Alex, nem ódio nem escárnio, esfrega em meu ombro a mão, a palma e o dorso, para limpá-la. Ficaria surpreso, o inocente bruto Alex, ao saber que é por este ato que hoje eu o julgo, ele e o Pamnwitz e todos os que foram como eles, grandes e pequenos, em Auschwitz e em toda a parte. (1976: 109-110)⁷.

⁷ Agradeço à Doutora Maria Claudia Coelho a sugestão desta leitura.

Este trecho ilustra a importância do detalhe na descrição da realidade e a sua profundidade interpretativa. A densidade etnográfica é uma qualidade central da investigação antropológica que, na minha opinião, não colide com o olhar fotográfico e casuístico, transitório, que pode surgir no trabalho de campo. Esta tese enquadra-se na antropologia dos quotidianos e é nesse sentido que o método de recolha etnográfica teve uma especificidade que se revelou útil para o estudo do objeto deste ensaio. Para além do trabalho de campo prolongado em terrenos fixos, fiz observação de factos e vivências que surgiram em contextos efémeros e acidentais, que mostraram ser importante matéria etnográfica. Como disse anteriormente, defendo que os eventos - processos, testemunhos e ambientes - aparentemente fugidios e não estáveis passam, contudo, revelam factos sociais que ficam e podem vir a ser incorporados de forma mais fixa e permanente no todo social.

Organização dos Capítulos

Esta tese foi construída a partir da análise do material empírico que recolhi ao longo de três anos de pesquisa e da sua interpretação com base em perspetivas e propostas teóricas de autores que se dedicaram ao tema. O texto está estruturado da seguinte forma.

No Capítulo 1 descrevo as principais linhas que organizaram o sistema de Ação Social do período de expansão da providência social pública, através de medidas reformistas de integração de maiores responsabilidades sociais por parte do Estado, consolidadas a partir dos anos 1980. A partir de 2005, a Segurança Social enfraquece a sua ação de forma estrutural, verificando-se uma inflexão do modelo anterior. A partir desta data reafirma-se um modelo de partilha de responsabilidades através de um pilar complementar na Segurança Social: o “privado”. Em 2014, com a introdução do contingente de medidas de restrição dos apoios estatais - principalmente com base no Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) (Branco 2017; Pereira 2018) - o sistema de transferência de responsabilidades para as organizações de solidariedade social consolida-se como o suporte complementar do Estado.

Para compreender o sistema de partilha de responsabilidades do setor público para as organizações voluntárias de solidariedade social é fundamental fazer a revisão dos paradigmas políticos pré-crise e pós-crise. Assim, no Capítulo 2 faço uma descrição e análise do período pós-crise, em particular dos programas estatais de apoio social subsidiários e dos mecanismos de substituição, que visavam corrigir os efeitos incipientes das transferências

sociais diretas. Este modelo constitui-se por parcerias público-privadas, “arranjos institucionais horizontais” de nível micro territorial, demonstrando ser o que poderíamos designar de “governança para lá do Estado” (Swyngedouw 2006), modelo que descrevo ao longo da tese.

No Capítulo 3 elaboro uma reflexão sobre formas de cidadania de resposta política à “crise”. O contexto de austeridade em Portugal - e em geral nos países do sul da Europa - pode ser pensado como uma subdisciplina amplamente explorada na academia, principalmente na antropologia. Este campo estuda testemunhos e economias reais, e examina crises de subsistência e estratégias de superação, mercados alternativos que procuram a mudança social. Neste sentido, exploro agencialidades de grupos que intervêm no espaço público, contestando as políticas de Estado que, do seu ponto de vista, deturpam a realidade social e têm o objetivo político de justificar a intervenção da TROIKA de 2011.

O estudo crítico da etnografia da “crise” envolve diversas vozes de contestação e de resposta social, regimes e culturas de solidariedade, constituindo um objeto de estudo em si mesmo. Neste sentido, um dos eixos que problematizo são os impactos que a governança combinada público-privada tem na reprodução social das crises e nas estratégias de superação dos indivíduos. Assumo, portanto, duas vertentes analíticas: a) o impacto que a retração dos sistemas de proteção social tem nos cidadãos, sobretudo, a diminuição orçamental da providência em espécie, educação e saúde - às quais os regimes de privatização não são alheios; o desinvestimento nos setores de fomento ao emprego e equidade de redistribuição; b) a dimensão histórico-política que constitui o paradigma da “crise” em Portugal; a contestação como um factor que procura afetar o sistema macro institucional e as ideologias económicas globais a partir das quais aquele se constitui. O estudo destas temáticas referidas permite-me afirmar que a “crise” não é uma abstração política crise-centrada, tem atores e problemas reais gerados pelas instituições, que negociam o poder político através da concertação social e as elites económicas. O termo “crise” torna-se, portanto, um dispositivo discursivo criado pelos órgãos nacionais e supranacionais que a geraram e que, tendo o poder de a resolver, instituíram políticas que a reproduziram.

Na segunda parte da tese desenvolvo o segundo eixo analítico, subdividido em duas esferas temáticas: a) a reflexão sobre formas socioeconómicas alternativas ao paradigma formalista, onde enquadro o voluntariado, as “outras economias” que visam a mudança e

maior justiça social⁸; b) a expansão do paradigma de governança mista partilhada entre o Estado e as organizações privadas de solidariedade social. Neste âmbito examino e discuto o modelo que assenta na produção de uma retórica pública fundamental na reforma neoliberal, o impulso à “cidadania ética”, categoria analítica que utilizo ao longo da tese.

No Capítulo 4 faço a revisão da crítica da literatura antropológica sobre as diferentes moralidades subjacentes às práticas quotidianas de produção da vida. As agencialidades que as constituem conjugam regimes de valor utilitaristas e não económicos. É justamente esta combinação que a economia hegemónica do cálculo racional não considera, pese embora os vários regimes morais envolvidos nas práticas económicas sejam factores de produção capitalista. A crítica da economia feminista assume grande centralidade neste campo, procurando desconstruir a falácia hegemónica do económico por relação ao não económico. Em suma, centro-me na análise das diferentes éticas subjacentes a sistemas económicos diversos que visam responder aos efeitos das suas “crises”. Neste campo, inspiro-me nos trabalhos de Karl Polany (1994 e 1944) e dos pensadores da escola económica não formalista, que exploram o surgimento de formas coletivas de produção económica substantivista.

Partindo dos dados etnográficos que apresento e analiso no Capítulo 5 exploro movimentos solidários de cuidado, modelos que englobam diversos mecanismos de ajuda em contextos de grande proximidade, recuperando vivências de inspiração familista. Neste âmbito, discuto a participação das organizações voluntárias na Ação Social, focada em necessidades intangíveis que são, contudo, essenciais à vida. Exploro as especificidades das culturas de cuidado, mobilizadas por agencialidades de cariz privado e comunitário, que visam contribuir para assegurar dimensões centrais da vida dos beneficiários, como os afetos e companhia indispensáveis para a produção de vidas condignas e sustentadas.

Nessa linha de argumentação, no Capítulo 6 discuto os conceitos de humanitarismo e de solidariedade que servem a análise prático-teórica de “outras necessidades” (Malkki 2015) e foco-me nos seguintes pontos: a) o conjunto dos intangíveis que não obtêm resposta no conjunto assistencial do Estado e para os quais o cuidado de proximidade tem um papel produtivo preponderante; b) uma dimensão do voluntariado humanitarista que se constitui por um impulso ético, assente em fatores de bem próprio e melhoramento pessoal. Esta cultura

⁸ A este propósito veja-se os autores J.K. Gibson-Graham 2018, Hart 2010, Hann e Hart 2010, Laville 2010a e 2010b, Piscina 2018 e Kasmir 1999.

moral reforça as representações de um “fazer maior que eles [voluntários] próprios” - gramática preponderante nas conversas com os meus interlocutores. Debate os conceitos de “filantropia”, “humanitarismo” e “solidariedade”, que prevalecem na atividade voluntária e cujos conteúdos semânticos são apropriados por ideologias presentistas, que informam as políticas públicas de promoção da Ação Social privada.

Os estudos de caso que descrevo nos Capítulos 7 e 8 mostram como estas representações se materializam e reforçam o paradigma de governança partilhada. A etnografia do cuidado e do voluntariado alimentar ajuda a explorar a ideia de boa canalização de excedentes - os recursos humanos e comunitários - que preside ao imaginário cultural da “virtude” e da cidadania ética. Esta instrumentalização ideológica está na base da narrativa dos voluntários e instituições de distanciamento das agendas públicas estatais. Porém, os serviços prestados pelas organizações funcionam em parceira, por vezes direta, com a Segurança Social. Na minha opinião são uma forma idiossincrática de outras seguranças sociais. Neste sentido, podemos afirmar que a atividade voluntária está alinhada com o paradigma político de parceira na área social.

PARTE I - “CRISE” E POLÍTICAS PÚBLICAS

Capítulo 1 - MODELO SOCIAL PORTUGUÊS “PRÉ CRISE”

Neste Capítulo levo a cabo uma revisão do processo histórico-político da Ação Social das últimas décadas em Portugal, de forma a poder contextualizar o modelo de providência adotado entre 2011-2015. Pretendo explorar as políticas públicas que têm fomentado a participação das organizações sociais do Terceiro e Quarto setor, por contraponto à provisão social do Estado (Hespanha, Claudino e Portugal 1997; Mozzicafreddo 1994; Joaquim 2015). Em tempo de “crise” e de contração dos apoios do Estado, o debate surge em torno da eficácia do modelo público de Ação Social, discutindo-se a sua sustentabilidade financeira, por um lado, e a eficiência da *privatização* de diversos serviços sociais, por outro (Joaquim 2015; Dornelas 2013; Branco 2017; Ferreira, Carolo, Pereira e Adão e Silva 2016).

O percurso histórico do sistema de providência português está marcado por dois períodos paradigmáticos distintos: o regime político pré-democrático e o pós-revolucionário. No primeiro momento, o modelo assistencial fundamentava-se na ética caritativa de inspiração católica, sendo que o período seguinte foi de desenvolvimento dos apoios sociais estatais que

foram de “enorme expansão da cobertura e da generosidade do sistema de proteção social português” (Ferreira, Carolo, Pereira e Adão e Silva 2016: 71). Vejamos com maior detalhe a evolução histórica destes sistemas.

1.1. Assistência depois de 1974

Até meados da década de 1970, a Ação Social em Portugal de cariz assistencialista foi assumida por privados, pessoas singulares e famílias, por norma ligados a instituições de orientação católica. A Casa Pia constituiu-se em 1718 e é um marco da assistência social pública associada à Igreja e ao Clero, através das Misericórdias, Mutualidades e associações de beneficência. Essa tradição constrói-se com base numa visão do mundo que caracteriza o *pobre* como “um meio de purificação dos pecadores e da sua salvação”, nas palavras de Susana Bastos (1997: 41). A contribuição privada na Ação Social é uma etapa histórico-cultural que marca a relevância e centralidade da ação católica e eclesial no apoio às populações mais carenciadas. Nos anos seguintes, a continuidade do sistema assistencialista em Portugal reafirmou a importância das instituições religiosas na beneficência e apoio social.

A religião católica é a ideologia dominante em Portugal deste o século XV e, de acordo com Moniz, o “serviço da caridade” é uma das características subjacentes à “natureza íntima da Igreja Católica” (2014: 223). A sua ação descreve-se em termos de amor fraterno e de orientação contra a pobreza, tendo a religião um papel preponderante e indispensável na “proteção e amparo dos desvalidos” (Ibidem, 224). Este legado permanece no cenário contemporâneo de autonomia das misericórdias em Portugal face ao poder central da Igreja, sendo que a caridade local continua a ter uma forte presença na ajuda às populações desfavorecidas.

Apesar de uma certa laicização da caridade na I República, a Igreja continuou a ter um papel social crucial, recriando-se e organizando grupos e associações de inspiração católica, as Obras, Associações de Jovens Católicos, entre outros. A União das Cáritas Portuguesa foi fundada em 1946 e tornou-se o pilar basilar de intervenção social para os mais necessitados. As elites católicas acolheram favoravelmente o regime salazarista - integrando a sua ideologia - o que permite perceber o importante contributo do sistema político, que conferia à caridade uma dimensão transcendente e de bem superior.

Em 1960 foi publicada a primeira lei de Bases das Políticas de Saúde e Assistência⁹, fomentando-se a iniciativa privada e mantendo-se o papel supletivo, tutelar e financiador do Estado através das “instituições particulares de assistência”. Na revisão da Constituição da República Portuguesa (CRP) de 1971, o texto sugere uma viragem para o “bem-estar social de acordo com a dignidade humana”¹⁰ não existindo, porém, mudanças significativas da participação estatal na Ação Social. Durante o Estado Novo consagra-se o papel meramente supletivo do Estado (Joaquim 2015; Moniz 2014), que mantinha a função de coordenação e de fiscalização, que não se restringia à ação privada assistencialista. O regime salazarista reproduziu a ética católica tradicional caritativa, que tinha subjacente uma lógica de prestações e contraprestações. A ajuda aos pobres por parte das elites através da caridade - contraponto moral da *riqueza* (Lima 2003) - decorre da ideia de purificação e de uma contradádiva sacralizada e redentora.

Assim, até 1974 a intervenção social restringia-se ao assistencialismo corporativista e às mutualidades e misericórdias, que fortaleciam a sua ação na assistência pública. A genealogia moral e ética do voluntariado contemporâneo em Portugal advém, em grande parte, da ideologia cristã tradicional inspirada em valores paternalistas e familistas.

Cláudia Joaquim (2015) e Ferreira, Carolo, Pereira e Adão e Silva (2016) alegam que a teoria do “institucionalismo histórico” está na base do paradigma que delega nas entidades privadas de solidariedade social a assistência pública em Portugal. Com base nessa proposta, a decisão pública é condicionada por políticas anteriores, que vêm consolidar o sistema. Para vários analistas esta pode ser uma explicação plausível para a persistência dos regimes de teor assistencialista em Portugal. Para Joaquim, a existência de um Terceiro Setor forte em Portugal deve-se a esta tradição, que assumiu “um peso e uma influência significativa dificultando cada vez mais uma hipótese de inversão ou de adoção de políticas públicas que privilegiem outros parceiros nesta área, ou mesmo a assunção destas áreas diretamente pelo Estado” (2015: 14). Esta afirmação ajuda a compreender a prevalência de um sistema cultural de apoio social de inspiração cristã, que impulsiona a atividade *nas* e *das* organizações voluntárias que pesquisei e que apresento ao longo deste ensaio.

⁹ Lei 21/20 de julho 1963, Lei de Bases da Saúde e Assistência, <https://dre.pt/application/conteudo/693016>.

¹⁰ Lei 3/71 de agosto 1971, Artigo 6º, nº 3, <https://dre.pt/application/conteudo/621715>.

1.2. Consolidação das reformas e europeização

Em Portugal, a mudança de regime para a democracia instaurou reformas nos modelos de proteção da Segurança Social. Consolidou-se a atribuição de pensões sociais - como o subsídio de Natal - e criou-se a pensão social para os cidadãos que não estavam protegidos por nenhum regime providencial. Em 1979, o governo de Maria de Lurdes Pintassilgo reconhece um sistema mínimo de proteção social global e em 1980 é aprovado um regime não contributivo, que reconhece o direito universal à Segurança Social não dependente da carreira contributiva. Em 1984, a lei de Bases veio efetivar os progressos e, nessa senda, o subsídio de desemprego passou a ser de abrangência geral e incondicional.

É, portanto, já no período democrático que se institucionalizam as mudanças nas políticas de proteção social do Estado Social português nas diferentes áreas sociais. Entre vários setores é de notar que a saúde e a educação tiveram um maior alcance público - com a criação do Serviço Nacional de Saúde (SNS) e o investimento modernizador na escolaridade obrigatória - face a outros setores sociais (Ferreira, Carolo, Pereira e Adão e Silva 2016).

Em 1976 decreta-se a existência das IPSS e afins, com vista “à prossecução de objetivos de solidariedade social consignados”, conforme se diz no texto constitucional. Nas três revisões posteriores da lei os textos não alteraram a posição destacada das IPSS, reforçando a sua importância como agentes públicos de ação social. As IPSS são um mecanismo público-privado, uma forma institucional e sincrética de participação pública partilhada entre o Estado e os cidadãos na área da Ação Social. Foi também no governo de Maria de Lurdes Pintassilgo que o Decreto-Lei nº. 519-G2/79 de 29 de dezembro¹¹ definiu a tutela, coordenação e fiscalização das IPSS e a relação institucional com o Estado. As IPSS passaram a ser tuteladas pela Segurança Social através de “acordos de cooperação” de natureza contratual. As principais formas jurídicas das IPSS eram Associações de Solidariedade Social, Irmandades da Misericórdia, Socorros Mútuos e Fundações. Em 1983 deu-se uma revisão da regulamentação das IPSS¹² alargando-se os objetivos, os regimes e os beneficiários.

¹¹ Informação disponível em: <https://dre.pt/application/conteudo/157007>.

¹² Decreto Lei 119/83 de fevereiro de 1983; <https://dre.pt/application/conteudo/311401>.

A entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia promoveu a normalização das políticas de proteção social em linha com as normativas comunitárias, integrando princípios sociais de equidade e de desenvolvimento. As IPSS estiveram no centro desse panorama de inovação social e em 1996 foi assinado o Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social, um instrumento que coordenava a relação das IPSS com o Estado, ainda em vigor. Neste pacto previa-se a revisão da legislação geral das IPSS, que só veio a verificar-se em 2014.

Em 1970, o valor da despesa pública total foi de aproximadamente 278 milhões de euros sendo o valor da despesa social 34.400 mil euros. Em 1991 a relação foi de 16.121 milhões de euros e 5.800 milhões de euros; em 2008 de 102.700 milhões de euros para 78.300 milhões de euros (Freire 2010)¹³. Em anos mais recentes, a expansão da despesa pública na Ação Social é muito significativa, nomeadamente a percentagem das transferências da despesa social para os acordos de cooperação com as IPSS. Vejamos alguns dados. Em 2008, a transferência para os “Acordos de Cooperação” é de 74,9% da despesa total da Ação Social; em 2009 de 71,6%; em 2010 de 71,1%; em 2011 de 74,7%; em 2012 de quase 75% (Joaquim 2015). Paralelamente, o crescimento das IPPS é significativo entre 1985 e 2010 e a gestão orçamental operacionaliza-se através dos referidos protocolos de cooperação com o Estado. O volume da despesa com os acordos aumentou¹⁴ (Branco 2017: 18) sendo que, a par da europeização, verifica-se um elevado crescimento das IPSS na sequência de um “efeito de universalização/maturação do sistema de Segurança Social” (Ferreira, Carolo, Pereira e Adão e Silva 2016: 81). Vários autores concordam que se trata de um período de consolidação e de modernização do sistema da Segurança Social português, que estava debilmente consolidado (Hespanha 2008: 14); de equiparação com um modelo de Estado Providência mediterrânico

¹³ Estes dados são números absolutos e não tomam em consideração, por exemplo, a inflação.

¹⁴ O volume da despesa pública com estes protocolos passou de €200M (milhões de euros) em 1994 para cerca de €1200M entre 2009 e 2012, já em plena "crise" (Branco, 2017). Este crescimento está relacionado com a entrada em vigor de portaria que regula o regime de financiamento das IPSS com recurso ao PIDDAC e ao posterior programa PARES (Programa de alargamento da rede de equipamentos sociais), favorecendo a extensão de apoio a setores populacionais como crianças, idosos e pessoas portadoras de deficiência. Em ambos os casos, o princípio é a atribuição de verbas plurianuais aos candidatos (IPSS), aplicando-se a regra da diferenciação positiva. Este princípio faz o cálculo dos valores a transferir considerando os fundos próprios das IPSS (donativos, etc.). Quanto maiores forem as quantias das IPSS menores serão os valores dos financiamentos. A ideia é transferir mais dinheiro para as instituições que têm menos fundos próprios. As instituições financiadas devem aplicar esse princípio aos utentes, isto é, atribuir mais ajuda a quem mais precise. Portaria nº 7/81, 5 janeiro; <https://dre.pt/application/conteudo/570492>.

(Esping-Andersen cit. in Silva 2013). Esta é uma era marcada pela expansão dos serviços públicos, da educação, da saúde, dos benefícios e proteção social e de uma cidadania plena, uma época em que o capitalismo não frustrou a promessa republicana de igualdade e cidadania, como diz Andrea Muelbach (2012: 5).

Em síntese, a europeização promoveu a mudança dos modelos de proteção social assistencialistas e tutelares para um paradigma de modernização, visando igualmente a equiparação social e económica com os países membros. A reforma da Segurança Social resultou numa melhoria das condições de vida dos portugueses; a proteção social contributiva e não contributiva consolidou-se através de pensões, subsídios e outras transferências pecuniárias, que asseguraram a sustentabilidade das pessoas em situação de necessidade. Este período histórico-político fortaleceu sentimentos coletivos de segurança e de proteção e melhoria do bem-estar social na população portuguesa.

1.3. Estado social depois de 2000

No ano 2000 foram aprovadas as Leis de Bases do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social¹⁵ e em 2002 renova-se a lei no artigo 86º, onde se reforça que a Segurança Social passa a ser assumida pelo Estado em parceria com as autarquias e instituições privadas sem fins lucrativos. É também nesse diploma que se faz pela primeira vez referência ao voluntariado, no artigo 91º: “a lei incentiva o voluntariado e promove a participação solidária em ações daquela natureza num quadro de liberdade e responsabilidade, tendo em vista um envolvimento efetivo da comunidade no desenvolvimento da ação social”.

Na revisão constitucional da República Portuguesa de 2005¹⁶ define-se o reforço da ação das IPSS e em 2007 são aprovadas as bases gerais do Sistema de Segurança Social¹⁷. Nesse texto define-se que o desenvolvimento da ação social por parte do “Estado, das autarquias e

¹⁵ Lei 17/2000, 8 agosto 2000 Bases Gerais do Sistema de Solidariedade e Segurança Social; <https://dre.pt/application/conteudo/336156>.

¹⁶ Sétima revisão constitucional; Lei constitucional 1/2005; disponível em: <https://data.dre.pt/eli/leiconst/1/2005/08/12/p/dre/pt/html>.

¹⁷ Bases gerais do sistema de Segurança Social; Lei n.º 4/2007; <https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/66798712/view?w=2013-12-30>.

das instituições privadas (...), envolve sempre que possível a participação das IPSS e outras de reconhecido interesse público” (Joaquim 2015: 16)¹⁸.

O Estado Português só assumiu a intervenção na solidariedade social de forma indireta três décadas depois da revisão de 1976, abandonando a partir daí o seu papel supletivo e transferindo parte importante da sua ação para o Terceiro Setor. Esta alteração no sistema de ação social para programas de subsidiarização das IPSS advém do projeto europeu, que inaugura um estilo de governança fundamentado no princípio da subsidiariedade. Para alguns autores a orientação política europeia de descentralização da providência institucional tem um teor ideológico de inspiração socialista (próprio da constituição da UE) e, segundo Muelbach (2012), acolhe, concomitantemente, a influência da doutrina social católica.

Em síntese, no contexto europeu atual, a ética do voluntariado relaciona-se historicamente com a “catolização do neoliberalismo” (Muelbach 2012), inscrita na genealogia do voluntariado e nos dispositivos retóricos da caridade. Deste modo, o voluntariado contemporâneo impulsionado pela reforma neoliberal emerge como uma instituição simbólica, através da qual as pessoas condicionam imaginários coletivos do bem fazer e apoio social. O trabalho solidário assenta na reformulação de modelos pré-existentes, em que a caridade e a compaixão constituem-se como os dispositivos centrais das *culturas* de solidariedade. Este ideário persiste na sociedade contemporânea e informa a atividade voluntária.

1.4. Instituições Particulares de Segurança Social

Segundo Ferreira, Carolo, Pereira e Adão e Silva (2016) podemos afirmar que existem três fatores que explicam a evolução do sistema de proteção social em Portugal: a revisão da Constituição da República Portuguesa de 1976 e a consagração dos direitos sociais democráticos, melhorias e a expansão do sistema social; a integração europeia e o desenvolvimento da ação social *moderna*; a maturação/contração dos regimes de providência estatal que coincidiu com a austeridade em consequência da intervenção externa.

¹⁸ A revisão das IPSS prevista em 1996 só se deu em 2014 através do Decreto-Lei n.º 172-A/2014 de 14 de novembro e na revisão de 2015. Nesse texto constitucional, as IPSS foram definidas da seguinte maneira: “As IPSS são instituições particulares de solidariedade social (...) as pessoas coletivas, sem finalidade lucrativa, constituídas exclusivamente por iniciativa de particulares, com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de justiça e de solidariedade, contribuindo para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos, desde que não sejam administradas pelo Estado ou por outro organismo público”.

No período da "crise" financeira de 2007-08, o debate aumenta em torno da eficácia do modelo da transferência de responsabilidade da ação social do Estado para as IPSS, através de financiamentos, os Pactos de Cooperação para a Solidariedade Social. A gestão dos fundos orçamentais para a área social é motivo de discussão pública, dado o aumento dos financiamentos das IPPS e do investimento do Estado num modelo de parceira com o setor solidário (Joaquim 2015). Contudo, à data reúne-se consenso sobre as vantagens destas parcerias que contribuem de forma positiva para o sucesso das políticas sociais, nomeadamente na desburocratização dos processos de apoio, facilitando o acesso aos programas de providência. Contudo, na etnografia encontrei evidências que não sustentam estas afirmações, como veremos em Capítulos seguintes.

Os Acordos de Cooperação definem as comparticipações a transferir para as IPSS (anuais ou bienais), aplicando-se o princípio da diferenciação positiva, que se baseia no conjunto das necessidades (convertido em valor pecuniário) de cada instituição. Quer isto dizer que as transferências pecuniárias para as organizações de solidariedade são diferenciadas e atribuídas conforme os valores estimados por cada instituição, o que gera a crítica sobre o processo que pode, assim, ser discricionário. Joaquim descreve a regra da seguinte forma: “[A premissa é que as] instituições assumam a responsabilidade de promover o acesso dos cidadãos mais vulneráveis e mais desprotegidos, devendo igualmente determinar montantes de comparticipação familiar diferenciados em função dos rendimentos dos utentes e da sua família” (Ibidem, 30). O princípio da diferenciação positiva é assim replicado nas próprias instituições que o aplicam, definindo de forma autónoma e caso a caso, o valor a transferir para os beneficiários finais.

A discussão pública da política de transferência orçamental diferenciada tem expressão nas interpretações dos beneficiários das IPSS, que discutem as vantagens e desvantagens dos apoios que recebem através das associações sociais. Grande parte dos meus interlocutores tinha uma perceção negativa sobre o modelo misto de distribuição, que conjuga apoios pecuniários (estatais) e em “espécie” (IPSS), dada a sua ineficácia na resposta plena às suas necessidades.

Apesar da implementação de medidas orçamentais de transferência para as IPSS que, como vimos, continuaram a crescer no período da "crise", é necessário avaliar a eficácia dos financiamentos do Terceiro Setor que substituem grande parte da ação direta do Estado no

setor social. Alguns indicadores ajudam a perceber esta afirmação, como por exemplo a taxa de risco de pobreza, um indicador da validade do modelo de apoio indireto aos cidadãos. Em 2003 esta taxa era de 20,4%; em 2004 de 19,4%; em 2005 de 18,5%; em 2006 de 18,1%; em 2007 de 18,5%; em 2008 de 17,9%; em 2009 de 17,9%; em 2010 de 18%; em 2011 de 17,9%; em 2012 de 18,7; em 2013 de 19,5%¹⁹. Neste ano a taxa equiparou-se aos valores de 2003, representando um retrocesso de 10 anos, embora o volume da despesa com os acordos de cooperação das IPSS tenha aumentado.

Claro que a taxa de pobreza depende da conjugação de vários aspetos, como o contexto económico, o mercado de trabalho e outros fatores conjunturais. Contudo, da ação social pública esperam-se respostas às situações de emergência social decorrentes da "crise". Os apoios diretos - como por exemplo, os subsídios de desemprego ou de reinserção - são transferências pecuniárias indispensáveis ao combate à pobreza, precariedade e desigualdade, sobretudo em tempo de "crise". Sobre este assunto acompanho Joaquim (2015) na defesa de que os mecanismos de ajuda devem incluir outros apoios sociais não pecuniários, como as chamadas transferências em espécie, os serviços públicos. Estes não aumentam a receita disponível, mas são garantes de direitos sociais, como o acesso à educação, saúde e velhice. Nesse sentido, é necessário avaliar esses fatores para aferir a desigualdade económica e a pobreza no seu todo. Sobre este ponto cito as palavras da autora:

Os indicadores oficiais que medem a desigualdade económica pecam pelo peso excessivo que dão ao rendimento monetário das famílias decorrente dos subsídios e pensões, descurando a importância que os serviços públicos têm na educação, saúde e apoio à velhice nesse combate. (2015: 32).

Esta foi uma das dimensões com forte expressão nos discursos dos meus interlocutores, que ao longo da pesquisa me falaram sobre o que pensavam sobre os apoios sociais e os serviços públicos. Nalguns casos, as opiniões incidiam sobre a insuficiência das ajudas, que tiveram efeitos negativos nas famílias, afetando as condições de produção das vidas, principalmente no âmbito da velhice e saúde. Para os meus interlocutores, a ideia de abandono institucional e

¹⁹ Informação disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0004206&contexto=bd&selTab=tab2

o sentido de exclusão social decorrem das dificuldades de acesso a sistemas eficazes de apoio, muito frequentes no acesso a sistemas de apoio de proximidade no caso dos idosos, como mostrarei mais adiante nos Capítulos consagrados ao estudo do cuidado.

A expansão do modelo social e a maturação de direitos democráticos do período anterior à "crise" significou uma tendência crescente de transferências para as IPSS que, como mostrei, representou uma despesa significativa no orçamento de Estado para a ação social, mesmo durante o período da "crise". Os equipamentos de apoio público operam através de uma rede variada de instituições particulares e de serviços. Os apoios estendem-se ao setor alimentar através das associações de voluntariado alimentar, que consagram o poder local transferido para os indivíduos (Kasmir 2010; Muelbach 2012; Kamat 2003; Fonseca, Scalco e de Castro 2018). Este mecanismo constitui um equipamento de ajuda “em espécie” e este conjunto de *serviços* transformou-se num bastião de gestão, de governança, da ação social em Portugal.

1.5. Pré-“crise” e investimento no Estado Social

No início da década de 90 Portugal viveu um ciclo de recessão das políticas expansionistas de proteção social e o modelo de providência atravessou uma fase de maturação/contenção. Sucederam-se reformas e contração dos apoios sociais, nomeadamente na área das pensões. Esta tendência expôs as fragilidades estruturais do Estado Social português face aos outros Estados membros da União Europeia. Não quero deter-me na revisão do complexo período “pré-crise” mas é importante apresentar dados económicos que descrevam em linhas gerais a conjuntura político-económico daquele período.

A partir dos anos 90 assiste-se a um aumento significativo dos níveis de educação e de formação qualificada da população portuguesa face às décadas anteriores. Porém, uma parte significativa da população nacional vivia em condições empobrecidas, sobretudo nos contextos rurais onde a literacia se mantinha muito baixa e o trabalho informal e o cultivo da terra continuavam a ser um meio de subsistência fundamental para grande parte da população camponesa.

Com a entrada de Portugal na CEE o governo promoveu um conjunto de privatizações em setores económicos chave, no mercado livre e no crescimento do setor de serviços (Matos 2010). Este movimento foi acompanhado por uma reformulação estrutural do trabalho,

alicerçado principalmente na desvalorização do custo de mão de obra, contribuindo para o crescimento das receitas no setor privado.

Entre 1975 e 2000 Portugal aproximou-se progressivamente aos níveis de bem-estar social e de crescimento dos países europeus. A partir de meados dessa década, o crescimento económico evoluiu positivamente e entre 1995 e 2000 o PIB português cresceu a um valor anual de 3,8 %, 1,7% mais do que a média europeia (Reis 2013). Em 2000, Portugal foi um dos países “mais ricos à luz dos padrões mundiais”, mas o mais pobre de entre os 12 fundadores da zona euro (Reis 2013). Contudo, para este e outros autores, a adesão à moeda única em 1999 marcou o início da recessão em Portugal, que se deveu a fatores de ordem económica. O grande fluxo de capitais decorrente da integração portuguesa no mercado europeu teve resultados positivos, que foram, todavia, negativos para o frágil tecido industrial e agrícola nacional. Para Ricardo Reis este fenómeno gerou a tendência de perda da economia portuguesa do período 2000-2007²⁰ que se agudizou a partir de 2010.

Por outro lado, a partir de 2007 as reformas laborais expandiram-se e reduziram benefícios e apoios sociais, tendo por base legislação de facilitação de contratos temporários e de despedimentos ao menor custo²¹. Em 2007, a taxa de desemprego foi de 8,9%, a mais alta desde 1960, com exceção de 1985 que foi equivalente: 8,5% (Reis 2013). Nesse período, o PIB na Zona Euro crescia duas vezes mais do que em Portugal e o mesmo acontecia com o desemprego, que em Portugal aumentava em contraciclo. Por outro lado, até 2007 a dívida pública subiu substancialmente face aos outros países da Europa, cenário semelhante ao da Grécia.

Quando a economia global entrou em recessão, entre 2008-2009, a economia portuguesa contraiu menos do que a média global da Zona Euro (Reis 2013). Porém, em 2011, os bancos

²⁰ Entre outros, o autor salienta os seguintes: o baixo nível educativo (herança salazarista que fez poucos investimento na formação superior e na literacia em geral da população, com marcas diferenciações de género); 2) baixo fator de produtividade total (TFP), o quer dizer que nos últimos 50 anos - período de aproximação aos valores europeus - o crescimento de Portugal deveu-se mais ao influxo de capital e não ao aumento de produtividade; 3) dificuldade em estabilizar as finanças públicas na pós intervenção do FMI de 77-78 e 83-83; 4) incapacidade de competir nos mercados internacionais, com a penetração nas economias internacionais de países como a China e da Europa de leste (Reis 2013).

²¹ Em 2007 o trabalho temporário em Portugal foi de 22 % face aos 15 % da média dos 21 países da UE-21 e aos 12 % dos países da OCDE. 52% dos trabalhadores entre os 15-24 anos recém integrados no mercado de trabalho tinham contratos temporários, por comparação aos 43% UE-21 e 26% OCDE. Entre 2002 e 2006, 85 % dos portugueses que ficaram desempregados enveredaram pelo trabalho temporário (Reis 2013).

portugueses reconheceram dificuldades para pagar os financiamentos externos. Em Portugal, os bancos eram os principais recetores de capital e em 2010 detinham aproximadamente metade da dívida dos ativos externos. O “pacote das medidas” de austeridade da TROIKA previu a recapitalização dos bancos com dinheiros públicos e três dos quatro principais bancos portugueses receberam fundos de resgate (BCP, BPI e Banif). As instituições bancárias titulavam uma parte considerável dos valores mobiliários do Estado português, agravando a dificuldade de recuperação da dívida dos bancos por parte do Estado. Em 2010, a Autoridade Bancária Europeia estimou que a dívida dos bancos portugueses ao governo era 23 % do total de ativos públicos (Reis 2013).

Como referi no início desta seção, a descrição da evolução de alguns valores económicos chave do período pré-“crise” merecem breve menção. Estes dados permitem compreender a situação económica de Portugal nas décadas anteriores à entrada de Portugal na CEE e a subsequente tendência de perda a partir do ano 2000. Vimos como os fatores de decisão política financeira e laboral anteriores à “crise” influenciaram a conjuntura posterior de perda económica agravada. Quis sobretudo mostrar que a *economia da austeridade* subscreveu argumentos que não consideram a evolução socioeconómica do país e as decisões políticas anteriores que a sustentaram.

Capítulo 2 - POLÍTICAS: CONSTITUIÇÃO PÚBLICA DA “CRISE”

Os primeiros sinais de "crise" social surgiram no plano político em 2011 com a rejeição no Parlamento do Plano de Estabilidade e Crescimento IV (PEC IV). Este foi proposto pelo Primeiro Ministro em funções, José Sócrates (Partido Socialista), e visava reduzir a despesa e dívida pública. Em consequência, o governo foi afastado do poder e o Presidente da República anunciou eleições antecipadas. Em simultâneo, tornava-se pública a subida do défice em Portugal e o Banco Central Europeu (BCE) e a Comissão Europeia impuseram sanções e medidas de combate à dívida pública. Estas foram acompanhadas pela intervenção do Fundo Monetário Internacional (FMI), que em conjunto com o BCE e a Comissão Europeia constitui a TROIKA. Em Maio de 2011 foi aprovado um resgate da dívida pública pelo valor de 78 mil milhões de euros, ao mesmo tempo que o Estado português negociava um acordo de contrapartida, o “Memorando de Entendimento” (MoU)²², que tinha como objetivo declarado a concretização das metas orçamentais.

Na sequência deste acordo foram implementadas medidas pelo XIX Governo Constitucional (junho 2011 - outubro 2015) e pelo XX (outubro 2015 - novembro 2015) liderados por Pedro Passos Coelho com o apoio maioritário do Partido Social Democrata (PSD). A campanha política sobre a implementação do Memorando baseava-se na narrativa de necessidade da aplicação da austeridade sob a égide da estabilização das contas públicas; um imperativo *moral* nacional e incontornável.

Sob o desígnio austeritário, as medidas instituíram cortes na despesa pública que tiveram consequências muito lesivas nos orçamentos de grande parte das famílias portuguesas e agravaram a situação económica da população com maiores dificuldades financeiras. Entre outras medidas, destaca-se a diminuição dos salários dos funcionários públicos e o pagamento faseado de salários (em duodécimos) e a redução para metade do valor do subsídio de Natal (no setor público e privado)²³; o aumento das contribuições das pensões dos funcionários públicos; os cortes nas pensões de reforma; a dispensa de funcionários públicos; a redução de organismos e institutos públicos por “extinção” ou "fusão"; o corte nas indemnizações por despedimento; os cortes nos subsídios de doença e de desemprego; a

²² Acrónimo em língua inglesa de “Memorandum of Understanding”, utilizado em grande parte dos textos legais.

²³ No caso dos funcionários públicos a medida estendeu-se ao subsídio de férias.

limitação de acesso ao Rendimento Social de Inserção (RSI) - um dos subsídios que assegura grande parte da subsistência de muitos cidadãos em situação de carência extrema; a descida da Taxa Social Única (TSU) das empresas, que passou de 23,75 % para 18 %²⁴ e o aumento compensatório da mesma taxa para os trabalhadores - com o objetivo de investir na recuperação dos negócios; o aumento das horas de trabalho; o corte nas deduções fiscais de IRS das despesas de saúde e educação; o aumento das taxas municipais; o aumento do IVA de 6% para 23 % em vários bens e serviços; o aumento do IRC e revisão de tabelas IRS e IRC e a criação de uma taxa adicional; os cortes na comparticipação nos serviços de saúde; os cortes nos orçamentos hospitalares e no setor dos medicamentos; os cortes nos reembolsos dos utentes do SNS e o aumento muito significativo das taxas moderadoras; o aumento do IVA do gás e da eletricidade.

O Acordo de Contrapartida assumido com o governo português listou 223 medidas das quais a maioria obrigava à intervenção do Estado nos serviços públicos. Porém, as primeiras avaliações da TROIKA tiveram nota negativa e para corrigir os resultados foram impostas medidas agravadas e mais restritivas, com forte impacto para os cidadãos mais afetados pela “crise”. Esta situação foi incontestável e o próprio vice-presidente da bancada parlamentar do PSD reconheceu que “lançar austeridade sobre austeridade não resultou como estava previsto no Memorando” (Miguel Frasquilho, no debate sobre o orçamento rectificativo de 2012).

As medidas implementadas geraram um sentimento coletivo de revolta, transversal ao período de vigência da TROIKA, representando um bastião de injustiça social distributiva. Em sentido contrário, a narrativa estatal persistia na responsabilização dos cidadãos pela “crise” e a inevitabilidade das medidas de austeridade, foi tacitamente assimilada pela população em geral. Concordo com Dimitrios Gkintidis (2016) que alega que a imposição destas medidas decorre de uma ideologia burguesa liberal, que difundiu um rigor contratual por parte da sociedade e do Estado, o que implicava a instauração de uma política de troca recíproca entre ambos. Quer isto dizer que as medidas ditas responsáveis de contenção instauradas pelo Estado impunham a existência de uma contraparte, a aceitação da austeridade por parte dos cidadãos.

O desemprego foi uma das dimensões com efeitos mais devastadores nas contas

²⁴ A alteração da TSU foi muito contestada pela opinião pública, afetando a população com menores recursos financeiros. Discutia-se a vantagem fiscal que a alteração da taxa oferecia às empresas em detrimento dos cidadãos, que passaram a pagar impostos mais elevados.

familiares, comprometendo a sua subsistência e desestabilizando as finanças domésticas. Paralelamente, cresceu a emigração de mão obra qualificada influenciada pela retórica de Estado de fomento ao *empreendedorismo pessoal*. A título de exemplo, lembro que durante a tomada de posse do Conselho para o Empreendedorismo e a Inovação em maio de 2012, Pedro Passos Coelho apelou aos portugueses que adotassem uma “cultura de risco” ao invés de uma cultura de “aversão ao risco” e lamentou que os jovens licenciados portugueses preferissem “ser trabalhadores por conta de outrem do que empreendedores”.

A gramática de estímulo ao empreendedorismo ganhou espaço na agenda política e foi crucial na propaganda “de saída da austeridade”. Multiplicaram-se os dispositivos linguísticos de proteção e de imunização dos falhanços das previsões, produzidos pelos agentes macroeconómicos, os gestores da "crise" (Fernandes 2016). A linguagem cientificista disseminou-se e passou a fazer parte dos quotidianos no sul da Europa. Como diz Susana Narotzky “o jargão da macroeconomia parece ser [no espaço de poder político] a única realidade a ser considerada” (2012: 628). Quer dizer que a visão da economia real está reduzida aos modelos matemáticos que ocultam fatores económicos da vida social, isto é “a substância relacional (...) assente em significados culturais e responsabilidades sociais” (Ibidem). Contudo, as doutrinas hegemónicas cientificistas prevaleceram na decisão política transeuropeia no período da “crise”, que sistematicamente persistiu na imposição de medidas de *correção do deficit*.

Neste panorama, os meios de comunicação ganharam preponderância na transmissão das notícias ligadas à política, sendo que a cobertura mediática dos grandes grupos noticiosos assimilou o discurso das elites governativas, disseminando as políticas neoliberais (Fernandes 2016). Como diz Petry “é a construção discursiva das ‘crises’ - como explicamos um erro - que constitui o modo como lhe damos uma solução” (cit. in Fernandes 2016: 39). Esta asserção plasma o comportamento dos agentes políticos nacionais (e internacionais) do período da austeridade, que produziram uma perceção pública específica da “crise”, caracterizada, na senda gramsciana, por uma hegemonia de poder intelectual assente numa sofisticação narrativa.

A ideologia na qual se baseavam as políticas comunitárias foi transversal aos discursos tecnocratas das instituições de poder e dos seus representantes, detentores de uma economia moral universal (Gkintidis 2016: 480). Por outro lado, a propaganda estava focada na ideia de

que as políticas não se sustentavam em agendas ideológicas, eram *desinteressadas* e assentes numa moralidade que tinha o objetivo benevolente de *correção da sociedade*, ponto ao qual voltarei à frente.

A linguagem tecnicista sobre a economia reproduzia-se no espaço público e atravessava o dia-a-dia dos portugueses, através de vários canais e meios noticiosos. Sobre este assunto acompanho as ideias de Mafalda Pereira que estudou a influência dos media na opinião pública e os efeitos da comunicação de massa, que segundo a autora têm um “efeito ilimitado sobre os recetores permitindo moldar as consciências políticas de acordo com quem exercia o seu controlo” (2018: 215). Pereira refere-se aos recursos que organizam o discurso através de práticas linguísticas específicas, como a seleção léxica, a ênfase, as figuras de estilo, etc., *textos* que constroem narrativas que determinam a interpretação dos factos nas audiências. Estas reflexões são úteis para compreender como as notícias da "crise" reproduziam uma retórica de Estado que difundia a ideia de um Portugal “infantilizado”, um “paciente” (Narotzky 2012) e a TROIKA o principal agente de recuperação e de salvação nacional. O discurso paternalista descreve e prescreve comportamentos, naquele caso de sacrifício, com vasta expressão nas peças jornalísticas que davam relevo a atores como o Primeiro Ministro, o Presidente da República e o Ministro das Finanças.

A título de exemplo, para além da declaração sobre a problemática do desemprego e a instigação ao empreendedorismo cito outra reflexão do Primeiro Ministro. Na declaração de 2012 que referi anteriormente, Passos Coelho afirmou o seguinte: “estar desempregado não pode ser, para muita gente, como é ainda hoje em Portugal, um sinal negativo. Despedir-se ou ser despedido não tem de ser um estigma, tem de representar também uma oportunidade para mudar de vida, tem de representar uma livre escolha, uma mobilidade da própria sociedade”. No mesmo ano, o Primeiro Ministro pedia aos portugueses para serem mais exigentes e menos “piegas”, considerando que só com “persistência”, “exigência” e “intransigência” é que o país teria “credibilidade” [nos mercados internacionais].

A ideia de infantilização, culpa e castigo estava omnipresente nas declarações públicas, tendo sido Cavaco Silva, o Presidente da República da governação de Passos Coelho, a inaugurar a ideia de que os portugueses “viviam acima das suas possibilidades”. Em maio de 2011 na comunicação ao país por motivo da assinatura do Memorando com a TROIKA, o Presidente disse que “não podemos viver acima das nossas possibilidades”. Esta frase deu o

mote que viria a marcar de forma indelével a propagação da ideologia da austeridade, apelando à poupança das famílias e justificando os cortes nas prestações sociais, nos subsídios e salários da função pública. Nessa ocasião proferiu a seguinte declaração:

O acordo [memorando] é o sinal mais evidente da necessidade de alterarmos o rumo das políticas e de mudarmos de atitudes e comportamentos. Não podemos continuar a viver acima das nossas possibilidades, a gastar mais do que aquilo que produzimos e a endividar-nos permanentemente perante o estrangeiro.

Também Horta Osório - na época Presidente do Lloyds Bank - afirmou publicamente que Portugal não tinha outra alternativa à austeridade e que os portugueses “tinham de deixar de viver acima das suas possibilidades”. Ainda a título de exemplo, outra declaração polémica foi a de Vítor Bento, conselheiro de Estado e escolhido para presidir o Banco Espírito Santo - que protagonizou uma das maiores fraudes financeiras das últimas décadas - repetiu diversas vezes esta ideia, que se tornou a imagem de marca da gestão da "crise" de Passos Coelho. A narrativa de viver acima das possibilidades que apresentava os países do sul da Europa como “crianças e os cidadãos como ignorantes” espelha uma das bandeiras do sistema, “a conspiração entre as elites económicas e a governação” (Narotzky 2012: 628). Este facto veio a verificar-se nas transferências de dinheiro público para a recapitalização da banca, com impactos negativos na dívida pública. Por outro lado, tornou inequívoco o Estado ter privilegiado o setor financeiro capitalista em detrimento de soluções de melhoria das condições de vida dos cidadãos.

Na sequência das medidas de contenção, a precarização do trabalho foi um marco de destabilização social e de perda de recursos financeiros e, em consequência, das crescentes dificuldades de manutenção de vidas condignas e sustentadas. A flexibilização dos modelos de trabalho (Caleiras 2011; Matos 2014; Kovács, Casaca, Ferreira e de Sousa 2006; Standing 2000 e 2011) passou a ser outra marca do regime.

Em suma, até 2015 as políticas públicas da TROIKA impuseram severas medidas económicas de austeridade que tiveram repercussões sociais muito negativas. A força repressiva do governo na implementação das medidas teve uma dimensão performática mediada pela comunicação social. A reprodução da narrativa sacrificial e de salvação a que os

portugueses tiveram de se sujeitar ocultou a “ganância do mercado”, como diz Pina Cabral (2009), e a falácia de “o que é bom para o capital é bom para nós”, usando as palavras de Kasmir e Carbonella (2014: 2), foi a salvaguarda da reprodução da acumulação capitalista. Por outro lado, a ideia de generosidade foi um mecanismo retórico complementar de apoio à decisão política transversal no sul da Europa. Gerou-se, assim, um panorama de ansiedade social, de descrédito nas instituições e uma forte erosão do princípio de confiança, pilar fundamental nos Estados de Providência.

2.1. Os planos de “emergência”

O Plano de Assistência Económica e Financeira (PAEF) foi um acordo assinado pelo governo com a TROIKA em 2011. O PAEF compunha-se por grandes grupos de atuação dos quais se destacam: 1) Protocolos de cooperação entre o Estado e as IPSS, que não sendo novos, reforçaram o modelo de financiamento público e de Ação Social transferida; 2) Plano de Emergência Social (PES); 3) Lei de Bases da Economia social.

O Plano de Assistência Económica e Financeira foi um mecanismo que reuniu um conjunto de medidas para mitigar as consequências da "crise" e o Plano de Emergência Social foi um dos seus principais instrumentos. Este plano, mediático na gestão política da "crise", pretendia salvaguardar as necessidades básicas e visava diminuir as dificuldades económicas dos grupos sociais de menor renda. Os programas de assistência tinham um período de vigência limitado no tempo - no caso do Plano de Emergência Social teve início em outubro 2011 e terminou no final de 2014 - e foram apresentados como provisórios e excepcionais. As medidas estavam agrupadas em grandes conceitos: “família”, “idosos”, “deficiência”, “voluntariado” e “instituições”. Foi novamente através de um Protocolo de Cooperação (2011/2012) firmado entre o Ministério da Solidariedade, a Segurança Social e as Uniões representativas das IPSS²⁵ que se estabelecerem os termos das parcerias para a aplicação do plano. Como se diz num dos textos do protocolo, o Estado incumbe de forma clara às instituições de solidariedade social a assistência pública. Vejamos uma entrada do texto:

²⁵ Protocolo de Cooperação de 2011-2012 celebrado entre o Ministério da Solidariedade e a Segurança Social e a confederação nacional das Instituições de solidariedade, Mutualidades e restantes.

Neste contexto o PES não significa mais Estado, mas sim mais economia social e melhor política social pelo que, com o objetivo de progredir na gestão dos equipamentos sociais e obter a sua maior eficácia, pretende-se efetuar uma transferência gradual da gestão dos estabelecimentos integrados, preferencialmente, para as Misericórdias, IPSS e Mutualidades numa lógica de proximidade.

Ao abrigo do Plano de Emergência Social surgiu o Plano Alimentar de Emergência (PAE), que pretendia resolver as crescentes dificuldades de subsistência alimentar da população carenciada. Definiu-se a implementação de uma “Rede Solidária de Cantinas Sociais” que distribuía refeições diárias gratuitas aos beneficiários do programa. Este plano era transitório, à semelhança do Plano de Emergência Social, e a sua implementação previa a utilização da capacidade já instalada nos equipamentos públicos, isto é, não contemplava a criação de novas estruturas para o efeito e o objetivo era alargar serviços e o número de beneficiários. Nesse âmbito, no texto do programa diz-se o seguinte: “dado o seu caráter transitório e temporário (...) o funcionamento da Cantina Social deveria ser efetuado através dos recursos humanos das respostas sociais que já desenvolviam, desde que a mesma dispusesse de uma cozinha própria” (relatório do grupo de trabalho do Programa de Emergência Alimentar)²⁶.

Mais tarde verificou-se uma alteração do programa de cantinas e a ajuda alimentar passou a ser feita mediante a distribuição de cabazes alimentares à semelhança do que acontece nas organizações voluntárias. Assim, dado o aumento de distribuição de alimentos doados através do voluntariado no período de austeridade, esta prática foi integrada pelo Estado ao abrigo de um fundo comunitário, o “Fundo de Auxílio Europeu às Pessoas mais Carenciadas”²⁷. Este programa estava integrado num plano global de ajuda alimentar, o Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados (PCASAC)²⁸. Em Portugal, a promoção estatal desse mecanismo social está subjacente à narrativa de combate à

²⁶ “Programa de Emergência Alimentar, Relatório do Grupo de Trabalho”; Ministério do Trabalho e Segurança Social.

²⁷ Informação disponível em: <https://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=1089&langId=pt>.

²⁸ Regulamento (CEE) n.º 3149/92, de 29 de outubro, da Comissão Europeia.

Insegurança Alimentar²⁹, alinhada com princípios europeus de segurança alimentar e de saúde pública.

Como referi, os programas tinham um caráter provisório e não previam a criação de novos equipamentos de apoio social. Apesar do crescimento de novos beneficiários que gerou o aumento da carga operacional nos centros de distribuição alimentar, os recursos utilizados eram os que já existiam, o que diminuiu a capacidade e a qualidade de resposta dos serviços aos utentes. Noutros setores, o Plano de Emergência Social promoveu medidas mais expansionistas como no caso das creches e dos lares, alargando o número de vagas disponíveis. Contudo, também não houve aumento da capacidade instalada, não se criaram novos equipamentos de acolhimento, o que para Joaquim significa que a "expansão dos apoios foram meros aumentos administrativos" (2015: 44).

O financiamento das IPSS aderentes à rede das cantinas era feito através de um protocolo que fixava o valor do pagamento em 2,5 € pelo Estado por refeição às IPSS. Podia também cobrar-se ao beneficiário até 1 € por refeição consoante os rendimentos das famílias, valor avaliado com base em critérios definidos pelas próprias instituições. A título de exemplo, Joaquim fez o cálculo do valor mensal disponível para uma família constituída por um casal e dois filhos menores. Vejamos o detalhe. O agregado X recebe por mês 374 € de RSI³⁰ (subsídio a que dedicarei uma seção à frente). A Segurança Social paga mensalmente 600 € à IPSS que fornece as refeições à família³¹ (correspondente a dois adultos e duas crianças). A família paga à IPSS 240€. Descrevendo o cálculo, são 8 refeições/dia - 4 pessoas e 2 refeições/dia. 8 refeições vezes 1 € são 8 €/dia que, multiplicando por 30 dias, soma os referidos 240 €. Dado que a família recebe um valor de 374 €/mês de RSI ficaria com 134 €

²⁹ A definição do conceito consta do “Relatório de Distribuição e Utilização Adequada de Cabazes Alimentares”, elaborado no âmbito do FEAC e com o apoio do Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC), União Europeia e ISS, IP e diz o seguinte. “A Segurança Alimentar é definida como “uma situação que existe quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e económico a alimentos suficientes, seguros e nutricionalmente adequados, que permitam satisfazer as suas necessidades nutricionais e as preferências alimentares para uma vida ativa e saudável. Este conceito pressupõe o acesso regular e permanente a alimentos seguros e nutricionalmente adequados. Assim, situações que comprometam a oferta, o acesso físico ou económico a alimentos, (por exemplo: desemprego, baixo nível de recursos financeiros), podem gerar uma situação de insegurança alimentar (IA)”. Estes princípios estão baseados no projeto, SIMETRIA, um EEA Grants de 2014 da área da nutrição.

³⁰ O valor de referência máximo corresponde a €178 pelo titular, mais 89 € pelo segundo adulto e seguintes, mais 53 € por cada criança menor de 18 anos.

³¹ Média dos valores máximos atribuídos.

disponíveis (374 € menos 240 €). Os 600 € que a IPSS recebe no âmbito do programa servem para cobrir os custos da alimentação, os recursos humanos, etc. Contudo, como referi, o texto do Plano de Emergência Social estipula que sejam utilizados recursos, equipamentos, estruturas físicas e logística já instaladas. Nesse sentido, o custo real aproximado do Estado seria apenas o valor da alimentação; no exemplo anterior, parte dele é custeado pela família. Por outro lado, o valor remanescente mensal do agregado parece ser insuficiente (134 €) para fazer face às restantes despesas mensais. Pelo contrário, o valor recebido pela IPSS, 600 €, será excessivo tendo em conta que a família contribui com 240 € para as refeições.

Tal como referi, as transferências distribuídas pelo Terceiro Setor são geridas de forma autónoma pelas organizações e o controlo dos financiamentos por parte do Estado é reduzido e, por vezes, nulo. Saliento ainda dois fatores que quero reforçar. Os critérios de atribuição do valor de refeição a pagar pelo beneficiário (no exemplo anterior de 1 €) e a própria elegibilidade da família para beneficiar do apoio são definidos pelas instituições, caso a caso, baseada em fatores como a renda mensal e outros, não existindo critérios comuns para as IPSS. Não havendo um modelo de cálculo fixo e transversal e, sobretudo, requisitos objetivos sobre a necessidade real da família podemos pensar que a providência pública é incerta, desigual e desconsidera fatores subjetivos de *necessidade*, temática que desenvolverei adiante. O poder discricionário que o Estado confere às instituições pode, portanto, ter impactos reais na renda mensal dos beneficiários e gerar perceções negativas sobre a providência pública afetando, assim, a relação Estado-cidadão.

2.2. O Rendimento Social de Inserção

Os programas de assistência social sofreram reduções orçamentais e restrições ao acesso, ainda que sejam medidas não inscritas no Memorando firmado com a TROIKA. Apesar da "crise" e do empobrecimento histórico da população mais carenciada daquele período, em Portugal registou-se uma descida de 127.500 beneficiários do RSI entre 2012 e 2015 (Joaquim 2015). Estes dados não parecem ser coerentes face à realidade social dado que o rendimento disponível das famílias diminuiu, logo seria de esperar um aumento do número de beneficiários dos apoios de proteção social e não o seu contrário.

O Rendimento Social de Inserção (RSI)³² é um subsídio de proteção ao “desemprego e pobreza extrema” (definição constante no texto oficial) e sofreu alterações legislativas, ajustes nos critérios de acesso e cortes nos valores atribuídos. Dedico esta seção a esta prestação por ser um apoio assumidamente de “suporte básico” no conjunto dos subsídios de apoio social. Por outro lado, foi um tema omnipresente no decurso da pesquisa e fez parte do léxico de grande parte dos meus interlocutores que recebiam ou já tinham recebido RSI.

Como vimos, a consolidação da democracia em Portugal produziu melhorias estruturais na vida dos portugueses, o desenvolvimento e alargamento dos apoios sociais e outras medidas que favoreceram a sociedade de bem-estar. O Rendimento Social de Inserção manteve algumas das características que vinham da revisão constitucional de 1976 (Ferreira, Carolo, Pereira e Adão e Silva 2016), sendo que no artigo 63º determina-se que “todos os cidadãos têm direito à Segurança Social”³³, pressuposto que teoricamente garante a subsídio mínima a quem não tem rendimentos. No número 4 do referido artigo diz-se também que “o sistema de Segurança Social protegerá todos os cidadãos na doença, velhice (...) bem como no desemprego e em todas as outras situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho”. O princípio fundamental aponta para um direito universal. Contudo, no mesmo ponto surgem algumas contradições, dado que a atribuição do subsídio fica vinculada a uma regra corporativista, que é a participação prévia do requerente no mercado de trabalho. Como explicam Ferreira, Carolo, Pereira e Adão Silva, a Segurança Social foi pensada em termos de um “seguro social para aqueles que contribuíam financeiramente para o próprio sistema” (2016: 75), princípio que colide com a natureza universalista do referido artigo. Com base nesta inconsistência podemos supor que as proteções sociais não contributivas não têm um suporte constitucional tão claro e expreso como as que decorrem da carreira contributiva. Neste sentido, ao abrigo dessa fragilidade constitucional, o Rendimento Social de Inserção poderia putativamente ser retirado aos cidadãos que não tivessem uma carreira contributiva.

Em 2002, o Tribunal Constitucional (TC) foi chamado a pronunciar-se sobre este subsídio pois estava em causa uma proposta de alteração, um corte da prestação com base na

³² Lei n 13/2013; <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/13/2013/01/25/p/dre/pt/html>.

³³ Informação disponível em: Link: <https://dre.pt/legislacao-consolidada/-/lc/337/201711221349/128027/diploma/indice?q=constituicao>.

idade dos requerentes que passaria de 18 para 25 anos. O Tribunal Constitucional e o Presidente da República em funções, Jorge Sampaio, chumbaram a proposta frisando a inconstitucionalidade da alteração pois infringia a “concretização do direito de todos à Segurança Social”³⁴ e a violação do princípio da confiança enquanto direito adquirido. Porém, o Tribunal Constitucional admite o seguinte:

O legislador goza de margem de autonomia necessária para escolher os instrumentos adequados para garantir esse direito (...) podendo, por exemplo, considerar, que, relativamente aos jovens ‘não deveria ser seguida a via do subsídio, mas antes a de outras prestações, pecuniárias ou em espécie, como bolsas de estudo, de estágio ou de formação profissional’ (cit. in Ferreira, Carolo, Pereira e Adão Silva, 2015: 77).

O princípio da universalidade do Rendimento Social de Inserção fica assegurado mas flexibiliza o formato da prestação, ou seja, poderia ser substituído ou parcialmente atribuído através de apoios não pecuniários, como se explicita no texto. No decorrer desta pesquisa surgiram casos de beneficiários a quem tinha sido aplicada essa regra, que implicava o ajuste compensatório, isto é, a diminuição dos apoios pecuniários. Esta medida suscitava discussões e críticas sobre a adequação do subsídio às reais necessidades dos beneficiários. Como veremos, a aplicação desta regra era considerada por alguns dos meus interlocutores como uma restrição à liberdade de escolha. Limitar os apoios a medidas, por exemplo, de natureza formativa implica a não contribuição para a (insuficiente) renda mensal, indispensável para suprir as necessidades da família.

No período da "crise" o Rendimento Social de Inserção foi difundido pelo governo como um importante instrumento de apoio social alinhado com os sistemas implementados nos outros países da UE (Hespanha 2008). Contudo, para alguns autores, como Caleiras, o Rendimento Social de Inserção é uma medida que “está entre as menos eficazes da Europa (...) apresenta inúmeras falhas e é ‘repressivo’” (Moreira 2008 cit. in Caleiras 2011: 212). Com base nos relatos de alguns dos interlocutores que acompanhei, o Rendimento Social de Inserção resolvia de forma muito precária as necessidades básicas, reduzindo as possibilidades de subsistência e de gestão do dia-a-dia. Esta decisão política reforçou a

³⁴ Acórdão do TC n. 509/02.

incerteza no futuro e gerou, assim, forte ansiedade social, instabilidade e o recurso a respostas e ajudas fora do âmbito estatal.

2.3. Controlo e subsidiarização

Vejam os de seguida os impactos que algumas políticas públicas tiveram na reprodução de crises dos meus interlocutores e, em consequência, as suas interpretações sobre a providência social estatal. Para esta análise irei apresentar um caso que cruza imperativos morais negociados com base em regimes de valor significativos para o sujeito. No caso que apresento cruzam-se categorias de dependência, trabalho e “crise” que são centrais para refletir sobre os apoios de proteção ao desemprego. Por outro lado, afetam dimensões da vida fundamentais para a pessoa, intangíveis como a dignidade individual, liberdade e cidadania.

O Rendimento Social de Inserção é um subsídio que se atribui mediante um contrato formal entre o Estado e o cidadão, em que se definem os deveres e direitos de ambas as partes. No caso dos beneficiários, os deveres passam pela aceitação de trabalhos temporários, entre várias possibilidades. Esta obrigatoriedade é coerciva e até punitiva, como diz Caleiras (2011), dado que o direito ao subsídio fica vinculado a uma obrigação contratual, a aceitação de trabalhos não remunerados. Podemos assim pensar que a condição subjacente à atribuição deste benefício social é um exercício de poder, pois retira agência e restringe liberdades individuais. O caso que veremos mostra também como, por vezes, as medidas de apoio social não consideram factores substantivos à luz de padrões morais compreensivos para os sujeitos. Estes combinam-se nas estratégias individuais de fazer a vida que negociam escolhas éticas fundamentais para a produção da pessoa.

Acompanhei Dinis em setembro de 2014 numa cantina social da AMI (Assistência Médica Internacional), no “Centro Porta Amiga das Olaias”. No período da “crise” este centro alargou a sua área de intervenção, começou a servir mais refeições, aumentou o número de utentes e a variedade de serviços. Os assistentes sociais da Segurança Social estavam encarregues das inscrições numa lógica de parceria Estado-organizações. Dinis tinha 60 anos à data da pesquisa, ia buscar refeições todos os dias à cantina e por vezes almoçava no centro para se distrair e sair de casa. As refeições tinham um custo de 1,35 €. No dia em que o conheci estava triste e visivelmente perturbado pois tinha uma intervenção cirúrgica que fora desmarcada naquele dia e remarcada para janeiro do ano seguinte.

Dinis tinha uma cardiopatia crónica mas a operação estava relacionada com a suspeita clínica de outro problema de saúde (oncológico). Tínhamos longas conversas à hora da refeição ou à porta do centro ou onde eu almoçava algumas vezes³⁵. Dinis era um homem culto e falávamos com frequência da política nacional e dos políticos, das notícias e polémicas que iam acontecendo. Sempre interessado em partilhar a sua opinião sobre as “trafulhices” públicas, como dizia, indignava-se com casos mediáticos como, por exemplo, as “carreiras da solidariedade” referindo-se ao caso da ONG criada por Passos Coelho³⁶, “que se orientava muito bem”, dizia, e ao caso de Isabel Jonet³⁷, Presidente do Banco Alimentar, muito falado naquela altura.

No dia em que o conheci apresentou-se dizendo: “Fiz parte da classe média da parte da mãe e da parte do meu pai da média-alta”. Nasceu em Moçambique e vivia em Portugal há mais de 40 anos. Estava divorciado e tinha uma filha a viver no Algarve com quem tinha pouca relação. Era licenciado em Matemática e trabalhou em investigação operacional de matemática aplicada num laboratório universitário em Lisboa. Estava desempregado e recebia 179 € de Rendimento Social de Inserção, valor calculado “por ser sozinho e não pagar renda” (vivia em casa própria na Amadora). Ia todos os dias a Lisboa, à cantina e tratar de afazeres que grande parte das vezes serviam como desculpa para sair de casa. Numa das conversas que tivemos contou-me o seguinte:

³⁵ Eu não estava inscrita como beneficiária da cantina, contudo foi-me autorizada a livre circulação nos espaços de refeição e a possibilidade de almoçar, pagando o mesmo valor cobrado aos beneficiários.

³⁶ Uma das polémicas a que Dinis se referia era o caso da ONG fundada por Passos Coelho, Ângelo Correia, Marques Mendes e Vasco Rato, o “Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC)”. Esta organização foi financiada exclusivamente pela Tecnoforma, empresa onde Passos Coelho foi consultor e que esteve indiciada por suspeitas de corrupção, abuso de poder, participação económica e prevaricação. Posteriormente, alguns dos fundadores confrontados com a relação com a Tecnoforma negaram ter tido participação na ONG, dizendo que não se lembravam da sua ligação à mesma.

³⁷ Isabel Jonet, presidente da Federação Portuguesa dos Bancos Alimentares, foi protagonista de alguns casos polémicos que revelaram a sua posição classista e elitista sobre a pobreza e a fome. Um deles foi o famoso “caso dos bifés”. Este surgiu no âmbito de uma entrevista de Isabel Jonet à SIC Notícias. Transcrevo a frase que gerou a polémica. “Acho que vamos ter que empobrecer muito, mas sobretudo vamos ter que reaprender a viver mais pobres (...) Se nós não temos dinheiro para comer bifés todos os dias não podemos comer bifés todos os dias”. Informação disponível em: <https://sicnoticias.pt/economia/2012-11-08-Presidente-do-Banco-Alimentar-diz-que-portugueses-tem-de-aprender-a-subsistir-com-pouco>

Estou a rever tudo [referia-se a matérias escolares] e agora estou-me a preparar para ver se largo o rendimento mínimo [RSI]. Quero ver se vou dar explicações [questionei o motivo]. Eu já estou farto de entrevistas com assistentes sociais, não é? Tenho que engolir muitos sapos vivos (...) elas também são funcionárias, repare isto é uma bola de neve, começa no governo e depois vai-se alastrando. Elas também são vítimas, são funcionárias do Estado, é uma bola de neve (...). Eu morava aqui em Lisboa e fui chamado, diz que foi para me conhecer, os meus problemas de saúde e tal. Não foi para me conhecer nada, foi apenas para tentar descobrir falhas minhas porque eu estava a receber o rendimento mínimo. No fundo é uma polícia administrativa, de assistentes sociais não têm nada. Eu não quero ser maior que ninguém, mas quer dizer... fazem as pessoas de estúpidas, de muito estúpidas. Depois têm sempre solução para a nossa vida. Têm sempre soluções e eu ‘tou farto delas!³⁸

O processo que envolvia o Rendimento Social de Inserção, o requerimento e as renovações, requeria entrevistas e contatos frequentes com a Segurança Social através das assistentes sociais que “geriam” os beneficiários. A intervenção constante e paternalista dos assistentes sociais tinha como objetivo garantir que Dinis se mantinha focado e eticamente mobilizado para resolver a sua situação, ao mesmo tempo que contribuía para o *bem público*, como explico adiante. Por outro lado, o método inquisitivo e intrusivo da Segurança Social era percebido por Dinis como uma “polícia administrativa”. Dinis estabelecia um paralelismo entre o perscrutar persistente da sua vida com a ideia de repressão, violência e vigilância do Estado Novo, uma evocação simbólica da PIDE³⁹ à qual por vezes se referia fazendo o paralelismo entre os dois processos histórico administrativos. A sua ideia expressava uma opinião extremada sobre o processo de atribuição e controlo do Rendimento Social de Inserção.

Os encontros entre as assistentes sociais e os beneficiários assentam numa lógica programática de correção dos *desvios* do comportamento dos sujeitos, pensados pelo sistema

³⁸ Não fiz a correção frásica das citações dos interlocutores, pois penso ser mais ilustrativo apresentá-las tal como foram recolhidas na etnografia. De igual modo, mantive a forma e a gramática das transcrições do meu caderno de campo sem correções.

³⁹ Acrónimo de “Polícia Internacional e de Defesa do Estado”. Foi uma polícia política portuguesa do regime do Estado Novo, responsável pela repressão de todas as formas de oposição ao governo.

como sendo pouco empreendedores e, por vezes, prevaricadores. Dinis falava dos programas de inserção como mecanismo de Estado “para esconder os números e não só”. Vejamos outro relato:

Não sei se reparou que as estatísticas do desemprego são cada vez menores. Então o que é que eles fazem no rendimento mínimo e no desemprego é pôr as pessoas a trabalhar para o Estado, fazer formações, etc. para esconder os números. E então o que é que ela quer comigo [a assistente social]? Quer que eu vá dar apoio escolar numa instituição da Câmara Municipal da Amadora (...) receberia o subsídio de alimentação e continuaria a receber o rendimento mínimo. Mas eles cobram dos alunos - que eu estive lá há dias sem me identificar e tal - e eles cobram dos alunos, cobram 8€ por aluno. É um centro escolar camarário que conta com muita mão de obra de pessoas desempregadas e outras. Agora, eu não vou! Não vou de maneira nenhuma, eu tenho dificuldades mas não... a escravatura do século XXI não é comigo, não! Prefiro passar fome, ir para o olho da rua, mas trabalhar assim de graça não vou trabalhar. Queria pôr-me a trabalhar na informática, na programação porque eu tenho umas noções disso. Pois, ‘porque senão perde o rendimento mínimo’. Vi-me doido! Então se a Câmara precisa contrate pessoal, os trabalhos são das 9 às 5 da tarde, aquilo é um trabalho! Pago com o rendimento mínimo! (...) E não se ouve falar de uma revolta popular, as pessoas parece que já se habituaram a isso. E aí transformam-se em profissionais da pobreza. Eles enganam-nos e a gente engana-os a eles, porque eles enganam muita gente. Isto foi há uns dois anos quando as reinserções entraram em força [2012]. Não... o país está em dificuldades, está a ser gerido com muitas dificuldades pelos portugueses, então é uma maneira dos que ganham o rendimento mínimo contribuírem para resolver a crise do país.

O Rendimento Social de Inserção está integrado num plano de reinserção no mercado de trabalho que se enquadra num conjunto abrangente de políticas de “cidadania ativa”, assim definidas nos textos institucionais. Como mostra o caso de Dinis, a aplicação destas políticas abala noções de liberdade e de escolha, afetando ideários de cidadania e a perda de direitos e deveres adquiridos. Os pensionistas e desempregados de longa duração que não estão em fase

de reforma fazem parte de um banco de mão de obra utilizado como fonte de rendimento do Estado. Estas políticas visavam retirar carga orçamental ao governo, dado que o trabalho dos referidos “inativos” evitava a contratação pública. Os desempregados de longa duração que não estão em idade da reforma, entre outros “inativos”, são “marshalled citizens” que devem reunir-se num “espírito de corpo” - usando as expressões de Muelbach (2012) - para a causa social. Este caso revela que a “causa social” era a contribuição individual para a diminuição de gastos públicos, em linha com o imperativo de cumprimento das metas orçamentais do Estado.

Dinis estava obrigado a aceitar os trabalhos propostos pela Segurança Social sob pena de perder o Rendimento Social de Inserção. Por outro lado, o seu contrato de trabalho numa instituição escolar com um horário das 9 nove da manhã às 5 da tarde correspondia a um período laboral comum nos serviços públicos. Para este homem, a assinatura do contrato significava ser conivente com um regime laboral atípico, que rompia com as noções sobre o que, para ele, deveria ser o trabalho, a justiça e dignidade.

Como descrevi anteriormente, durante o período austeritário os apoios sociais foram reduzidos e o objetivo de controle e equilíbrio das contas públicas originou políticas estatais de retenção de recursos orçamentais. Para cumprir esta determinação foram criados planos que canalizaram força de trabalho “passiva” através do *aproveitamento* da mão de obra disponível na sociedade. O caso de Dinis e de outros informantes que conheci estão integrados precisamente nesta linha programática. A terminologia técnico-administrativa, os “passivos”, enquadrava legislativamente pensionistas e desempregados e é, na minha opinião, concomitantemente uma categoria política de estímulo ao dever social e à cidadania ética.

Estes planos adscvem-se a programas supranacionais que decorrem de diretrizes comunitárias disseminadas entre os Estados membros. As estratégicas inscrevem-se numa narrativa ideológica das instituições de poder, que advogam, como diz Muelbach, que os cidadãos devem manter-se “socialmente ativos participando nas esferas da vida pública produtiva, que é o caminho para se manterem moralmente virtuosos” (2012: 147). Segundo a autora, a “virtude acumulada” dos voluntários deve, assim, ser colocada ao serviço da

*sociedade*⁴⁰. Isto significa que os “passivos” devem realizar trabalho para o bem público (para o *social*), ou dito de outra forma, aplicar a sua “virtuosa” disponibilidade na sociedade alargada.

No grupo dos “passivos” estão as gerações mais velhas que, segundo a autora, fazem parte da categoria de “cidadãos éticos”. Com o objetivo de delinear estratégias para a melhoria da qualidade de vida deste grupo populacional, as Nações Unidas organizaram em 2002 a 2ª Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento. Uma das linhas de atuação foi o “Plano de Ação Internacional de Madrid sobre o Envelhecimento”⁴¹ orientado para a promoção do bem-estar dos idosos. As medidas do plano contemplavam a realização de atividades ligadas ao voluntariado e ao trabalho social. Vejamos uma entrada do texto onde se espelham estas ideias:

Promover uma compreensão mais ampla da função cultural, social e económica e da constante contribuição dos idosos na sociedade, incluindo a do trabalho não remunerado é uma medida de reconhecimento da contribuição social, cultural, económica e política dos idosos.

Com base neste paradigma, os dependentes seniores (pensionistas) que estivessem aptos para o *dever cívico* são convocados a usar a sua experiência de vida, maturidade afetiva e social. Este desígnio está subjacente à ideologia neoliberal que tem expressão nestas orientações, que cruzam a senioridade com a categoria política de cidadania ética. Assim, podemos afirmar que a retração dos gastos com os apoios da Ação Social está vinculada a uma economia moral, que constrói categorias políticas que são dispositivos funcionais: mão de obra externa ao Estado.

Em Portugal, as reformas do Estado Providência implementadas pelo governo de Pedro Passos Coelho tiveram como consequência a transformação de um sistema de proteção de

⁴⁰ A autora faz uma distinção pertinente entre o “social”, como o universo simbólico do *bem público* no qual o Estado Providente deveria intervir e a “sociedade”, como a entidade concreta, as pessoas que se substituem a ele. Na esfera da Ação Social, a dita *sociedade* é incumbida, justamente, de contribuir para dar resposta ao *social*. Esta distinção é pertinente e por isso a utilizo pois descreve de forma clara dois conceitos funcionais, centrais ao desenvolvimento das reflexões que faço nesta tese.

⁴¹ <https://www.un.org/esa/socdev/documents/ageing/MIPAA/political-declaration-sp.pdf>

direitos adquiridos para um sistema distributivo assistencialista. Este regime assentava em processos burocráticos e decisões tomadas caso a caso. Este sistema visava avaliar a *viabilidade* dos cidadãos para se tornarem elegíveis para os apoios públicos, com base numa lógica de merecimento e vontade individual para o trabalho. Neste sentido, a reformulação das categorias emprego/desemprego geram um processo de degradação do trabalho e da sua constituição como um valor social. O desemprego é uma condição objetiva de quem não tem emprego, contudo, à luz do paradigma da reforma do sistema de apoio social verifica-se uma inflexão do conceito, que o torna abstrato e vinculado ao escrutínio estatal. Os desempregados vivem num sistema de controlo restrito sobre a sua condição (Dubois 2009), que depende de elementos subjetivos como o próprio comportamento do indivíduo e o *desejo* de se tornar ativo e eticamente engajado através da participação na sociedade normativa (Standing 2000). Por outro lado, os desempregados deviam demonstrar um comportamento de procura “ativa” de emprego⁴² e estavam sujeitos a medidas de “*follow up* administrativo” (Dubois 2009: 222). No caso português, um exemplo destes processos foram as polémicas “apresentações quinzenais”, assim definidas no programa subsidiário. Os desempregados que recebiam subsídio de desemprego estavam obrigados a fazer as referidas apresentações na Junta de Freguesia da área de residência ou noutra lugar designado para o efeito. O objetivo era provar presencialmente que continuavam desempregados e não tinham viajado para fora do país⁴³ ou emigrado. As apresentações quinzenais sob a égide do “acompanhamento ativo” deixaram de ser obrigatórias em virtude de forte contestação pública, dados os sentidos de humilhação que geravam⁴⁴.

As reformas legislativas de subsidiarização do desemprego alinharam-se com esse paradigma de controlo e de escrutínio de comportamentos. A vigilância das condições de

⁴² Neste processo, a procura “ativa” de emprego tinha de ser obrigatoriamente provada pelo beneficiário do subsídio de desemprego. Esta prova era documental e fazia-se através da apresentação dos documentos de candidaturas de emprego que a pessoa tinha realizado. Podiam ser emails ou cartas que deveriam estar assinados e preferencialmente carimbados pela empresa à qual o indivíduo se tinha candidatado, certificando essa candidatura. Para cumprir a lei, existia um número mínimo de candidaturas que tinha de ser feito para um período de tempo específico.

⁴³ As saídas do país deviam ser comunicadas previamente à Segurança Social e o período de ausência estava limitado a regras do próprio programa.

⁴⁴ Retomo este tema no Capítulo 7 onde analisarei como aos efeitos negativos de ter de recorrer à ajuda alimentar se reforçam com os sentidos de vergonha e estigmatização, que decorrem dessa necessidade. No seu conjunto o impacto é devastador, como mostrarei no referido Capítulo.

elegibilidade para os subsídios de desemprego incluía outros “dados”, como as relações sociais, de amizade e familiares dos requerentes e outros de cariz pessoal - à frente mostrarei um caso que ilustra bem este ponto. Nesse caso mostrarei como o processo analisava comportamentos e formas de vida de modo a registar as ajudas extra estatais a que os indivíduos pudessem recorrer. Dada a subjetividade da grelha de aferição de dados, no entender de alguns interlocutores o processo de requerimento de subsídios era obscuro e enviesava as necessidades reais dos sujeitos.

Como vimos, os beneficiários do subsídio de desemprego estavam obrigados a aceitar as propostas de emprego que lhes eram impostas, como exemplifica a história de Dinis. Pese embora o trabalho subsidiado não seja um emprego normativo e remunerado, os indicadores oficiais apresentavam dados estatísticos de taxas de emprego e desemprego favoráveis e em linha com os objetivos dos programas estatais. Para Dinis, os métodos usados pela administração pública na avaliação de dados escamoteavam a situação real do desemprego no país, e tinham o objetivo de manipular os indicadores oficiais. As conversas que tivemos incidiam com frequência sobre este ponto. Numa ocasião disse-me o seguinte:

Não sei se a Fernanda reparou que as estatísticas do desemprego estão cada vez menores. Então o que é que eles fazem? No rendimento mínimo e no desemprego, põem as pessoas a trabalhar para o Estado, fazer formações, escolas, etc., para esconder os números. As pessoas estão desempregadas mas para eles faz de conta que não estão. Uma grande trapaça, mas eu não vou na história.

As políticas “ativas” e “passivas” adotavam um conjunto de medidas tecnocratas baseadas na culpabilização e responsabilização dos cidadãos pela sua própria condição. No caso do Rendimento Social de Inserção, o subsídio veiculava uma carga simbólica pejorativa, manifestada pelos meus interlocutores através de uma linguagem específica. A saber, referiam-se ao Rendimento Social de Inserção como “a inserção”, uma expressão generalista que cristalizava perceções de exclusão e uma interpretação de valor negativa. Receber um subsídio social não constituía um direito concreto, era uma decisão pessoal que obrigava os requerentes a negociar várias escolhas éticas. No caso de Dinis, a necessidade de receber ajuda pecuniária tinha como contraponto a aceitação de uma condição de precarização e de

pertença a uma classe social profissionalmente marginalizada da sociedade portuguesa. A sua decisão foi subjetivamente negociada, uma escolha de valor substanciada na sua conceção de outras *necessidades*.

Os modelos de providência que descrevo estão fundamentados numa filosofia social em que cada caso é um caso, por oposição à providência tradicional keynesiana de universalização de direitos. Receber um subsídio depende dos requerentes e do seu desejo de cumprir com as contrapartidas - formais e morais - dos apoios dados pelo Estado benevolente. Neste sentido, acompanho Vincent Dubois quando defende que se trata de um “processo de individualização conjugada com a suspeição institucional de responsabilização ou culpa” (2009: 225). Os beneficiários eram pensados como projetos, e cada requerente é o sujeito de um “plano de emprego”, assim definido nos textos institucionais.

O Instituto Nacional de Estatística (INE) e o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) detêm a autoridade sobre os indicadores, taxas de emprego e desemprego e os meios estatísticos de análise do “estado social” do país. As análises baseavam-se em três categorias complementares de “empregados” e de “desempregados”, que eram, à data, os “inativos disponíveis”, os “inativos desencorajados” e o “subemprego visível” (Caleiras 2011)⁴⁵. Estas classificações eram atribuídas pelo Centro de Emprego aos cidadãos depois das entrevistas de avaliação, que tinham o objetivo prático de analisar a disponibilidade, interesse e vontade das pessoas para trabalhar - sem remuneração - e/ou receber formação. Aferiam ainda o seu *estado de consciência* sobre a responsabilidade moral que implicava receber um subsídio. Este processo de classificação dos requerentes é concetualmente humilhante e também subjetivo, pois os dados dependem do encontro entre o sujeito e os “burocratas impessoais” (Dubois 2009), como mostra o caso que descrevo a seguir. Com base na minha etnografia concordo com o autor quando aponta que as tecnologias de classificação

⁴⁵ Definição de Caleiras: “Na primeira cabem os desempregados que desejam trabalhar e que estão disponíveis, mas que não fizeram diligências para arranjar emprego nas últimas quatro semanas anteriores ao inquérito. No caso dos ‘inativos desencorajados’ trata-se de desempregados que, embora estando disponíveis para trabalhar, não procuraram, todavia, emprego há mais de quatro semanas anteriores ao inquérito. As razões para a ‘não procura’ são várias: ou porque não têm instrução suficiente, ou porque não sabem como procurar, ou simplesmente porque entendem que não vale a pena procurar por não haver empregos disponíveis no mercado. Por fim, na categoria ‘subemprego visível’ incluem-se os empregados com duração habitual de trabalho inferior à duração normal do posto de trabalho (trabalham menos de 15 horas por semana), mas que declararam desejar trabalhar mais horas. Caso não o declarem, passam a ser considerados empregados em *part-time*”

e de decisão são em grande medida impraticáveis enquanto critérios administrativos objetivos. Porém, importa recordar que é a partir desses encontros que se prescrevem as respostas institucionais de apoio com impacto decisivo nas vidas dos sujeitos. Apresento em seguida um caso etnográfico que ilustra bem esta ideia.

Madalena tinha requerido o Rendimento Social de Inserção na Segurança Social de Setúbal e recebeu posteriormente uma convocatória para uma reunião com uma técnica, na Junta de Freguesia de Azeitão. Depois de conversarmos pedi-lhe que escrevesse o encontro, relato que transcrevo integralmente e sem revisão formal pela importância do detalhe.

Chega a técnica (a doutora, como disse a funcionária da Junta que me recebeu) que não é da Junta, é da ação social. Descobri que é a minha assistente social e que para além dela vou receber visitas de outra técnica da sua equipa, uma espécie de assessora. Apresenta-se dizendo que “não tem nada a ver com a Segurança Social” mas não diz a que organismo pertence. Apresentou-se como “da ação social”. O que é a ação social? pensei. A Segurança Social, a Câmara? Não percebi o vínculo com o meu pedido de RSI feito há mais de um mês num balcão da Segurança Social de Setúbal. Insistia que não era da Segurança Social e só sabia que “a Segurança Social me mandou e por isso tenho que lhe fazer umas perguntas para acrescentar ao meu processo”, olhando para um conjunto de folhas impressas só com umas linhas no cabeçalho em letras muito pequenas, provavelmente para não serem lidas pelos entrevistados. Explicou que depois da entrevista “vou com a sua história a uma junta, apresento o seu caso e só depois se decide”. Percebi que era a Segurança Social a decidir. Depois da decisão e no caso do meu pedido ser diferido teria que assinar um contrato com a Segurança Social e receber os 178 € de RSI, pensava eu.

Começou o questionário. Cada pergunta correspondia a uma folha que estava em branco com os tais cabeçalhos. Perguntou onde tinha nascido, onde tinha vivido e há quanto tempo vivia em Azeitão. Com que idade tinha vindo para Portugal e se tinha família na freguesia. Amigos também, se tinha amigos perto. Achei estranhíssimas as perguntas e de índole tão pessoal que cheguei a verbalizar a estranheza. Ela explicou-me sorrindo que era “unicamente para o processo dela” pois precisava de perceber o “meu contexto, as relações sociais que tinha, os laços comunitários”. Perguntou-me

também se me dava bem com o meu pai e com a minha irmã e foi aí que lhe disse que recusava responder por motivos óbvios, e que a recusa tinha a ver com o facto do processo ser demasiado devassador da minha vida e que se tratavam de questões do foro privado. Fez questão de explicar que percebia perfeitamente e que ela própria tinha uma opinião pessoal sobre o assunto como que dizendo que também as achava intrusivas. Disse que por lei eu tinha o direito a recusar a responder e que se assim fosse, ela compreendia. Muito zangada respondi que essa informação já devia ter sido dada logo no início do questionário, porque se eu soubesse que tinha o direito de não responder teria escolhido não responder o que já tinha respondido! Ficou sem saber o que dizer e algo constrangida.

O questionário continuou com as perguntas que eu já esperava, sobre o meu agregado, o meu filho e os estudos, sobre o meu divórcio, há quantos anos estava divorciada e se recebia pensão de alimentos. Disse-lhe que nunca tinha recebido pensão de alimentos por decisão conjunta com o pai do meu filho, pois considerámos na altura que não era necessário formalizar essa parte por termos uma relação de amizade e nos entendermos bem. Parou, procurou nas folhas como que à procura de algo específico e viu que numa das folhas existia uma informação, e que dizia que eu tinha sempre recebido uma pensão de alimentos, de 291,66 €!! Fiquei estupefacta e conversámos largamente sobre o assunto já que essa informação estava errada! Ela própria ficou chocada com a informação incorreta da Segurança Social e por que motivo aparecia um valor tão preciso. Disse que eu tinha de ir imediatamente à Segurança Social mais próxima e dizer que aquele valor estava errado. Fiquei surpreendida com a sua sugestão de resolução de uma questão que, sendo tão específica, não seria certamente resolvida daquela forma tão simples. Como é que a ida a um balcão da Segurança Social e a afirmação de que “isso que está aí no vosso sistema está mal” poderia ter eficácia? É lógico que ia ser muito mais complicado do que isso. Explicou-me que se eu não fizesse isso iria receber um valor de RSI de aproximadamente 20 €. Ela própria fez os cálculos no papel e concluímos que o valor do RSI a receber seria ainda mais baixo. Os cálculos foram os seguintes. Valor a que eu tenho direito: $178 \text{ €} + 70 \% \text{ de } 178 \text{ €} = 302 \text{ €}$. Desse valor iram ser retirados 291 € da pensão de alimentos, o que resulta em 11€. Os 178 € é o valor máximo

assignado ao requerente do RSI e os 70 % de 178 € dizem respeito a cada elemento adulto que façam parte do agregado do requerente. Rimos. Expressei nova estranheza porque eu não estava a requerer o RSI para o meu filho, só para mim e tinha sido isso que eu pus no formulário entregue na Segurança Social, tinha sido só para mim. Expliquei isso e a resposta foi: "Mas pôs lá o seu filho não pôs?" - uma das questões do formulário de requisição do RSI era sobre o agregado, quantas pessoas e quem. E eu respondi: "Pus, evidentemente, porque ele pertence ao meu agregado. Não podia responder outra coisa, certo?". "Então se pôs ele tem de fazer parte do RSI", respondeu não percebendo a incoerência da questão. Estupefacta expliquei que não era esse o meu objetivo e que não queria o meu filho envolvido em obrigações contratuais "de RSI" já que, pelos vistos, se estendem ao agregado do requerente, segundo a técnica me explicou. Significa que ele teria obrigação de fazer as formações e/ou aceitar os trabalhos sem remuneração que lhe oferecessem.

O meu filho é adulto e está a estudar na faculdade e eu não quero envolvê-lo no meu RSI. "Mas pôs lá não pôs?" continuava. Desisti. De salientar que antes desta entrevista recebi em minha casa duas cartas da Segurança Social que pediam um comprovativo de inscrição da universidade onde o meu filho estudava e um comprovativo sobre a residência do pai do meu filho para garantir que os dois não morávamos na mesma casa. Apesar de existir informação disponível nos sistemas informáticos - por exemplo no portal das finanças - pedi ao pai do meu filho uma fatura da luz da casa onde ele mora e enviei para a Segurança Social, bem como o comprovativo da universidade do meu filho, o que evidentemente deu muito trabalho. Tudo isto para receber 11 €; se eu tivesse sabido do valor não teria sequer começado o processo. Antes de terminar a entrevista que aproximadamente durou duas horas e meia, a técnica passou para a última folha do questionário e que era sobre o "plano pessoal de emprego" (estava assim escrito em letras grandes). Expliquei que estava a estudar e o meu desejo era terminar os estudos e trabalhar nessa área. A interlocutora foi modificando a postura e tornou-se muito amável e inclusivamente chegou a explicar como "fugir" da possível convocatória que eu provavelmente receberia para ir trabalhar como contrapartida do RSI (11 €). Fez uma espécie de ditado que eu anotei. Disse que eu podia tentar, porque por vezes resultava, responder à Segurança

Social uma coisa nos seguintes moldes: “que agradecia mas que o trabalho oferecido não se enquadrava nos meus interesses curriculares profissionais e eu estava de momento a realizar de forma privada aprendizagens (leituras, estudos, etc.) nas áreas do meu interesse e a envidar esforços para uma rápida inserção no mercado de trabalho”.

Depois desta entrevista, passado muito tempo, recebi dois telefonemas desta técnica perguntando se já tinha resolvido o “problema” na Segurança Social (informação errada da pensão de alimentos). Inclusivamente recebi a visita de uma outra técnica em minha casa para fazer o *follow up* do processo, genuinamente preocupada com o erro da pensão de alimentos. Disse-lhe que tinha desistido e que não precisavam de se preocupar mais com o meu processo.

Este caso mostra como o formato administrativo de monitorização da *verdade* se fundamenta em interpretações a partir das quais as decisões dos funcionários são tomadas com base nas respostas dos sujeitos. Os “dados” são subjetivos e dinâmicos em virtude da dimensão temporal dos acontecimentos, dos aspetos anímicos e conjunturais da vida dos entrevistados. Os projetos e os planos propostos pelos técnicos tendem a expressar preocupação com o indivíduo através de um conhecimento que dizem ser próximo, detalhado e personalizado. Sobre este ponto concordo com Dubois quando diz que a “individualização é sustentada por uma filosofia social que afirma a necessidade de colocar ‘o pessoal’ e as ‘suas necessidades’ ou ‘aspirações’ no coração das ‘novas políticas sociais’ (2009: 224). Contudo, alguns dos efeitos práticos são a perda de autonomia e o poder de decisão, à luz dos interesses individuais e dos objetivos profissionais das pessoas. Assim, podemos afirmar que este processo ignora a agencialidade dos indivíduos e a sua capacidade de fazer escolhas significativas.

Ao intenso escrutínio que descrevi acrescem contradições e erros nos dados - como o caso da pensão de alimentos que Madalena nunca recebeu - que conduzem ao descrédito no sistema, na justiça e na eficácia real dos planos de apoio. Por outro lado, a arquitetura dos programas abrange e responsabiliza o agregado familiar como um todo, sendo que essa visão agregadora despersonaliza e retira individualidade fundamental à construção da *persona*. Por outro lado, podemos afirmar que as políticas públicas repressivas - subjacentes ao modelo de

acompanhamento e de controlo administrativo - geram representações identitárias consentâneas com a ideia de uma classe burocraticamente perseguida e pouco protegida pelo Estado (Wacquant 2008). Os planos de ativação dos beneficiários geram uma relação entre o serviço público e o cidadão alicerçada na falsa co-responsabilização do indivíduo no seu próprio *projeto de melhoria*. Em suma, o encontro do cidadão com o Estado está mediado por uma teia de obrigações formais moralizadoras, que abalam sentidos de individualidade e de autoestima.

Assim, concordo com a afirmação de Fonseca, Scalco e de Castro (2018) que defendem que a promoção de ideias como inovação e proximidade com o cidadão ocultam a dimensão sentencial dos programas institucionais, que delegam nos cidadãos a mobilização de recursos próprios, como redes de apoio familiar e privado. A questão formal que a técnica colocou a Madalena sobre as relações de amizade que tinha em Azeitão e sobre a morada da sua família apontam nesse sentido. Na minha opinião, reforçam sentimentos que frustram as expectativas de autonomia e autodeterminação e, por outro lado, sugerem planos de dependência familiar. Em última instância, este modelo quebra com o projeto anteriormente consolidado de melhoria pessoal e não fomenta a independência económica - intrínseco ao projeto europeu das últimas décadas do século XX.

Por último, no âmbito dos dados públicos sobre o “estado social” do país, saliento que os indicadores de pobreza e outros foram disseminados pela imprensa nos mais diversos fóruns, servindo de suporte cientificista da narrativa da “crise” que visava justificar as medidas de austeridade. A exposição da pobreza deve ser pensada como uma forma de violência social, um mecanismo de propaganda ideológica que promovia uma perspetiva de risco de pobreza, caso o resgate da economia não tivesse sucesso. O conjunto das tecnologias de Estado produzem-se, portanto, também através de narrativas invisíveis, subliminares, conselhos benevolentes sobre a saída da condição de precariedade das pessoas e que só a elas cabia resolver.

2.4. A rede

No espectro das medidas de apoio social produzidas a partir de 2013, o governo criou duas redes de acompanhamento à população, a Rede Local de Intervenção Local (RLIS) e o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) para “acolher, acompanhar e

assegurar situações de emergência e vulnerabilidade de pessoas em situação de carência económica” (Joaquim 2015: 50). Estas redes operacionalizaram-se através das IPSS, sendo que uma das funções delegadas foi a receção e gestão dos processos de requisição do Rendimento Social de Inserção, do subsídio de desemprego e outras prestações. As redes geriam ainda prestações extraordinárias para situações com necessidade de resposta urgente das populações locais, como o pagamento extraordinário das rendas da casa, da luz, etc. - os chamados “subsídios eventuais” (Ibidem). Em 2014 criou-se a Rede Nacional de Intervenção Social (RNIS+) para gestão e acompanhamento de proximidade de famílias mais vulneráveis, mecanismos também operacionalizados através das parcerias público privadas, as IPSS da rede.

Os apoios locais e comunitários passavam por um processo de atribuição aos requerentes de um chamado “gestor da família”, um “planificador e gestor dos diferentes apoios prestado a cada família” (Ibidem)⁴⁶. A sua função era justamente a de gerir pedidos de subsídios e necessidades agregadas da família. A introdução desta figura no programa público de “administração social” tem uma dimensão simbólica que produz e reproduz a ideia de incompetência individual ou mesmo de imaturidade e irresponsabilidade dos requerentes de apoio. O suporte funcional dessa gestão é a “rede” institucional mista (pública e privada), uma infraestrutura de Estado que centraliza informação sobre os recursos formais e informais disponíveis. A arquitetura do sistema alicerça-se na parceria e articulação com as organizações de voluntariado, que cooperam na providência social, integrando o Terceiro Setor no modelo social português através da externalização de serviços.

As organizações de voluntariado que fazem parte desta pesquisa inserem-se neste sistema de providência pautado pela liberalização da economia social, que constituiu um fator basilar da gestão pública da “crise”. As organizações solidárias estão inscritas nas plataformas tecnológicas institucionais através das quais se transferem, disponibilizam e partilham informações e recursos. De igual modo, os diferentes organismos da Segurança Social fazem parte da rede e encaminham beneficiários para as agências voluntárias, principalmente os casos ditos “complexos” que não têm enquadramento formal, isto é, não são elegíveis para apoios estatais.

⁴⁶ A figura de “gestor de família” remete para o “médico de família”, que centraliza e organiza a gestão clínica das pessoas.

As organizações de voluntariado têm acesso à rede permitindo procurar e gerir soluções de situações que têm em carteira. A habilidade no manejo desta infraestrutura constitui também um fator simbólico de pertença a uma classe detentora de capitais intelectuais elevados; reforça representações de diferença social entre os vários sujeitos envolvidos (voluntários e utentes). Para além da rede institucional, os voluntários recorrem, simultaneamente, a capitais sociais próprios - à sua rede de conhecimentos - que utilizam informalmente e com engenho para responder a necessidades de utentes que não têm enquadramento no sistema estatal. Com base na pesquisa, verifiquei como as associações voluntárias têm um papel fundamental na resposta aos casos de grande urgência e sem resposta institucional, os “complexos”. De um modo geral, todas as organizações que acompanhei eram muito hábeis na procura de outras ajudas utilizando contatos privilegiados, por exemplo, nas Juntas e órgãos camarários. Este quadro que reúne apoios formais e informais é um sistema que conjuga o público e o privado e constitui um modelo agregado da Segurança Social. Como dizem Fonseca, Scalco e de Castro, o conjunto total das possibilidades formais e informais do Estado são “infraestruturas, técnicas administrativas, engenharias, materialidades e mediações diversas (...) não como sistema estabilizador, e, sim, uma juntada de práticas” (2018: 275).

Durante o período austeritário alargou-se o campo de ação da Segurança Social de inspiração liberal setorial. Os casos etnográficos que acompanhei levam-me a concluir que o sistema público salvaguarda e coopera com o privado através do referido “conjunto de possibilidades”, que constitui o modelo português de providência mista.

2.5. Passivos e “ativados”

Para adensar o argumento anterior retomo o estudo etnográfico de mecanismos públicos de Ação Social de proteção ao emprego/desemprego. Nesta esfera de intervenção integram-se novas formas de extração do trabalho (Matos 2014), formatos operativos que utilizam mão de obra subsidiada. A jusante, a quebra com o sistema de trabalho keynesiano capitalista diminui a proteção laboral, que se reforça através de formatos de apoio social mistos, como mostrarei em seguida.

Por outro lado, os dispositivos retóricos de merecimento estão vinculados a um conjunto de imaginários como a vontade de trabalhar, a eficiência pessoal e o comportamento ativo

dos cidadãos, conceitos centrais das estruturas de apoio social. Paradoxalmente, a diminuição da oferta de trabalho, principalmente para os que detêm menos qualificações profissionais, põe em evidência uma situação em que, como dizem Read e Thelen, “cada vez menos as pessoas são capazes de ir ao encontro deste requisito moral [*vontade* de trabalhar] e, por isso, cada vez mais ficarão socialmente excluídas” (2007: 9). Neste sentido, podemos dizer que a visão programática de responsabilização dos cidadãos pela sua condição - pensada como inativa - colide com a realidade social. Quer dizer que se as receitas do trabalho são fundamentais para a reprodução social, por outro lado, o desemprego não depende da vontade do indivíduo mas sobretudo das condições do mercado.

Em Portugal, a partir de meados da década de 1990 o conceito de “ativação” tornou-se central no discurso político de recuperação do desemprego, a partir do qual se desenvolveram um conjunto de medidas de “inclusão” na sociedade. Os programas de participação ativa no mercado de trabalho estão baseados em dinâmicas administrativo-burocráticas que, em meu entender, nalguns casos, têm um efeito contrário ao seu objetivo: enfraquecem o emprego estável, o salário seguro e os benefícios de proteção, por exemplo, em situação de desemprego.

No âmbito dos programas de “ativação”, as categorias emprego e trabalho são reformuladas e as atividades profissionais não remuneradas de desempregados e pensionistas são apresentadas como socialmente participativas, como mostrou o caso de Dinis. Em simultâneo, oferecem aos beneficiários de subsídios ferramentas para ativar as suas competências e voltar ao mercado de trabalho remunerado. Porém, a eficácia do modelo de natureza ideológica é discutível, embora se defina como um sistema generoso que motiva as pessoas a procurar novas perspetivas de futuro - e de vida - para que se tornem gestores das suas vidas (Pfeilstetter 2011).

A partir do ano 2000 foram reforçados os mecanismos de inserção profissional dos sujeitos classificados como “ativos” e “passivos”, através de diferentes modalidades como formações, estágios e outros programas. Este paradigma é um marco da política pública que se reafirmou naquele período, sob a égide da reintrodução dos cidadãos numa tradição de “trabalho real” (Caleiras 2011) com base no tropo da inclusão social.

Em Portugal, algumas das modalidades públicas que constituem esta filosofia são os “planos ativos de manutenção e criação de emprego” (Caleiras 2017), elaborados para os

cidadãos “passivos”, desempregados e beneficiários de subsídios de desemprego, de Rendimento Social de Inserção, entre outras prestações. Na primeira década de 2000, os “passivos” foram também abrangidos por outros programas de “ativação”, como estágios, bolsas de formação profissional e outros, que promoviam putativamente a sua integração no mercado de trabalho. Entre eles destacam-se o FORDESQ (Formação Profissional para Desemprego Qualificado); o POC (Programas Ocupacionais Subsidiados); os POC Carenciados (“frágeis condições de recursos apresentados pelos desempregados”); “Escolas Oficina”; “Inserção-Emprego” (Caleiras 2011). O objetivo dos programas visava manter o cidadão integrado e socialmente produtivo durante a situação de desemprego e de beneficiário de apoio do Estado.

A narrativa subjacente é tornar o cidadão “num agente competente com quem o Estado negocia o formato das medidas e define os direitos e as obrigações” (Hespanha 2018: 3). O processo passa pela formulação de uma proposta escolhida entre várias possibilidades, que é oferecida ao beneficiário. Concordo com Dubois (2009 e 2010) que define estes mecanismos como práticas de controlo burocrático e de responsabilização dos trabalhadores, pilares de governação das políticas sociais europeias, que têm a montante linhas estratégicas de retração de apoios sociais. Assim, a responsabilização da manutenção dos direitos sociais é transferida para o indivíduo, que tem o dever moral de assumir uma ética de boa cidadania através de atividades *quasi* laborais que lhe são atribuídas pelo Estado.

Exercer uma boa cidadania passa, concomitantemente, pelo crivo da análise comportamental e administrativa dos indivíduos, que para além de deverem estar disponíveis para atividades produtivas não remuneradas, estão obrigados a ter uma conduta de vontades e comportamentos “ativos” de reinserção no mercado de trabalho. Na senda teórica foucaultiana, a governação de comportamentos baseia-se em processos de controlo, o que leva a pensar que estas estratégias colocam os cidadãos *dentro* e *fora* do Estado de forma combinada. Isto significa que o cidadão recebe apoios subsidiários que dependem da decisão pública, dado que a sua atribuição está subordinada à *individualidade*, à decisão do sujeito de assumir, ou não, uma condição de *persona subsidiada*, de ser um verdadeiro cidadão. A um nível estrutural, o paradigma está alicerçado em mitos corporizados num léxico descritivo e prescritivo, os “passivos” e “ativos”, que classifica pessoas e não condições, e institucionaliza

uma ideia de que os indivíduos perpetuam o seu estado de inatividade e aproveitam-se do conforto assistencial.

Em Portugal, para além de serem propostos trabalhos aos beneficiários de subsídios, noutros casos os indivíduos são convocados para participar em setores sociais, associações de voluntariado e IPSS, que são também trabalho. O encontro entre o Estado e o cidadão constitui-se, portanto, por lógicas de desigualdade de poder pautadas por ideários causais, como a) inatividade dos indivíduos versus utilização de recursos eficientes; b) incumprimento versus obrigatoriedade. Esta ideologia desconsidera um aspeto central da reinserção no mercado de trabalho: as condições conjunturais do mercado e a arquitetura dos modelos laborais contemporâneos. Sobre esta temática farei no Capítulo seguinte uma análise da etnografia que recolhi neste âmbito.

2.6. Um quase emprego

No setor privado o enquadramento legal tem vindo a ser composto estrategicamente para acomodar a flexibilização dos contratos de trabalho. Assim, os regimes jurídicos favoreceram a concessão, subconcessão e muitas vezes sub-subconcessão de serviços, sistemas que visam reduzir postos de trabalho nas empresas, salários e responsabilidade social interna à estrutura. A precariedade laboral que resulta dos modelos de externalização gera perdas de direitos e de proteção social, sendo que as formas de contratação indireta passaram a ser uma espécie de regra em vários setores de negócio. Estes regimes foram intensivamente implementados por grandes grupos económicos nacionais no período da “crise”, e operacionalizaram-se no cruzamento de categorias como classe e género (Matos 2014; Sá 2010) e, em muitos casos, grupos de idade.

O estímulo ao crescimento da economia do setor privado manifesta-se através de um léxico de competitividade e de eficiência na gestão de recursos, institucionalizando lógicas de desenvolvimento que conduzem à precarização da mão-de-obra. O trabalho temporário, casual e desregrado gera a construção de uma classe de trabalhadores que remete para a ideia de Guy Standing do crescimento de uma “class-in-the making”, se não uma “class-for-itself” (2011: 7). A consagração do processo de desregulação laboral ao serviço da acumulação capitalista define o conceito cunhado pelo autor: “the precariat”⁴⁷. Assim, a

⁴⁷ Conceito de Standing tratado no seu livro do *The Precarity. The new dangerous class* (2011).

precarização do trabalho e a “precarização da pessoa”, usando a ideia de Standing, são categorias contemporâneas transversais à sociedade em geral (Foti 2004; Frade, Darmos e Laparra 2004; Matos 2014). A definição do autor do conceito de “precários” combina o adjetivo “precário” e o substantivo, “precário”, como explica Standing. O primeiro é uma classificação de valor dos modelos de trabalho - instáveis, inseguros e imprevisíveis - e o segundo é um nome que identifica sujeitos que experienciam estas formas de trabalho e os seus efeitos. Os impactos da austeridade em Portugal podem ser pensados à luz desta proposta, que no período em análise foram alargados a várias classes sociais.

Os modelos de gestão contratual flexível são cada vez mais comuns e forçam os trabalhadores a uma adaptação permanente a novos trânsitos pessoais, mudança de quotidianos e inclusivamente estilos de vida. Esta adaptação é uma característica intrínseca do modelo, pensado como uma virtude assente precisamente na habilidade individual em gerir incertezas e intermitência financeira. Como sabemos, vários autores debatem os processos de descentralização do trabalho, “modelos de exploração e dominação do capitalismo” (Gorz cit. in Amorim 2017). A título de exemplo, Kovács, Casas, Ferreira e Sousa (2006) falam-nos da multiplicação e fragmentação dos locais de trabalho e da dispersão geográfica e temporal das atividades produtivas. O emprego está subjugado à rentabilidade financeira de curto prazo das empresas capitalistas, sob a égide da modernização que se baseia na mobilidade da mão de obra (Standing 2000 e 2011). Saliento que risco e empreendedorismo são tropos que reificam a *disponibilidade* dos indivíduos para se subordinarem às variações do mercado, às necessidades das empresas e à boa saúde das suas finanças. Assim, a precarização do trabalho gera a *precarização* da pessoa e, como diz Matos (2017), anomia e ansiedade reforçando a sua experiência de crise.

Ainda neste sentido, Standing oferece uma elegante descrição sobre o modo como a sociedade global de mercado reformula e reorganiza a vida moderna. O autor advoga que na sociedade industrial a vida social e familiar estrutura-se em blocos de tempo - trabalho e lazer - e em lógicas espaciais distintas - local de trabalho e casa. Esta ordem “regulava a repetição das mais importantes e valiosas atividades, como é a própria reprodução das nossas capacidades, bem como a das gerações futuras e as atividades de preservação da nossa existência social” (2010: 117). Podemos arriscar dizer: a reprodução da pessoa. De acordo com Standing, a distinção entre estes universos spatiotemporais não tem lugar no que

chama de “sociedade terciária”, em que a produção flexível conduz à permuta constante dos dois domínios simbólicos, casa e trabalho. Concordo com o autor quando conclui que essa desordem se deve ao caráter instável, não programado e casuístico, intrínseco ao trabalho contemporâneo alicerçado na desregulação e flexibilização.

Para sumariar, a conjuntura atual que tenho vindo a descrever conjuga duas vertentes: 1) a flexibilização dos modelos de trabalho que gera a perda de direitos adquiridos, incerteza financeira, desequilíbrio e estabilidade individual; 2) a implementação institucional de fomento ao emprego/desemprego - assente em mecanismos de “ativação” que por vezes não contribui para a inclusão no mercado de trabalho, como vimos em seção anterior. A um nível macro este panorama geral combinado gerou forte angústia social, principalmente pela diminuição das possibilidades de ter/manter vidas autónomas e sustentadas. A seguir apresento alguns casos que me ajudam a explorar estas ideias.

Em abril de 2014 conheci Hugo e Lena, beneficiários da CASA de Azeitão onde iam buscar um cabaz alimentar quatro vezes por semana. Lena tinha dois filhos menores, enteados de Hugo, que era o único que recebia um salário mensal regular. Lena estava desempregada há oito anos e à data da pesquisa recebia um valor de RSI que não chegava aos 80 €. Ao longo dos últimos anos tinha feito várias formações inseridas nos “planos ativos de formação” em diversas áreas, sendo que naquela altura estava a receber uma formação no IEFP.

Numa das conversas que tivemos, Hugo afirmou que era “quase funcionário público”. Ao longo da entrevista fui percebendo a coerência daquela afirmação. Trabalhava como “assistente operacional” na Junta de Freguesia de Azeitão desde 2001, na Divisão urbana e higiene pública. Hugo conhecia bem a instituição e partilhava com frequência a sua opinião sobre assuntos laborais e sobre a organização interna da Junta. Numa ocasião, quando falávamos sobre as designações administrativas dos funcionários públicos, contou-me que fazia trabalhos de cantonaria. Dizia que “agora não há cantoneiros, há assistentes operacionais, assim é mais fácil as chefias porem os funcionários a fazer qualquer coisa e não estrebucharem”. Sobre o teor dos “novos contratos” dizia que “já não há quadros, há contratos indeterminados, já não se passa ao quadro em Diário da República como antes, por isso já não há efetivos, vou estando. Até ver, sou quase funcionário público”. A natureza *indeterminada* do seu contrato levava-o a interpretar a sua situação como uma condição

liminar. Hugo realiza trabalho para a Junta de Freguesia, mas não é um funcionário público pleno. Por esse motivo prefere remeter a sua identidade profissional para uma designação de semelhança e de afinidade com o *verdadeiro* funcionário público: o “quase funcionário público”.

O caso de Hugo mostra como a flexibilização do trabalho assente num quadro legislativo que contribui para situações contratuais frágeis abrange vários setores (o público e o privado), funções e categorias. Por sua vez, Lena tinha uma longa carreira formativa no âmbito dos programas de ativação. No período da “crise”, acreditava que a perspectiva de conseguir um trabalho era uma possibilidade distante, dado que as diversas formações que tinha realizado não lhe ofereciam utilidade curricular, “sem interesse de estudos”, nas suas palavras.

Porém, algumas formações eram muito procuradas, as “boas formações”, como algumas vezes ouvi na CASA de Azeitão, embora fossem difíceis de conseguir e na maior parte das vezes não chegassem a ser lecionadas. Telma tinha 30 anos, vivia em Azeitão, estava desempregada e recebia subsídio de desemprego. Era beneficiária da CASA de Azeitão e candidata a voluntária na organização. Ao longo dos anos trabalhou em cabeleireiros e centros de estética e tinha formação especializada nessa área. Na altura da pesquisa existia uma formação muito procurada em Portugal, o “Curso de Formação de Formadores”, que habilitava pessoas a dar formação nas suas áreas de especialização e cuja certificação conferia um importante valor curricular. A formação era dada por entidades privadas acreditadas pelo IEF. Telma dava muito importância ao curso e via nele uma saída para a sua situação. Apesar de estar inscrita no curso há muito tempo e o mesmo ter feito parte da carteira formativa do IEF, nunca conseguiu receber a formação, pois “toda a gente o quer e nunca há vagas”, dizia. As empresas privadas que ministravam o curso cobravam, à data, em média 450 € impossibilitando Telma de o fazer uma vez que não podia pagar esse valor. Nas suas palavras foi “obrigada” a assistir a umas reuniões e a um workshop numa associação industrial de Setúbal sobre empreendedorismo feminino, que não valorizou e considerou que só serviu para “me darem o passe [de transporte]”.

Tanto o caso de Telma como o de Lena mostram como as medidas de ativação que lhes foram aplicadas frustram expectativas de encontrar uma saída viável para as suas vidas. Ao longo da pesquisa foi-se tornando evidente o desalento dos meus interlocutores relativamente

aos programas de inserção. Ao mesmo tempo reproduziam sentidos de injustiça derivados da obrigatoriedade de receber formações - aceitar as medidas de ativação - que constrangiam os beneficiários dos apoios a um acordo contratual do qual não podiam demitir-se.

Na REFOOD de Belém acompanhei outro caso que demonstra como os mecanismos que tenho vindo a analisar defraudam vontades e minam as possibilidades de obtenção de trabalho, que, paradoxalmente, são o objetivo dos próprios planos. Pedro e Mafalda, de 80 e 81 anos respetivamente, são um casal que acompanhei em 2015. Tinham dois filhos, ambos desempregados, com quem viviam na altura da pesquisa. Estes tinham regressado à casa dos pais por impossibilidade de manter as habitações próprias - situação frequente no período da austeridade. Os filhos tinham 50 e 42 anos. O mais novo, Jorge, estudou até ao 11º ano e fez um curso de programação no IEFP, que considerou muito completo por ter uma acreditação semelhante a um curso profissional ou médio. O curso era lecionado em dois módulos com a duração de quase 10 meses cada. Não completou o segundo módulo pois o Estado suspendeu-o no período da "crise". Através do IEFP foi a várias entrevistas de emprego na sua área de formação. Porém, as entrevistas “não deram em nada”, contava Pedro muito desapontado pelo facto do curso de informática ter ficado a meio. Por esse motivo, o seu filho não conseguia sair da situação de desemprego. Assim, podemos deduzir que a suspensão do curso impediu Jorge de *ativar* as suas competências, apanágio do modelo de inclusão no mercado de trabalho.

Estes casos ilustram como as medidas de inserção no mercado de trabalho e de fomento ao emprego revelam contradições que frustram expectativas de superação de crises pessoais, como, por exemplo, o desemprego prolongado. A diminuição das possibilidades de acesso a programas adequados às necessidades de apoio, por exemplo formativo, reforça o “quadro de vulnerabilidade de bens económicos tangíveis” (Moser 1998: 30), dado que impossibilitam a retoma de condições autónomas de sobrevivência.

2.7. Trabalho e desemprego

Lídia tem 43 anos, cinco filhos e quatro a seu cargo. A filha mais velha tem 23 anos e “já está arranjada”, como dizia a minha interlocutora. Mora na Ajuda e tinha ficado desempregada três anos antes da pesquisa, quando nasceu a última filha. As crianças tinham 16, 13, 10 e 3

anos, estavam na escola e a mais nova no infantário da Imaculada, na Lapa⁴⁸. Lídia sempre trabalhou na restauração com contratos de trabalho e fez descontos para a Segurança Social. O seu último emprego foi num restaurante que encerrou atividade. Recebeu subsídio de desemprego e desde que terminou o período de vigência legal não tinha outro apoio para além do abono de família dos filhos. Divorciada, recebe do pai das crianças (que vive emigrado) 200 € mensais de pensão de alimentos. É beneficiária da RÆFOOD da Lapa e vai recolher o cabaz três vezes por semana, o que ajuda a resolver as necessidades alimentares da casa, mas “não pode fazer muitas compras”, referindo-se a bens de mercearia e outros. A renda da sua casa é de 200 €, sendo que o valor total mensal que recebia era insuficiente para fazer face às suas despesas. Como me disse um dia, “vivo com o abono das crianças e com a ajuda deles [refere-se à RÆFOOD]. O abono dos meus filhos é ao todo de 270€ que é para tudo: água, luz, gás, remédios, tudo.” Conversávamos frequentemente sobre o que gostaria que lhe acontecesse no futuro próximo e a resposta era sempre a mesma, bem como o dilema que a angustiava:

O que mais queria era arranjar um trabalho. Tenho procurado, mas olhe... a semana passada fui ao Centro de Emprego, mas é o que eles dizem? Aparece [trabalho] mas é com sábados e domingos. E quem é que fica com as crianças? [não tinha família próxima]. Sou só eu e mais eles. É a gente ir vivendo um dia de cada vez. O que eu tenho é para eles, o resto tudo se arranja, não é?

Aceitar os trabalhos na restauração que o Centro de Emprego lhe oferecia constituía um problema, pois obrigava-a a estar disponível para fazer horários indiferenciados, implicando trabalhar aos fins-de-semana. Sem uma rede de apoio familiar ou de proximidade não tinha com quem deixar os filhos sozinhos durante esses dias. O desemprego prolongava as dificuldades financeiras e as suas preocupações sobre a gestão do quotidiano. Lídia não recebia Rendimento Social de Inserção e quando falava nisso dizia de forma jocosa que não o conseguia obter porque “não tenho direito, tenho cara de rica”. Os cálculos realizados pela

⁴⁸ O Instituto da Imaculada Conceição é uma escola situada na Lapa, onde esteve instalada a primeira delegação da RÆFOOD na zona. É uma escola católica para crianças com necessidades especiais e foi um dos meus principais terrenos etnográficos.

Segurança Social incluem receitas do agregado, subsídios, abonos, ASE⁴⁹ e ajudas informais, como apoios alimentares. No caso de Lúdia não havia explicação para o indeferimento do pedido, que considerava “inaceitável e uma grande injustiça”. O abono de família, 270€ e o valor que recebe do pai dos filhos somam 470 €.

Como mostrei em seção anterior, o valor máximo de RSI por adulto era de 178 € e 53 € por cada criança menor, o que significa que o valor total máximo atribuível seria de 390 €. A receita pecuniária total mensal de Lúdia é de 470 €, contudo a este valor acresce o apoio alimentar da RĒFOOD e, provavelmente, o apoio especial da filha mais nova de Lúdia, por estar na Imaculada. Importa salientar que a ajuda que recebe da RĒFOOD tem valor monetário do ponto de vista institucional, apesar de ser em espécie e fazer parte de um regime de apoio privado. Quer dizer que apesar de não existir nenhum valor concreto deste apoio - conversão pecuniária - o mesmo é considerado como receita para efeitos de cálculo subsidiário.

Vejamus uma estimativa do montante a que Lúdia teria, ou não, direito. Aos 390 € atribuíveis de RSI a que se candidatou teriam de ser retiradas as suas receitas. Aqui consideramos os 270 € (abono de família); os 200 € do ex-marido; x euros do apoio alimentar da RĒFOOD e, como disse, provavelmente do regime especial que recebia da filha mais nova (y). Assim, estimemos que o valor das receitas é de $470 \text{ €} + x + y$. A esses $470 \text{ €} + x + y$ são retiradas as despesas mensais. Assumindo que Lúdia só tem a despesa da renda da casa, 200 €, a receita final de Lúdia é de $470 \text{ €} + x + y - 200 \text{ €} = 270 \text{ €} + x + y$. O valor do subsídio a que teria direito seria $390 \text{ €} - 270 \text{ €} - x - y = 120 \text{ €} - x - y$. Estas incógnitas são valores desconhecidos que não conseguimos estimar, mas são subtraídos no cálculo. Estas contas são aproximadas e de referência, porém são os dados reais da situação de Lúdia que tornam incompreensível o critério que preside à decisão de indeferimento da prestação, a não ser que o x (apoio alimentar da RĒFOO) e o y (apoio especial da filha mais nova de Lúdia) somem 120 €. Na prática, Lúdia tinha 270€ disponíveis no final do mês, que correspondiam ao abono de família, uma vez que os 200€ que o ex-marido lhe mandava destinavam-se na totalidade ao pagamento da casa. Revoltada e perplexa com a recusa do Estado disse-me um dia que “ninguém vive com €270!” e continuou relatando o seguinte:

⁴⁹ A ASE (Ação social escolar) é um serviço de apoio social escolar para crianças que fazem parte de agregados familiares com receita baixa. Inclui apoio à alimentação escolar, livros e outros.

Recebi a carta [da Segurança Social] e fui à minha assistente social e mesmo a minha assistente social diz que os meus rendimentos são altos! Foi o que eu disse, mas como é que os meus rendimentos são altos se 200 € são só para a casa?! Mas você tem de trabalhar, diz ela. Eu trabalho, se me arranjam uma pessoa que fique com eles ao sábado e ao domingo, eu vou trabalhar. Só vou trabalhar se tiver com quem deixar os meus filhos ao fim de semana, mas eu qualquer coisa faço, eu tenho duas mãos, duas pernas, qualquer coisa eu faço, desde que me arranjam um trabalho no horário escolar deles. Agora... não posso deixar os meus filhos.

Lídia encontrava-se numa situação complexa para a qual não vislumbrava nenhuma solução viável. Os filhos tinham escola assegurada mas tudo o resto tinha de ser resolvido com o valor do abono, que era insuficiente considerando o custo de vida corrente. As roupas das crianças eram doadas e trocadas entre vizinhos e conhecidos. Algumas contas da casa por vezes ficavam por pagar, mas nunca havia cortes de serviços, pagava a fatura em dívida no mês seguinte mesmo que isso a obrigasse a pedir dinheiro a um vizinho ou conhecido que “sabia da sua situação”. Os “extras das crianças”, por exemplo, os brinquedos, eram oferecidos por vizinhos ou conhecidos e iam passando de mão em mão. “Tenho quase tudo oferecido em casa e não tem mal nenhum”, mas o “pior é o resto”.

Tinha experiência na restauração mas pouca formação e por isso sentia não ser fácil conseguir um trabalho com horários compatíveis com o cuidado da casa e família, um emprego que viesse a oferecer estabilidade económica e uma vida digna para si e para os seus filhos. Os cabazes alimentares que recolhia às segundas, quartas e sextas feiras eram uma forma de ajudar na alimentação da casa, uma estratégia que assegurava condições básicas de subsistência. Porém, o cuidado da família tinha de ser igualmente garantido e por isso recusava trabalhos que a obrigassem a secundarizar esse imperativo afetivo e moral.

O caso de Lídia demonstra como o sistema de proteção social não integra o cuidado como um fator produtivo central na reprodução social da pessoa e família, crítica proficuamente debatida pela escola teórica de reprodução social, que discutirei à frente. O cuidado não tem valor transacionável mas produz as condições da existência social, profissional e familiar dos indivíduos (Lima 2016, 2020). A resposta institucional que Lídia

recebia da assistente social era incompatível com os imperativos éticos e com o regime moral de cuidado que constituíam a sua identidade familiar. A resposta da Segurança Social “tem de trabalhar” não contribuía para a resolução das necessidades reais de Lúcia e da sua família. A decisão de não aceitar empregos que a obrigassem a deixar os filhos aos fins de semana baseava-se numa ética de cuidado que advém de regimes culturais e valores familistas percebidos como prioritários para a reprodução condigna da unidade familiar. A estratégia assente na ideia do “vamos indo” e de viver “um dia de cada vez”, do “desenrascanço” (Lima 2016, 2017), a que muitas vezes se referia, era uma forma de ultrapassar as dificuldades persistentes e para as quais o “tem de trabalhar” não era uma possibilidade viável.

Lúcia contava com a ajuda informal da RĒFOOD que fazia parte do seu “portfólio de gestão de ativos” (Moser 1998), que é o conjunto de bens materiais e imateriais que as pessoas dispõem para assegurar a vida. O apoio da RĒFOOD ajudava a diminuir as dificuldades tangíveis, contudo, essa ajuda não respondia a outras necessidades. Para Lúcia, conciliar a tarefa de cuidado com o trabalho era um imperativo moral central para a reprodução familiar sustentada. Este caso sugere que a ineficiência dos sistemas de apoio social estão pautados por economias de provisão que não consideram intangíveis indispensáveis à vida. Vejamos outro exemplo.

Joana, também beneficiária da RĒFOOD da Lapa, estava desempregada há quatro anos, tinha 48 anos e duas filhas de 13 e 10 anos. Era técnica de apoio domiciliário e tinha formação nessa área. Culta e muito gentil lamentava com frequência a dificuldade de voltar a conseguir emprego. Contava-me pesarosa que nas entrevistas ou contatos para emprego, a primeira coisa que lhe perguntavam “é logo a idade”. O último trabalho regular que teve foi num lar perto da Estrela que fechou por falência, apesar “de ser uma casa de muita qualidade”. Recebeu subsídio de desemprego durante o período legal de vigência e a seguir o RSI. Por impossibilidade de pagar a casa arrendada onde vivia com a filha e com o marido, foi morar para a casa da sogra. O marido recebia ao dia, tinha trabalhos temporários na construção civil - na altura setor estagnado pela crise do mercado - e grande parte dos pagamentos que recebia não eram declarados nem sujeitos a descontos. Esse facto reduzia o valor das receitas do agregado e por isso Joana ficou elegível para receber RSI. Quando foi viver com a sogra o valor do rendimento do agregado teve um acréscimo de 400€ relativo à pensão da mesma, o que resultou na perda do seu subsídio. A renda de casa era 43€ euros,

contudo eram quatro pessoas a viver na casa e “só de água e luz pagamos uma média de 80€” mais as despesas gerais da família. A cada vez mais reduzida entrada de dinheiro do marido obrigou Joana a encontrar estratégias de resposta à crescente dificuldade financeira do grupo doméstico.

Dizia frequentemente que não queria subsídios, “estou sempre a deixar informação em todo o lado, eu não me importo: uma casa, uma escada para lavar, uns arranjos de roupa, eu não me importo, também já trabalhei numa padaria, consigo estar bem ao balcão”. Joana não encontrava soluções normativas, um trabalho “certo” para resolver o seu problema. Via-se forçada a procurar alternativas, estratégias como a coabitação, que são soluções de emergência para assegurar a sustentabilidade financeira da família. As reflexões de Antónia Lima contribuem para desenvolver este ponto, sendo que os casos etnográficos que recolhi alinham-se com a sua afirmação de que a conjuntura económica criou “raturas com formas de vida que convocam diferentes moralidades nas tentativas de constituição de formas de sobrevivência (...) e que se constituem através de vivências profundamente sofridas” (2018b: 597).

Os casos de Joana e de Lídia mostram como a vida das pessoas se rege por normas morais conjugadas que visam garantir a continuidade da família e a dignidade dos quotidianos. Joana vai três dias por semana à REFOOD recolher os cabazes e diz que “ajuda muito, com uma boa sopa é meio caminho andado. É um grande bem-haja”. No período da “crise” verificou-se um fenómeno social de recrudescimento de dependência intrafamiliar e mutualidade, levando as pessoas a reinventar estilos e formas de vida que reforçaram desigualdades sociais e alteraram de forma disruptiva as relações entre as gerações (Collins 2008; Collins & Mayer 2010 cit. in Lima). Joana utiliza recursos disponíveis na sua rede familiar (como a coabitação) o que alterou vivências, memórias, trajetos e dinâmicas, hábitos familiares que modificaram estruturalmente as experiências de vida e minaram sentidos anteriores de segurança e de estabilidade estrutural.

Por outro lado, interessa destacar que o caso de Joana e de Lídia constituem matéria de reflexão sobre o desemprego como um aspeto central de destabilização das vidas, consumos e quotidianos. Como sabemos, no mundo ocidental o trabalho é um fator determinante no desenvolvimento das sociedades modernas de bem-estar e foi um pilar de transformação social e económico das últimas décadas. O valor do trabalho e as representações sociais

associadas sofreram profundas transformações, entre outros, nas relações laborais, nas estruturas de classe e “na posição das pessoas na sociedade” (Castel 1996). Na minha opinião, na sociedade portuguesa - e nos países do sul da Europa - os impactos socioeconómicos da “crise” foram fortemente influenciados pelas mudanças drásticas dos modelos de trabalho e do estatuto salarial (Castel 1995; Matos 2014). O desemprego foi uma recorrência nas histórias de vida de grande parte dos interlocutores desta etnografia. Para os sujeitos potenciou sentidos de perda, alterando percursos e estilos de vida encarados pelos sujeitos como significativos à luz da sociedade de referência.

O caso dos filhos de Mafalda e Pedro ajudam também a desenvolver estas ideias. O filho mais novo regressou a casa dos pais porque depois do divórcio não conseguiu manter a sua renda de forma autónoma, como referi. O facto de não ter trabalho regular foi o motivo que o levou a considerar o regresso temporário à casa de família até voltar a ter estabilidade financeira. A formação na área da informática permitiu-lhe enveredar por uma espécie de *carreira temporária de biscateiro*, como “freelancer”, arranjando computadores, instalando software e lidando com telemóveis. Atualmente o acesso à informação é aberto e facilitado através de tecnologias globais (nomeadamente na área das novas tecnologias); quem está ligado a essas áreas tem maior facilidade de auto aprendizagem, existindo um grande mercado de trabalho informal nessa área. Miguel, o filho mais velho do casal, teve uma vida profissional mais instável que a de Jorge. Os empregos de Miguel estavam ligados “à noite”, tinha gerido bares durante vários anos da sua vida. Nos últimos anos trabalhou numa empresa de serviços no aeroporto de Lisboa, uma subsidiária da ANA (Aeroportos de Portugal) onde “ganhava muito bem”, nas palavras do seu pai.

O regresso dos filhos à casa de Mafalda e Pedro reuniu de novo a família nuclear num mesmo espaço habitacional e reavivou vivências tradicionais e de entreajuda. Mafalda e Pedro recebem apenas uma pensão uma vez que Mafalda era “dona de casa”, tinha-se dedicado ao cuidado dos filhos e da família, sendo Pedro o único provedor. Apesar disso, com os filhos a viver em casas próprias, a reforma e o dinheiro que tinham amealhado permitir-lhes-ia gozar de uma velhice tranquila e assegurada, facto que se alterou com o regresso dos filhos a casa. Inscreveram-se na REFOOD de Belém por indicação de uma gestora de turno que os conhecia da vizinhança e que os referenciou como “de classe média que tinham perdido muito com a crise”. Pedro tinha trabalhado numa empresa comercial de

Lisboa e o casal vivia no Restelo há muitos anos. As suas receitas mensais diminuíram com os cortes nas pensões a que se somava o aumento dos gastos mensais com o regresso dos filhos a casa.

Nesta análise é pertinente integrar uma reflexão sobre a dimensão espaciotemporal que a designada antropologia do tempo tem vindo a explorar através da lente sócio-fenomenológica, em torno da experiência e histórias de vida como constitutivas de identidade social. Neste âmbito recorro ao trabalho de Carmelo Lisón-Tolosana, autor de uma monografia realizada nos anos 60 em Belmonte de los Caballeros, na província de Saragoça. O antropólogo elabora um argumento sobre a organização social baseada numa lógica de ciclicidade das fases da vida. Para o autor coexistem três gerações na comunidade que estuda: a) a “geração emergente”, fase de aprendizagem em que as gerações mais novas são aculturadas na vida pública e organização social; b) a “geração em controlo”, fase da vida ativa, de trabalho e produção da casa e família; c) a “geração em declínio”, fase final de vida dita não produtiva (1983: 13). Atualmente os ciclos de vida são dinâmicos e menos padronizados, principalmente em contextos urbanos, sendo que as mudanças socioculturais têm vindo a diluir esses ciclos e os *tempos* não se alinham de forma rigorosa com a ordem descrita por Lisón-Tolosana. Patrícia Matos infere que as fases de vida estão organizadas em dois grandes grupos, o produtivo e o não produtivo, e podem ser pensadas como o “relógio sociológico dos grupos de idade” (2004: 9). Pensando nas gerações mais idosas, o aumento da esperança e qualidade de vida estão na base do paradigma global do envelhecimento ativo que promove a extensão no tempo de atividades laborais produtivas (formais ou informais). Por outro lado, os fatores socioeconómicos contextuais, por exemplo a “crise”, podem exigir a realização de tarefas de provisão da vida familiar *fora do tempo*, como mostra o caso de Pedro e Mafalda e outros que acompanhei na etnografia. As representações sociais associadas às diferentes fases do ciclo de vida estão sempre dependentes do contexto histórico-cultural em que ocorrem (Matos 2004) e constroem-se por relação à sociedade de pertença do sujeito. Neste sentido, contemporaneamente as representações sobre os diferentes ciclos diluem-se e tornam maleável o conceito de gerações estudadas em Belmonte de los Caballeros. Contudo, a fluidez da ordem geracional tradicional, no sentido proposto por Lisón-Tolosana, tem a jusante um efeito que gera perceções inversas de bem-estar, nomeadamente o direito ao descanso na fase da reforma.

Quero ainda salientar que a linha espaço-tempo na qual se institucionalizam as relações entre as gerações (Muelbach 2012) está ligada ao contrato social que ordena os mecanismos institucionais de providência. A fase ativa - afeta ao pagamento de impostos contributivos - tem como contraponto a expectativa de reciprocidade na fase de reforma, através das pensões sociais. Contudo, esta lógica cronológica pode alterar-se quando, por exemplo, se realiza trabalho voluntário na fase da reforma, prática amplamente estimulada no âmbito dos programas globais de recrutamento para o “envelhecimento ativo”. Neste sentido, podemos pensar que a extensão da fase de vida produtiva, tradicionalmente da “geração em controlo”, pode quebrar com o “relógio sociológico” (Matos 2014) dos mais idosos. Na minha opinião, este fenómeno aplica-se também à reintrodução do trabalho doméstico familiar quando, por exemplo, se acolhe filhos adultos por insuficiência financeira dos últimos, o caso de Mafalda e Pedro.

As mudanças na relação familiar, coabitação e trabalho minam, portanto, imaginários de conforto dos mais velhos. A vida do casal inscreve-se num modelo cultural fordista keynesiano marcado por categorias de género, onde o trabalho produtivo masculino, o “ganha pão”, está no centro da organização da vida familiar. Mafalda trabalhava na casa e recebia a “providência do Estado por um *proxy*, o marido” (Muelbach 2012: 149). Esta divisão social do trabalho era a base do contrato social e alicerçava-se na ideia de um ciclo produtivo de trabalho do homem no domínio público e da mulher no privado - sendo que este não tem fim, dado que o trabalho doméstico e de cuidado prolonga-se até ao final da vida. Para Mafalda e Pedro, se não fosse o “choque da “crise” (como dizia o último) não se previa a inflexão da estrutura tradicional familiar. Podemos afirmar que este processo de mudança frustra expectativas culturalmente incorporadas, vulnerabiliza a unidade familiar e a expectativa de conforto, tranquilidade e estabilidade futura.

Para concluir apresento dois casos que nos ajudam a compreender como os modelos de trabalho flexível e o trabalho informal produzem e “desproduzem” (Kasmir e Carbonella 2014b) a vida de forma combinada.

Eva era utente de longa data da R3FOOD de Belém. Quando a conheci tinha 54 anos e estava desempregada há quatro. A empresa onde trabalhava faliu em 2011 e a partir daí experienciou, segundo ela, um processo de desemprego “dramático”. Tinha trabalhado “toda a vida com bons empregos e em grandes projetos” em Lisboa e na zona do Estoril. Era

administrativa com formação na área da gestão. Durante o desemprego ajudou pessoas na gestão de empresas em risco, uma espécie de consultoria informal paga sem qualquer compromisso contratual. Fê-lo para um amigo durante alguns meses, um trabalho temporário que lhe assegurou um valor excedentário importante para pagar as despesas da casa. Eva tinha um “grande problema”, como dizia, que era a falta de perspectiva de encontrar emprego. Tinha perdido a esperança e endereçava o problema à sua competência e sobrequalificação e à idade que, para ela, eram fatores impeditivos de reinserção no mercado de trabalho:

Hoje em dia a primeira coisa que vêem num curriculum é a formação. Ora eu tenho formação que nunca mais acaba, eu tenho uma experiência enorme. O meu nível de ordenado é elevado e então ninguém me quer. É p’ra esquecer... Onde é que está o problema mesmo desta sociedade? O problema está que eu tenho mais de 50 anos. Tenho 54, portanto...

A experiência que foi conquistando ao longo da vida é um “trabalho para o emprego”, usando as palavras de Standing (2010). É o exercício de aprender competências *extra*, como a experiência e a especialização que tornam os indivíduos mais hábeis para concorrer no mercado de trabalho. As chamadas “soft skills”, terminologia utilizada nas empresas de gestão moderna, são um exemplo do conjunto de aprendizagens que não fazem parte da formação curricular. Também o voluntariado é uma fonte profícua dessas competências, na medida em que desenvolve o que *há de melhor nas pessoas*, a inteligência emocional e a criatividade para as soluções⁵⁰.

Voltando ao caso de Eva, o desemprego foi um momento muito sofrido para toda a família. Tinha dois filhos com 23 e 17 anos. O mais novo estudava e vivia parte da semana com a namorada, que tinha casa própria; o mais velho trabalhava e tinha um “emprego de ordenado mínimo, mas que dá para as coisas dele”, dizia Eva. Estava divorciada há 17 anos e o ex-marido nunca contribuiu financeiramente para as despesas dos filhos. Recebeu subsídio de desemprego durante três anos e na altura da pesquisa recebia um “subsídio subsequente”

⁵⁰ Este paradigma é muito explorado nos sistemas de trabalho capitalistas, nomeadamente nos processos de recrutamento realizados pelos “génios do networking”, ou vulgarmente conhecidos como “headhunters”. Com base nessa filosofia empresarial, estes especialistas têm competências extra e sofisticadas para a avaliação de pessoas.

de 419 € (319 € + 100 € do filho menor que estava incluído no seu agregado). O que recebe do Estado dá “para pagar a renda e pouco mais”. A mãe de Eva era o único apoio familiar com que contava para “os apertos”. Antes da “crise”, Eva tinha segurança financeira e níveis de consumo de bens materiais e culturais que assinalavam a pertença à classe média portuguesa. Concordo com o argumento de Standing que diz que o mercado de trabalho no sistema capitalista tem “excesso de competências”. Esta inferência alinha-se com a minha ideia de que a sobre qualificação pode, afinal, penalizar o acesso a empregos condignos, sobretudo em contextos de crise. Este fenómeno funciona em contraciclo com a narrativa de fomento ao empreendedorismo e à sobre especialização, temática à qual não é alheia o mercado de conhecimento do ensino privado e corporativo. Esta nota leva-me a uma reflexão paralela sobre a privatização liberal de setores sociais, como o ensino, que cruza dimensões de classe e de estatuto financeiro, produzindo em consequência fortes desigualdades no acesso ao mercado de trabalho e desenvolvimento profissional.

O último caso que apresento nesta seção é o de Ricardo, um “filho de Belém” e uma das pessoas da delegação do Restelo com quem manteve uma relação mais próxima. Nascido e criado naquela zona, vivia junto dos Jardins do Ultramar, numa casa camarária. Ricardo tinha 58 anos, está divorciado há vários anos e tem um filho com o qual tem pouca relação. Ricardo fazia *petsitting* pois conhecia muitas pessoas na zona e tinha muitos “contatos”. Duas amigas próximas viviam no Restelo e através delas foi conseguindo vários clientes. Gostava muito de animais e diz que foi assim que surgiu a ideia, “estava na moda” e aproveitou a oportunidade. Chegou a ter vários serviços por semana indo buscar os cães a várias horas do dia. Cobrava 5€ por dia a cada cliente e houve alturas em que conseguia duas a três recolhas por jornada, embora durante a “crise” o negócio tenha perdido vigor. No entanto, conseguia unir o útil ao agradável. O trabalho proporcionava-lhe momentos de lazer, uma dimensão importante na vida das pessoas e, ao mesmo tempo, obtinha uma receita mensal por vezes elevada.

É uma maravilha [disse-me numa ocasião em que o acompanhei na ronda por Belém]. Não custa nada para quem gosta de animais como eu. Eu levo este [o cão que passeava] que é de uma amiga que mora ali em Belém mas a essa não cobro nada, é minha amiga. Não me custa nada e também gosto de ajudar. Ela trabalha muito e

quando chega a casa, chega estoirada e assim já está despachadinha.

O percurso do *petsitting* era quase sempre o mesmo. Saíamos do pátio e subíamos a rua dos Jerónimos dando a volta até aos Jardins do Ultramar. Nesse pequeno percurso Ricardo ia apontando as casas onde fazia “biscates”. Mostrava-me as pequenas obras que tinha feito e os trabalhos de jardinagem, que eram os mais frequentes, em paralelo com o passeio dos cães, contando-me histórias das pessoas que ali viviam. Para além disso, vendia peças diversas na feira de antiguidades de Belém sempre que conseguia. Adquiria velharias, por vezes de forma não muito clara e que preferi não esclarecer, e depois vendia-as através de amigos que o ajudavam no negócio. Não tinha banca paga na Junta de Freguesia e negociava com os seus contatos a venda na feira, o uso clandestino da banca. O lucro das vendas era partilhado com a pessoa que o deixava usar o espaço de venda. Outras vezes deixava os artigos à consignação e se fossem vendidos o lucro era também dividido.

Ricardo não tinha formação académica ou profissional e teve empregos diversos, trabalhou em oficinas de automóveis, foi caseiro numa quinta em Sintra, motorista e vigilante. Ficou doente vários anos e depois foi diagnosticado com uma depressão crónica. Há 20 anos que não trabalha com regimes de proteção social ou contratos de trabalho. Recebe Rendimento Social de Inserção e paga 47 € de renda de casa. Para Ricardo, a "crise" teve um impacto mais diluído do que para Eva e a ida à REFOOD funcionava como mais um “subsídio”. Para compensar as receitas irregulares do trabalho informal recorreu à REFOOD do Restelo. Para ele, embora fosse uma prestação não pecuniária, era uma espécie de apoio de Estado, um direito social, uma “coisa que a assistente social disse para eu fazer para me dar uma ajuda”, como me explicou.

À data da minha pesquisa Ricardo estava inscrito num curso básico de informática ao abrigo dos programas de inserção. Tinha pouca formação escolar e dizia que queria desenvolver conhecimentos nessa área e mostrava-se muito contente com essa possibilidade. Falava muito sobre o tema, referindo que achava que tinha “jeito”, gostava de mexer com computadores. Dizia ainda que esse curso permitir-lhe-ia candidatar-se a empregos que lhe interessassem, de forma autónoma e sem depender do IEFP. A sua ambição era encontrar um emprego assalariado normativo. Lamentava-se com frequência estar numa situação de desemprego prolongado e, porque não tinha formação, viver uma “carreira de

desempregado”. Tal como Eva, não vislumbrava solução para a sua situação. Os “biscates” que pudesse fazer com os computadores eram uma forma de superar a frustração de ser um “profissional” do desemprego, como se apresentava. Endereçava a construção da sua identidade profissional a uma semelhança, um *sucedâneo*, do verdadeiro profissional.

Apesar de diversos, os casos que explorei neste Capítulo ajudam a compreender importantes dimensões da “crise”, através das reflexões dos interlocutores sobre as suas vivências, expectativas e construção de identidades. Como vimos, a experiência da austeridade cruzou dimensões como o trabalho e o desemprego, tempo e idade e capitais culturais. Nos vários casos que apresentei, a produção das vidas estava diretamente relacionada como o trabalho ou a falta dele. O desemprego e a percepção que os interlocutores faziam da “crise” produz uma quebra com o horizonte de expectativas e a erosão de perspectivas viáveis de futuro. As particularidades destes casos etnográficos mostram diferentes características de “crise”, que podem ser sumariadas nos seguintes pontos: 1) insuficiência dos apoios de Estado nos períodos críticos da vida que, precisamente por serem críticos, deveriam ter uma resposta extraordinária por parte das instituições de providência; 2) recurso a mercados solidários e ajudas informais para superação das necessidades da pessoa e família; 3) retorno a estratégias familistas e de mutualidade; 4) adesão a modalidades de trabalho precárias, nos casos em que esse recurso se pôde concretizar; 5) esgotamento de possibilidades institucionais nos casos de desemprego prolongado e insuficiência de ativos culturais.

Capítulo 3 - *CRISIS? WHAT CRISIS?*

Ao longo desta tese utilizo o termo “crise” com aspas, pois considero que uma definição única do conceito não é rigorosa. Impõe-se, assim, um esclarecimento sobre esta forma gráfica. O meu objetivo é marcar a amplitude de possibilidades e interpretações que se faz do termo, que é desde logo a construção de uma categoria política. Vejamos com maior detalhe esta ideia.

A quebra financeira mundial de 2007-2008 esteve na origem da recessão económica global que originou uma crise alargada a vários setores de negócio, classes e instituições sociais em Portugal. De acordo com Narotzky, a partir de 2011 os “projetos de vida implodiram e as pessoas sentiram que as suas vidas tinham ‘regressado’ [no tempo] de formas social e materialmente inimagináveis” (2013: 9). Em Portugal o desemprego atingiu valores históricos e foi uma das dimensões marcantes desse período. As consequências não foram assimiladas nem pelo Estado Providência – que, pelo contrário, reduziu benefícios e apoios sociais - nem pelo mercado, que estava estagnado devido à diminuição do consumo, como resultado da perda de receitas de empresas e famílias.

Como discuti em Capítulo anterior, as agendas políticas alinhadas com a ideologia neoliberal de proteção do capital impuseram um projeto de austeridade nacional, alicerçado em medidas de contração social. Como mostram os casos etnográficos que apresentei, este quadro gerou a reprodução de crises prolongadas de subsistência e, paralelamente, deu origem a novos contextos de precariedade. A "crise" não é, portanto, um facto social restrito a um tempo histórico-político e não procede unicamente de uma situação económica de natureza apriorística - financeira e matematicamente determinada - como o discurso

hegemónico estrategicamente difundiu, principalmente nos países do sul da Europa. Assim, defendo que a "crise" é um truísmo, um conceito abstrato que serviu a prescrição de um contingente de medidas socioeconómicas, assentes em agendas políticas concretas. Para além disso, a “crise” é também a expressão léxica de vivências individuais espaciotemporais, que são subjetivas e dinâmicas, e geram interpretações diversas, nomeadamente entre voluntários e utentes, como mostrarei nos próximos Capítulos. Assim, no tempo histórico que enquadra o estudo desta tese, a crise sem aspas não é uma realidade etnográfica observável nos meus terrenos, sendo mais rigoroso definir o fenómeno da “crise” como os diferentes efeitos sociais da austeridade. A utilização do termo “crises” com aspas tem o objetivo de simplificar a escrita e, sobretudo, de não reduzir o conceito a um facto social único e com um significado homogéneo e transversal ao todos os cidadãos portugueses que viveram a experiência da “crise”.

3.1. Uma “sociologia” da “crise”

As consequências económicas e sociais das medidas de austeridade decorrentes da crise financeira de 2008 debilitaram as economias do sul da Europa e produziram o “colapso de um modelo social-democrático de sociedade, que visava explicitamente impedir situações de ‘desigualdade vergonhosas’ (Pina Cabral 2011: 36) - opinião que reúne consenso entre vários autores. Os efeitos da austeridade fizeram-se sentir com particular incidência nos países da sul da Zona Euro, os chamados “PIIGS”, na sequência dos acordos firmados pelos respetivos governos com a TROIKA. O acrónimo “PIGS” é uma palavra inglesa, “porcos”, criado em meados da década de 90 e difundido pela imprensa britânica como o conjunto de países do sul da Europa - Portugal, Itália, Grécia e Espanha - que apresentavam dificuldades financeiras face às economias dos países do norte. De teor pejorativo, o termo ganhou relevância a partir de 2010 na sequência do crescimento das dívidas públicas dos referidos países. O acrónimo incorporou a letra “I” respeitante à Irlanda, passando a ser “PIIGS”, quando a TROIKA implementou o programa de ajuda financeira naquele país.

Por contraponto aos discursos transnacionais de justificação das medidas austeritárias, as práticas de contestação renascem no espaço público, sendo, como diz Gray, a “herança cultural de resistência dos diferentes países foi amplificada” (2016: 60), Verificou-se uma experiência comum de austeridade nos países de sul e uma maior comunhão com os

problemas que lhes eram transversais. As respostas de contestação social apontavam para problemáticas semelhantes, nomeadamente as políticas globais de proteção da economia capitalista. Estas estiveram orientadas para a salvaguarda da banca dos países credores - os que tinham representação na TROIKA - através do enfraquecimento financeiro dos países devedores do sul da Europa, numa luta desigual (Epstein 2014).

Como afirmam Knight e Stewart, a austeridade imposta em Portugal e nos restantes países mediterrânicos transformou o sul da Europa numa “área unificada por problemas partilhados, emergências e exigências” (2016: 2). A recessão económica teve impactos comuns nos países intervencionados, nas dívidas soberanas, e gerou a remissão simbólica a épocas passadas de privação sócio económica, tópico que desenvolverei adiante.

Na sequência da implementação das medidas de contenção surgem diferentes formas de resistência social, que se manifestaram de forma mais radical e ritualizada em países como Espanha e Grécia, com mediáticos protestos de massas (Narotzky 2012, Rakopoulos 2014a, 2014b e 2016); movimentos anti capitalistas e partidos anti austeridade na Irlanda e também na Grécia. No caso português, as contestações foram menos expressivas, contudo, concordo com Gray quando afirma que as “solidariedades e alianças afetivas em Portugal por relação ao resto da Europa mostravam sinais de mudança” (2015: 60).

Como discuti anteriormente, uma das consequências que afetou os países do sul da Europa foi o aumento acentuado do desemprego, transformando a questão num problema pan-sul-europeu. De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a taxa de desemprego na Zona Euro foi mais de 10% em 2013; em Portugal foi de 16,2%⁵¹ e os valores do desemprego jovem chegaram aos 33%. Este panorama deu ênfase à retórica do mercado livre assente na liberalização do trabalho, que alterou estruturalmente a economia nacional (Matos 2011). A privatização de importantes setores económicos - e sociais - implicou a aplicação definitiva do princípio da competitividade, que se baseou sobretudo na precarização, casualização e desvalorização da mão-de-obra. As empresas beneficiaram de enquadramentos legislativos de contratação favorável à exploração salarial, facilitadores de despedimentos coletivos abusivos que desprotegeram os trabalhadores (Caleiras 2011; Epstein 2014; Matos 2014; Sá 2010). A “extinção do posto de trabalho”, por exemplo, foi

⁵¹ Informação disponível em: [https://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+desemprego+total+e+por+sexo+\(percentagem\)-550](https://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+desemprego+total+e+por+sexo+(percentagem)-550)

uma das figuras legais aplicadas para diminuir custos e garantir as *boas contas* das empresas. Esta medida teve forte expressão nas grandes companhias nacionais, gerando custos elevados para os trabalhadores, dada a grandeza da mão-de-obra que empregam.

A proteção social e o trabalho assalariado foram conquistas sociais do pós guerra, que visavam a reconstrução das sociedades, sendo que a erosão de ambos foram bandeiras do regime troikista. Estas políticas liberais sustentam-se numa filosofia doutrinária em que o sistema capitalista é “inerentemente estável e para corrigir os ciclos de crise das economias basta a promoção do livre mercado e a salvaguarda das grandes corporações” (Epstein 2014: 96; Narotzky 2012; Pina Cabral 2009 e 2011). Por outro lado, a liberalização dos mercados financeiros e a livre transferência de capital entre os países visava a resolução da crise financeira comum. O mercado com “M” maiúsculo, como descreve Pina Cabral (2009), e o crescimento da economia foram tropos hegemónicos preditivos e descritivos das soluções austeritárias.

O jargão financeiro foi disseminado no espaço público sustentando a retórica liberal centrada no estímulo à produtividade, competitividade e ao empreendedorismo social de privados, pessoas e instituições. A imprensa e os agentes globais divulgaram estatísticas, previsões, estimativas e *ratings* baseados em modelos técnicos hegemónicos. Porém, como afirma Wacquant (2013) citando Pierre Bourdieu, as técnicas estatísticas - que incorporam filosofias sociais implícitas - para serem eficazes devem ser tornadas explícitas. No período da "crise" estas tecnologias foram amplamente utilizadas e tiveram grande ressonância e prevalência no espaço público. Assim, a explicação - e justificação - económica dos eventos passa por análises meramente técnicas, mecanismos abstratos, em que os eventos são a instanciação de modelos financeiros e cálculos matemáticos incorruptíveis (Narotzky 2012). De igual modo, o poder hegemónico serve-se da gramática da cientificidade na tentativa de justificar o falhanço dos planos estabelecidos pela TROIKA. Contudo, o insucesso continuado dos modelos endereçou os erros aos "comportamentos irracionais e emocionais" (Narotzky, 2012: 629) dos cidadãos. Assim, podemos concluir que esta narrativa fez parte da construção ideológica da “crise” enquanto um instrumento político que serviu o reforço da ideologia e do projeto neoliberal.

3.2. Memória e percepções

Para Knight e Stewart as "crises" são 'eventos' e como tal são unidades básicas da história" (2016: 4), que interrompem o fluxo normal da vida. Esta afirmação ilustra o que pretendo desenvolver nesta seção: a impossibilidade de pensar a "crise" como um evento fixo no tempo e no espaço, ou seja, a cristalização de um processo económico preciso e unicamente apreciável à luz da ciência económica.

A imaginação subjetiva de um evento do passado tem efeitos na percepção que as pessoas fazem dos fenómenos presentes e que, justamente por isso, não podem ser pensados como a instanciação do acontecimento num momento histórico específico. Usando as palavras dos autores que referi acima, "o tempo não passa, atravessa", percorre e influencia histórias pessoais e coletivas, que por seu turno constroem significados presentistas dos eventos. As pessoas filtram elementos do passado eliminando uns e integrando outros, de modo a que os primeiros sejam "contemporâneos, simultâneos, significativos e próximos" (Ibidem, 5). Estas afirmações ilustram de forma pertinente o que pretendo desenvolver em seguida. Defendo que a "crise" foi o palco de uma dimensão performática e simbólica que fomentou a imaginação histórica de *outros tempos*, igualmente inscritos em universos de incerteza e dificuldades. O caso de Susana levou-me a refletir sobre a transmissibilidade agencial do passado na construção das diversas percepções da "crise". A seguir transcrevo um dos seus relatos.

A minha mãe conta que em 1980, finais dos 70, passaram por uma 'crise' muito grave e o que a minha mãe me disse do pós 25 de abril, de muita confusão, as pessoas também deixaram de ter as coisas como certo. Agora não havia o que há hoje, que é a desorientação total, a falta completa de estrutura financeira de suporte, que dê suporte aos jovens, que dê suporte aos empregados, que dê suporte aos velhos, que é o que a minha mãe diz, 'eu neste momento sinto-me uma inútil, eu ouço o governo a falar e penso: eles estão a falar de mim como se eu fosse uma coisa que estou aqui a fazer um peso descomunal à sociedade'. (...)

Mas eu nunca vivi em 1980! Ou melhor vivi, mas não vivi, era miúda!!! O emprego era uma coisa que havia, não havia para todos, mas havia mais do que há hoje, todos os países que passam de uma ditadura para uma democracia vivem momentos de

confusão, mas resolveu-se. E agora cada um culpa não sei quem, culpa não sei o quê, e depois deste tempo todo dizem que afinal realmente reduzir as estruturas públicas, criar desemprego se calhar não era o caminho, mas já está feito. As pessoas já estão na rua. E agora? Não, isto vai ser muito complicado. Com mais de 35 anos? Nós somos muito velhos para trabalhar, reformar ‘tá fora de questão, ’tamos no meio, num impasse, o paradoxo de com 40 anos os cidadãos serem já velhos para trabalhar. E pior, não estamos a criar estruturas para reverter essa situação. Nem para os jovens terem filhos mais cedo ou terem filhos sequer.

À data desta conversa Susana tinha 43 anos, é uma ex-colega de trabalho que reencontrei no ISCTE. Estudou sociologia mas não acabou o curso e decidiu retomar os estudos passados quase 20 anos. Segundo ela, tinha a vida estabilizada e queria terminar o curso superior. Na altura desta entrevista, Susana estava desempregada há cerca de três anos. Recebeu subsídio de desemprego durante 24 meses e naquela altura recebia um “subsídio de continuidade” com valor aproximado de 400 €. Tinha estado empregada numa das maiores empresas de telecomunicações em Portugal, um dos mais importantes grupos económicos portugueses. Foi despedida na primeira leva de despedimentos coletivos, na altura da “crise” encapotados sob a designação jurídica de “extinção de posto de trabalho”. Susana ocupou um cargo médio na companhia e auferia uma remuneração mensal elevada face à média dos valores praticados no país - ultrapassava o dobro do ordenado mínimo nacional. Disse-me numa conversa que “certa ou errada, de forma fundamentada ou não, eu tinha e achava que 13 anos de efetividade me davam uma segurança e que a partir daí era velocidade de cruzeiro”. Antes de ser despedida era casada, com um filho de dois anos e pensava que a “vida ia seguir o seu percurso e ali ia envelhecer e ficar até à reforma e tudo ia correr bem”. O seu caso leva-me a reafirmar que o processo de erosão do trabalho compromete a consolidação de vidas tidas como seguras no passado, conquistadas com base num trajeto laboral que promove sentidos de segurança e ausência de risco. O despedimento de Susana rompeu com a expectativa de um percurso profissional sólido e estável, assente numa carreira contributiva que normalizava a confiança no futuro.

A *crise* do passado que ouvira dos seus pais servia de referência simbólica para a interpretação da situação presente. O passado próximo não vivido por Susana é

subjetivamente experienciado em segunda mão. A imaginação histórica da "crise" e do reconhecimento das dificuldades que os pais viveram no final dos anos 70 - durante a primeira vaga de austeridade e intervenção do FMI - adquire uma forma presentista que desnorteia os seus planos de estabilização da vida e as formas de ver o mundo.

As “versões do passado e do futuro” (Knight e Stewart 2016) cristalizam uma visão confusa do presente, que Susana expressa através da frase “mas eu nunca vivi nos anos 80! Ou melhor vivi, mas não vivi, era miúda!”. Para ela, o novo modo de viver e pensar é estranho face a uma perspetiva de futuro que num passado próximo “parecia mais certo” (Lima 2018). Para Susana não é fácil assimilar o retrocesso do processo de bem-estar que se espera melhor a cada geração (Comaroff e Comaroff 2000). A "crise" está atravessada por representações afetivas de um passado transmitido por outros e reconstruído por ela, para “eventualmente tornar tangível uma parte da sua própria história” (Knight e Stewart, 2016: 7). Pina Cabral ilustra bem esta ideia quando diz que “olhamos à nossa volta e percebemos que os problemas do passado continuam presentes no nosso horizonte de possibilidades” (2011: 31).

Utilizo a seguir outro caso etnográfico para aprofundar estas reflexões. Conheci Tomás em setembro de 2015 na CASA de Sete Rios. O seu caso é útil para o meu argumento, pois permite-me pensar nessa ideia de horizontes de forma prospetiva, que se reflete na perspetiva que Tomás faz do seu futuro e crises. Tomás tinha 27 anos, uma filha de sete meses e vivia com a namorada no bairro social da Urmeira, na zona da Pontinha, em Lisboa. Junto do casal viviam os pais de Tomás com os quais mantinha uma relação de mutualidade partilhando espaços, trajetos e vivências do dia-a-dia, numa espécie de unidade familiar alargada. Lidava com as dificuldades quotidianas de forma menos afetiva e emocional do que Susana, sendo que a "crise" teve um impacto menos estrutural para a unidade doméstica. Trabalhou em dois supermercados de grande distribuição e o seu último emprego foi num restaurante no centro de Lisboa. Ficou desempregado em 2012 por “redução de pessoal” e a respeito desse período de “crise” disse-me numa ocasião: “Pronto, fiquei desempregado. A crise, a crise... Eu às vezes digo na brincadeira que de onde eu venho sempre vi crises. Eu sempre vi crise”.

A reduzida capacidade financeira da família atravessava várias gerações, com pouca escolaridade e acesso diminuído a outros recursos culturais. Entre outras coisas, este facto limitava as escolhas da unidade familiar e reduzia as oportunidades de inserção no mercado

de trabalho. Como consequência obrigava a família a aceitar empregos de receita baixa, quando existiam. Apesar disso, Tomás afirmava que “em casa dos meus pais a vida vai-se fazendo”. Os “biscates”, “umas coisitas” e inclusivamente pequenos ilícitos eram expressões comuns nas suas descrições sobre os trabalhos da família e as práticas costumeiras de “desenrascanço”. Para Tomás, a “crise” faz parte de uma comunidade de memória (Malkki 2015), sendo que as restrições financeiras e as dificuldades de acesso a bens perpassam gerações e reproduzem-se endemicamente na unidade de parentesco.

Estes dois casos mostram como o cruzamento das categorias de precariedade e temporalidade compõem diferentes representações da “crise” entre indivíduos, mas também entre gerações e classes sociais. Sendo contextos temporais diferentes, a experiência geracional das dificuldades apresenta sentidos comuns de incerteza com contingentes significativos distintos.

A “crise” petrolífera dos anos 70 gerou perturbações económicas mundiais, que no caso português foram agravadas pela intervenção do FMI em 1977 e 1983. Esse período foi caracterizado pelo aumento de pobreza e a perda de regalias conquistadas no período pós revolução. O desemprego, problemática comum aos dois períodos de crise, atingiu os 8,5% em 1985, valor que só foi ultrapassado a partir de 2009⁵². Neste sentido, a “crise” não pode ser definida como uma categoria fixa assente em factos objetivos e historicamente encapsulados. Por outro lado, como diz Matos, somos “criaturas do tempo” (2004:10), sendo que para a autora a memória é “uma síntese evocatória daquela que foi e é a nossa identidade”⁵³. As crises fazem parte das experiências de vida socialmente mediadas através da sua rememoração e que Susana e Tomás constroem e reconstroem em segunda mão. Assim, os relatos dos pais e a materialização verbal das vivências familiares do passado contribui para a construção identitária presentista de Susana e Tomás. Os sentidos identitários de *desenrascadores* são persistentes e reproduzem-se no caso de Tomás, e no caso da Susana reformulam-se. A sua condição nova e inesperada leva-a a assumir uma forma inédita de pertença ao que é, para Susana, uma nova classe de *inseguros*. Vejamos outro caso.

⁵² Informação disponível em: <https://www.pordata.pt/DB/Portugal/Ambiente+de+Consulta/Tabela>.

⁵³ Estas notas foram retiradas de um artigo de Patrícia Matos sobre a construção social da velhice em Portugal, estudo baseado numa etnografia realizada pela autora num Lar. Para Matos o conceito de memória é um fator constitutivo da experiência de vida.

Alberto era um jovem de 18 anos que vivia com a família em Azeitão, os pais, duas irmãs com 22 e 20 anos e um sobrinho de dois anos (filho da irmã mais nova). Tem um irmão mais velho que vivia no Porto com a sua família. O pai de Alberto tem uma doença renal recentemente diagnosticada e trabalha numa fábrica de produtos de pastelaria. O tratamento da doença requer baixas e consultas frequentes no hospital, o que gerou problemas com o patrão pois a fábrica estava com problemas de insolvência. Contudo, conseguiu manter o emprego negociando um regime de tempo parcial com perda considerável de parte do salário mensal. A irmã mais velha de Alberto tinha o objetivo de morar com o namorado, mas o casal esperava por uma altura mais favorável para concretizar o projeto, dado que ela não trabalhava e não conseguiam pagar uma renda com apenas um ordenado. A irmã mais nova de Alberto tinha uma doença mental e sofria de epilepsia. Não trabalhava nem estudava e não podia ficar sozinha em casa por longos períodos de tempo, não tendo condições para cuidar autonomamente do seu filho, função que a família assumia.

Bárbara, a mãe de Alberto, trabalhava num infantário privado como funcionária de limpeza, num regime de tempo parcial. O trabalho era intermitente pois substituía funcionárias durante baixas médicas e de maternidade. Na altura em que acompanhei a família, Bárbara ocupava o lugar de uma funcionária com uma baixa de longa duração e, por isso, conseguiu um contrato de trabalho a termo certo fazendo descontos para a Segurança Social. Alberto estava empregado numa quinta biológica num regime informal e sem contrato e só ia trabalhar quando os patrões o chamavam. Azeitão agrega vilas tradicionais e zonas residenciais novas onde vive uma população de classe média e classe média alta com maiores recursos financeiros e culturais do que os habitantes das vilas antigas. Os setores produtivos locais são principalmente a agricultura e a grande indústria vinícola, sendo que a população das zonas rurais, geralmente mais envelhecida, mantém práticas e atividades locais, como a pequena produção agrícola. Atualmente essas quintas antigas têm vindo a ser transformadas em quintas biológicas, hortofrutícolas que vendem alimentos diretamente aos compradores. Era precisamente numa dessas quintas que Alberto trabalhava.

A família de Alberto descreve uma história de vida de escassez e de poucos recursos financeiros; as dificuldades não são novidade para a família. A unidade familiar constituía-se por três gerações: pais, filhos e netos, sendo que a primeira e a segunda tinham baixos níveis de escolaridade e de formação especializada. As atividades profissionais da família eram

muitas das vezes temporárias - como o trabalho de Alberto na quinta biológica - e nesses casos não usufruíam de benefícios sociais. Bárbara sempre trabalhou na limpeza de casas particulares, grande parte das vezes sem contrato e, portanto, sem descontos contributivos. No período da austeridade a receita familiar diminuiu, e as “patroas” de Bárbara tiveram de prescindir de alguns serviços não essenciais e nalguns casos ter uma empregada doméstica passou a ser um “luxo”, como ela me dizia. A diminuição desse mercado informal local obrigou Bárbara a procurar alternativas de emprego, pois o ordenado do marido - reduzido pela alteração de regime para meio tempo - não chegava para compensar a quebra do rendimento como empregada de limpeza.

Conheci Alberto em abril de 2014 na delegação da CASA de Azeitão, tivemos vários encontros e conversas e visitei a casa de família algumas vezes. Alberto ia regularmente buscar o cabaz à CASA, recurso que assegurava grande parte das necessidades de provisão alimentar do agregado familiar. Os avós de Alberto viviam perto, na periferia rural de Setúbal, onde o trabalho no campo era a sua atividade principal. A automatização da produção agrícola das décadas anteriores gerou a diminuição da oferta de trabalho rural na região, e as gerações mais velhas perderam capacidade financeira, retomando em muitos dos casos, o trabalho no campo e a pequena produção familiar para consumo próprio⁵⁴. Os avós de Alberto não tinham recursos extra para ajudar a família de forma consistente, colaborando com bens em espécie que eles próprios cultivavam e distribuíaam entre todos.

No caso de Alberto a "crise" era partilhada pela unidade familiar como um todo, mediada por memórias coletivas que naturalizavam a ideia de resistência e de superação. Como vimos em Capítulo anterior, a economia portuguesa floresceu na década de 90 disseminando-se um sentimento generalizado de bem-estar na população. Contudo, a inflação cresceu significativamente com a transição do escudo para o euro em 1999, altura que alguns autores identificam como o início da "crise" (Reis 2013; Pina Cabral 2009). Apesar de ter seis anos de idade em 2002, data da entrada em circulação da moeda em Portugal, Alberto recorda o que ouvia em sua casa. Disse-me numa ocasião: “Eu lembro-me dos escudos, especialmente da minha mãe e do meu pai falarem disso. Lembro-me de dizerem que naquele tempo era bem melhor do que agora, antigamente, sabes?”. Para Alberto as dificuldades do presente

⁵⁴ Apesar do crescimento das taxas de escolaridade em Portugal ao longo da década de 90, nas zonas rurais e semi-rurais os baixos níveis de formação persistiram e o trabalho manual continuou a ser uma forma de subsistência auxiliar.

pareciam-lhe, por vezes, ser mais difíceis de resolver apesar das histórias familiares de dificuldade. Por outro lado, outras vezes mostrava uma relação mais leve com as crises familiares.

Neste momento só podemos contar com o ordenado da minha mãe e o meu. Do meu pai entra pouco. Eu recebo à semana e nunca é o mesmo, há uns meses mais difíceis do que outros, mas vamo-nos safando. E ainda conseguimos, a minha mãe e eu, pôr algum de parte para alguma urgência. O meu sobrinho é um bebé e temos de garantir alguma coisa que aconteça.

As necessidades do sobrinho eram prioritárias para a família e todos estavam focados em garantir o seu bem-estar. Bárbara continuava a fazer limpezas sempre que aparecia uma oportunidade, aproveitava os contatos com os pais das crianças do infantário para oferecer os seus serviços a quem tinha mais confiança. Disse-me um dia que “obviamente não ando a gastar o tempo do trabalho para falar com as senhoras, mas sempre que aparece um buraquinho... dou o toque”. No infantário fazia dois turnos e aproveitava as manhãs para fazer limpezas quando estava no turno da noite. A família de Alberto assumia-se como uma unidade de parentesco e estava sincronizada nas estratégias de resposta às necessidades da casa.

Alberto era voluntário na CASA de Azeitão, atividade que ocupava grande parte do seu tempo livre; era o voluntário mais novo e todos gostavam dele. Na CASA fazia o que era necessário: limpava o armazém, recolhia os alimentos com os outros voluntários, preparava os cabazes, etc. Dizia que gostava de se sentir útil e devolver a ajuda alimentar que a família recebia. Alberto gozava de alguns privilégios entre os voluntários, por exemplo, quando chegavam doações de roupa era imediatamente avisado e Bárbara ia à CASA e escolhia o que a família precisasse. Só depois os artigos ficavam disponíveis para distribuição.

Este e outros pequenos benefícios da família de Alberto remetem para a teoria maussiana da contradádiva. Podemos pensar que são um contra pagamento do trabalho voluntário realizado por Alberto e que era inclusivamente interpretado dessa forma, quando me dizia que “uma mão lava a outra”. O sistema de doações da CASA não se regia por princípios de reciprocidade; contudo, para os coordenadores da instituição aquela transação era uma troca

sui generis, um imperativo moral dada a extrema necessidade da família e a contribuição de Alberto nos trabalhos da CASA.

No período durante o qual acompanhei a família de Alberto, esta vivia um momento crítico de dificuldades, principalmente pela perda de receitas financeiras, que apesar de tudo não eram novas, eram cíclicas. Para a família de Alberto, a “crise” e a incerteza configuravam a ideia de normalidade constitutiva da própria identidade familiar.

No período da austeridade financeira tanto para a família de Alberto como para a de Tomás, as oportunidades de mobilizar recursos eram escassas, comprometendo uma gestão planeada do dia-a-dia muitas das vezes resolvida através de regimes de *desenrascanço*. O imprevisto e a incerteza faziam parte da gestão corrente da vida do agregado familiar: “A vida financeira? A vida financeira não é nem alta nem baixa nem média, sempre foi assim” (Alberto).

Volto brevemente à história de Bárbara. O seu ordenado no infantário era de 435 € menos os descontos da Segurança Social. O marido ganhava 410 € e a filha mais nova recebia um subsídio de almoço mensal (54 €) e o valor do passe (60 €) - ia de autocarro todos os dias a Setúbal onde era acompanhada numa instituição. Os custos do infantário do neto de Bárbara eram de 100 € mensais, valor negociado através de uma comparticipação da Segurança Social no âmbito de um regime social especial. Feitas as contas, as receitas eram insuficientes face ao custo de vida e às necessidades mensais da família. Transcrevo a seguir um dos relatos de Bárbara sobre este assunto.

A minha vida é assim, dia-a-dia, sempre foi, nunca fomos ricos. Eu, então, quando me aparece um problema, eu digo assim: olha, deixa andar. Deixa andar o barco para ver onde é que ele vai parar. Às vezes é um problema cabeludo, mas olha... se eu conseguir resolver resolvo, se não... temos pena. Sempre foi assim, somos muito positivos. O Alberto também felizmente, cá nos arranjamos (...) a "crise" piorou e piorou muito, às vezes ui ui.. mas não é nada que eu não soubesse. E olha... com a ajuda do infantário e da CASA até já tivemos alturas piores.

Nos momentos críticos a família lidava como sempre fez, “resolvendo” ou deixando fluir quando não encontravam solução no conjunto dos ativos disponíveis. As respostas eram, por

vezes, arriscadas e gerir os quotidianos implicava formas drásticas, como o “deixar ir”. Porém, vivia-se uma sensação de controlo e positivismo baseada num percurso experiencial que incorporava um passado de descontinuidade e imprevisibilidade, construindo vivências presentistas pensadas como fixas, *certas*. Podemos afirmar que a estabilidade como um bem supremo não faz parte da conceitualização que a família faz da vida. É justamente por isso que a incerteza se constituiu como um fator identitário, acomodando diferentes regimes agenciais por vezes impulsivos, como “deixar andar o barco”, decisão emocional que assegura, em parte e paradoxalmente, a resolução dos problemas.

Voltando por momentos ao caso de Susana, a “crise” representa, pelo contrário, uma perda estrutural, é um marcador de insucesso, de ambiguidade e de frustração de uma promessa cultural construída através da crença num futuro assegurado. Para ela, a “crise” não é percebida como algo estável, é uma quebra com a normalidade e com uma experiência anterior de tranquilidade e segurança. Assim, para algumas camadas sociais a austeridade foi um fator constitutivo de mudança, rompendo com modelos de vida desejados e prospetivamente expectáveis.

De um modo geral verificou-se a reconfiguração de modos de vida em vários setores e classes sociais em Portugal, reimaginando-se experiências sofridas de precariedade em que a “crise” é um aspeto constante e normalizado nos quotidianos dos indivíduos e famílias. Com exceção das famílias com altos rendimentos, em Portugal a diminuição das receitas obrigou as pessoas a fazer ajustes, redefinir escolhas e negociar obrigações morais (Narotzky 2014; Lima 2015, 2018a e 2018b; Lima e Oliveira 2015; Oliveira 2013)⁵⁵. Em Portugal surge a expressão “pobreza encapotada” que cristaliza uma construção social produzida no período da “crise”, que se constituiu como um facto social novo na sociedade portuguesa. Voltarei a esta temática no Capítulo 7, contudo, para já refiro que esta perceção coletiva surge dos efeitos que a austeridade produziu na chamada classe média. Este fenómeno foi difundido pela comunicação social. A procura de meios alternativos de subsistência, como recorrer a doações alimentares, teve ampla visibilidade pública disseminando-se a ideia do surgimento de situações novas para algumas classes sociais que anteriormente detinham níveis de

⁵⁵ A título ilustrativo mostro alguns dados que podem ser indicadores deste ponto. O rendimento bruto das famílias desceu de 126.774,3 € em 2010 para 120.629 € em 2012 e para 118.811,6 € em 2014. Para os mesmos anos, o consumo também diminuiu significativamente. A saber, 118.409,3 €, 111.844,8 € e 114.449,6 €. Uma das análises causais simples que podemos fazer é que o aumento do desemprego e a redução das pensões e salários foi uma causa direta desta tendência de perda.

consumos elevados, nomeadamente a classe média. Ao longo da pesquisa registei casos de indivíduos/famílias que podemos enquadrar nesta situação. Com base na observação etnográfica verifiquei a emergência de noções de estigma e vergonha, que cruzam categorias de classe e estatuto, temática a que voltarei. Estas notas servem para concluir que a rutura com os projetos de vida da unidade familiar modifica o “horizonte de expectativas” dos indivíduos por referência à sociedade de pertença (L’Estoile 2014: S64). Este enquadramento temporal de ideários de “nova pobreza” ilustra bem as diferentes representações de “crise” que a sociedade portuguesa viveu. A austeridade gerou novas e velhas “crises” que foram multifacetadas e setoriais e transportam diferentes contingentes de significados intergeracionais.

3.3. Estórias de contestação

Uma vez estabelecida, a dominação não persiste pelo seu próprio momento. Na medida em que ela envolve o uso de poder para extrair trabalho, produção, serviços, impostos contra a vontade dos dominados, isso gera fricções consideráveis e só pode ser sustentada através dos esforços contínuos de reforço, manutenção e ajustamentos (Scott, 1990: 45)⁵⁶.

Os manifestos de contestação do campesinato estudados por James Scott (1990) surgem, segundo o autor, no espaço público através de performances “escondidas”, invisíveis e de resistência face aos contínuos reforços das “políticas de dominação”. Estas inferências servem de inspiração para o debate sobre o contingente de narrativas públicas geradas em torno do projeto da austeridade em Portugal e das suas contrapartes. Refiro-me às performances e agências dos movimentos de oposição que visaram afetar as estruturas de poder. Vejamos com maior detalhe esta ideia.

A narrativa estatal da “crise” mediada pelos órgãos de comunicação social originou forte contestação social nos países do sul da Europa. Como tenho vindo a afirmar, a “crise” foi, entre outros, um dispositivo retórico que serviu as agendas políticas de austeridade, facto que esteve no centro das manifestações públicas que se opunham aos interesses das instituições. Porém, tal não significa que não tenha havido “crise”, aliás é “demasiado evidente que a

⁵⁶ Tradução minha.

Europa está em "crise", como diz Narotzky (2012). Com esta frase a antropóloga inicia uma reflexão e análise de factos sociais que emergem no período da austeridade e cujos sujeitos deram voz a uma dimensão da “crise”: a contestação.

Como afirmei em Capítulo anterior, uma das vertentes políticas da "crise" foi a estratégia de culpabilização dos comportamentos passados dos cidadãos, ditos infantis e irresponsáveis, e que, com base nessa ideia, levaram os países à “crise”. Como tenho vindo a defender, a economia dominante reduz a análise económica a modelos financeiros estritamente formalistas e desconsidera os aspetos substantivos das escolhas das pessoas. Nessa linha, saliento o contributo de Susana Narotzky⁵⁷ que explora estratégias de “fazer a vida” e os aspetos económicos que determinam as decisões dos indivíduos. Por outro lado, o paradigma global capitalista fundamenta-se na ideia de que a recuperação social do período da “crise” dependia exclusivamente da economia, o único agente global de intervenção capaz de a resolver. Daí a decisão pública de retoma ter-se alicerçado em políticas fundamentadas na economia formalista. Podemos, assim, afirmar que “a expansão de uma economia moral como enquadramento universal define em grande medida as dinâmicas da dominação” (Fassin cit. in Gkinditis 2016: 479). As narrativas de oposição social à austeridade e as reivindicações de mudança das suas políticas têm como pano de fundo esta ideia.

Quero salientar a importância da análise dos processos histórico-políticos que influenciam as decisões económicas dos cidadãos e moldam os seus comportamentos. A título de exemplo, no âmbito do contexto da “crise” é pertinente o estudo do processo cultural de “financeirização” (“financialization”) das “pessoas comuns” (Narotzky 2013). Palomera denuncia o enviesamento da retórica de responsabilização e a ocultação de processos políticos que informaram os comportamentos dos cidadãos. Em linhas gerais, segundo o autor, o processo de “financeirização” está na base do endividamento em massa da população espanhola nas décadas anteriores à “crise”. Este trabalho é uma perspetiva sociológica das práticas de consumo financeiro decorrentes do crescimento exponencial do setor imobiliário e de grande consumo em Espanha - e que se aplica a Portugal. A partir dos anos 90, a expansão do capital financeiro fomentou o crédito e a especulação no mercado imobiliário. A “cultura

⁵⁷ Susana Narotzky é a Investigadora Principal do projeto *Grassroot Economics: Meaning, Project and Practice in the Pursuit of Livelihood (GRECO)*.

da propriedade”, expressão de Palomera, foi induzida através de narrativas de estímulo ao crescimento económico, através da aquisição de bens imobiliários e de grande consumo. A agenda política de “desenvolvimento” fundamentava-se no projeto europeu que visava a modernização dos países do sul da Europa, a sua equiparação aos países do norte, a promessa de melhoria das classes com menores recursos financeiros. A banca foi o agente mobilizador deste programa. Assim, os projetos capitalistas creditícios implementados estiveram no centro das políticas económicas de vários governos nacionais. Contudo, “viver acima das nossas possibilidades” foi a leitura que as próprias instituições públicas fizeram sobre as *culturas* de consumo, paradoxalmente, criadas por elas. Esta análise denuncia a perversidade das narrativas da “crise” e da parcialidade das análises financeiras que ocultam processos socioeconómicos historicamente situados.

Nos países do sul desenvolveram-se dinâmicas de contestação diversas e, de um modo geral, a sociedade experienciou um impulso comum de oposição às medidas economicistas, à tentativa ideológica de naturalizar o mercado capitalista como intrinsecamente bom, a ocultação de projetos políticos anteriores. Porém, importa referir que estas manifestações adotam características idiossincráticas, que espelham percursos de contestação históricos e regionais distintos. O espaço público foi lugar de intervenção social resgatado pelas grandes ações de rua, com grande importância simbólica. A participação política democrática no espaço público estava reservada ao poder institucional, pelo que a sua apropriação pelos movimentos de cidadania significa uma inflexão dos agentes de poder democrático.

No contexto global emergiram movimentos massivos de oposição a regimes políticos e económicos. No norte de África e Oriente Médio (2010) surgem protestos de massas, a “Primavera Árabe” que denunciou os regimes ditatoriais e as condições históricas e opressivas das sociedades. O movimento “Occupy Wall Street” (2011) foi um marco de reivindicação social e uma afirmação de cidadania global. Este movimento condenava as desigualdades globais na figura da “divisão entre o 1% dos ricos e os 99% dos pobres” (Foster 2014; Carbonella e Kasmir 2014). Em 2011 o movimento dos Indignados (M15) em Espanha e as “acampadas”, as manifestações públicas pró Syriza⁵⁸ na Grécia, em Portugal o “Que se lixe a Troika” de setembro de 2012 e março 2013, cristalizaram a revolta

⁵⁸ Partido grego de esquerda radical. Governou o país entre 2015 e 2019 em coligação com o partido nacionalista conservador, “Gregos Independentes”.

social de protesto sobre a precarização das vidas sob a égide da inevitabilidade da austeridade (Matos e Sabariego 2017).

As manifestações do período da “crise” revelaram reminiscências simbólicas de um passado contestatário de resistência à dominação do capital e de luta contra a destituição de direitos sociais adquiridos. Os grupos etários mais jovens e em idade ativa foram os principais agentes destas dinâmicas. Fazem parte de uma classe qualificada e com formação profissional elevada e detêm, por isso, capacidade para disputar os espaços de poder, tal como nos diz Castells (2012). As críticas ao regime inserem-se de forma dinâmica “num modelo sub-cultural, estabelecendo um campo semi autónomo [de contestação] à influência e repressão do Estado, por consequência do seu distanciamento dos espaços normativos e institucionalizados de protesto” (Castells 2012: 28). Cito esta frase do autor pois ilustra bem a minha ideia. Para além disso, o ciberativismo amplificado contribui para a organização coletiva e é um poderoso espaço virtual de agência política e de transmissão cultural de formas de participação civil.

A eficácia das contestações teve impactos no espaço público mais alargado e serviu para abrir novos caminhos de poder político e de luta ideológica que afetaram as macroestruturas de poder nacionais e transnacionais (Narotzky 2013b). Como diz a autora, as pessoas “reclamam no espaço público material e simbólico bens e serviços públicos e uma vida quotidiana decente (...) e desenvolvem visões criativas e coletivas produzindo comunidades imaginadas” (Narotzky 2013: 123). A reivindicação desses espaços resulta de “forças transformativas” das cidades, uma nova forma de “urbanidade” e a constituição de uma “urban persona” (Harvey 2008: 26; Harvey 2008). Defendo que esta dimensão foi um marco da “crise” e das suas diversas expressões.

Por outro lado, o crescimento do desemprego foi um forte agregador e objeto de contestação. Concordo com Matos (2014) que se refere aos cidadãos “da anti precariedade” que se constituem em comunidades de protesto e de solidariedade “para além do trabalho” e que a autora, inspirada em Hardt e Negri, define como um “espontâneo comunismo elementar” (Ibidem). Como sabemos, nas economias capitalistas avançadas as transformações da produção industrial fomentaram o crescimento de profissões intelectuais com exigências de formação mais qualificadas, bem como o desenvolvimento do trabalhador de livre salário. As atividades imateriais e o trabalho moderno (Amorim 2017a), volátil e

transitório, está enquadrado por uma legislação liberal que extrai valor do trabalho. A perda do seu valor social é uma consequência do processo, o que endureceu a contestação em torno da canibalização de capitais intelectuais, que mina a autonomia e estabilidade profissional dos setores sobre qualificados. Como afirma Pina Cabral, o trabalho é sentido pelos trabalhadores como instrumental (“para viver”), oportunista (“aceitam o que aparece”) e precário (“inseguro”) (2017: 14). Concordo também com Standing que nos diz que o conceito de segurança está no centro da discussão. Defende que os trabalhadores com empregos normativos e contratos de baixos salários podem, ainda assim, construir carreiras, ao contrário dos precários. Segundo o autor, a condição de precariedade implica necessariamente “a ausência de uma identidade baseada em segurança laboral” (Standing 2011: 9). Esta ideia teve ampla expressão na crise de emprego em Portugal. Os debates académicos sobre a temática foram vastos, contudo, os que mencionei são suficientes para: a) salientar a amplificação das vozes de contestação, que são por si só, uma face da “crise”; b) revelam como esse momento paradigmático foi marcante da vida coletiva pois afetou vários setores de atividade e classes sociais.

3.4. Classe e culturas urbanas de conhecimento

Partindo das reflexões anteriores uma das dimensões que deve ser introduzida no debate alargado da “crise” é a reformulação presentista do conceito de classe. Um dos eixos analíticos desta tese visa compreender as diferentes interpretações, formas de resistência e de superação dos efeitos da austeridade. Neste sentido, a revisão sociológica do conceito de classe pode constituir uma grelha analítica profícua complementar para a compreensão de outra das faces da “crise” e dos sujeitos que dela fazem parte. Com esse objetivo incorporo as reflexões de David Ost (2015) sobre o desenvolvimento histórico do conceito, que ajuda a compreender como a oposição social foi mobilizada por grupos de estatuto cultural na prossecução das suas aspirações. Vejamos esta ideia.

A ordem social nas comunidades pré capitalistas estava organizada em termos da unidade social e de sistemas de obrigações mútuas entre camponeses e nobres, onde o conflito e as revoltas populares não se materializaram num campo político per si. O capitalismo alterou este modelo, e o individualismo radical passou a ser a moral dominante, inaugurando a ordem social democrática. A individualização de interesses capitalista cria necessariamente conflito

aberto e explícito gerando uma estrutura social de classes. A definição de uma categoria surge, assim, com o sistema capitalista marcado pelo caráter público dos conflitos e a mobilização setorial. Podemos dizer que o capitalismo preside ao enquadramento cultural das organizações coletivas modernas na prossecução dos interesses de classe.

Por outro lado, o trabalho subsumido no processo de mercantilização capitalista alicerça-se numa dinâmica de desigualdade, que marginaliza os que ficam excluídos do mercado laboral. As elites económicas capitalistas que assumiram o seu estatuto social como classe rejeitaram a ideia de que as não elites se apropriassem, igualmente, de uma identidade discursiva de classe. Assim, para Ost, o "sentido de classe capitalista produz desordem", emergindo novos grupos, as "classes políticas", que lutavam pelos seus interesses e se debatiam por maior igualdade social por relação às classes altas. A nova ordem social capitalista organizada precisou de dois novos fenómenos, dois novos conceitos, diz o autor: a nação e a democracia. A nação enquanto comunidade imaginada (Andersson 1983) permite a construção de novos sentidos de pertença das classes não dominantes, identidades morais e de coesão nacional e a participação em projetos sociais que transitam do local para o global e vice-versa. O conflito de classes ganhou centralidade no capitalismo avançado, que consolidou a ordem social através do projeto democrático. Nesta nova ordem os interesses das elites económicas tiveram de incorporar trabalhadores, "soldados", e as classes políticas trabalhadoras para dar continuidade ao processo capitalista. Em suma, "nos Estados nação as elites precisam das não elites; as elites capitalistas precisam das não elites para trabalhar para elas e as elites de Estado precisam das não elites para lutar por elas." (Ost 2015: 67) No pós guerra, as novas classes políticas desenvolveram necessidades económicas que fomentaram a procura e o consumo capitalista consolidado nos "anos dourados" de expansão económica, nos "30 gloriosos". Os processos de globalização que se seguiram abriram novos mercados, mais competitivos, através dos quais a produção capitalista acumulava ganhos, reduzia custos de mão-de-obra e potenciava as receitas financeiras para as grandes empresas e os seus acionistas. Neste contexto, as elites da economia global deixaram de precisar das classes políticas trabalhadores e a especialização e qualificação profissional endereçou a ideia de classes trabalhadoras aos grupos de mão-de-obra não especializada. Ost advoga que é através da conjugação destes dois fenómenos que o conceito de classes políticas perdeu vigor.

Porém, a nova ordem económica global reforçou as desigualdades na redistribuição

social e na deterioração do mercado de trabalho, agudizando conflitos e conduzindo ao surgimento de novos atores de poder político. Por outro lado, a viragem neoliberal tem devolvido poder de classe às elites ricas (Harvey 2008). Neste cenário, o conceito de classe é recentrado e está na base da luta pela integração no mercado de trabalho, no universo global de consumo e no processo de ascensão e mobilidade social dos indivíduos. Segundo Ost, esta nova classe alicerça-se na dimensão cultural e intelectual mas não substituiu a anterior. Esta classe não vê as desigualdades como abstratas ou permanentes, mas como o resultado de políticas de poder institucional, que detêm, afinal de contas, o poder de as resolver. Estas ideias ajudam a pensar como a categoria de classe se cruza com significados coletivos de pertença a uma comunidade global com poder intelectual e culturalmente investida. Os sujeitos que dela fazem parte procuram realizar as suas aspirações profissionais e pessoais numa lógica de inversão das desigualdades sistémicas dos regimes hegemónicos. O desemprego e os modelos precários de trabalho geraram custos elevados para as classes mais qualificadas, fator determinante nos movimentos atuais de contestação social. Standing defende que esses danos incluem o tempo necessário investir para obter apoios sociais em caso de desemprego - se chegarem a existir; o trabalho pessoal de procura de novos empregos recorrentemente inseguros; na aprendizagem constante de novas rotinas de trabalho e socialização em novos contextos laborais. Com base nesta análise, em meu entender, a narrativa de *liberdade pessoal criativa* como um bem cosmopolita moderno - privilégio dos jovens empreendedores - é reforçada e perpetuada pelas estruturas do poder político-económico.

Nesta linha, a nova classe dos “millenials” materializa o cruzamento de conceitos de precariedade e de classe cultural no sentido proposto por Ost. As culturas de conhecimento modernas e cosmopolitas encerram problemáticas comuns, como os bloqueios ao trabalho regular e receitas financeiras; o acesso precário a bens sociais, como sejam apoios estatais consistentes. Como tenho vindo a defender, no período da austeridade o retorno a estratégias tradicionais familistas e de proximidade é frequente na população mais enfraquecida mas alarga-se também aos grupos sociais qualificados, como mostrarei a seguir. O aparecimento dos “millenials” mostram um outro aspeto da “crise” e formas específicas de manutenção de práticas culturais e a reprodução de vivências das sociedades de pertença dos indivíduos. Com a análise deste tema pretendo defender que existem outras problemáticas da “crise” e,

em consequência, outras modalidades para a sua superação.

Concordo com Pina Cabral (2017) quando diz que os “millenials” são a instanciação de um paradoxo global de desenvolvimento em que a “condição familista” se renova. Desenvolvo em seguida a ideia do autor. Os efeitos da austeridade para os “millenials” criaram dificuldades de cariz sociocultural superados através de ativos familiares que contribuem para a continuidade das suas vidas e consumos culturais. Quer dizer que as relações de parentesco são reconstruídas, mantendo a geração “millenials” ativa e com acesso regular a bens culturais nos quais os sujeitos foram socializados. Refiro-me aos dispositivos tecnológicos, vivências e consumos intelectuais que fazem parte das suas vidas e que são bens culturais globais. Pina Cabral fala-nos da “smartphone generation” que beneficia da “mão escondida” (2017: 5). As suas conclusões são pertinentes para o argumento geral que tenho vindo a propor. O autor diz-nos que, se por um lado o acesso ao consumo diminuiu pela conjuntura de “crise”, por outro lado, a família torna-se a provedora de bens culturais. Assegura, assim, que de um modo ou outro, os “millenials” mantenham sociabilidades e consumos - mediados por dispositivos tecnológicos avançados do mercado capitalista. As ajudas familiares são, portanto, um recurso presentista de reprodução social, neste caso das culturas de conhecimento.

No seguimento desta ideia, saliento que a conjuntura de instabilidade profissional das classes mais qualificadas impossibilita o acesso autónomo ao contingente de necessidades geradas e exploradas “sem fim” pelo capitalismo, usando a expressão de Pina Cabral. Neste sentido, se as tecnologias de conhecimento e os consumos intelectuais estão intrinsecamente ligados à reprodução capitalista, paradoxalmente é justamente, esse sistema que impede que esses consumos se concretizem. Defendo que a qualidade de vida enquanto apanágio retórico do cosmopolitismo capitalista é, em si mesma, um produto desse sistema, transformando-se numa mercadoria que potencia a doutrina liberal do individualismo possessivo (Harvey 2004 e 2005). Podemos então afirmar que a desigualdade ontológica do sistema de reprodução capitalista produz, em contraciclo, bloqueios ao seu próprio desígnio. A “crise” agudizou dificuldades de acesso a bens, mercadorias culturais nas quais a socialização moderna se afirma e reafirma continuamente. Estas ideias permitem concluir que este processo é uma expressão da “crise”; integra-se num universo sociocultural que foi abalado tendo sido restituído através do suporte familiar que garante uma nova ordem social de consumo

avanzado.

Retomo algumas reflexões que debati nas primeiras seções deste Capítulo, nomeadamente a temporalidade, história e a memória como aspetos centrais das experiências da austeridade e que substanciam uma dimensão performática da “crise”. Esta dimensão cruza visões rememoradas de *culturas* e eventos locais e nacionais do passado que trespassam épocas e *estórias*. Vários autores têm mostrado como o pós 25 de abril se caracteriza por uma ausência de participação da sociedade civil em movimentos de protesto e uma participação pública pouco significativa. O enfraquecimento das manifestações civis - face à experiência dos países vizinhos - tem particularidades políticas, históricas e sociais específicas nas quais não me vou deter. Porém, Lisa Gray afirma que a "crise" despertou uma certa “ciclicidade [“cyclicity”] de retorno” da intervenção política. De forma original estuda o crescimento de formas estéticas de revolta em Portugal dedicando-se especialmente à canção de protesto, com base numa elegante etnografia sobre o que chama os “modos audíveis e de resposta política à "crise" (2016: 61). O movimento “Que se lixe a TROIKA” inspirou-se precisamente em estéticas do passado-presente, numa ética nostálgica do protesto ativo. O poder do movimento inscreveu-se numa dinâmica performática modernista que recorreu ao popular e ao *kitsch* e a um idioma que reinventa a cosmologia do fado⁵⁹. Cito as palavras de Gray neste ponto: “aproveita e inflete o seu poder [do fado], invertendo o seu modo silencioso e introspetivo, numa assistência *on-your-feet* onde todos gritam e reagem” (Ibidem, p. 69). A persistência do passado infiltra-se e adensa-se no presente, através de uma romantização estética que conduz a novas formas de solidariedade coletivas, engajadas, socializações culturais que querem ser ouvidas.

Os fenómenos sociais que tenho vindo a discutir reivindicam mudanças que visam afetar as estruturas macropolíticas nacionais e supranacionais, onde a ideia da "crise" é omnipresente e percorre o espaço público. Para terminar, o metaforismo do *public transcript* de Scott, temática à qual voltarei, ilustra o poder simbólico que, como diz Pierre Bourdieu, “constitui o dado pela enunciação, de fazer ver e de fazer crer, de confirmar ou transformar a visão do mundo (...) e portanto o mundo” (1989:13). Por outro lado, o estudo da “crise” tem

⁵⁹ A música “Parva que sou” da banda Deolinda teve o seu momento de consagração no primeiro de dois concertos no Coliseu dos Recreios, em janeiro de 2011. A canção foi uma representação reinventada da *canção de protesto* do período da revolução de 1974. A canção tornou-se num hino da “geração à rasca” que vivia, naquela altura, uma segunda vaga de *enrascanço*.

necessariamente de incorporar o *hidden transcript*, factos sociais que se adscvem a várias dimensões da vida, agências coletivas de oposição e da sua contraparte, de superação. Esta análise requer uma abordagem conjugada de fenómenos macro, coletivos, como procurei descrever, e micro, agencialidades e solidariedade privadas que emergem como resposta à “crise” às quais dedico a Parte II desta tese.

PARTE II - ECONOMIAS DE CUIDADO: ALIMENTAR E DE COMPANHIA

Na parte II desta tese centro-me nos movimentos voluntários cujos terrenos etnográficos são as organizações de apoio social solidário que acompanhei. O voluntariado é uma prática de trabalho multisetorial não remunerada, tipicamente realizada em contexto organizacional. Não tem fins lucrativos e os seus agentes, os voluntários, oferecem o seu tempo para a realização de atividades de ajuda ao Outro. A “crise” potenciou o crescimento do voluntariado em Portugal e as organizações multiplicaram-se em número e no tipo de serviços oferecidos. Assim, as dimensões quantitativa e qualitativa do voluntariado devem ser consideradas nos estudos da temática, como discutirei adiante.

O capitalismo avançado tem vindo a mobilizar mecanismos políticos globais, que são 1) a influência e poder dos órgãos supranacionais nas instituições nacionais; 2) em contraciclo, a delegação de cada vez mais poder de governança aos agentes privados nacionais. Com base nesta afirmação a ação voluntária institucionalizada constitui-se como um forte agente social, que se situa no centro do paradigma de governança pública partilhada, combinando esse duplo movimento.

Em Portugal decretaram-se as bases do “enquadramento jurídico do voluntariado” em 1998, reconhecendo-se o voluntariado como um exercício de cidadania e um importante instrumento social. Em 2001, no ano Internacional do Voluntariado surge a Comissão Nacional para a Promoção do Voluntariado (CNPV) em parceria com os Bancos Locais de Voluntariado. O crescimento do voluntariado em Portugal está, em grande medida, suportado por resoluções legais que o enquadraram juridicamente; fortalecem a sua legitimidade no

domínio público; empoderam os agentes privados. Nos últimos anos fizeram-se revisões das leis e o voluntariado ganhou notoriedade através do Plano de Emergência Social, plano que visava responder à “emergência social” - debatido no Capítulo 2. Em 2013 foi discutido e aprovado em Conselho de Ministros um plano multifacetado, o “Plano Nacional de Voluntariado 2013-2015” (PNV)⁶⁰, com três eixos de atuação principais: “sensibilização e divulgação”, “promoção e formação” e “ação e desenvolvimento”. Neste texto destaca-se a importância dos bancos do tempo locais e reafirma-se a centralidade do voluntário, já enfatizado no “Ano Europeu das Atividades de Voluntariado que Promovam uma Cidadania Ativa” (“AEV2011”)⁶¹. O voluntariado tem um impacto económico reconhecido pela Organização Mundial do Trabalho (OMT). Num documento publicado pela organização em 2011, no “Manual para a quantificação do trabalho voluntário”⁶² divulgam-se dados e reafirma-se a importância da aferição quantitativa do trabalho.

Os voluntários [globalmente] são uma componente muito considerável da força de trabalhos nos Países Recentemente Industrializados [NPI, Newly Industrialized Countries]. A informação gerada pelos investigadores da [universidade] de Johns Hopkins revelam que uma vez convertidos em [regime] de tempo integral - os voluntários significam uma média de 45 % da força de trabalho sem fins lucrativos nos 36 países a que essa informação diz respeito (...) Esta é uma enorme fonte de recursos renováveis e utilizáveis na resolução de problemas sociais⁶³.

A Organização Mundial do Trabalho defende que o voluntariado é um recurso que deve ser orientado para o trabalho social e em simultâneo destaca o volume global de trabalho voluntário, que em meu entender não pode ser visto como detentor de valor unicamente extra

⁶⁰ <https://data.dre.pt/eli/resolconsmin/29/2013/05/08/p/dre/pt/html>.

⁶¹ Nesse âmbito proliferaram em Portugal iniciativas voluntárias, como celebrações públicas, eventos promocionais nas administrações locais e regionais, universidades, fundações, escolas, universidades, entre muitas outras.

⁶² Informação disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---stat/documents/publication/wcms_162119.pdf.

⁶³ As organizações sem fins lucrativos têm diversos enquadramentos jurídicos e formatos operativos. Empregam mão de obra paga e não remunerada (voluntária). A título de exemplo, as fundações não têm fins lucrativos e podem ter trabalhadores com contratos e salários e, concomitantemente, integrar mão de obra voluntários.

económico. É também importante salientar a dimensão burocrático-legal que confere identidade jurídica ao Terceiro e Quarto Setor, tópico ao qual voltarei adiante. Estas duas designações veiculam uma definição institucional do voluntariado como uma economia social, que reivindica sobretudo o trabalho voluntário como um *ativo* público na esfera social. O Terceiro Setor contempla as atividades que têm enquadramento formal, nomeadamente o voluntariado, e o Quarto Setor designa as atividades sociais de "de um para um" (Hardill, Baines 2007). As últimas têm pouca visibilidade legal e são, como veremos, subsumidas no Terceiro Setor conferindo-lhes uma fraca expressão pública, embora tenham grande valor social. De um modo geral, podemos dizer que são as redes de entajuda familiar e vicinal de âmbito local e privado. As organizações do Quarto Setor podem, contudo, ter uma formação mais complexa - na forma de associações de bairro ou semelhantes - e nesse caso surgem em contextos sociais mais empobrecidos e com fraca capacidade organizacional. Importa reforçar que o Quarto Setor tem menor valor público, justamente, pela sua fraca projeção social (Williams 2005), tópico que merece debate e ao que voltarei à frente.

Em ambos os casos, o voluntariado é uma forma de participação dos cidadãos na *sociedade*, que deve ser estudada através da grelha analítica da economia social e das políticas públicas que lhe estão subjacentes. Neste âmbito procuro compreender os paradigmas globais que circunscrevem as práticas voluntárias e a economia moral que está na base do enquadramento ideológico do voluntariado. Os seus efeitos e práticas demonstram que sendo um setor de atividade informal, é complementar ao Estado e contribui, por isso, para a reprodução do sistema de Ação Social.

A teoria central que me interessa desenvolver diz respeito à construção do conceito de voluntariado, baseada numa narrativa global de estímulo ao “trabalho ético” e de empoderamento da ação privada. Apoio-me no pensamento de Muelbach (2012), que faz uma crítica ao voluntariado como uma das expressões do processo de reforma da moral neoliberal. Quer isto dizer que a “cidadania ética”, expressão cunhada pela autora, é um dispositivo político que serve o propósito de governança partilhada. Desenvolverei com maior detalhe a construção da definição, que se constitui como uma categoria instrumental e ideológica.

Na Parte I desta tese desenvolvi um dos dois eixos analíticos que estruturam esta análise. A saber: a) o impacto da retração dos sistemas de proteção social nos cidadãos, quer na diminuição orçamental em espécie, quer nos apoios pecuniários, bem como o

desinvestimento nos setores de fomento ao emprego e equidade de redistribuição; b) a dimensão histórico-política que constitui o paradigma da “crise” em Portugal; a contestação como um fator que procura afetar o sistema macro institucional; as ideologias económicas globais que estão na base do referido no ponto anterior.

Na Parte II desenvolvo uma reflexão crítica sobre os impactos da agência voluntária com base nas duas problematizações que propus: 1) os efeitos e representações da ação voluntária para os sujeitos, voluntários e utentes, que crises resolve ou reproduz e, em consequência, como se reformula a relação Estado-cidadão; 2) a análise da construção de uma *identidade* voluntária constituída através da incorporação da narrativa hegemónica de cidadania ética e como essa retroage de forma mutuamente operativa nas organizações e na governança pública.

Interessa-me, assim, integrar na reflexão a ideia do voluntariado como um “braço armado do Estado”, uma “força militar notável” (Muelbach 2012: 39), pensamento que se foi consolidando ao longo do trabalho de campo através das evidências etnográficas que recolhi. A importante contribuição do voluntariado na resposta a problemáticas que não tinham enquadramento na Ação Social pública é um dos pontos que melhor ilustram esta ideia.

Em Portugal, a política de retração dos serviços públicos na Área Social foi acompanhada pela transferência de responsabilidades para o Terceiro Setor. Este movimento advém da ideologia neoliberal de privatização de múltiplos setores, a partir do qual se constroem políticas públicas de afastamento do Estado do *social*. Assim, o trabalho voluntário é legitimado pelos Estados nacionais através da produção de *culturas de solidariedade* alicerçadas numa gramática ideológica de cidadania ética. Este processo retira do campo de intervenção estatal, o *social*, o contingente providencial que é o objeto do Estado Social. O projeto de reforma neoliberal passa pela promoção do voluntariado como uma via para uma sociedade mais justa comprometida com as comunidades, *naturalizando* uma ética moral voluntária. Através deste processo a cidadania ética é um dispositivo retórico e político que serve a construção de “uma nova cultura de sentimentos éticos, de interioridade e de ação intrinsecamente ligados à intensificação da mercantilização [do voluntariado]” (2012: 9). Importa salientar que o voluntariado contemporâneo não é um fenómeno marginal, um universo moral extra Estado e mercado. Pelo contrário, integra e é indispensável ao mesmo. As organizações de voluntariado alimentar e de companhia que

acompanhei permitiram-me observar comportamentos, narrativas, *ambientes* e testemunhos, que estão na base do desenvolvimento desta linha de pensamento e que exploro em seguida.

Capítulo 4 - ECONOMIAS DIVERSAS

Neste Capítulo debatarei práticas económicas “alternativas”, factos sociais que veiculam diferentes sentidos éticos e émicos, que se desenvolvem com base em códigos morais orientados por *culturas* de inspiração não economicista. Esta discussão é ampla nas ciências sociais, nomeadamente na antropologia económica, que estuda de forma profícua as formas económicas de *fazer a vida* em contextos de “crise”. O desenvolvimento da teoria social em torno de modelos de mercado solidários inspira as reflexões que apresento nas próximas seções.

4.1. Os Santos Antónios

As economias solidárias cristalizam ideários alternativos da dimensão financeira da vida, estabelecem novas perspetivas sobre o mundo e procuram, de um modo geral, maior justiça distributiva. Por estes motivos, explorar os conceitos teóricos, o percurso histórico de modelos económicos não hegemónicos ajuda a pensar a relação do voluntariado com a economia real, as comunidades e os sujeitos que delas fazem parte.

Apresento em seguida um estudo de caso que se enquadra na temática das moedas comunitárias ou complementares, definidas por Jeromy Blanc como “uma variedade de esquemas de trocas de bens e serviços organizados por pequenos grupos, que usam formas ad hoc de moeda” (2010: 303). Começo com este tema dado que encerra categorias centrais para a reflexão que pretendo fazer, nomeadamente a partilha, comunidade e inovação. Por outro lado, este caso mostra ser uma inflexão do sistema de patrocínio e subsidiarização do Estado às organizações privadas de solidariedade social e, por isso, defendo a sua pertinência para o debate. Vejamos, então, o caso da “Supermercado Social Valor Humano” (Supermercado).

Em abril de 2016 visitei uma mercearia social situada na Freguesia de Santo António, em Lisboa. Fiz visitas posteriores e conheci alguns clientes, a coordenadora do projeto e o responsável pela iniciativa, o ator Fernando Mendes, à data da pesquisa colaborador direto do Presidente da Junta. Na altura da "crise" surgiram em Lisboa algumas lojas sociais, conceito que não estava muito disseminado em Portugal. A ideia teve expressões ténues e as lojas surgiram em zonas da cidade menos expostas, normalmente em bairros ou ruas mais afastadas dos trajetos diurnos dos centros urbanos. Por exemplo, em Lisboa, na zona do Bairro Alto, nasceram algumas lojas de venda social que desapareciam rapidamente, tendo sido tímida a sua implantação no conjunto do comércio local. Também em Setúbal visitei uma pequena loja social, numa espécie de cave situada num bairro tradicional da zona ribeirinha da cidade, que albergou em tempos a comunidade varina, numa zona pouco movimentada da cidade.

A loja é um pequeno supermercado que visitei pela primeira vez no dia da inauguração quando se realizou uma grande festa de abertura, que foi notícia na televisão. As instalações estavam engalanadas e a agitação era grande. A loja situava-se na Calçada Moinho do Vento, uma zona central da cidade, cuja população está envelhecida e dispõe de rendimento reduzido. O Supermercado contou com o financiamento da Fundação PT e de uma empresa de empreendedorismo social que colaborou com a iniciativa. A responsável da loja, Sílvia, recebeu-me uns dias depois da inauguração e conversámos na loja enquanto os clientes iam chegando. Nesse dia estive algumas horas no Supermercado o que me permitiu observar os clientes, que foram poucos, não mais de seis, sendo que todos eram habitantes do bairro. Enquanto chegavam e saíam, Sílvia ia-me contando em que rua as pessoas moravam, de que viviam e como, e outros detalhes das suas vidas. Duas idosas conversaram connosco, sorriam e mostravam uma relação de familiaridade com Sílvia, saindo um pouco depois da loja com um alegre “até amanhã”. O Supermercado estava bem organizado e dispunha de prateleiras como é habitual ver-se nos minimercados tradicionais de rua: produtos alimentares, mercearias, enlatados e alimentos não perecíveis; artigos de limpeza para a casa e higiene pessoal; artigos para crianças, desde fraldas até pequenos brinquedos; livros e básicos de vestuário; pequenos objetos domésticos para cozinha e casa de banho.

O Supermercado apresentava uma imagem de cuidado e dedicação na organização incluindo na seleção dos produtos que expunha. A loja não tem objetivos mercantis, oferece

um serviço social que tem, contudo, valor pecuniário, dado que oferece bens que são vendidos comercialmente. Tecnicamente é um equipamento da Junta de Freguesia, sendo que a própria Junta também fazia “a capacitação dos requerentes”, isto é, a análise dos pedidos de apoio, como me explicou Sílvia. A “capacitação” utiliza uma fórmula que calcula um valor de referência, que define a elegibilidade dos requerentes para o apoio. Essa fórmula considera o rendimento do agregado familiar menos as despesas, vezes o número de pessoas da família e é semelhante aos cálculos que a Segurança Social faz no processo de avaliação dos pedidos de subsídio, que descrevi em Capítulo anterior. Porém, no Supermercado não se aplicava de forma rígida essa fórmula que nem sempre era decisiva para a atribuição do apoio. Avaliavam-se informalmente outros fatores da vida das pessoas e das suas necessidades correntes, no caso da pessoa ser elegível, recebia mensalmente em sua casa um envelope da Junta fechado com um cheque, só que a moeda não era o euro, era o “Santo António” (SA). Os Santos Antónios⁶⁴ são uma moeda local, fictícia e materializada em papel com a imagem do padroeiro de Lisboa, Santo António. Há três notas com diferentes cores, uma de “1 Santo António”, outra de “5 Santos Antónios” e outra de “10 Santos Antónios”. Cada agregado está indexado a um escalão, existindo três escalões que definem a quanto dinheiro a família tem direito. Todos os meses as famílias recebem em casa o envelope com o dinheiro, que devem utilizar para fazer as compras que necessitarem na loja. A gestão dos gastos é da responsabilidade dos clientes que podem juntar e usar durante um espaço de tempo definido. Tratando-se de um apoio institucional, desta feita da Junta de Freguesia, é uma forma de transferência de renda à semelhança do pagamento, por exemplo, de pensões estatais.

Os Santos Antónios são uma moeda comunitária, uma “moeda social”, um modelo de pequena escala fechado formalmente aos membros e uma forma complementar do sistema monetário normativo. Estas características enquadram-se no chamado “LETS” (Local Exchange Trading System), designação que teve origem em Vancouver, em 1983, na sequência da falência de parte significativa da indústria local, que gerou desemprego massivo e uma “crise” social histórica (Blanc 2010). As moedas sociais são formas adaptadas localmente, sendo que os Santos Antónios incorporam um elemento cultural, um dispositivo simbólico: a figura do padroeiro de Lisboa. Esta ideia inovadora cria relação e ideários de pertença comunitária, retirando, em simultâneo, sentidos de dependência da ajuda social.

⁶⁴ Designação local da moeda no plural.

Estes modelos, modestos e de pequena escala, são conceitualmente complementares do sistema monetário e têm, por isso, um objetivo de inclusão social e, não menos importante para a minha análise, valor económico quantificável.

Regra geral, as moedas sociais podem ter uma de duas formas. A saber, os “bancos de horas” ou similares são formas miméticas do sistema bancário, “moedas pessoais” (Blanc 2010). Neste caso a moeda não se materializa em papel, é um sistema escriturado de crédito mútuo, em que o balanço total das contas do banco é o somatório do valor existente nas contas de todos membros. O crédito dos membros anda “de baixo para cima”, ou seja, quando a pessoa dá algo (por exemplo, tempo) o valor fica a crédito e quando recebe (um serviço de outro membro) retira da sua conta o valor das horas que gastou. Este modelo aplica-se ao sistema de troca dos Bancos do Tempo que exploro no Capítulo 5.

A segunda forma de moedas sociais materializa-se em papel - ou noutro suporte físico - que circula entre os beneficiários e é neste sistema que enquadro o Supermercado. Em ambos os casos são formas de troca alternativa, cujo objetivo pode ser sintetizado da seguinte forma: “Ativam culturas de experimentação que levam ao crescimento da consciencialização de que a moeda é um instrumento flexível que pode ser adaptado aos fins para o qual é proposto e assim definido pela comunidade que o propõe” (Blanc 2010: 308). Neste sentido, os Santos Antónios têm objetivos que nos permitem refletir sobre questões fundamentais sobre valor. Por um lado, podemos afirmar que têm um objetivo social e são uma forma de agência comunitária alicerçada em visões que contornam o mercado e a acumulação de capital, mas que não pretendem substituí-lo. A troca direta dos Santos Antónios obriga a uma circulação rápida dos valores em carteira, neste caso uma moeda física e, no caso dos bancos de horas, crédito em conta. Este processo é uma operação simbólica que pretende romper, ou melhor, complementar o mercado retalhista normativo. Como sabemos, a arquitetura de negócio mercantilista baseia-se no sistema de intermediários que introduz o mecanismo da mais-valia em que o processo se substancia. Pelo contrário, os Santos Antónios procuram uma forma mais justa de redistribuição, retirando a mais-valia do processo ficando o custo das mercadorias para quem as doou.

Nesse sentido, para além do seu valor social têm valor pecuniário, pois retira despesa dos membros. Na minha opinião podem ser pensados como formas leves de resistência. Quer dizer, não pretendem ser um modelo de substituição pleno do sistema monetário normativo,

não se opõem a ele mas de certo modo desafiam-no, complementando-o. À luz das possibilidades que surgem nos interstícios do mercado, como as doações, desenham-se sistemas miméticos que visam de forma original mitigar dificuldades de acesso ao consumo normativo, por parte de quem tem reduzidas condições económicas. Por outro lado, e não menos importante, estes modelos promovem a territorialização da atividade económica, opondo-se às lógicas de globalização do mercado capitalista, que é impessoal e no qual as pessoas têm uma participação abstrata e distante.

O Supermercado é um equipamento social que surge de uma iniciativa camarária e utiliza ativos de estado - o prédio onde está instalada é da Junta e parte dos recursos humanos são assegurados por funcionários públicos, como o caso de Sílvia. Neste âmbito sigo a proposta de Fowler que alega que a inovação cívica mobiliza “valores e convenções de cooperação, contribuição e assistência mútua - tradições que já existem na sociedade” (2000: 647). Neste caso, os gestores fazem parte do tecido comunitário e utilizam os capitais sociais disponíveis nesse universo. O Supermercado cristaliza de forma singular e muito profícua a ideia de capital social como um aspeto crucial para o desenvolvimento local. Nesse sentido, a relação comunitária é reforçada e, como diz McNeill inspirado por Coleman, é inerente à estrutura de relações “between actors e among actors” (2010: 275). Podemos dizer que o conteúdo produtivo do capital social tem valor coletivo e não individualístico. Para os coordenadores do Supermercado o contingente de relações intra-institucionais era estrategicamente gerido, permitindo desenhar um conjunto de soluções para lidar com os problemas e as necessidades dos fregueses, que a “eles também dizem respeito”, como orgulhosamente o Presidente da Junta me disse numa entrevista. Este caso pode ser pensado como uma forma de empreendedorismo humano, que procura a viabilização de um projeto económico que aproveita e adapta recursos locais para o bem comum.

Quero salientar outro aspeto que merece destaque. A filosofia de privatização dos serviços sociais disseminados nos estados nacionais sofre, neste caso, uma espécie de inflexão dado que a iniciativa parte da própria Junta de Freguesia. O Supermercado é um caso etnográfico relevante na medida em que mostra como a imbricação dos mecanismos público/privados, formais/informais podem subverter o princípio de privatização dos serviços sociais através de um sistema de provisão misto. Esta é uma dedução etnográfica que me leva a afirmar ser precisamente através desse hibridismo que a “virtude” da reforma liberal se

consolida no âmbito social. A dialética entre processos hegemónicos e marginais operacionaliza-se num sistema concreto de apoio comunitário. Neste ponto incorporo as reflexões de Pina Cabral (2000) que aborda a “centralidade” simbólica que os processos sociais das “margens” têm na produção contínua do “centro”. Num ensaio com o título “A difusão do Limiar: Margens, Hegemonias e contradições na Antropologia Contemporânea” as suas conclusões contribuem para sustentar a ideia que defendo sobre a importância decisiva da participação de setores de margem (“noturnos”, como os designa o autor) na produção e reprodução da norma (“diurnos”). Podemos extrapolar estas inferências pensando como a relação e transferência mútua de poderes informais (os agentes comunitários) e formais (a Junta de Freguesia e outros órgãos públicos) são uma forma de legitimação tácita e produtiva dos agentes das margens.

O caso do Supermercado demonstra como a pertença a uma comunidade de vontades pode contribuir na prática para a melhoria da vida dos fregueses. Os responsáveis e fundadores do Supermercado não se apresentaram como empresários sociais em nenhum momento da pesquisa, incluindo o próprio Presidente da Junta. Numa linguagem encostada à empatia e cuidado dizia que “eram dali”, demonstrando que se viam como participantes diretos no problema e na solução: “Isto é nosso, é de todos daqui, temos que pôr a mexer, eu sou daqui sei bem do que precisamos”. Numa conversa com o Presidente da Junta, o interlocutor falou-me da natureza local da iniciativa, das pessoas que se conheciam há longa data, se cruzam nos trânsitos diários e reúnem vontades comuns. As dificuldades dos fregueses não se constituíam como marginais, e o projeto visa diminuir os sentidos estigmatizantes e de vergonha intrínsecos àquela condição. O dinheiro - como os coordenadores sempre se referiam aos Santos Antónios - era para os beneficiários usarem como quisessem sem terem de pedir ou justificar.

A população é da freguesia de Santo António, São Mamede e São José, são cerca de 350 famílias, 1000 pessoas, 60% idosos. Cada pessoa é indexada a um escalão (...). A pessoa pode ir sempre que quiser à loja e comprar o que necessitar. A ideia é devolver a dignidade às pessoas e fugir à ideia da entrega do cabaz [em que] a pessoa leva o que lhe dão e pronto. Aqui não, aqui a pessoa é dona do seu dinheiro e faz o que quer com ele (...) As pessoas vêm cá comprar e conversar. Muitas precisam de

um beijo, dá mesmo para perceber que algumas precisam de um beijo. Eu não ando aí a beijar toda a gente, mas dá para perceber que há pessoas que precisam de conversar. Há muita solidão aqui (...) A ideia de retomar a prática de consumo e o processo de escolha, gestão e decisão é aquilo que retorna a dignidade. As pessoas vêm, olham, escolhem, decidem. É completamente diferente. (Sílvia)

A ideia de *dignidade* aparece relacionada com a escolha (ou ausência dela) que, no entender da minha interlocutora, a recolha do cabaz suprime. O dinheiro fictício é um dispositivo simbólico que procura contrariar esse constrangimento e garantir a autoestima e dignidade dos indivíduos. Para os membros, a autonomia materializada numa moeda émica contribui para eliminar o estigma que em seu entender é veiculado pela recolha de bens doados por estranhos.

Neste caso, intimidade e mercado interseccionam-se, constroem e reforçam laços sociais que contribuem para a inclusão da comunidade mais empobrecida numa prática de mercado da sociedade alargada. O Supermercado reformula vivências quotidianas de compra de bens no mercado local e procura neutralizar a natureza do dinheiro como um bem discricionário, dado que naquele contexto não é acessível a todos de forma equitativa. É pertinente lembrar a crítica de Zelizer sobre o valor do dinheiro que no mercado normativo tem uma qualidade instrumental exclusiva. Zelizer fala-nos da “dicotomia entre o dinheiro primitivo e restrito (“special purpose”) e o dinheiro moderno (“all purpose”) (1989: 348). Esta autora reflete sobre a cruzamento entre economia e afetos que negociam ordens morais distintas incorporadas nestes “diferentes tipos” de dinheiro. Interessa-me integrar as linhas gerais desta teoria dado que os Santos Antónios se constituem através da conjugação de um sistema de valor afetivo e, ao mesmo tempo, subscrevem a lógica económica utilitarista. Também Maurer contribui para a crítica cultural sobre o significado do dinheiro moderno quando afirma que o dinheiro moderno incorpora uma dupla função moral. A “special purpose”, voltando à expressão de Zelizer, e a dimensão racional e de cálculo que o dinheiro não moderno também incorporava (Appadurai cit. in Maurer 2006:17). Neste sentido, podemos afirmar que dinheiro (quer seja o normativo ou o não normativo) contém um papel social em si mesmo. O caso dos Santos Antónios mostra bem a importância desta dupla função. Por

outro lado, transporta um valor ético que decorre de uma moralidade social decorrente de sentimentos de pertença comunitária afetiva.

Os Santos Antónios são uma forma económica de provisão onde o mercado “complexo e híbrido é uma arena de interação humana” (Carvalho e Rodrigues 2008: 279); são a materialização simbólica de um valor quantificável e qualificável procurando recuperar um bem intangível, a possibilidade de *escolha* que restitui a autonomia e sentidos de independência. “Fugir ao cabaz” é uma forma de recuperar a capacidade de decisão e “ir às compras” permite “um encontro que faz parte de sociabilidades diárias e das efémeras tarefas que tornam os quotidianos significativos” (Vaiou e Lykogianni 2006:735). Em suma, os Santos Antónios são uma forma de inovação social que procura novos mundos e que visa a dignificação da vida das pessoas através de formas económicas substantivas. De modo geral podemos associar o aparecimento atual - com pouca expressão histórica em Portugal - dos sistemas locais de troca com contextos de carência e fracos recursos coletivos. As moedas sociais perderam relevância na Europa depois dos anos 90, contudo, a "crise" de 2007/08 reavivou o interesse nesses mecanismos (Blanc 2010). A evolução global das novas tecnologias e informatização, bem como a supra especialização das áreas de conhecimento financeiro, conduziram ao surgimento de possibilidades de ponta como as criptomoedas. Esta tecnologia assenta igualmente na criação de uma moeda paralela que, tal como os Santos Antónios, não pretende suplantiar o sistema normativo mas, neste caso, superá-lo.

Voltemos à Freguesia de Santo António. O Supermercado funcionava em rede e recebia apoios de várias instituições e organismos como os bancos de bens doados, geridos pela Junta de onde provinha o mobiliário, eletrodomésticos e utensílios diversos para a casa. Os objetos de maior dimensão estavam à disposição da organização, que os levava para a loja conforme ia vagando espaço. Quando não havia lugar geria-se a recolha no banco de bens e depois os artigos eram entregues diretamente nas casas das pessoas.

Na porta ao lado do Supermercado existia uma loja de serviços que oferecia consultoria informal a mulheres que procuravam emprego, o Dress for Success. Também era gerida por Sílvia que trabalhava na organização como voluntária. A consultoria ocupava um espaço do Supermercado, separada através de uma parede de contraplacado. A entrada fazia-se por uma porta das traseiras da loja social tornando os dois lugares totalmente independentes entre si. A consultoria tinha um pequeno escritório com uma secretária, cadeiras e uns grandes *charriots*

onde estavam penduradas as roupas de mulher. Normalmente estavam três voluntárias na loja que faziam aconselhamento telefónico e recebiam pessoas que tinham agendado uma consulta. A iniciativa era uma delegação de uma organização internacional, o Dress for Success⁶⁵, apadrinhado pela Oprah Winfrey. Este núcleo dirigia-se a mulheres que precisassem de roupa e/ou conselhos sobre como responder a uma entrevista de emprego. O objetivo era conversar com quem ali se dirigisse, que podia levar roupa de empréstimo e ao mesmo tempo ganhar confiança para enfrentar a entrevista de emprego, como dizia Sílvia. Durante quase todas as visitas que fiz ao Supermercado apercebi-me que no Dress for Success alguém recebia apoio.

Na esquina de frente do Supermercado e do Dress for Success situa-se o Centro Social Laura Alves, onde vários voluntários organizam a distribuição informal de alimentos e outros bens doados na comunidade. Os voluntários reúnem vários tipos de donativos entre os quais roupas oferecidas pelos teatros da proximidade, sobretudo do Parque Mayer, partilhadas e encaminhadas para o Dress for Success. Os alimentos vinham dos “hotéis da Avenida da Liberdade e dos Airbnb que têm comida a mais”, dizia-me Sílvia. A rede de ajuda estava bem oleada e funcionava numa base de solidariedade comunitária tripartida, de partilha mútua de conhecimentos e de relações de proximidade entre as três organizações. O Supermercado estava no topo da rua, fazia gaveto com um beco e situava-se de frente para um espaço de rua partilhado com o Centro Laura Alves. Aquele espaço formava um microcosmos urbano que, no seu conjunto, era um espaço social de apoio à população local.

A localização daquele conjunto agregado de apoio insere-se numa zona urbana com forte implementação da cultura tradicional lisboeta, onde se desenvolvem práticas culturais e formas de relação costumeiras. Nestes terrenos etnográficos as atividades informais adotam e integram materiais culturais locais e recorrem a capitais comunitários, transformando aquele microcosmo num espaço simbólico de grande valor social e humano. A proximidade com o Parque Mayer, por exemplo, reforça a pertença a tradições locais e materialidades com grande valor patrimonial material e imaterial. O Parque Mayer foi construído no início do século XX, é um recinto de memórias passadas de boémia, espetáculos de revista e outras artes de palco que são parte indissociável da cultura lisboeta. A sua evocação simbólica é uma constante na própria fisicalidade das ajudas solidárias, roupas dos teatros, aprendizagens

⁶⁵ Informação disponível em: <https://lisbon.dressforsuccess.org/about-us/>.

“cénicas” para as entrevistas e a presença do próprio Fernando Mendes, *um filho de Lisboa*. Por outro lado, a representação gráfica do padroeiro de Lisboa nas notas locais constitui uma forma nostálgica de pertença a uma comunidade de tradição bairrista.

Em síntese, as práticas voluntárias surgem de necessidades identificadas naquela comunidade, cuja tradição popular é caracterizada por dinâmicas de mutualidade e de relações próximas, em que o porta-a-porta fazia parte das práticas costumeiras locais - embora a gentrificação dos últimos anos tenha vindo a alterar a caracterização social do bairro. Podemos assim concluir que a partilha é uma forma de transação económica que adapta lógicas históricas e culturais locais contribuindo, portanto, para a reprodução social.

4.2. Partilha comunitária

Partindo do caso etnográfico anterior, interessa-me adensar o estudo sobre as práticas de partilha comunitária. O voluntariado e as doações de bens estão atravessados por ideários de partilha, embora a contradádiva não seja um fator presente na relação. A ideia de partilha remete para um mecanismo de ação humana de duplo sentido, contudo pode surgir como uma forma de doação não recíproca, ideia que pretendo explorar.

Como sabemos, a partilha não é uma forma pré moderna de troca, é uma economia de serviços, um mecanismo económico que persiste nas sociedades ocidentais e não pode ser pensado estritamente como uma forma cultural ou casual de troca de bens equivalentes - prevalente nas sociedades igualitárias. Também não é a troca de excedentes de menor valor no conjunto de ativos que os sujeitos dispõem. Para Thomas Widlok partilhar nem sempre requer uma medida de reciprocidade, é “uma forma de transação *sui generis*, uma importante forma transacional à sua própria maneira” (2013:14). Concordo com o autor e defendo que a partilha é uma categoria de ação que se concretiza através de diversas modalidades de transação, que podem, ou não, veicular lógicas de obrigatoriedade mútua na linha maussiana. Widlok desenvolve uma teoria social sobre o valor intrínseco do bem partilhado, que em minha opinião se manifesta no mercado solidário de oferta de bens e serviços. Para explorar esta ideia, vejamos uma passagem do autor:

A partilha estende o círculo de pessoas que podem beneficiar do bem implicado no recurso [partilhado] (...) noutras palavras, é uma ação que tem valor ‘em si mesmo’,

colocando o recurso [bem partilhado] em vez de qualquer outro objetivo que possa derivar da transferência desse bem [obrigação de reciprocidade, produção futura de retorno, recompensa intrínseca, etc.]” (Ibidem, 16).

Para Widlok, o sentido altruísta da doação é reforçado uma vez que o valor é inerente à *coisa* partilhada, pois ela foi necessária para quem a recebeu/requisitou. Este pensamento remete para David Graeber que nos fala das diferentes formas de transação económica designando uma delas como “comunismo”, onde a expectativa de retorno se esbate numa relação de sentido único. Graeber afirma que o “comunismo” pode definir-se “como qualquer relação humana que opera no princípio ‘de quem de acordo com as suas capacidades para aqueles de acordo com as suas necessidades’” (2010: 4). O termo perde a filiação política e é um “princípio de moralidade em vez de um arranjo de propriedade” (Ibidem, 6). Para Graeber, o comunismo não é apenas cooperação, é o fundamento de toda a sociabilidade humana, “torna a sociedade possível” e alarga-se às trocas comerciais ainda que estas tenham duplo sentido. Assim, a partilha é uma complexa economia social de serviços conjugando uma diversidade de normas éticas envolvidas nas transações humanas.

Com base na linha teórica de Widlok, no processo sociológico de partilha o valor da doação é intrínseco ao próprio bem, uma vez que pode surgir como resposta a uma necessidade *expressa* (imposta) por quem recebe. Com base neste princípio, as doações não refletem diferenças estatutárias entre dadores e recetores, são práticas costumeiras coletivas em que os bens disponíveis adquirem condição de co-propriedade e a reciprocidade não é reivindicada. Para o autor, quando alguém se relaciona com outro desenvolve, nalguma medida, sentimentos de cooperação e de empatia. Assim, partilhar nem sempre implica um contravalor e a reciprocidade é um meio normalizado de transferência social.

A etnografia realizada pelo autor no norte da Namíbia aborda o estudo de economias de provisão que envolvem dinâmicas sociais específicas, um comportamento relacional elaborado, a *procura* no sentido de demanda. Widlok estuda uma comunidade local onde a divisão de bens não é um “automatismo de reciprocidade, mas um produto de uma complexa interação” (2013:19)⁶⁶. Naquela comunidade namibiana, a partilha é *solicitada* pelos

⁶⁶ Esta ideia remete para o conjunto de performances e relações humanas que constituem as “culturas de *relatedness*” de Janet Carsten (2000).

indivíduos através de atitudes corporais e verbais que *obrigam* o outro a partilhar, mesmo que a intenção de quem entrega não esteja na origem da oferta. Com base na observação dos seus interlocutores, Widlok concluiu que naquela comunidade os mecanismos comportamentais são processos de interação, onde um dos intervenientes insinua a disponibilidade para receber o bem, sendo esta uma forma de “imposição de partilha”, como diz o autor. Neste âmbito é útil recuperar a teoria goffmaniana sobre interação social, os “símbolos verbais [movimentos e atividades corporais] ou seus substitutos, que ele [indivíduo] usa propositadamente e apenas a fim de veicular a informação que tanto ele próprio como os outros reconhecidamente ligam a esses símbolos” (Goffman 1993: 12). A partilha é, portanto, uma atividade complexa e relacional que apresenta múltiplos formatos, que se desenvolvem através de práticas culturais socialmente incorporadas. Estas ideias contribuem para enquadrar analiticamente as atividades observadas na Freguesia de Santo António. As três organizações que acompanhei fazem a mediação de necessidade locais com base na conversão dos bens disponíveis na comunidade em ativos, que passam a ser comuns e de todos. Neste caso, a doação é um valor que não requer reciprocidade, dado que a necessidade visível e expressa na comunidade se impõe no processo de oferta de bens.

4.3. Escolhas: economia moral

Nesta seção dou continuidade à análise de outras economias informadas por regimes de valor diversos permitindo, assim, enquadrar a atividade voluntária. Antes de continuar esclareço o sentido que atribuo à expressão “outras economias”. A utilização do pronome “outra” não pretende distinguir qualitativamente diferentes *tipos* de economias. As práticas solidárias são formas económicas que tenho vindo a analisar, sendo que seria um erro de princípio não definir esses modelos como tal. Neste sentido, o uso de “outros/outras” tem um objetivo simplificador e não pretende levar a cabo uma distinção entre diferentes formas económicas.

Avançando para a análise que propus, retomo o caso de Dinis, beneficiário do Centro Porta Amiga, nas Olaias. Ao longo dos nossos encontros fui registando as suas ilações e pensamentos sobre as negociações morais que estiveram na base das suas opções, nomeadamente no que respeita ao dinheiro. Nas sociedades ocidentais o dinheiro é fundamental para a economia de mercado e um aspeto determinante nas escolhas das pessoas cujas vidas dependem da manutenção de níveis financeiros estáveis. No sistema capitalista o

dinheiro tem um valor de troca utilitarista e subscreve uma moralidade própria, que encerra valores culturais intrínsecos à ética mercantil. Dinis rejeitou um subsídio pecuniário estatal, o Rendimento Social de Inserção, recusando-se a aceitar uma obrigação contratual que em seu entender era humilhante. Como afirma Zelizer (1989) “o dinheiro é efetivamente um meio objetivo de cálculo racional, mas não é só”, afirmação que tem expressão no processo decisório de Dinis, que considerou que os 179 € do Rendimento Social de Inserção não eram suficientes para compensar o nível de “extração de energia” (Matos 2017 e 2018) exigido pelo trabalho na Câmara da Amadora. A escolha feita pelo meu interlocutor, aparentemente distópica, revela que as decisões sobre a produção da vida estão sujeitas a cálculos subjetivos que negociam moralidades e diferentes regimes de valor. A esse respeito Dinis disse-me o seguinte:

Paciência. Paciência, eu hei de sair disto. Eu ainda tenho esperança de que hei de sair, apesar de que cada vez estou mais enterrado (...) com 60 anos, problemas cardíacos e um possível cancro. Portanto agora... Interesses? Eu tenho é que lutar pela sobrevivência [sorri com positivismo e veemência]. Pela sobrevivência e pela dignidade. Eu aqui há uns tempos atrás fui levantar [o RSI] aos correios de Entrecampos e o homem disse: ‘outro rendimento mínimo’, e riu-se. A gente passa cada uma...

Podemos afirmar que o cálculo monetário foi equacionado à luz de várias dimensões significativas para Dinis, como a liberdade e a autoestima. Essa avaliação confrontou necessidades materiais com valores morais, como justiça social e dignidade pessoal. Assim, decide não se submeter ao que considerava ser um sistema de opressão contratual e exploração do seu trabalho. Recordando as citações que registei no Capítulo 2, para Dinis, a ideia do retorno à “escravatura” e a afirmação de que preferia “passar fome” implicava uma reinterpretação de si mesmo e a assunção não desejada de uma condição de classe subalternizada. Neste âmbito acompanho Lima que afirma que “a destituição de valores que nos tornam pessoas implicam mudanças profundas nas suas perceções enquanto pessoas e que trazem consigo formas violentas de sofrimento físico e psíquico” (2018:600). A crise pessoal que Dinis vivia e a escolha que adotou é, no seu conjunto, um momento perturbador

da sua vida que gerou fortes tensões internas. Podemos então afirmar que as escolhas estão baseadas em regimes morais subjetivos e dinâmicos e repercutem-se na relação dos indivíduos com as instituições e, em última instância, com a ordem social.

L’Estoile (2014) realizou uma etnografia nas plantações do nordeste do Brasil onde observou as estratégias quotidianas dos seus interlocutores, que procuravam assegurar as vidas através de escolhas que conjugam diferentes regimes morais. Naquela sociedade rural, o cálculo económico era com frequência preterido por relações de amizade e de confiança mútua dos trabalhadores com o patronato. O processo baseia-se num modelo contratual informal e de proximidade que, segundo o autor, aproxima-se de uma Segurança Social. Naquele contexto, a comunidade alargada - patrões e rede de mutualidade familiar e vicinal - “era suposto estar lá” em situações de necessidade, citando L’Estoile. A escolha moral recai sobre algo que se projeta a longo prazo, oferece segurança e assenta em racionais de lealdade, amizade e cooperação.

A partir destas reflexões incorporo os postulados da economia moral que se foca nos sistemas equacionados em escolhas pessoais, decisões e ações dos sujeitos. Com este propósito farei uma breve revisão teórica de autores clássicos da economia política e economia moral, que permite enquadrar o estudo dos movimentos cívicos de apoio social e os regimes éticos que os sustentem/fomentam. Procuo analisar a moral económica que informa a agência voluntária e os efeitos que produz nos sujeitos que dela fazem parte, beneficiários, voluntários e organizações.

A economia moral é uma escola de pensamento com forte inspiração neo-marxista e explora diversas dimensões do comportamento económico informado por sistemas morais significativos para os sujeitos. Na antropologia económica é consensual que os princípios da disciplina observam o processo económico de forma holística, integrando a ética moral na economia, constitutiva do processo Económico. A economia neoclássica de maximização utilitarista não tem para as ciências substantivas o alcance analítico suficiente para compreender todos os fatores relevantes do comportamento económico. Concordo com L’Estoile quando afirma que o cálculo racional “apesar de parecer essencial à nossa noção [ocidental] de economia moderna (...) longe de ‘estar sempre lá’ e de ser uma componente de qualquer mundo (...), é um fator contingente” (2014:563). Esta asserção é pertinente pois remete para os dados que recolhi na pesquisa, através dos quais verifiquei que as escolhas

individuais e coletivas informam-se através regimes de valor significativo que informação a ação.

O conceito de economia moral foi cunhado por E.P. Thompson - embora, segundo Hann (2010), o autor nunca tenha utilizado o termo - e foi proficuamente desenvolvido na academia por intelectuais da última metade do século XX, principalmente da escola anglosaxónica. Thompson é um teórico clássico que produziu uma teoria seminal com base no estudo das rebeliões populares inglesas no século XVIII. O empobrecimento da classe operária e o enriquecimento da burguesia decorrente do desenvolvimento da economia de mercado estiveram no centro das contestações e reivindicações populares por maior justiça social. A teoria de Thompson sobre a moral económica alicerça-se em dois elementos: a ideia de consenso popular em torno da assunção do *correto* e do *errado*; de *razoabilidade* como dispositivo moral e categoria funcional. Para Thompson, a “economia moral dos pobres” constitui-se na experiência histórica de aceitação de normas sociais tradicionais e obrigações setoriais. Assim, podemos dizer que o eixo certo/errado é uma premissa culturalista que funda a lógica moral da economia na linha teórica proposta pelo autor.

A crítica do historiador é um desvio da teoria política marxista e incorpora a análise sociológica das lutas de classe. A sua teoria acomoda a dimensão relacional e a experiência histórico-cultural assente “em condições materiais constituídas historicamente” (Martins, 2006:117); baseando-se na *concretização* das formas de obrigação que informam as relações sociais. Os fatores históricos culturalmente incorporados prevalecem nas formações de produção e veiculam dois conjuntos de valores morais fundamentais: a reciprocidade (relação entre patronato e camponeses) e a subsistência⁶⁷. James Scott (1990) adapta a teoria de Thompson a partir do estudo etnográfico dos camponeses do sudoeste asiático, que através de uma ética de subsistência produzem estratégias sub-reptícias e subversivas de resistência. No contexto asiático, para Scott as culturas de resistências definidas como “os *transcritos escondidos* [hidden transcript]” eram prevalentes face às rebeliões públicas e explícitas de Thompson. Contudo a luta anti-hegemónica cristalizava uma ética protecionista das relações de segurança com as estruturas de poder estabelecidas.

⁶⁷ Um dos livros de referência do autor intitula-se *Customs in Commom* (1991) de onde retiro estas reflexões. De uma forma simples, o autor trata do que chama “economia moral da multidão”, e estuda os motins galeses e ingleses do século XVIII, que reivindicavam uma regulação mais justa de preços no mercado alimentar e o retorno a um modelo de tipo paternalista.

A economia moral inspirada por estes autores enfatiza a importância da dimensão histórico-cultural e de costumes subjacente à constituição das normas morais do comportamento económico. No pensamento de Thompson e Scott persistem e coexistem regras sociais históricas e culturalmente incorporadas, que se conjugam com dinâmicas de racionalidade utilitarista. Estes autores lançaram as bases do debate e continuam a inspirar o desenvolvimento desta importante vertente disciplinar nas ciências sociais. Como disse, a sua leitura permite-me enquadrar uma das dimensões centrais desta tese, nomeadamente os regimes de valor prevalentes na ação voluntária, que informam as diferentes éticas económicas da provisão social e a superação de necessidades de quem depende delas.

Porém, esta tradição de pensamento não está isenta de crítica académica. Chris Hann fazendo referência à escola formalista, reforça que a moral económica que a constitui assenta na escolha racional utilitarista, sendo esse o valor subjacente. Para Hann, a economia moral abrange, portanto, todas as *morais económicas*, representando um constrangimento teórico pois pode “aplicar-se a todas as coisas, desde os gostos e desejos até às crenças religiosas, podendo, assim, atribuir-se diferentes economias morais a todas as culturas ou subculturas” (2010: 192). Nessa linha, Hann discute a banalização do conceito que de um ponto de vista ontológico colide com a base teórica de Thompson sobre consenso social, a “coletivização”. A crítica de Hann aponta para o perigo de atomização da economia moral - que compromete o pressuposto da ética coletivista de grupo. Identifica que a economia está embebida no social, mas não descreve nenhum regime de valor específico. Neste sentido, o autor advoga que uma abordagem mais agregadora deve aproximar-se de teorias “semelhantes”, nas suas palavras, como a economia humana e/ou economia de providência, que considera serem definições mais rigorosas da economia moral. Em suma, para Hann a abrangência difusa dos princípios da economia moral tem uma extensão analítica a todos os ideais económicos e políticos e, por isso, em seu entender, fica esvaziada de conteúdo concreto. Contudo, esta conclusão não colide com o próprio princípio geral da economia moral baseado na ideia que as atividades humanas económicas estão subjacentes a moralidades diversas, formalistas e substantivas, corroborando a minha afirmação de que todas as economias são morais e devem ser pensadas nos seus próprios termos.

Webb Keane propõe uma crítica paralela centrada na “ética dos quotidianos”, tese que dá relevo à propensão geral dos indivíduos para fazer escolhas não instrumentais. Para Keane as

peessoas estão genericamente predispostas a realizar atividades para o bem, uma forma de atingir objetivos mais amplos. Em seu entender há duas dimensões principais na “ética dos quotidianos”: a propensão para a interação com pessoas, caracterizada pela empatia e a cooperação, e a tendência de fazer avaliações e julgamentos das pessoas em termos não instrumentais (2019: 8). Segundo Keane “os seres humanos valorizam as relações sociais em si mesmas” (Ibidem), sendo o valor da relação social fundamental para a formação do *self*. Tal significa que se a relação é instrumentalizada, esse é um processo secundário. Em suma, o autor naturaliza a dimensão altruísta do ser humano, sendo esse o primado das escolhas e decisões quotidianas. Keane considera o altruísmo como um valor que é o pilar da moral económica, argumento que me leva a discordar parcialmente da sua tese. Como defendo, as economias de provisão social que observei nos terrenos etnográficos espelham a conjugação de diversos regimes morais, combinando éticas e interesses múltiplos, altruístas e de bem próprio, expectativas e interesses e diferentes formas de pensar o mundo. Os valores que mobilizam a ação voluntária transitam numa escala de valor dinâmica e subjetiva entre o altruísmo e o bem próprio. Desenvolverei este argumento ao longo dos Capítulos seguintes.

Concluindo a crítica da teoria de Keane, sigo Nelson quando afirma que “o comportamento humano [económico] inclui o balanço entre individualidade e relação, autonomia e dependência, razão e emoção e competição e co-operação” (2005: 3; 2010). Ainda que a tese do autor unifique e estabeleça um pressuposto ético único de base – em meu entender, questionável – a propensão individual de fazer o bem, cooperar e ser solidário tem forte expressão no voluntariado de proximidade que acompanhei. Por este motivo considero que é uma vertente teórica útil para a análise do objeto desta tese, contudo, citando novamente Zelizer, “não é só”.

A teoria económica seminal de Karl Polany inaugura o estudo económico através de duas vertentes distintas e complementares. Na sua obra a *Grande Transformação* (1976) desenvolve duas abordagens económicas: a formalista e a substantivista. A primeira diz respeito ao processo lógico de escolha racional em situações de escassez; a segunda revela a importância das “relações humanas e o ambiente, a partir do qual derivam os meios de subsistência e vê esta interdependência como constituinte da economia” (Laville, 2010:77). Através do conceito de “embeddedness” Polany defende que a economia não está desvinculada do contexto social e político, tal como afirmavam os percursores da economia

moral. Nessa linha, alega que só pensando a economia em termos substantivos se podem analisar todos os sistemas económicos (do presente e do passado).

A economia neoclássica assenta na dimensão formalista da economia, da maximização de valor ao menor custo, doutrina que constitui o pensamento da economia dominante. Para Polany a economia contemporânea está, justamente, orientada para a Economia e alerta para o perigo da essencialização dos princípios de mercado (Hann e Hart 2011) como fator fundamental. Defende a necessidade de retomar a abordagem combinada substantivista e formalista. Quer isto dizer que a reciprocidade e a redistribuição são formas de integração social que não se desvanecem apesar da intensificação dos ideais de mercado. Concordo com Hart, Laville e Cattani (2010) quando sugerem que as pessoas “sentem-se sem poder face ao capitalismo, mercado e organização da vida pelos expertos” (2010: 5) e expressam a sua agencialidade nas escolhas substantivas que fazem. Organizam-se informalmente nos interstícios do sistema económico, procurando proteção, melhoria e recreação. De igual modo, os pensadores da economia feminista advogam que do ponto de vista analítico os modelos formais da economia dominante não são suficientes para compreender o fazer económico, não “porque não seja objetiva [economia dominante], mas porque não é objetiva o suficiente” (Nelson 2005: 100).

A existência de outras economias implica, então, pensar a economia como uma disciplina humana e plural (Hart, Laville e Cattani 2010). Como disse, durante a pesquisa etnográfica percebi como a diversidade de escolhas económicas envolve valores significativos para os sujeitos e que nem sempre foram pensados em termos de economia.

Por último, para o desenvolvimento do estudo das outras economias é fundamental explorar a herança teórica de Marcel Mauss (1950), basilar para a compreensão da sociedade como um *projeto histórico*. Para o autor, a sociedade constrói-se e reconstrói-se através de relações sociais que transportam uma diversidade de práticas económicas prevalentes em todas as sociedades. As bases da economia substantivista foram preconizadas por Mauss, que mostrou que a economia é uma “cadeia de factos” cristalizada nos processos relacionais da troca-dáviva e integra, portanto, fatores de mercado e de não mercado. A partir da sua teoria de valor podemos concluir que Mauss dissolve a oposição entre dáviva pura e racionalismo autocentrado, revelando deste modo os princípios universais de mutualidade, obrigação e integração social.

Termino reafirmando que a lente teórica da economia moral ajuda a analisar os diferentes regimes de valor que orientam escolhas e a atividade humana, como são os movimentos solidários de ação social. Vejamos uma passagem de Susana Narotzky que resume o que expus ao longo desta seção:

Os modelos da economia ‘mainstream’ mostram pouco conhecimento sobre como as pessoas reais tomam decisões dentro do contexto cultural e social, que cria as condições de possibilidades para as suas ações (...) Por causa dos seus [economia dominante] requisitos formalizados deixam de fora muito do que suporta o real comportamento humano: significado, valor moral, ambiguidade, contradição, afetos, emoção, expectativa e responsabilidades (...). Renunciando a esses fatores, desconsideram-se os sujeitos como reais agentes do processo económico” (Narotzky, 2012: 629).

Em suma, as práticas sociais, escolhas, interesses e motivações estão embebidas em diversos códigos morais que se conjugam de forma subjetiva, dinâmica e substantiva e tornam significativa a agência humana.

4.4. Cuidado e economias domésticas

A antropologia tem produzido amplos contributos teóricos sobre género e família, parentalidade e sexualidade. Os debates atravessam a história da disciplina e contribuem de forma profícua para o avanço da teoria social. Neste âmbito, o cuidado surge como uma categoria analítica que cruza dimensões diversas e questões complexas, sobretudo na desconstrução da doutrina hegemónica, que o vincula a ideários culturais de tradição patriarcal e princípios biológicos que o naturalizam. Vale de Almeida (2012) defende que no ocidente colidem duas formas de “atitudes e valores face ao trinómio conjugalidade/família/parentalidade”. Os dois modelos a que se refere são o do “cuidado” e o “bio-genealógico”, *tipos ideais* socialmente construídos como mutuamente excludentes. O primeiro modelo é relacional “nos termos da ‘pura relação’ (no sentido de Anthony Giddens, segundo o autor), em que os intervenientes partilham a intencionalidade de cuidar do Outro e a relação é uma escolha interpessoal valorizada ética e moralmente”. O segundo modelo, o “bio-genealógico”

faz parte da linhagem de consanguinidade e da herança genética da qual deriva a relação social naturalizada, constitutiva da unidade familiar normativa. A sua proposta é útil para compreender *os aspetos qualitativos* das agencialidades envolvidas no trabalho voluntário que acompanhei, dado que nalguns casos verifica-se a combinação dos dois tipos ideais. Na abordagem do voluntariado interessa-me incorporar o “modelo de cuidado” enquanto forma de construção de ligações entre sujeitos, mediante dispositivos afetivos que se afastam do determinismo biológico, ainda que ambos possam estar presentes.

Começo por lembrar que um dos princípios que preside à crítica da antropologia feminista relaciona-se com a desconstrução das categorias de género que estão na base na divisão social do trabalho, nomeadamente na área de cuidado (Lima 2016). Este conceito está diretamente relacionado com as economias de provisão, centrais para a reprodução social. Os estudos teóricos da reprodução social, inspirados pela corrente neo marxista exploram precisamente o debate em torno do binário trabalho produtivo/não produtivo.

Inscritos num padrão cultural de “segregação ocupacional de género” (Folbre e Nelson 2000), o trabalho feminino é amplamente associado às atividades do cuidado, no âmbito da família e da unidade doméstica, mas também dos à serviços profissionais de cuidado, . Deste modo, o trabalho de cuidado faz parte do domínio privado e não produtivo, alocado à mulher *naturalizando* as suas *habilidades*. Os pensadores da teoria de reprodução social têm vindo a desconstruir esta falácia, reafirmando que o trabalho de produção da pessoa é um processo que reproduz socialmente vidas e quotidianos dos próprios e dos outros (Federici 2013; Jones e Dalla Costa 1978; Matos 2017 e 2018; Bhattacharya 2017). Numa frase ilustrativa desta ideia, Bhattacharya questiona: “se os trabalhadores produzem toda a riqueza da sociedade, então quem produz os trabalhadores?” (2017: 1). Podemos afirmar que a reprodução social implica condições psíquicas, afetivas e de cuidado, de autogestão das emoções, que detêm valor produtivo. Jones e Dalla Costa referem-se ao produto do trabalho feminino como a própria reprodução da força de trabalho. Para as autoras, o *produto* é uma mercadoria no sentido estrito de produção capitalista, ainda que “especial” uma vez que não incorpora a condição ontológica da mercadoria capitalista, a saber, ser transacionável no mercado.

Não pretendo deter-me na ampla discussão da crítica feminista, porém quero lembrar que um dos aspetos mais relevantes do desenvolvimento da teoria social enfatiza as dinâmicas da desigualdade de género no mundo laboral, intersetando dimensões como classe, etnicidade,

“raça” e nacionalidade (Federici 2013; C. Matos 2014; Mills 2003; Vianna e Lowenkron 2017). Em linhas gerais, as autoras demonstram que a participação desigual da mulher no universo do trabalho remunerado e normativo está na base dos processos discriminatórios de desigualdade e pobreza⁶⁸.

O cuidado pensado pela lente feminista é crucial na constituição da economia “otherwise” (Narotzky 2014), significando que as dimensões não utilitaristas da agência humana são fatores económicos e Económicos. As notas gerais que apresentei sobre a antropologia feminista têm como objetivo extrapolar esta doutrina de segregação hegemónica para os setores de trabalho informal, nomeadamente o voluntariado que contribui igualmente para a reprodução do sistema de Ação Social.

Nessa linha de reflexão, Collin William (2002) refere que o valor do trabalho de cuidado não remunerado enquadra-se, genericamente, no setor da economia informal e por esse motivo não tem definição jurídica ou institucional. Sugere que devem ser criados modelos de cálculo baseados no “time budget”, ou seja, no tempo gasto na realização das tarefas da casa e família. O autor afirma que o cálculo é complexo pois tem necessariamente de equacionar fatores cuja expressão numérica é difícil de medir, uma vez que o *produto* do trabalho nem sempre tem expressão material. A reivindicação feminista tem oferecido amplos contributos que visam a normalização legislativa do trabalho doméstico, através da desconstrução do binário produtivo/não produtivo⁶⁹ (Federici 2013). Esta ideia constitui uma evidência nos

⁶⁸ A problemática da desigualdade de género tem forte expressão no setor do trabalho informal. A contabilização e análise equívoca e desproporcional do trabalho feminino produzida pela economia hegemónica foi explorada por um grupo de trabalho, “Women in Informal Employment: Globalization and Organizing” (WIEGO). Esta é uma organização ativista com representação nas Nações Unidas e na OMT. Tem produzido vários relatórios alertando para as desigualdades globais no trabalho, a discriminação e vulnerabilização das mulheres nos vários setores de atividade económica.

⁶⁹ A modo de rememoração de um passado próximo contestatário, em Portugal as iniciativas políticas de luta por um enquadramento legislativo salarial do trabalho doméstico têm sido ténues. Num artigo do jornal Público de 2001 surgem vários testemunhos e opiniões de mulheres ativistas da causa feminina. Cito algumas passagens que penso serem muito ilustrativas e que revelam a desvalorização laboral das mulheres que trabalham na casa e no cuidado familiar. Natalina Moura, fundadora do Movimento de Libertação das Mulheres em 1974 e, na mesma altura, membro da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, afirma de forma assertiva que “nenhum governo se empenha na descoberta do valor económico do trabalho doméstico, com medo de reivindicação de salário que não poderia pagar” (Público, 29 de janeiro de 2001). No mesmo artigo, Isabel Estrela, presidente da Associação de Mulheres que Trabalham em Casa (AMEC) defende que “a profissão doméstica estende-se ‘democraticamente por todas as classes sociais’”. Embora estas citações sejam de há duas décadas atrás, a minha intenção é salientar as reivindicações por maior justiça social e de inclusão do trabalho de cuidado da casa e da família na produção capitalista.

meus dados de terreno, sobretudo no âmbito da etnografia dos cuidadores informais, que reivindicavam a institucionalização de uma categoria profissional.

Proponho que o cuidado é um trabalho afetivo, uma tarefa mental que engloba a gestão emocional, planeamento geral do bem-estar da unidade familiar e do próprio indivíduo. Neste âmbito, recordo que a tradição feminista desenvolveu uma importante vertente disciplinar, que visa debater a construção hegemónica das diferenças de género, com base nas emoções (Coelho 2003; Gilligan 1982; Hotschild 1989; Rosaldo 1979 e 1984; Rosaldo e Lamphere 1974), destacando-se a escola culturalista clássica (Lutz 1988 e 1990).

Como tenho vindo a defender, o voluntariado é uma economia moral de provisão social que se conjuga com a dimensão produtiva da economia de mercado. Num artigo de Lima e Oliveira defende-se que o cuidado tem vindo a ser considerado uma dimensão de menor importância económica, muito embora “nesta conjuntura histórica [de "crise"] na qual o contrato social tem vindo a ser alterado, o cuidado tornou-se uma questão central” (2015: 319). É nesta medida que enfatizo o valor do cuidado e que sumario em duas vertentes: a) proximidade relacional e os afetos como dispositivos constitutivos de laços sociais substantivos, que geram sociabilidades decisivas em situações de “crise” (Oliveira 2013); b) o cuidado como fator de valor económico integrante do sistema capitalista, desafiando os pressupostos constitutivos do modelo formalista.

Para ilustrar esta questão vejamos o comentário de Mafalda, uma das minhas interlocutoras da RĒFOOD de Belém que apresentei anteriormente. Numa das nossas conversas confidenciou-me:

Como sabes, eu depois de casar nunca trabalhei. Sempre cuidei dos filhos e das escolas e do marido. Depois eles fizeram a vida deles e eu fiquei na minha casa. Mas isso é trabalho! [rindo]. Agora que eles voltaram e que estão crescidos o trabalho também cresceu. Então eu agora costumo dizer que trabalho. Trabalho e trabalho bem!⁷⁰.

⁷⁰ Embora o trabalho das autoras remonte à década de 70, a sua argumentação é pertinente para a discussão atual da questão. Assim, as reflexões de Jones e Dalla Costa estimulam a crítica disciplinar em torno da produção capitalista da noção ocidental de família tradicional. Para as autoras, este dogma constrói-se através da figura da “dona de casa”, uma classe trabalhadora que para as mesmas está na base da divisão social do trabalho. No pós II Guerra com a ascensão do capitalismo no Ocidente, a organização social baseava-se na separação dos domínios fábrica/casa mesmo quando as mulheres estavam integradas no mercado de trabalho.

Esta citação permite-me afirmar que a divisão sexual do trabalho é uma norma cultural que se reatualiza nos quotidianos dos sujeitos e nas próprias organizações, na gestão dos seus trabalhos e nas lógicas sociais observadas. Através da etnografia que realizei nas delegações da R3FOOD, na CASA e na Associação Coração Amarelo observei dinâmicas, movimentações, espacializações e crenças émicas, que revelam um quadro performativo em que homens e mulheres ocupam espaços simbólicos marcadores de diferença, como demonstro nos Capítulos 7 e 8. Os trajetos e atividades no interior/exterior dos núcleos evidenciaram uma narrativa visual onde a fiscalidade dos movimentos, materialidades e funções remete para os ensinamentos de Bourdieu no seu trabalho sobre a casa de Cabila. A etnografia detalhada do filósofo descreve os trajetos, a fiscalidade e a organização dos elementos arquitetónicos da casa que são, em seu entender, dispositivos culturais que ordenam a organização social da residência doméstica. A esse respeito recordo uma frase dita por um interlocutor de Évora, corolário desta experiência no terreno: “O homem é da praça, e a mulher é da casa”.

Importa referir que no contexto da "crise" de 2011 surgem em Portugal estudos inovadores que abordam dimensões multifacetadas sobre género. O trabalho de Lima (2019) e Lima e Oliveira (2019) examina como o *ethos* masculino se resignifica, subvertendo os papéis tradicionais de género em situações de necessidade. Um dos exemplos é explorado no Capítulo 5, contudo interessa-me avançar a ideia de que a “crise” alterou significados culturais que se reconfiguram com base em sentidos altruístas e de solidariedade interpessoal e relacional.

Sumariando, o trabalho afetivo e de cuidado faz parte das outras economias e é indiscutivelmente um desafio para a economia hegemónica formalista. As relações de proximidade e de cooperação solidária constituem um valor de mercado, dimensão que não pode ser ignorada, muito pelo contrário. O estudo societal articula, como um todo, utilitarismo e relação, autonomia e dependência, razão e emoção, competição e cooperação, elementos que atravessam as minhas reflexões ao longo desta tese.

4.5. Diversidade e mercados

O voluntariado encerra, concomitantemente, valor financeiro e humano e está incorporado numa variedade de instituições como Estado, família e comunidade e economia e mercado.

Começo com uma citação de Carvalho e Rodrigues que inspira as ideias que exploro nesta seção: “A redistribuição e a reciprocidade garantem as necessidades humanas fundamentais sem organizarem a provisão em torno das transações do mercado. Tal não significa que os modos de provisão do não mercado não possam surgir através de um processo de ‘market mimicry’” (Marcqand cit in Carvalho e Rodrigues 2008: 269).

A revisão crítica da coexistência das dimensões utilitaristas e não utilitaristas do fazer solidário é fundamental para reforçar que a moral económica encerra medidas não economicistas e vice-versa, de mercado e não mercado. Para Jean-Louis Laville o mercado é o sistema que diferencia a modernidade democrática de outros sistemas sociais, contudo, “nunca teve intenção de organizar a sociedade como sendo um sistema autónomo” (2010: 78). Segundo Hart, Laville e Cattani, as sociedades não são “puramente ‘capitalistas’” na sua natureza, sendo que as pessoas sempre procuram diferentes fins, políticos, culturais, ambientais e outros. Por outras palavras, a acumulação capitalista não é em todos os casos um fim em si mesmo; o carácter monolítico do mercado capitalista não é o único modelo económico, embora a decisão política se alicerce nos fundamentos da economia neoclássica na qual se fundamentam os princípios neoliberais. A liberalização dos mercados tem vindo a gerar desigualdades globais, princípio ontológico da construção do próprio sistema capitalista. Assim, segundo Hart, Laville e Cattani, o não mercado teve de se adaptar através do estímulo social de dinâmicas económicas mais humanas.

Dito isto, as economias humanas resistem à mercantilização generalizada de todas as dimensões da vida e, nesse sentido, não procuram a produção económica como um fim em si mesmo. Defendo, assim, que a essência da economia dominante mitiga o próprio conceito de democracia pois exclui agencialidades humanas que procuram objetivos não materialísticos, ideia que desafia a onnipresença da economia de mercado. Nas outras economias que exploro neste ensaio, o princípio da solidariedade prevalece inspirando ideários económicos alternativos.

Este pensamento conduz a um dos eixos que problematizo nesta tese sobre o impacto da contraparte não hegemónica que legitima o próprio sistema normativo na Ação Social. Neste tópico acompanho Kamat (2003), que defende que na sociedade moderna a apropriação dos mecanismos democráticos intrínsecos ao sistema capitalista estimula a agência das organizações não-governamentais que, deste modo, contribuem para a reprodução do

capitalismo. Tal como diz a autora, as organizações não lucrativas “estão integradas nas relações do capitalismo global através de uma reformulação da ideia de democracia (...) democratizando-a” (2003:156). Este princípio está na base da proliferação de diversas formas coletivas de participação social de carácter privado. Estas apresentam-se socialmente como sendo atividades disponíveis a todos os que queiram participar no bem comum, nomeadamente através do voluntariado. No caso português, a relação estreita das IPSS com instituições públicas que promovem e subvencionam a sua atividade alinha-se com essa liberalização democrática, fomentado um modelo de economia social que conjuga o “encontro das dinâmicas de [“top-down”] (estado financiador) e de [“bottom-up”] as economias populares” (Laville 2010).

Estas notas permitem-se abordar o conceito de economias humanas, que é abrangente e cuja essência está embebida no mercado nas sociedades pré e pós industriais. A solidariedade, cooperação e melhoria geral das condições de vida fazem parte destes projetos económicos, visando a mudança social. Vejamos algumas definições.

A denominada economia social tem origem em conceitos europeus assentes em ideários que procuram contribuir para o bem-estar social e resolver necessidades de alguns setores da população. A regulação legal deste universo de ação está institucionalizada no Terceiro Setor, que engloba formas de associação cooperativa, mutualidades e associações que emergem da necessidade de “reforma radical de serviços” (Taylor 2010: 240). Laville faz uma resenha histórica do desenvolvimento do que designa por economia popular de âmbito global. A partir dos anos 70, a democracia representativa e a negociação coletiva de trabalho eram os meios institucionais que permitiram compatibilizar crescimento e solidariedade a um nível macro social (Laville 2010). A crise do petróleo gerou um retrocesso das economias ocidentais originando falências de empresas e nacionalizações, aumento da inflação e índices de desemprego históricos. Neste período expande-se o neoliberalismo anglo-saxónico e a mudança estrutural das políticas sociais com base na retração do estado. A liberalização económica originou a expansão geopolítica dos mercados e da produção para novos países economicamente competitivos (Harvey 2004 e 2005). Estas reformas resultam em desequilíbrios económicos no então chamado “norte/sul”, surgindo neste contexto global práticas sociais inovadoras com o objetivo de produzir alternativas ao sistema liberal. Nasceram cooperativas e associações nacionais e transnacionais em regiões particularmente

empobrecidas como a América Latina. Constituíram-se uniões de trabalhadores, iniciativas transnacionais de comércio justo e outros movimentos populares que procuraram intervir em órgãos de decisão nacionais.

No norte da Europa aparecem os “serviços de proximidade” que reúnem grupos comunitários focados em necessidades comuns e partilhadas com o objetivo de oferecer maior qualidade nos serviços sociais e locais, e difundir-se como movimentos alternativos de inspiração social-democrata. Inicialmente tiveram grande expressão nos países escandinavos, orientados para o trabalho comunitário, em que as pessoas se organizavam em grupos de bairro de entreajuda, lares e creches sociais, grupos de apoio, associações ecológicas, cuidadores de idosos, etc., movimentos que “desconstroem a lacuna entre o público e o privado” (Laville 2010: 18).

Julie Graham e Katherine Gibson falam-nos de “economias diversas” que descrevem como “lugares económicos ou redes onde as relações de interdependência são democraticamente negociadas por indivíduos ou organizações” (2008: 15). Estas autoras destacam o valor social das organizações por assegurarem um bem-estar social “superior”. Para Gibson-Graham as “economias diversas” são um “projeto performativo ontológico” (2008: 4) paralelo ao Estado prevalentes nos quotidianos das pessoas. As autoras argumentam que estes modelos económicos ocupam mais horas de trabalho do que as realizadas no setor remunerado e têm, portanto, maior valor que o setor capitalista. Para além desse facto, têm maior impacto no bem-estar social.

Piscina defende que as “economias plurais” têm no centro a lógica da sustentabilidade e fomentam a consciência sócio ambiental, a justiça social, situando a “vida no centro e não o capital” (2018: 242). Contudo, essa vida no centro coloca o cidadão na linha da frente das respostas às problemáticas sociais, sendo as organizações da economia social estruturas complementares a uma governança descentralizada e cidadão-centrada⁷¹.

No panorama de austeridade, vários trabalhos estudaram estratégias económicas, informais e solidárias, formas de “fazer a vida” (Narotzky e Bersnier 2014: S7). As

⁷¹ Piscina (2008) faz, paralelamente, uma crítica sobre a economia social à qual faço referência, pois é uma ideia que deve ser considerada no debate do Terceiro Setor. Na sua opinião, a reificação deste setor deve fazer-se com cautela, pois, segundo a autora, estamos perante uma “bolha” de crescimento da economia social semelhante à “bolha financeira”. Por esta razão, as limitações da economia convencional podem replicar-se nas empresas sociais, dado que também estão orientadas para serviços existindo poucos projetos ligados ao setor primário e industrial, diz Piscina.

iniciativas podem ter expressão coletiva na forma de associações ou similares e são, por isso, factos sociais totais como argumenta Rakoupoulos (2014). A pesquisa do autor foi realizada em cooperativas alimentares e em mercados informais de Atenas, onde se vendiam produtos alimentares que vinham diretamente do produtor. A ideia era retirar da equação a figura do grande retalhista, promovendo um projeto político de uma economia popular de maior alcance do que a mera resposta ao problema do dia-a-dia: “mais do que uma economia moral de consumo alimentar” (Rakopulos 2014: 315). Múltiplos trabalhos foram realizados na altura da "crise", estudando formas de combater a austeridade, com ênfase nas redes informais e a reativação de modelos tradicionais de apoio, como a família e as relações de proximidade. Esta visão reúne consenso alargado entre outros autores como Camaroff e Camaroff (2000), que defendem que a ideia de comunidade e a orientação da economia social para a transformação política e económica procura romper com o sistema global do capitalismo.

Por último, saliento que as organizações de voluntariado que acompanhei são mercados alternativos, pensados pelos próprios agentes como complementares dos apoios públicos. Para sumariar, com base na pesquisa verifiquei que a agência solidária está focada na melhoria social das comunidades e, nesse sentido, reafirmo que as organizações sociais cristalizam a ideia de outras economias, conjugando: a) fatores humanos, interesses e motivações focadas no bem social e enquadradas em economias mais humanas e não economicistas; b) políticas e ideologias macro institucionais que, concomitante, contribuem para a manutenção do sistema de Ação Social normativo.

4.6. Informalidade

Nas seções anteriores descrevi abordagens teóricas que enquadram as “economias do voluntariado” e as *culturas* solidárias que as operacionalizam. Nesta seção dou seguimento a uma dimensão particular destes modelos, por se ter revelado uma categoria transversal nas organizações e co-constitutiva da sua atividade. Refiro-me ao conceito de informalidade. Uma das dimensões que está na base teórica da sua definição e prática é a junção entre a norma e o seu contrário, como mostrarei através de casos etnográficos. Nessa linha analítica devemos considerar a informalidade como uma categoria meta política e em simultâneo um mecanismo de ação.

Começo por lembrar que a democracia dos estados providentes do pós II Guerra fundamentava-se no paradigma macroeconómico keynesiano, incorporado no sistema de mercado liberal. A partir dos anos 70 reforçou-se o poder burocrático do Estado fomentando a privatização de importantes setores sociais. Ao longo do século XX, a ordem capitalista geriu o mercado e o dinheiro através de burocracia centralizada, pensada como a antítese da economia informal. Contudo, a existência de um mercado de desenvolvimento económico sem regulação formal era concebida pelas entidades nacionais como uma forma produtiva de melhoria das condições de vida de alguns setores da sociedade - principalmente nos países ditos em desenvolvimento. Com a liberalização e recrudescimento do mercado na viragem do milénio, os negócios informais passaram a constituir uma ameaça ao setor privado, por competirem com a ordem formal, regular e previsível, garante do negócio empresarial⁷². De igual modo, no setor público, a informalidade acarretava problemas económicos pois diminuía a receita fiscal. A ordem política opunha os dois modelos de mercado, o formal e o informal. Para Keith Hart essa visão é insustentável à luz de práticas de dinâmicas globais de margem:

[O mercado informal] está em todo o lado (...) se o par formal/informal reflete no neoliberalismo a oposição entre Estado e o mercado difuso e por vezes indistinguível, então qual é a diferença entre a lavagem que um banco de Wall Street faz do dinheiro dos gangsters através das Ilhas Caimão ou as máfias que vivem do ópio do Afeganistão com o de vários estados nacionais?" [tradução minha] (2010:151).

Esta afirmação leva-nos a concluir que a um nível macro e supranacional os dois mecanismos de mercado estão, na verdade, diluídos numa linha por vezes intangível e invisível, cujo objetivo se constitui como um bem em si mesmo. O antropólogo contribui de forma

⁷² A Organização Mundial do Trabalho produziu um relatório sobre emprego e rendimentos do trabalho no Quênia, onde reconhece a existência de um setor informal e assumindo, assim, que este é a principal fonte de desenvolvimento económico paralelo. Foi a própria OMT que cunhou a existência desse setor, que se constituiu como uma disciplina académica a partir de aí. A OMT refere-se ao conjunto de atividades sem norma oficial, de abrangência nacional e/ou supranacional, relacionando-o com dinâmicas setoriais, de margem do mercado e, também, no âmbito da cooperação humana e do desenvolvimento social. Nas décadas de 70 e 80 prolifera o debate académico sobre o setor, que recebe particular atenção dos intelectuais de inspiração marxista, que centraram a sua crítica na mistificação da categoria teórica que, para eles, acentuava a exploração do trabalho marginal.

proeminente para o desenvolvimento da temática, explorando a teoria que defende a informalidade enquanto agente, simultaneamente, económico e social. O autor definiu o setor como “as atividades económicas que escapam às regulações do estado, a proliferação do autoemprego e o trabalho casual no terceiro mundo e que nas sociedades industriais se definiam através de epítetos como a economia ‘hidden’, ‘underground’ e a ‘black’ economy” (2010:142).

Hart realizou trabalho de pesquisa em Acra, no Gana, nos anos 70, focando-se na pobreza no então chamado Terceiro Mundo. Para o autor, os pobres da cidade de Acra não estavam desempregados, pelo contrário, trabalhavam, ainda que a maior parte recebesse “pagamentos erráticos e baixos, remunerações ‘informais’ reguladas por uma burocracia invisível sem conhecimento oficial ou controlo” (2010: 145). O autor afirma que os trabalhadores não se apresentavam, contudo, como uma classe marginal. O autor descreve sistemas de trabalho nas favelas de Acra onde se combina de forma transversal e normalizada duas fontes de rendimento: a formal e informal. A última era inclusivamente percecionada pelos trabalhadores como um modelo de desenvolvimento a longo prazo. Nas palavras de Hart, em Acra “a economia informal poderia ser uma forma de reciclar receitas geradas noutro lado ou poderia ser uma fonte de empreendimento e formação de capital que leva ao crescimento económico à sua própria maneira” (Ibid.). Naquele contexto, a conjugação dos dois modelos económicos tinha efeitos imediatos de resposta às necessidades do dia-a-dia e, ao mesmo tempo, era uma política de crescimento futuro. Podemos encontrar semelhanças deste paradigma nas organizações contemporâneas de voluntariado, que atuam em contextos urbanos e cosmopolitas. Da mesma forma, o modelo visa afetar o sistema social, melhorar e desenvolver comunidades e, simultaneamente, responder às necessidades económicas emergentes do dia-a-dia dos que têm maiores dificuldades.

De um ponto de vista teórico, concordo com Manuela Ivone Cunha quando afirma que os processos formais sofreram nas últimas décadas uma conversão política e global para a “informalização da formalidade” (2006: 226). A autora vai mais longe e refere-se ao “casamento do capitalismo avançado com a informalidade”, no que é um reforço do que penso ser a institucionalização liberal das outras economias. A conjugação de fatores de ordenamento burocrático e jurídico com outros sem norma institucional é fecunda na produção de economias humanas, que são ao mesmo tempo normativas e alternativas. Por

outro lado, desmontam a construção hegemónica da informalidade como uma esfera social “de margem” (Pina Cabral 2000)⁷³. Estas ideias são pertinentes para a análise da atividade voluntária onde se verifica a imbricação do institucional - o Estado - com o privado, que age e afeta o económico e social. Tal não significa que não existam lacunas no sistema, que podem gerar impactos sociais e humanos nas comunidades que merecem debate, crítica que desenvolverei em capítulos seguintes. Para já, importa salientar que a pesquisa mostrou que os modelos da economia social informal não só estão legitimados administrativa e burocraticamente pelo Estado (Terceiro Setor), como são fomentados por ele, constituindo um modelo complementar de Ação Social. O setor informal contribui para a reprodução da ordem sistémica, dado que liberta o Estado de parte das suas funções em setores sociais.

De um modo geral, a agência económica informal assenta em estratégias que têm forte expressão em contextos de precariedade e de crise. Nesta pesquisa, “dar a volta” é uma expressão muito utilizada pelos meus interlocutores - voluntários e beneficiários. Os agentes referiam-se às atividades e práticas que se operacionalizavam através de medidas estratégicas, de *margem*, e que visavam a superação de dificuldades, quer dos beneficiários, quer das próprias organizações. “Furar a norma” ou “fazer-se à vida” e, até, “umas coisitas” (designação de Tomás que descrevi em Capítulo anterior) são outras expressões parte do léxico dos meus interlocutores, remetendo para universos e ações *de fora* do sistema.

No caso das práticas de cuidado e do trabalho relacional que observei nas organizações de voluntariado de proximidade, a fluidez da informalidade dilui fronteiras com o universo de ação formal, sustentando a ideia de porosidade e até de subversão mútua dos modelos. Estes terrenos são férteis na produção de arranjos mistos, dado que a atividade recorre a dispositivos de ação como os afetos e a compaixão, que não estão, nem podem estar formalizados nos sistemas de apoio social.

Vários trabalhos têm mostrado como as estratégias informais interpessoais e comunitárias são preponderantes na resposta social à austeridade (Lima e Oliveira 2015 e 2019; Oliveira 2013; Pine 2002). Este período é um momento em que as economias mistas ganham vigor através do voluntariado e do empoderamento da informalidade. A distribuição

⁷³ A partir da teoria de Turner sobre a *estrutura* (ordem hierárquica e diferenciadora na sociedade) e a *communitas* (onde não há diferenciação social), Pina Cabral (2000) defende que a sociedade é um processo dialético onde essa ordem simbólica se co-constituiu e sucede. Esta remissão permite-me incorporar as categorias do *dentro* e o *fora*, que, para o autor, constituem-se mutuamente, noutras palavras, hegemonia e margem têm uma relação estrutural na produção de sociedade.

de cabazes alimentares e o recurso a organizações solidárias sincretiza elementos formais e informais (burocrático-administrativos e *livres*). Quero dizer que, se por um lado, existe uma legislação que acomoda e institucionaliza a atividade das organizações através da sua constituição formal como IPSS, por outro lado, o mercado dos cabazes opera *fora* do mercado retalhista e do comércio regulado. É um sistema informal no sentido mais purista do conceito.

Os serviços sociais de natureza privada transacionam bens sem constrangimentos ou restrições sociais ou legais. Citando Guezzi “indivíduos, lares, firmas e instituições estão todos envolvidos em diferentes graus na expansão da economia informal” (2014: 115). Esses graus são fluídos e co-constituem um regime liberal de Estado promovido e diretamente participante no sistema capitalista.

A etnografia revelou que os processos de margem dependem de fatores por vezes frágeis e dinâmicos, capitais comunitários dispersos e voláteis, como são, por exemplo, as doações; o capital social dos sujeitos que não é um ativo fixo; decisão, interesse e empenho dos agentes. Por esse motivo a informalidade deve ser pensada com cautela, pois sendo uma forma profícua de ativar arranjos solidários alternativos, encerra também uma medida de incerteza e instabilidade funcional. Isto não quer dizer que os regimes solidários não sejam um modelo eficaz e a combinação de estratégias formais e informais não gere respostas por vezes fundamentais para a resolução de problemas humanos e sociais, muito pelo contrário. O que significa é que os modelos coexistem e é nessa combinação que está a virtude das economias sociais. A dimensão informal apresenta-se como uma categoria consolidada e que co-constituiu um sistema socioeconómico misto, legitimado pelos órgãos públicos oferecendo respostas às situações de crise. Contudo, é justamente por isso que a crítica do empoderamento neoliberal da informalidade - *informal* e sub-reptício - deve ser ampla e observar as diversas vozes, nomeadamente dos que dependem das *margens*.

Capítulo 5 - DÁDIVA, CUIDADO E COMPANHIA

5.1. Tempo e programas comunitários

Neste seção centro-me na análise de formatos de ajuda solidariedade, mecanismos de mercado baseados em modelos não mercantilistas. A passagem para a economia de mercado não significou que deixassem de estar presentes outros modos de transação de não mercado

na vida social, tal como Polany (1976) nos mostrou. O caso de Évora, que exploro nesta seção, ilustra bem esta asserção, uma vez que as categorias que estão no centro da minha análise são, justamente, o conceito de mercado e de transação.

A pesquisa em Évora mostrou-me a existência de múltiplos programas de voluntariado em diversos domínios e setores sociais, fazendo com que para quase todas as necessidades/serviços existisse uma organização onde se podia encontrar alguma forma de ajuda voluntária. As organizações voluntárias ofereciam bens e serviços multifacetados e o trabalho em rede envolvia a participação de instituições como a Universidade de Évora, a Câmara Municipal de Évora, organizações religiosas, fundações e outras. A título de exemplo, a Fundação Eugénio de Almeida é um agente presente no universo do voluntariado eborense, fomentando, por exemplo, programas de voluntariado e formações⁷⁴ realizadas através de parcerias com organizações da região, entre as quais a Câmara Municipal de Évora e o Banco do Tempo.

O Banco do Tempo de Évora é uma associação que preconiza a ideia das parcerias em rede e detém grande visibilidade no espaço público local. Esta organização é uma iniciativa do Graal - associação católica de âmbito internacional - cuja atividade se realiza através da oferta de tempo dos associados que colocam as suas habilidades e competências ao serviço dos membros da comunidade que deles necessitem. Destaco esta organização pois a pesquisa que realizei no âmbito do Banco do Tempo revelou que o tempo se constitui como uma mercadoria a partir da qual se desenvolve uma forte e ampla economia de serviços. Nesse sentido, podemos afirmar que o tempo é simultaneamente um bem e uma moeda: contém valor social e de troca mercantil. Como diz Muelbach, o tempo é um ativo social que “pode ativamente gerar riqueza, mas só se for posto a circular socialmente investindo na sociedade (2012, 145)”.

Os Bancos do Tempo tiveram origem nos EUA e têm vindo a propagar-se pelo mundo ao longo dos anos. Em Portugal, a sede do Banco é no centro de Lisboa, que visitei algumas vezes e onde realizei entrevistas a duas das suas coordenadoras. A organização é uma estrutura formal, fundada há aproximadamente 50 anos atrás por Maria de Lurdes Pintassilgo

⁷⁴ A Fundação Eugénio de Almeida realizou uma semana de formação, a “Escola de Verão de Voluntariado” na qual participei. Esta ação reuniu várias organizações de voluntariado de Portugal e de Espanha, que durante uma semana partilharam experiências e conhecimentos. Existia, inclusivamente, uma rede de voluntariado transfronteiriça, uma parceria da Cruz Roja de Extremadura, da Cruz Vermelha Portuguesa e da Fundação Eugénio de Almeida.

e por Maria Teresa Santa Clara Gomes⁷⁵, sob o desígnio de um “movimento internacional das mulheres para a cultura do cuidado”. Os Bancos do Tempo são uma organização de voluntariado multiserviços, que se descreve da seguinte forma:

O Banco de Tempo é um sistema de organização de trocas solidárias que promove o encontro entre a oferta e a procura de serviços disponibilizados pelos seus membros. No Banco de Tempo troca-se tempo por tempo; todas as horas têm o mesmo valor e quem participa compromete-se a dar e a receber tempo. Na prática, funciona deste modo: quando um membro do Banco de Tempo precisa de um serviço contacta a sua agência que procura um outro membro que o possa realizar. Realizado o serviço, quem o solicitou passa um cheque de tempo (ou voucher). O membro que prestou o serviço deposita o cheque e fica com o direito de receber um serviço em troca (medido em tempo) realizado por qualquer outro membro. (Descrição da organização constante no site do Banco do Tempo⁷⁶).

À data da pesquisa (2012) existiam 33 agências do Banco do Tempo em Portugal. A sua gestão emprega conceitos de empresa comercial - reuniões periódicas com as agências para elaboração de relatórios, monitorização e gestão de atividades, definição de calendário, entre outras⁷⁷; mimetiza a atividade bancária. O papel do Graal é de coordenação da rede nacional dos Bancos do Tempo “como se fosse um banco central”, uma espécie de agência de supervisão, como me explicou Ana, a coordenadora nacional. Em Lisboa preparavam-se as formações iniciais aos gestores dos Bancos do Tempo, comunicadas transversalmente a todas as delegações. Na sede trabalhavam-se oportunidades de parcerias; geriam-se os encontros nacionais; analisavam-se os indicadores globais da organização; dava-se o apoio necessário às agências, apesar de terem autonomia operacional. Os financiamentos do Bancos do Tempo

⁷⁵ Maria de Lurdes Pintassilgo foi primeira ministra de Portugal entre 1979 e 1980. Santa Clara Gomes e a Primeira Ministra estiveram ligadas a vários movimentos sociais de inspiração católica relacionados com o cuidado e emancipação feminina.

⁷⁶ A descrição que cito constava no site do Banco do Tempo à data da minha pesquisa. Os conteúdos do site foram sendo alterados, inclusivamente a descrição que transcrevi. O site está disponível em: <http://www.bancodetempo.net/pt/BancoDeTempo/1>.

⁷⁷ Informação disponível no site <http://www.bancodetempo.net/pt/BancoDeTempo/1>, à data da pesquisa

provinham maioritariamente das Juntas de Freguesia das comunidades onde as delegações atuavam e das Câmaras Municipais e, à data da minha pesquisa contava com um financiamento da Fundação Calouste Gulbenkian a nível nacional. Os Bancos do Tempo ofereciam múltiplos serviços, mas a "crise" fez crescer a procura de novos, como dizia Ana: “As questões económicas cresceram por causa da "crise" (...) tem havido mais procura de serviços sem recurso ao dinheiro. (...) Inicialmente, era mais humanizar as relações, aumentar relações de vizinhança. Hoje procura-se os Bancos do Tempo também como uma resposta aos tempos que decorrem de crise”.

A instituição define-se como um banco e replica o seu vernáculo. As delegações gerem *depósitos* que são *activos* (horas a crédito). A operação realiza transações bancárias da seguinte forma: os voluntários recebem horas que depositam no banco e ficam disponíveis nas suas contas. Estes recebimentos são os *pagamentos* relativos aos serviços que realizaram a outro associado. O valor dos serviços, o custo, é contabilizado em horas - as que foram gastas no serviço. Com base no valor que têm no banco os membros requisitam serviços que *pagam* com as horas que têm nas suas *contas* e o processo repete-se sucessivamente. Uma das particularidades deste sistema é que os créditos de horas devem ser obrigatoriamente gastos, preferencialmente num espaço curto de tempo. A operação bancária transaciona um *capital* especial, o tempo, que é simultaneamente uma *moeda*: também o tempo. Assim, este bem tem um cariz público na medida em que, apesar de ser propriedade do associado, faz sempre parte de uma bolsa coletiva. Assim, os créditos são sempre públicos - têm obrigatoriamente de passar de mão em mão - e são, por isso, bens sociais.

As várias delegações portuguesas do Banco do Tempo são “agências”, a mesma nomenclatura das instituições bancárias. À data da pesquisa existiam aproximadamente 1900 associados em todo o país. Uma das particularidades do sistema é que sendo alternativo não pretende suplantar o mercado mas complementar-se a ele, tal como o caso dos Santos Antónios; tem um objetivo de valor social e de não acumulação, pois não se rege pela norma de produção contínua de mais valia. Os dois casos são ilustrativos dos princípios da economia solidária por terem “utilidade social e interesse coletivo”, nas palavras de Laville (2010). O cruzamento de ideários de solidariedade e utilitarismo combina-se de forma particularmente interessante: são um sistema misto de troca e de dádiva. No caso dos Bancos do Tempo, a

regra de reciprocidade é uma imposição funcional, uma obrigação de retorno, o que para Testart (2013) é uma forma de não dádiva.

Fiz pesquisa em duas agências em Portugal: na Portela de Sacavém, situada na região metropolitana de Lisboa, e na de Évora onde realizei trabalho de campo mais prolongado. Nesta delegação, a coordenadora e fundadora do Banco do Tempo, Antónia, dizia-se “voluntariamente voluntária” e descrevia o trabalho como uma forma de proximidade impelida pelo apelo romantizado de retorno às mutualidades de vizinhança e de reforço de laços comunitários mesmo que acontecessem “à distância”. Referia-se aos serviços trocados por associados que estavam distantes entre si. Como exemplo, contou-me o caso de um madeirense que tinha um filho a viver em Lisboa que tinha feito uma cirurgia. Estando longe do filho e não podendo assisti-lo, usou os serviços do Banco do Tempo de Lisboa para garantir que era acompanhado por um “amigo” quando teve alta hospitalar. Foi necessário ir buscá-lo ao hospital e dar-lhe apoio em casa nos primeiros tempos de recuperação domiciliária.

A agência de Évora estava localizada no centro urbano, no primeiro andar de um prédio que pertencia à Câmara. A agência oferecia serviços como pinturas de casa, jardinagem, costura, confeção de comida, serviços de contabilidade e tutoria académica, babysitting e serviços de cuidado a crianças e idosos e a quem precisasse de apoio. A lista de serviços a que tive acesso elencava aproximadamente 65 serviços⁷⁸. Antónia era professora e contou-me que vinha de uma aldeia onde os vizinhos costumavam ajudar-se uns aos outros, experiências antigas que guardava na memória com carinho e que foram o estímulo para a criação da agência de Évora. Tinha esperança de recuperar essa forma de relação social inspirada por princípios de solidariedade e de confiança. Antónia dizia que o Banco era um projeto muito motivador pois não “é possível dar sem receber de volta”. Cito uma das suas explicações.

Um tipo diferente de trabalho voluntário, por uma questão de princípio os associados estão obrigados a receber, para não existir dívida de quem recebeu o serviço (...). Por

⁷⁸ Agrupados por “Atividades manuais e artísticas (exceto lições)”, por exemplo, “ferrar armários”, “tricot”; “Atividades de apoio à organização doméstica”, como por exemplo, “pagar contas”, “ir à farmácia”, “passar a ferro”, “apanhar pinhas”, limpar o pó”; “Atividades sociais de relação (adultos)”, por exemplo, “companhia para tomar café”, “massagens”, “conversação/lições de francês”; “Acompanhamento a crianças/jovens”, como por exemplo, “apoio ao estudo”, “aconselhamento e apoio psicológico”.

exemplo, na minha conta do Banco do Tempo tenho um grande número de horas que não sei como gastar. Para as ir gastando uso o dinheiro para pagar a colheita da fruta do meu quintal e recolher a lenha para a lareira no inverno.

O Banco tem um papel central nas relações interinstitucionais com os órgãos camarários, Juntas de Freguesia, paróquias, Universidade de Évora, Centro de Saúde, fundações e outras. As parcerias baseavam-se em capitais sociais e redes de conhecimento entre associados e instituições. O programa “Laços para a Vida - Casa e Companhia” é um exemplo ilustrativo de parceiras comunitárias, teve grande sucesso e foi, inclusivamente, notícia num telejornal. O programa é uma parceria entre a Câmara Municipal de Évora, a Universidade de Évora, o Centro de Saúde e o Banco e tinha um duplo objetivo: promover alojamento para estudantes universitários que não podiam pagar casa própria⁷⁹ e, ao mesmo tempo, providenciar companhia e ajuda a um idoso que vivesse sozinho. Na prática, o jovem conseguia alojamento e uma casa de família durante o período letivo, e o idoso recebia companhia e atenção, um neto afetivo. O programa previa a assinatura de um acordo formal subscrito pelos intervenientes, a Câmara e a Universidade, que supervisionavam o acordo e garantiam o seu cumprimento. Os contratos tinham cláusulas específicas que definiam as funções e obrigações de cada parte. Recordo que no caso de Margarida e Pedro⁸⁰, que descrevo a seguir, uma das exigências que ficou acordada era a obrigação de preparar uma chávena de chá à idosa quando o jovem chegasse a casa depois das aulas.

O programa foi um sucesso e expandia-se a outras cidades do país. Um dos constrangimentos da iniciativa relacionava-se com a elegibilidade da candidatura dos idosos, que dependia das condições de habitabilidade das suas casas. Os habitantes do centro urbano de Évora são em grande parte população envelhecida e enfrentavam cada vez mais dificuldades financeiras, agudizadas pelos cortes nas pensões (quando as havia) e baixos subsídios de subsistência, etc. Nalguns casos, as casas dos idosos estavam degradadas e careciam de melhoramentos e, inclusivamente, de grandes obras de recuperação. No caso de

⁷⁹ A diminuição das receitas familiares durante a austeridade levou os estudantes de ciclos superiores a abandonar os cursos por não conseguirem pagar os custos, como o alojamento, caso tivessem de sair da região de residência.

⁸⁰ Mantenho os nomes reais de Margarida e de Pedro dado que a sua identidade foi divulgada pela comunicação social.

Margarida foi necessário resolver o problema reparando e restaurando grande parte da habitação. O Banco do Tempo foi o principal responsável pelos trabalhos feitos na casa “que estava em muito mau estado, quase em ruínas”, disse-me Antónia. Para a recuperação foi necessário trabalho de pintura, de alvenaria e outros, sendo que os materiais doados foram conseguidos através de conhecimentos de associados do Banco. O Banco gastou 900 horas nas reparações e o resultado foi a habilitação da casa para receber Pedro. A candidatura foi aprovada e o jovem foi morar para a casa de Margarida durante o período letivo, experiência que segundo Antónia foi muito aprazível e a iniciativa um exemplo de boas práticas solidárias.

O programa prevê que a Câmara monitorize o processo e garanta que as duas partes cumprem satisfatoriamente os compromissos que assumiram contratualmente. Implica visitas de acompanhamento realizadas pela Câmara que, naquele caso, foram delegadas ao Banco do Tempo, que fez as visitas regulares para garantir que tudo estava a correr bem.

Os serviços prestados pelos associados do Banco para os serviços *extra* são um serviço solidário e gratuito que o Banco presta à Câmara, que é parceira e não associada. Quer dizer que quando um associado usa horas para pintar uma casa, por exemplo no âmbito do programa “Laços para a Vida”, recebe o crédito das horas na sua conta mas por se tratar de uma oferta solidária, ad hoc, o valor não é debitado de outra conta - caso da Câmara que não é associada, é parceira, e por isso não tem conta. O Banco do Tempo oferece outros serviços solidários que não envolvem o mercado de horas. Por exemplo, quando um estudante chega a Évora recebe ajuda do Banco, mesmo não sendo associado. As horas são pagas através de um “fundo perdido” e destinam-se a ações solidárias. Sobre os estudantes que vêm de fora, Antónia diz que “ficando eles [os estudantes] por conta própria podem precisar de uma camisa lavada, ou mais importante, de uma casa ou uma comida caseira” e, nesse caso, o Banco oferece essa atenção.

O Banco do Tempo é uma organização que se constitui formalmente como um serviço, um sistema de ajuda mútua comunitária. Sendo uma associação formada por voluntários, a sua organização simula, no entanto, o negócio da banca comercial e transaciona serviços através de uma moeda própria: o tempo. Este sistema envolve uma ética económica particular - a ajuda social - e uma moralidade de consumo alternativo - a circulação gratuita de bens. Para Antónia, a dimensão não cumulativa é a grande virtude do modelo. Como me disse

numa entrevista, “é um regime moral de troca, justo e de ajuda comunitária efetiva”.

Este caso permite explorar uma dimensão de valor que é muito pertinente para adensar o estudo dos mecanismos solidários, que cruzam o conceito de troca e de solidariedade. Podemos analisar este tópico sob duas perspetivas, ou melhor, duas *éticas*. O sistema parabancário do Banco do Tempo tem um objetivo de mercado, produz mercadoria (serviços) e, nesse sentido, o tempo veicula um sentido ético com fins quantitativos. Tem, portanto, um valor extrínseco, *material*, que é o produto *que produz*. Por outro lado, assenta numa ética de bem fazer, de entreajudua solidária e de mutualidade, que constitui um valor intrínseco, inalienável: o *ato* de fazer, a performance em si mesma. Assim, existe uma diferença entre o produzir e o fazer. Podemos encontrar outras formas de especificar esta dualidade, como o valor objetivo (concreto) versus o subjetivo (substantivo); comensurável e incomensurável; quantidade versus qualidade; mercado e não mercado. Em síntese, sendo uma moeda de troca de bens de mercado é o dispositivo através do qual se produz uma transação *comercial* e é, concomitantemente, um mecanismo que gera relação. Esta análise permite concluir que a virtude desta combinação está, justamente, em si mesma. É substância e relação, usando as palavras de Lambek (2013: 142). Estas reflexões inspiram-se na teoria de valor do autor e nas suas reflexões sobre o que designa por usos éticos e económicos do valor e que têm grande interesse teórico.

Usemos estas ideias para uma reflexão mais abrangente sobre o sistema de dádiva no âmbito da produção capitalista, partindo de um trabalho de Anna Tsing, relevante para pensar a dádiva e o seu imbricamento no sistema macroeconómico hegemónico. A autora realiza uma etnografia entre os recolectores de cogumelos Matsuke nas florestas do Oregon, EUA, integrando de forma criativa o debate da incrustação da dádiva no sistema capitalista. Como sabemos, o processo de produção mercantilista assenta no *retirar* o produtor do objeto que produz, de modo a que o bem produzido se torne comercialmente transacionável. Neste sentido, o valor social passa a ser de mercado, dado que a transação capitalista depende da alienação da força de trabalho. Pelo contrário, na economia da dádiva, o valor social do objeto persiste precisamente porque não *retira* a pessoa do bem produzido - na linha do pensamento maussiano. Como afirmou o autor, a economia capitalista e a economia da dádiva não podem ser pensadas como dois sistemas mutuamente excludentes. Com base nesta teoria, concordo com Tsing que defende que o próprio processo produtivo inclui uma medida

de dádiva. Com base na sua pesquisa, vejamos sumariamente como a autora elabora esta ideia.

Os recolectores descritos por Tsing introduzem na produção fatores de cariz pessoal, que fazem com que os cogumelos sejam “difíceis de separar dos seus produtores” (2013: 25). A autora refere-se à dedicação na seleção, ao cuidado no tratamento, ao manuseamento na apanha, nas habilidades negociais e no trabalho de fidelização dos clientes sazonais. Para os interlocutores de Tsing, o trabalho enriquece-se com a experiência e implica dedicação e relação com os compradores, que se reproduz no tempo e se consolida nas campanhas anuais sucessivas. Estes elementos são entendidos pelos recolectores como um valor inalienável, pois implica a entrega de algo de si juntamente com o produto; evocando Mauss atrevo-me a dizer o *hau*. Por outro lado, a apanha dos cogumelos é realizada nas florestas, em espaço público que não é propriedade dos recolectores, mas do Estado. Assim, os recolectores de Oregon assumem-se tacitamente proprietários dos cogumelos depois de os apanharem, sendo que antes eram públicos. A *qualidade* privada do produto implica, portanto, um movimento de alienação para que se transforme em mercadoria, um processo de “necromancy”, expressão de Bhattacharya (2017), conferindo-lhe a condição de mercadoria transacionável.

Sumariando, no caso dos cogumelos, o sistema inicia-se com a transformação de um produto público em privado que é a seguir alienado - separado do produtor - para se tornar transacionável. Contudo, para os recolectores, o bem - já transformado em mercadoria - contém uma medida de dádiva, os aspetos pessoais, a dedicação e experiência *transportados* no produto. Mas o processo não termina aí. Depois de vendidos no mercado japonês, os cogumelos cristalizam um valor social em si mesmos. Consumir os cogumelos é uma prática cultural no Japão, faz parte de uma cosmologia específica, tem valor espiritual e de reforço de relação social. Como diz Tsing, os cogumelos são mais do que um alimento, são um "meio 'quintessencial', uma forma cultural de dádiva” (2013: 25). Esta etnografia e as propostas analíticas da autora, contribuem para consolidar as minhas reflexões teóricas sobre como a performance intrínseca à dádiva está integradas no processo de produção capitalista. A imbricação da economia dádiva no processo capitalista leva-nos a concluir que este não é um sistema económico puro e incorpora relações sociais de cariz não capitalista para atingir o seu objetivo. Este argumento reforça a importância das relações extra capitalistas nas próprias relações de produção. O mercado capitalista é simultaneamente mercantilista e não

capitalista. Esta lente teórica é fundamental para desenvolver o meu argumento, a que dou seguimento fazendo uma revisão sobre o conceito de dádiva.

5.2. A dádiva revisitada

Como mostrei, a troca de bens e serviços não é uma simples transação utilitarista, ideia preconizada na abordagem da sociologia francesa anti-utilitarista inaugurada por Marcel Mauss. A importância do seu trabalho obriga-me a visitar e reatualizar a teoria da dádiva, pois contribui de forma profícua para a compreensão do processo sociológico da troca-dádiva que estudo neste ensaio.

A proposta de Mauss é defendida por diversos autores que desenvolveram esta escola de pensamento na atualidade, destacando-se Allain Caillé, fundador da revista *Revue de M.A.U.S.S.- Movimento Anti Utilitarista nas Ciências Sociais*. Os princípios do movimento desenvolvem a crítica da teoria da dádiva e dos complexos sistemas de trocas e formação de alianças que a constituem (Martins, 2005). Caillé reafirma a leitura associativista dos pactos de confiança discutidos por Mauss, que, em seu entender, predominam nas relações económicas de mutualidade humana:

Na verdade, caso fosse necessário reduzir a presente discussão a uma classificação por 'setores', os teóricos anti-utilitaristas da escola francesa sustentariam a hipótese de que o primeiro setor foi constituído, desde sempre, pelas práticas associativistas e comunitaristas inspiradas na dádiva (Mauss, 2003) [parênteses do autor], sendo os outros dois setores – o Estado e o mercado – vistos como secundários do ponto de vista histórico e social (2005: 50).

A historiografia maussiana sobre os povos arcaicos que habitavam diversas partes do globo, desde o noroeste americano até à Melanésia, inaugura a antropologia interpretativa das estruturas totais nas sociedades arcaicas. No *Ensaio sobre a Dádiva* (1950), Mauss distingue duas formas de encontro social entre povos. O primeiro, o “sistema de prestações totais”, é um contrato social que se baseia na circulação de riqueza entre tribos, clãs e coletividades - grupos que chama de “pessoas morais”. O contrato é geral, mútuo e permanente, e funciona com base na dádiva e na contradádiva de ofertas entre os grupos. O sistema de “prestações

totais de tipo agonístico”, o “potlatch”, assenta igualmente na troca de presentes mas acrescenta a obrigatoriedade e a retribuição, sob pena de confronto entre os chefes tribais, que se tornam adversários num jogo de rivalidades e agressão. O sistema implica dois comportamentos por parte dos intervenientes: a obrigatoriedade de dar e a de receber. A quebra desse pacto leva a um momento cumulativo de confronto, à destruição de riqueza própria de forma “sumptuária”, de destruição e sacrifício de bens. O “potlatch” encerra dois fatores de ordem sociológica que são a honra e o prestígio e a riqueza, o “mana”, ambos intrínsecos a esse sistema de prestações e contraprestações. A teoria da dádiva prescreve direitos e deveres sociais de presentear e retribuir riqueza, em que a rejeição da oferta “equivale a uma quebra de aliança e comunhão”.

A instituição total é um pacto agregador da ordem social através da circularidade de bens, fixando e reinstaurando alianças. Com base no estudo interpretativo do direito maori, Mauss descreve a existência de um poder espiritual da propriedade, o “hau”, situado no objeto pertencente ao dador e que a ele deve voltar. Quem dá é o dono do “espírito da coisa dada” e por isso tem “domínio sobre o beneficiário”. Assim, o “hau” transita num circuito mútuo permanente de oferta (de ida) e de recebimento (de retorno) e preside à organização social em torno da “circulação obrigatória das riquezas, tributos e dádivas”. Esta proposta analítica coloca Mauss no centro da antropologia e sociologia económica e das reflexões contemporâneas sobre economia.

Vejam os outros debates interessantes para esta reflexão. Godbout define a dádiva entre desconhecidos como uma especificidade moderna, que concretiza e manifesta um altruísmo entre pessoas que não fazem parte das relações pessoais dos sujeitos. Inspirado por Godbout, Caillé distingue as “sociabilidades primárias” das “secundárias”. As primeiras são a “regra básica das relações de um para um”, onde o pessoal é mais importante do que o objeto dado. As sociabilidades secundárias são as que ocorrem entre estranhos, são impessoais - incluindo o mercado e o Estado - e nelas o objeto da dádiva tem maior importância que o individual. Em suma, o primeiro caso é de natureza íntima, o segundo de natureza social e funcional. Para o autor, as sociabilidades secundárias são a “energia criativa, o impulso dos membros de uma sociedade em oferecer, a força mobilizadora da constituição de redes de confiança e fidelidade” (2010: 183). Neste sentido, as redes são um dispositivo coletivo funcional que se baseia na participação simbólica dos membros de uma comunidade através da dádiva, que

circula produzindo relações de mutualidade. Lembrando Malinowski, Caillé afirma que as primeiras reflexões sobre a importância das relações de dádiva, foram as relações em rede dos círculos do “kula”.

Podemos então pensar a dádiva de tempo como a matéria prima do voluntariado realizado nos Bancos do Tempo, usando a metáfora do “hau”. Nos Bancos do Tempo, o objeto circula num ciclo simbólico de reciprocidade entre estranhos e a obrigatoriedade de dar implica a obrigatoriedade de receber. Este sistema configura a ideia de instituição social total que gera relações de mutualidade e confiança. O sentido de equidade da troca é aqui um compromisso coletivo - que elimina o imaginário de conflito e hierarquia.

Dando continuidade aos estudos da dádiva, seguindo a proposta de Mauss, Alain Testart (2013) defende que a forma *pura* da dádiva - de altruísmo - é um tipo ideal que contrasta teoricamente com a troca e a partilha. Vejamos esta ideia. Testart alerta para o que pensa ser o engano das ciências sociais sobre os conceitos de dádiva e troca, expresso em ambos os casos pelo verbo “dar”. *Dar* tem duas leituras semânticas: o sentido de “trocar” algo com alguém, e o sentido de “oferta”. Por exemplo, dizemos “dei-lhe o dinheiro” quando estamos a pagar uma compra, e dizemos “dei-lhe uma prenda” quando estamos a fazer uma oferta. Assim, “dar” pode ser uma troca (“give” ou “exchange”) ou uma dádiva (“gift”). Segundo o autor, a utilização indiferenciada e/ou justaposta (“gift-giving”) num ou noutra sentido está na base da imprecisão do conceito de dádiva e nesse sentido não estabelece a diferença entre dar-troca e dar-oferta.

A troca implica a existência de uma contra-troca inerente à transação, sendo que na dádiva-oferta a obrigatoriedade cessa. Porém, na relação social existem contra-dádivas, uma vez que são comuns as ofertas como forma de retribuição; a existência de uma contraparte na transação não é um elemento distintivo entre troca e dádiva. Por outro lado, tanto a contra-troca como a contra-dádiva podem ser diferidas no tempo, o que também não constitui um fator distintivo entre os dois conceitos⁸¹. Podemos deduzir que a dádiva implica a ideia de abandono, a “renúncia de qualquer direito sobre o bem [entregue] assim como qualquer

⁸¹ Descrevo o raciocínio do autor através do método dedutivo. Existem três tipos de troca que se definem pelo grau de complexidade. 1) A simples circulação de um bem estrito senso -um movimento mecânico, recíproco; 2) igual ao anterior, mas acrescenta-se uma intencionalidade e uma expectativa de resposta em igual medida (como por exemplo, a troca de sorrisos); 3) igual aos dois anteriores acrescentando-se uma condição prévia específica, um acordo de vontades entre as partes, a capacidade de exigir uma obrigação por parte de quem dá e recebe (troca comercial).

direito que resulte da transferência, particularmente a exigência de uma contraparte” (Testart 2013: 260). Nesse sentido, a expressão “troca de dádiva”⁸² (“gift- giving”) é, para o autor, desadequada uma vez que justapõe dois conceitos substantivamente distintos entre si. Qualquer troca que implique obrigação de retorno, de uma contrapartida, colidiria com a noção de dádiva: a reciprocidade elimina o sentido da dádiva, é uma troca⁸³.

Godbout persiste na ideia da reciprocidade como condição intrínseca à dádiva, estabelecendo “o estado de dívida como o estado normal numa relação de dádiva” (1992: 47) - por oposição ao estado de equivalência (do mercado) e da justiça (do Estado). Porém, noutro ensaio, Godbout define “a dádiva como toda a prestação de bens ou serviços efetuada sem garantia de retribuição, tendo em vista criar, alimentar ou restabelecer os laços sociais entre as pessoas” (Ibidem, 30). Nesta proposta afirma que o requisito da reciprocidade vinculativo à dádiva vai, de certo modo, ao encontro da proposta de Testart de que não há “garantia de retribuição”.

Embora os posicionamentos teóricos dos autores sobre o conceito de dádiva diverjam em alguns pontos, permitem afirmar que o conceito de dádiva tende a adotar o sentido mais *purista*: afirmar que é uma ação de natureza predominantemente altruísta. A reciprocidade implica uma contraparte e, por isso, está no outro extremo da escala de valor. No decurso da etnografia as voluntárias com quem falei disseram várias vezes “recebo mais do que dou”, e pude verificar que esta é uma expressão frequente no universo do voluntariado. Neste caso, a retribuição é de ordem espiritual, de capitais simbólicos, intrínsecos ao bem fazer ou, numa perspetiva inspirada na tradição judaico cristã, o cumprimento de uma lei divina de cariz salvacionista. Como diz Godbout, a reciprocidade subjacente à dádiva-troca não se fundamenta numa lógica de equivalência de bens trocados, ela procura “a desigualdade alternada”. A expressão “devo-lhes muito”, referida pelos utentes, implica precisamente a ideia de que se recebeu muito - doações - e que se deve retribuir numa medida de gratidão superior. Esta ideia de *dívida maior* está presente nas reflexões de Hochschild (1989) sobre o que designa por economia da gratidão.

Com base nestas reflexões, o enfoque sociológico em torno da semântica dos termos

⁸² Tradução minha.

⁸³ De uma forma simples, Testart “responsabiliza” o próprio Mauss pela introdução do “erro” na academia. Contudo, Testart refere que Mauss atribui a falta de rigor da distinção dos conceitos à primitividade dos povos.

doação e partilha contribuiu para pensar a dádiva (oferta) como um ato totalmente altruísta, que não procura nenhum tipo de retribuição e constitui, assim, um tipo ideal de dádiva pura. É com base neste argumento que percebemos a existência de uma gama de possibilidades cujos polos são o altruísmo e o egoísmo⁸⁴ (Theodossopoulos 2016). Estes tipos ideais constituem uma grelha analítica, uma escala valorativa dos vários *níveis* e *tipos* de motivações embebidos no fazer voluntário numa análise crucial para compreender os diferentes regimes de valor das economias solidárias.

Em meu entender, esclarecer o conteúdo léxico destas categorias - dádiva, reciprocidade e altruísmo - permite uma análise mais rigorosa da empiria. Neste âmbito, as escolhas e práticas humanas não derivam de uma única categoria, pelo contrário, incorporam motivações diversas: dádiva (desinteresse e abandono da procura de reciprocidade) e troca (expectativa de retorno com maior ou menor grau de “contratualização”). A pesquisa que realizei nos terrenos de voluntariado cristaliza essa constelação de interesses, que é subjetiva, dinâmica e complexa e, sobretudo, conjuga articuladamente diferentes níveis de valor.

Para terminar esta secção retomo o caso do Banco do Tempo. Fazer um serviço de *babysitting* para outrem, por exemplo, no âmbito desta organização, implica dedicação e empenho, medidas altruístas e simultaneamente egoístas, na medida em que se espera um retorno material, o valor das horas gastas no serviço realizado. Nesse sentido, estes dois pontos transitam numa trama de motivações e interesses dinâmicos e negociados, que constituem a complexidade das “economias de serviços” (Widlok 2013). Com base na observação e nas interlocuções foi-se tornando evidente que a ação voluntária é uma atividade de tipo misto, não utilitarista no sentido sociológico; uma economia social de serviços assente em princípios morais partilhados.

5.3. O Cantinho do Cuidador

Nas próximas secções apresentarei a etnografia de uma atividade social de cuidado, que esteve no centro de um debate público em vários fóruns de opinião durante o período da “crise” em Portugal. O tema que desenvolvo surge através do trabalho de campo que realizei em Évora e cujo enquadramento teórico discuti no Capítulo 4. A discussão sobre a institucionalização da

⁸⁴ O significado que dou à palavra não é no sentido pejorativo que, de forma genérica, se atribui aos comportamentos humanos com objetivos auto-centrados. Utilizo a palavra para distinguir o oposto de altruísmo.

figura de “cuidador informal” teve forte impacto no espaço público nos anos 2013-14. Para grande parte dos interlocutores, esta categoria deveria ter assentamento jurídico que regulasse direitos e deveres das pessoas que cuidavam em contexto informal e doméstico⁸⁵.

O cuidado informal intersecciona várias dimensões da sociabilidade: psicológica (factos e emoções); económica (produção e valor do cuidado); social (família e moralidade); biológica (saúde e corpo). Por outro lado, é uma economia moral, ideia a partir da qual desenvolvo uma proposta sobre a “governança à distância”, de *baixo para cima*, alinhada com Rose (1996) e com os seus postulados sobre a teoria foucaultiniana. Voltarei a este pensamento adiante, por agora detenho-me no trabalho que realizei em Évora.

Nesta cidade alentejana, a ajuda voluntária abrange diversos setores, agentes e necessidades. As atividades de cuidado de proximidade que acompanhei apresentam uma especificidade: a sua orientação para os intangíveis, para suprir necessidades de teor relacional e íntimo. De um modo geral não têm expressão material, embora envolvam atividades físicas. Esta afirmação procede da observação dos trabalhos que visavam principalmente o cuidado de camadas populacionais mais idosas e com pouca mobilidade ou socialmente isoladas.

O “Cantinho do Cuidador” (Cantinho) é uma organização situada na periferia de Évora, cuja missão era cuidar dos cuidadores informais. Esta organização surge no âmbito de uma diretriz da reforma dos Cuidados de Saúde Primários de 2009, sob a égide do “SNS - proximidade com qualidade”⁸⁶. As Unidades de Cuidados Continuados (UCC) faziam parte integrante dos Centros de Saúde e, com base no novo modelo de funcionamento, passaram a ter uma nova tarefa: a identificação de pessoas na comunidade que fizessem parte de grupos considerados socialmente vulneráveis. Em Évora, os cuidadores informais tinham sido assinalados como tal. No âmbito dos novos programas do SNS, os cuidadores passaram a estar sob a responsabilidade dos Centros de Saúde, medida que visava oferecer-lhes atenção dedicada. O programa previa que a intervenção junto dos cuidadores ficasse a cargo da comunidade clínica, mas deveria, porém, realizar-se necessariamente *fora* do âmbito do

⁸⁵ Debatia-se a condição do cuidador informal e a necessidade de enquadrar legalmente a sua atividade. A discussão centrava-se na dimensão do trabalho e a inexistência do reconhecimento social e legislativo da atividade como tal. Em 2019 o Estatuto do Cuidador Informal foi aprovado pela Lei n.º 100/2019; <https://data.dre.pt/eli/lei/100/2019/09/06/p/dre>.

⁸⁶ Informação disponível em: <https://www.sns.gov.pt/wp-content/uploads/2016/01/ACONTECIMENTO-EXTRAORDINÁRIO-Relatório-GCRCSP-Fev-2009.pdf>.

Centro de Saúde. Não se tratando de cuidado clínico ou ambulatório, a responsabilidade de encontrar respostas de cuidado para os cuidadores informais não podia ficar sob a responsabilidade do Centro de Saúde ou de outro órgão do SNS, em virtude da arquitetura do próprio programa.

A incumbência foi assumida pela comunidade clínica através de uma associação criada por um grupo de enfermeiras do Centro de Saúde, o “Cantinho do Cuidador.” O objetivo foi criar um espaço de encontro que desse apoio aos cuidadores informais assinalados pelas UCC. Deste modo, os cuidadores passaram a receber regularmente atenção dedicada tal como previa o programa. Uma das iniciativas semanais da organização era a reunião dos cuidadores num espaço físico do Cantinho, cedido pela Cáritas de Évora. Assisti a múltiplas sessões semanais, atividades lúdicas e de entretenimento, formações, palestras e workshops, adaptados em torno de temáticas que ajudassem os cuidadores nas suas tarefas quotidianas - técnicas básicas de cuidado, informações sobre saúde, etc.

Para além dessa vertente, as enfermeiras faziam um acompanhamento próximo dos cuidadores, realizando visitas frequentes às suas casas sem marcação ou protocolo administrativo. Dedicavam-se principalmente aos cuidadores que não tinham como ir às reuniões semanais, por não poderem deixar sozinha em casa a pessoa de quem cuidavam. Este constrangimento gerava sentimentos de frustração e tristeza para os cuidadores, em grande parte dos casos que acompanhei. Clara, uma das minhas interlocutoras principais e uma das enfermeiras fundadora do projeto, falou-me desta forma sobre os cuidadores num dos primeiros encontros que tivemos:

O Cantinho faz parte do trabalho do Centro de Saúde. Os cuidadores precisam de cuidados pois estão frágeis por terem essa missão. São um grupo vulnerável pois foram arrastados para a situação de cuidadores sem terem competência, esvaziaram os seus próprios projetos de vida. Ficaram dedicados ao cuidado de outro, vulneráveis face a uma série de coisas. O Cantinho é um espaço deles, dos cuidadores.

Os meus interlocutores, os cuidadores informais que faziam parte do Cantinho, eram em grande parte mulheres, embora houvesse alguns homens ainda que em número muito inferior. Do conjunto dos meus interlocutores principais, quatro eram mulheres que cuidavam de

familiares (maridos ou pais) e dois homens (um cuidador da mulher, outro da avó). As pessoas cuidadas por este grupo de cuidadores estavam acamadas ou com graves dificuldades motoras - dois casos tinham patologias mentais e outra doença oncológica - e tinham idades superiores a 65 anos. Por sua vez, os cuidadores rondavam os 60, 65 anos de idade, à exceção de Bruno que tinha 34 anos e cuidava da avó paterna. As tarefas dos cuidadores eram, por vezes, pesadas e exigiam habilidade física, a que se acrescenta o trabalho psicológico, a gestão das emoções dos próprios e dos cuidandos. Este aspeto é particularmente importante dado que em grande parte dos casos que segui, os cuidandos faziam parte da unidade familiar dos cuidadores. Como disse, com o intuito de diminuir as dificuldades dos cuidadores, o Cantinho promovia formações que tinham como objetivo dotar os cuidadores de conhecimentos extra sobre a tarefa de cuidado. As equipas da Ação Social e as associações religiosas, como a Cáritas, davam apoio clínico e sanitário aos cuidandos acamados, assegurando, por exemplo, os banhos e o levante. Tudo o resto que faz parte do acompanhamento quotidiano, era assegurado pelos cuidadores.

No Cantinho, os mecanismos informais intersejam-se de forma exemplar com a administração pública de saúde. A ideia de informalidade tinha um carácter funcional formal. Esta relação é constitutiva do projeto e faz parte da sua arquitetura. Estamos, assim, perante uma situação paradoxal, dado que a resposta social efetiva fica fora das instituições, cujo plano (institucional) tinha sido criado por elas. Podemos dizer que é um sistema público informalmente formal; é um modelo de Ação Social que assenta em trabalho voluntário e, contudo, apresenta-se como um serviço público. Viana e Lowenkron afirmam que as “fronteiras ideológicas [“ideacionais”] e administrativas do ‘Estado’ vão sendo desenhadas simultaneamente aos seus supostos campos de intervenção” (2017). Assim, vemos como as políticas públicas derivam de diretivas estatais que, neste caso, se tornam funcionais através da iniciativa privada. Para as autoras, o Estado não é uma “unidade estável ou coesa, mas sim um processo heterogéneo que pode e precisa ser compreendido através das suas práticas, aparatos de gestão, exercícios de autoridade e disputas de sentido” (Ibidem). O Cantinho ilustra bem esta ideia mostrando como a Segurança Social, baluarte da proteção social, é um aparelho de Estado que sincretiza o público e o privado.

Na prática, os voluntários oferecem serviço a um órgão público, um ativo pessoal que implica a disponibilização do seu tempo, competências e experiências técnicas que

adquiriram durante a sua carreira formativa e profissional. No seu trabalho de enfermagem no Centro de Saúde utilizam a rede de Ação Social intrainstitucional, que está igualmente disponível para resolver as questões do Cantinho.

Em suma, o cuidado de proximidade realizado pelo Cantinho surge da combinação de uma linha política de governação que impõe a obrigatoriedade de contribuição privada na Ação Social e de um chamamento ético, um ambicioso compromisso pessoal dos indivíduos com a comunidade. Este caso revela como a promessa conceptual de um Estado providente é um projeto inacabado, em particular na área do cuidado e da Ação Social. Esta lacuna parece ser resolvida através da integração de uma engenharia política de governação mista. Podemos então afirmar que a provisão pública em dimensões sociais fundamentais à vida, como a proteção de cidadãos - classificados pelas próprias instituições de Estado como vulneráveis - é uma área com fraco respaldo institucional. Os cuidandos que acompanhei em Évora mostravam evidências de envelhecimento e enfraquecimento da saúde. Estes processos são áreas de intervenção social que não constam, contudo, da carteira dos serviços públicos de forma plena. Embora sejam categorias inscritas no quadro dos intangíveis, os seus efeitos são reais e materializam-se nos corpos e nas mentes, muitas das vezes sob a forma de doença e de forte dependência. A proliferação das organizações privadas de Ação Social, como as organizações de voluntariado, emergem a partir da perceção social e coletiva destas falhas do sistema. Neste ponto acompanho Muelbach quando afirma que no processo de reforma neoliberal o “social [domínio de intervenção pública] não é algo universal ou adquirido, muda de uma escala de providência nacional para uma regional e localizada, embebida em formas locais de pertença coletiva” (2012). Assim, o estímulo público de intervenção privada no *social* sustenta-se, em certa medida, no desejo individual e altruísta de dar resposta às necessidades sociais. Por outras palavras, o *social* e a *sociedade* constituem-se num ciclo funcional sucessivamente produtivo. Os mecanismos mistos da providência social paritária e a fluidez das fronteiras entre público e privado são dispositivos habilmente conjugados no sistema de reforma liberal de impulso à ação privada no domínio social.

5.4. Évora: cuidadores e cuidandos

A pesquisa que realizei no Cantinho permitir adensar as ideias que desenvolvi até aqui. Durante o trabalho de campo acompanhei as enfermeiras nas visitas domiciliárias

programadas aos cuidadores e também nas rondas espontâneas. Esses encontros, que chamavam de “atendimento individual”, eram uma das tarefas semanais que as enfermeiras cumpriam sem falhar. A ideia era conversar com os cuidadores o tempo que fosse necessário, discutir assuntos pessoais, trivialidades, preocupações e dificuldades que surgissem no dia-a-dia. Para além da atenção à saúde física, as voluntárias focavam-se no estado anímico dos cuidadores, marcado pela monotonia das suas vidas, no fechamento em casa e no teor rotineiro e repetitivo das tarefas, bem como a pressão psicológica resultante da tarefa de cuidado. As conversas eram efusivas e pretendiam oferecer um momento descontraído e diferenciado aos cuidadores. As enfermeiras sabiam as datas das consultas dos membros da casa e o seu historial clínico e os assuntos que estivessem pendentes no Centro de Saúde. Na parte burocrática das questões de saúde tratavam das requisições de equipamentos sanitários para os cuidandos, medicamentos e outros. “Precisa que marque lá no Centro a consulta?”; “Acabaram os medicamentos?”; “Quer que volte amanhã?”; “De resto, tudo bem?”. Estas preocupações mostravam interesse genuíno pelos cuidadores, particularmente aqueles que não tinham família perto e os vizinhos ou amigos não conseguiam ajudar. Vejamos o caso do Sr. Manuel, um dos meus interlocutores principais.

O Sr. Manuel estava reformado há quatro anos e era cuidador da sua mulher que tinha graves problemas de saúde e nenhuma mobilidade. Depois de ter estado internada no ano anterior à pesquisa, quando regressou a casa a assistência foi assumida pelo marido. O Sr. Manuel raramente conseguia ir às sessões do Cantinho porque a mulher estava acamada grande parte do dia e era totalmente dependente do marido. Para além disso, ficava muito afetada psicologicamente quando ele saía de casa, mesmo que fosse para fazer uma compra rápida. O Sr. Manuel lamentava não poder ir ao Cantinho, sentia-se sozinho e relegado a um trabalho que o impedia de sair à rua e fazer o que mais gostava, conversar com os amigos e dar as voltas pelo café. Tinha sido motorista da Segurança Social de Évora e depois de reformado fez serviço de táxi. Conhecia muita gente e dizia que sentia muita falta do encontro social e da vivência tradicional de rua.

Estar fechado em casa e ter uma vida restringida às tarefas domésticas implicou a perda das sociabilidades, relações e hábitos quotidianos, lamentos que eram vívidos e efusivos nas conversas que presenciei. O compromisso assumido reforçava as fronteiras simbólicas rua-casa, que na prática incompatibilizava as ocupações domésticas com as tarefas de cuidado. A

manutenção de vida *normal* e as práticas costumeiras nas quais se tinha socializado ao longo da vida deixaram de fazer parte dos seus dias. Experienciava uma forma “opressiva - uma espécie de altruísmo atemporal, uma perda do ‘self’” (Malkki 2015: 139).

As visitas das enfermeiras à casa do Sr. Manuel eram mais assíduas do que a outros cuidadores, precisamente para tentar compensar a falta de contacto com outras pessoas. As enfermeiras esforçavam-se para conseguir que ele fosse aos encontros semanais e procuravam encontrar formas de resolver essa ausência. Falavam com um dos filhos para que substituísse o pai ou tentavam fazer coincidir a sessão semanal do Cantinho com a visita da assistente social ou de outra pessoa que fosse visitar a casa. Normalmente não tinham sucesso, só encontrei o Sr. Manuel uma vez no Cantinho. A relação do Sr. Manuel com as enfermeiras era muito próxima e ambos mostravam mútua e genuína admiração. Antónia Lima defende que o conceito de cuidado tem um duplo significado: refere-se a “uma prática, ou um conjunto de práticas (tomar conta de) e um valor, ou um conjunto de valores (o afeto de quem cuida, o amor e a compaixão/empatia da relação com o outro)” (2016: 80). Esta perspetiva é útil para a análise do meu trabalho de campo de Évora, pois o cuidado combina precisamente uma ligação empática, substantiva e afetiva entre os sujeitos e atividades específicas - trabalho físico e mental.

Por outro lado, este caso mostra um aspeto interessante para pensar como as práticas de cuidado estão marcadas por dimensões de género e idade. O trabalho de cuidado feito pelo Sr. Manuel era visto pela comunidade como uma exceção, algo estranho pois não se alinhava com a ordem considerada localmente como “natural” da divisão social do trabalho. No contexto rural alentejano, de tradição cultural fortemente patriarcal e familista, a tarefa assumida pelo Sr. Manuel era um desvio da norma segundo a qual os trabalhos ligados aos cuidados devem ser realizados por mulheres. A sua decisão era entendida como uma subversão dos papéis de género, que associam o cuidado ao trabalho feminino. Esta facto era muito valorizado pelas enfermeiras do Cantinho, que continuamente elogiavam o cuidador e expressavam admiração por ele. Por outro lado, o Sr. Manuel sentia uma profunda gratidão pela atenção e carinho que as enfermeiras lhe dedicavam, dizendo muitas vezes que “se não fossem elas...”. As enfermeiras eram quem mais o ajudavam, mais do que os próprios filhos como dizia, que apesar de estarem perto (moravam em Évora) estavam longe e pouco ou

nada participavam na vida dos pais. Como que desculpando a sua posição distanciada, o Sr. Manuel dizia que trabalhavam e “têm as suas vidas e não têm tempo”.

O trabalho das enfermeiras era predominantemente relacional, manifestando sem constrangimentos as suas emoções quando se reuniam com o cuidador, tornando a relação mais próxima. Este grau de intimidade é um elemento fundamental no cuidado, fator que estaria parcial ou totalmente ausente se fosse prestado a um nível institucional. O Cantinho é um lugar que concretiza uma necessidade humana de contacto e relação, um intangível que a assistência pública não consegue suprir. Numa das idas à casa do Sr. Manuel com Rosa, a enfermeira que mais o acompanhava, a mesma demonstrava admiração e inclusivamente gratidão pela atenção que o Sr. Manuel prestava à esposa - era uma relação de reciprocidade diferida. Quando terminou a visita, já na rua, Rosa explicou que a higiene diária da esposa do Sr. Manuel era feita gratuitamente pela Cáritas, “mas tudo o resto é ele que faz”. Numa espécie de confiança e com lágrimas nos olhos disse-me:

Ele aprendeu tudo na altura em que a mulher esteve no hospital. A sua teimosia e vontade de saber ajudou-o a aprender os procedimentos. Ele observava tudo no hospital durante o tempo que a mulher esteve internada. Hoje é um homem autónomo. Até faz o levante se for preciso, nós é que queremos que venha cá a Cáritas ajudá-lo. De resto ele trata de tudo, da higiene, da cozinha, da casa, de tudo [ao mesmo tempo que falava, a Rosa limpava as lágrimas com um lenço de papel]. O Sr. Manuel tem sido um cuidador exemplar, incansável e com muita vontade de fazer.

As relações de intimidade não são todas iguais e abrangem diferentes tipos de ligações, pessoais, profissionais, familiares, entre outras. Viviana Zelizer discute o encontro entre intimidade e economia num ensaio em que examina a diversidade de significados das relações de intimidade entre as pessoas. A autora defende que não há verdadeira ou falsa intimidade, dado que esta “carrega um valor moral que varia justamente nas suas qualidades morais” (2005:17). Pensando no caso do Cantinho e das enfermeiras que cuidavam dos cuidadores, o valor da relação - nalguns casos muito próxima como a de Rosa e do Sr. Manuel - cristalizava uma *qualidade* moral específica dos afetos: o amor e a gratidão. Nas relações de intimidade inscritas no cuidado, a dádiva é um fator intrínseco e de ligação

emocional que torna substantiva e efetiva a relação. Assim, a dádiva assume um papel preponderante na providência interpessoal, por contraste aos serviços débeis, decorrentes da retração do Estado providente. Neste caso, a moderação não é só de ordem financeira, mas também na *qualidade* dos serviços, como Godbout aponta.

Por outro lado, para o Sr. Manuel, o sentimento de gratidão integrava uma medida de valor comparativa face aos próprios filhos, que estavam indisponíveis para cuidar mantendo-se distantes dos pais. Num contexto sociocultural onde o parentesco é a dimensão que enforma as relações de cuidado, os filhos (ou melhor, as filhas) seriam os cuidadores “naturais” dos pais, conferindo um valor social acrescido ao trabalho afetivo e efetivo realizado pelo Sr. Manuel.

A ausência do Estado em dimensões da vida onde os aspetos relacionais constituem fatores de necessidade humana, estimula significativas relações de intimidade, que se revelam através da dedicação das enfermeiras aos cuidadores, cujos “males” elas próprias “sofriam na pele”, como por vezes diziam. As enfermeiras do Cantinho entregam muito de si: prontidão, tempo e empenho para ultrapassar fronteiras institucionais quando era necessário. Utilizam os recursos disponíveis - a rede institucional e outros - o que me leva a afirmar que o Estado está presente num modelo paradigmático de parceria tácita com o setor solidário.

Em Évora, as redes de cuidado de proximidade são fundamentais para acompanhar grupos sociais que podemos definir como frágeis, pois os serviços públicos não abrangem matéria de cuidado. Dada a natureza subjetiva do *tomar conta*, os mecanismos de solidariedade privada não estão regulados juridicamente. Como tenho vindo a mostrar, ao contrário do que se pressupõe, o cuidado informal é um trabalho produtivo e, justamente por isso, estava em discussão pública a criação de um subsídio pecuniário estatal para os cuidadores. Os cuidadores informais sentiam-se ignorados pelo Estado; o não reconhecimento do seu trabalho era resultante da invisibilidade social da sua função.

Uma das minhas interlocutoras principais discutia com frequência esta questão durante as nossas conversas. Eugénia (63 anos) era uma cuidadora de Évora, assídua nas sessões do Cantinho e com uma opinião firme sobre o que dizia ser a injustiça e a discriminação do cuidado informal face ao institucional. Falava de incoerências, nomeadamente na distinção entre o cuidado informal em contexto doméstico por relação à assistência institucionalizada nas IPSS. Ficou viúva muito jovem, 20 anos antes da minha pesquisa, era cuidadora dos pais

com 87 e 88 anos com quem vivia, que tinham mobilidade mas algumas dificuldades motoras. Eugénia tem dois filhos, um deles morava na casa ao lado e o outro fora do concelho de Évora, e ambos estavam pouco presentes na vida da mãe e dos avós.

A tarefa do cuidador é permanente e ininterrupta, facto a que se referia com frequência: “não há como deixar de cuidar”. Eugénia era uma mulher triste e revelava cansaço físico e mental. Dizia que lhe fazia muita falta um “bocadinho de descanso” para equilibrar-se emocionalmente e afastar-se da tarefa, para relaxar. Os pais tinham estado temporariamente num lar quando ela foi operada e para isso recorreu a um programa do Estado que se chamava “o descanso do cuidador”, que ainda existe hoje em dia. Explicou-me que era um mecanismo legal que permite libertar os cuidadores das suas tarefas por um período de tempo, numa situação concreta de força maior, como por exemplo o internamento clínico do cuidador. Nesses casos, o cuidando é institucionalizado num lar da Segurança Social ou num parceiro da rede. Para Eugénia, o programa era incipiente e tinha muitas falhas, sobretudo no processo de candidatura. Numa das nossas conversas contou as dificuldades que teve para conseguir a aprovação do seu pedido, agravadas pelo facto de não ser uma situação que pudesse ser adiada; era necessário que fosse célere e atempada. Dizia-se frustrada e esgotada pela complexidade do processo. À data da pesquisa tinha feito um novo pedido de acesso ao programa pois ia ser operada, mas daquela vez as dificuldades aumentaram, “não têm lugar para eles”, e viu-se obrigada a procurar um lar particular pois estava prestes a ser chamada para a operação.

Para além das dificuldades dos processos burocráticos, sentia-se culpada por ter de deixar os pais num lar, decisão que a deixava visivelmente perturbada. Por outro lado, os lares particulares eram muito caros o que, para ela, reforçava as “injustiças e humilhações” no acesso aos apoios públicos. Dizia que os apoios sociais eram “incompreensíveis” e os requisitos ilógicos e muito difíceis de conseguir⁸⁷. Entende que a falta de apoio dos cuidadores informais face aos lares públicos é uma medida discriminatória. Contou-me que o Estado comparticipava 300 € por idoso às IPSS, o que não acontece com o cuidado

⁸⁷ Um exemplo de que Eugénia refere é o *caso das fraldas*. Desabafa dizendo que “eram caríssimas” e a documentação de prova exigida era muito difícil de conseguir. Os requerentes deviam entregar atestados médicos e documentos do centro de saúde bem como orçamentos de custos. Sobre estes pedidos dizia: “Ora como é que eu vou ao Continente pedir um orçamento para fraldas para três meses? É claro que eles não dão!”

domiciliário e familiar, situação que Eugénia considerava surpreendente e de uma grande incoerência.

O Estado devia compartilhar com os mesmos 300€ aos que estão a ser cuidados em casa! Eu faço o papel das IPSS melhor do que ninguém, nem que seja porque eles estão na sua casa! (...) Chego a pensar que o mal deles sou eu, se eu não existisse, a Segurança Social estava ali para eles. Como eu existo...

As ajudas que Eugénia recebia eram provenientes do Cantinho. Para Eugénia, as formações práticas foram muito úteis, aprendeu a melhorar tarefas como cuidados básicos de enfermagem e muitas outras. Contava-me que continua sempre a “enriquecer-se” e, inclusivamente, terminou o 12º ano no programa *Novas Oportunidades*⁸⁸. Contudo, deixou de ter disponibilidade para si própria a partir do momento em que o cuidado dos pais passou a ser a tarefa prioritária na sua vida. “Ficou presa à casa” e ela ficou para segundo plano, como costumava dizer. A dificuldade de acesso aos programas de apoio do Estado que complementem o trabalho dos cuidadores - como períodos regulados e periódicos de descanso - não permite criar projetos pessoais, resolver necessidades próprias ou realizar atividades de lazer que quebrem rotinas e ofereçam momentos de descanso e bem-estar.

Para além da ausência de apoios, o valor do dinheiro não pode ser descurado da grelha de necessidades dos cuidadores. Como já discutimos, a falta de apoio subsidiário que Eugénia reivindicava tem na origem a percepção de ausência de valor do trabalho informal por parte dos órgãos supra institucionais. É com base nessa lógica que entendo que o cuidado tem valor pessoal e afetivo, intrínseco ao bem fazer e *amar* e por esse motivo não tem enquadramento no universo de trabalho produtivo. Contudo, esse paradigma não tem sustentabilidade etnográfica, como tem vindo a ser reiterado pelos estudos sobre o cuidado (Folbre e Nelson 2000; Lima 2015, 2016; Lima e Oliveira 2013). O tempo despendido nesta atividade é difícil de medir mesmo utilizando a metodologia do “time budget” que referi anteriormente, se não mesmo impossível - a não ser por estimativa. Ou seja, para além das tarefas visíveis de cuidado, as ocupações de teor físico, ficam de fora as atividades intelectuais que envolvem

⁸⁸ Trata-se de um programa governamental que tinha o objetivo de aumentar as taxas de literacia em Portugal.

trabalho igualmente produtivo. Entre outras, refiro-me ao tempo dedicado às pequenas - ou grandes - preocupações decorrentes do trabalho de cuidado; a procura das soluções; o tempo de gestão das crises pessoais dos cuidadores; o tempo dedicado à casa enquanto lugar de trabalho, que deve ser mantido como um sítio seguro para os cuidandos. A reclamação de Eugénia sobre a “injustiça” tem a montante um descontentamento persistente sobre a invisibilidade destas importantes tarefas por parte das instituições.

Uso a expressão cunhada por Zelizer na sua crítica sobre os “dois mundos hostis”. Como sabemos, a ideia que preside à crítica da autora é a oposição dos dois regimes morais (afetos e economia) nas escolhas dos indivíduos, que entende não ter sustentabilidade empírica. O caso de Eugénia é um exemplo que demonstra de forma exemplar a impossibilidade de acondicionar a “hostilização” dos dois domínios no universo do cuidado. Para além disso, para grande parte dos cuidadores que conheci, as mudanças de vida foram estruturais, comprometeram sentidos de autonomia e de bem-estar e, nalguns casos, a saúde física e mental. O “descanso para pensar em mim”, como dizia Eugénia, e a ausência de ajuda material do Estado era entendido pela cuidadora como um processo discricionário, que a um nível de análise macro afeta a relação de confiança Estado-cidadão.

Narotzky e Bersnier (2014) afirmam que as práticas de cuidado envolvem múltiplos agentes de âmbito doméstico e de Estado, sendo que é na relação entre ambos que a Ação Social se concretiza. Levando mais longe esta afirmação, defendo que a participação mais acentuada de um desses setores surge da demissão de deveres do outro, e vice-versa. Este ponto permite-me reafirmar que as práticas quotidianas das pessoas afetam as macroestruturas de poder, que se retroalimentam da *sociedade* e da sua contribuição na Ação Social. Quer dizer que o trabalho de cuidar, quer de Eugénia, quer das enfermeiras do Cantinho participa diretamente para a reprodução social. O deferimento dessa incumbência para os agentes privados de cuidado é um mecanismo institucional produtivo, que contribui para a sustentabilidade do sistema de provisão social.

A dimensão de género está presente em toda a linha produtiva do cuidado e as suas práticas são sempre cultural e historicamente enformadas (Matos 2014, 2017; Mills 2003; Lima 2016, 2021). A ordem familista patriarcal da sociedade tradicional eborense prevalece na reprodução social e é muito expressiva nas vivências e quotidianos da comunidade. Nesse

sentido, o trabalho feminino de cuidado e da casa reproduz desigualdades de acesso a bens como a liberdade e o poder de decisão.

Como disse anteriormente, o caso do Sr. Manuel era encarado pela comunidade como *extraordinário*, desempenhava um papel que *não era o seu*. As enfermeiras e algumas das minhas interlocutoras do Cantinho falavam do trabalho do Sr. Manuel como uma decisão de coragem. Sobre o tema, a enfermeira Rosa disse-me que o trabalho do Sr. Manuel era “normalmente feito pelas filhas ou noras” e por isso tinha um “grande valor”. As representações sociais de identidade de género estão neste caso marcadas pela ideia de diferença e de excecionalidade. Debert oferece uma visão pertinente sobre a construção desigual das identidades de género, que considera “não dependem só de negociações heterossexuais (masculinidade e feminilidade), mas também da estereotipificação e cruzamentos de classes simbólicas de feminilidade” (2014). A construção de género em torno de dimensões *naturalizadas*, as afetivas, persiste na construção social mistificada das valências profissionais das mulheres. As perceções sociais sobre as habilidades pensadas localmente como *naturais* em setores profissionais como a enfermagem mostram precisamente como a construção de estereótipos cruza categorias como classe profissional.

Por último, impõem-se algumas reflexões sobre o cuidado (imaterial) que visa os intangíveis - atenção dedicada, companhia, provisão de bem-estar - face à materialidade de outras formas de apoio social. A relação próxima na relação de cuidado leva-me a refletir sobre os conteúdos funcionais inscritos nos vários tipos de *culturas* de solidariedade. A natureza espiritual e não materialística do cuidado de proximidade oferece benefícios como a ressocialização, aspeto elementar para a inclusão da pessoa na sociedade de pertença. As doações de bens a grande escala, como os cabazes alimentares, têm um impacto sociológico distinto nas pessoas que a elas recorrem. A ajuda alimentar encarrega-se de suprir necessidades materiais a grupos socialmente vulneráveis. A análise das diferenças não deve, portanto, ser qualitativa mas deverá cingir-se à constatação de que coexistem diferentes *formas* de ajuda no âmbito do voluntariado contemporâneo. As “efémeras preocupações do dia-a-dia (as milhares de pequenas coisas que precisam de ser feitas todos os dias para si e para os outros) (Malkki 2015)” presentes no cuidado de proximidade contrastam com o enfoque materialístico do voluntariado que oferece bens em massa impessoais. O voluntariado de proximidade visa acudir a necessidades básicas de foro do “mero” (Malkki

2005), uma imagem que remete para as dimensões simples da vida, necessidades humanas quotidianas como a companhia.

Em Évora, grande parte do trabalho realizado pelos voluntários pode ser pensado como *pessoal e intransmissível*. O enfoque na individualização dos casos e o teor não generalista do cuidado implica uma dedicação adaptada às necessidades de quem se cuida. O contacto doméstico, as conversas, a preocupação em encontrar soluções para necessidades simples são características de um trabalho que, na minha perspetiva, dificilmente se poderia realizar em contexto institucional na medida em que faz parte de um setor de atividade voluntária do Quarto Setor, temática que explorarei no Capítulo 8. Porém, quero salientar que o trabalho realizado em contextos de maior intimidade, como o voluntariado de proximidade, é invisibilizado por relação ao trabalho voluntário realizado no espaço público. Sobre a temática, Hannah Arendt, citada por Muelbach, refere que a condição pública é uma característica inescapável de todos os valores: “de facto, o valor é algo que uma coisa nunca pode ter na privacidade mas que adquire automaticamente no momento em que aparece em público” (Arendt cit. in 2012: 132). Esta ideia é útil para abordar a um nível mais amplo o voluntariado *de massas* por contraste com a atividade voluntária realizada em espaço doméstico. Muelbach chama a atenção para o facto da solidariedade pública não ser considerada como algo “natural”, como são pensados os afetos familiares e os sentimentos de amor intrínsecos às relações familiares. Numa perspetiva sociopolítica, no processo de reforma neoliberal, para se valorizar como um agente de valor na área social a solidariedade necessita do reconhecimento e projeção pública, do Estado e da sociedade. Embora a individualização intrínseca ao cuidado de companhia tenha o objetivo ambicioso de providenciar bens que dizem respeito à própria produção da pessoa, podemos afirmar que o voluntariado do Terceiro Setor é constituído através da hierarquização social de valor entre o *visível* e o *invisível*.

No próximo Capítulo darei continuidade ao estudo sobre o voluntariado de proximidade focando-me na orientação das associações *para dentro*, cujos sujeitos se distanciavam (por vezes declarada e ideologicamente) do objetivo de projeção pública das organizações do voluntariado de massas. A semiologia de recato e intimidade do cuidado de proximidade remete para um processo relacional que está em permanente construção e reconstrução. O que é partilhado não acaba, reafirma-se, por contraste ao imediatismo da entrega de bens

materiais, que se esgota no ato da troca.

5.5. Imaginação e voluntariado

A ideia de interioridade e companhia serve o mote para iniciar esta seção. Tempo e solidão são categorias que quando associadas tendem a ter efeitos nefastos no bem-estar individual. Nas próximas seções dedico-me a esta relação baseando-me no trabalho de campo que evidenciou que o isolamento social é um dos principais efeitos da conjugação tempo e solidão. Nos casos que acompanhei, a crise que decorre do isolamento e perda de relações sociais consistentes resulta de um conjunto de contingências sociais, económicas e familiares, por vezes persistentes e prolongadas no tempo. A inexistência de planos de apoio estatais que façam face a estas situações tende a perpetuar a situação. A solidão é um problema que ganhou notoriedade no debate público nos últimos anos e atinge principalmente a população mais envelhecida, pensionistas, doentes ou pessoas em situação de desemprego e com escassas relações próximas ou familiares.

Em janeiro de 2018, o governo britânico criou o Ministério da Solidão sob a alçada do *Department for Digital, Culture, Media & Sport e do Office of Civil Society*⁸⁹. O texto de apresentação oficial do departamento de Teresa May faz o seguinte comunicado:

A solidão pode afetar qualquer pessoa de qualquer idade ou contexto - desde o idoso que faz o luto do seu companheiro de vida até um jovem que simplesmente se sente diferente e isolado dos seus amigos (...). Nas nossas comunidades existem pessoas que podem passar dias, semanas ou até um mês sem ver um amigo, um familiar. Existem pessoas que sentem falta da companhia de alguém, o apoio de uma voz amiga, ou somente alguém que os faça sorrir ou rir para levantar o ânimo. A perda do contacto social é profundamente prejudicial para a nossa humanidade e para a saúde e bem-estar de todos os afetados. De facto, a investigação mostra como a solidão é um dano para a nossa saúde física como é fumar. (*A connected society. A strategy for tackling loneliness –laying the foundations for change*, HM Government, 2018)

⁸⁹ Informação disponível em: https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/750909/6.4882_DCMS_Loneliness_Strategy_web_Update.pdf

O governo do Reino Unido assumiu no seu portfólio de serviços a tarefa de mitigar o problema da solidão. A preocupação expressa no texto aponta para a dimensão das emoções e para as consequências na saúde mental de quem sofre com o isolamento. O texto usa uma gramática familista e de camaradagem. Ao longo do plano convoca-se expressamente a comunidade e a família para resolver um problema social, promovendo-se a reativação das relações de cuidado. O texto reforça a importância do trabalho “porta a porta entregue à comunidade” e retoma a narrativa da participação privada na área social. Independentemente da eficácia ou sucesso deste plano de boas intenções e dos resultados efetivos, verifica-se o endereçamento público deste problema à comunidade, uma política que reafirma a centralidade do cuidado próximo. Este exemplo introdutório serve para reforçar a projeção da narrativa hegemónica sobre a comunitarização do cuidado, a um universo global. Quero dizer que 1) o problema tem expressões nacionais diversas e enquadramentos históricos e políticos distintos; 2) verifica-se a homogeneização da narrativa de remissão do Estado e a delegação do cuidado aos agentes privados, que atravessa fronteiras e conjunturas nacionais.

O universo de necessidades intangíveis está ausente dos programas de apoio social portugueses, embora a solidão e as situações de exclusão social conduzam, em grande parte dos casos, ao desgaste e à deterioração da saúde física e psicológica dos indivíduos, como o aumento de morbilidade e sedentarismo, depressão e risco de suicídio. Nesse sentido, a disseminação do saber científico tem vindo a sublinhar o impacto que as situações de isolamento e de exclusão têm na saúde das pessoas e, a jusante, na gestão pública das suas consequências. Em Portugal, no período da “crise”, a comunicação social divulgou múltiplas peças jornalísticas sobre o estado de abandono de idosos que tinham perdido laços familiares, viviam em contextos rurais ou nos centros urbanos “esquecidos” pelas novas dinâmicas citadinas e gentrificação dos centros históricos. Alguns dos casos foram muito mediáticos, em particular situações dramáticas de idosos que várias vezes culminaram na sua morte.

Liisa Malki (2015) realizou uma etnografia na Finlândia sobre esta questão que muito me ajudou a pensar os dados do meu próprio terreno. Segundo a autora, nos países escandinavos a população tem, regra geral, recursos sociais e económicos que permitem assegurar vidas sustentadas e de bem-estar. Por outro lado, predominam os valores e ideais de autonomia e gestão independente das vidas. Neste sentido, viver sozinho na Finlândia é um modo de vida que cruza gerações e comum a uma grande parte da população. Este é um fenómeno que

emerge do impulso emancipatório dos cidadãos dos países do norte da Europa e fundamentalmente da capacidade financeira para manter vidas autónomas. Para Malkki, esta “normalidade” (expressão sua) tem um efeito muito negativo para alguns setores da população e gera uma "crise de solidão” que é uma consequência endémica perversa dessa característica cultural nacional.

Contudo, viver sozinho é diferente de viver em solidão, e essa é a premissa que me interessa acompanhar. O legado histórico-cultural do contexto social estudado por Malkki contrasta com a história portuguesa feita de sociabilidades e tradições de tipo familista e de vizinhanças próximas. Em Portugal, o problema social crescente da solidão não tem as mesmas raízes culturais que o caso finlandês, onde viver sozinho nem sempre significa viver em solidão. Deve-se principalmente a fatores socioeconómicos e a uma trajetória histórica de demissão do Estado de provisão social de cuidado, afetando particularmente os grupos populacionais mais desamparados. Nos últimos anos a questão tem vindo a ser identificada pelos agentes públicos locais e centrais em Portugal, sendo que a resposta é, só por si, mais difícil de abordar. As problemáticas *invisíveis* diferem de outros problemas tradicionais (geracionais) como a pobreza ou a doença, dado que estas têm maior visibilidade pública e fazem parte do portfólio de serviços da Ação Social nas sociedades de providência.

Concordo com a afirmação de Malkki quando afirma que os grupos socialmente vulneráveis, como os que se encontram em situação de isolamento, são relegados a “zonas de abandono social”, que “parecem ser facilmente geridas pelos Estados como não problemáticas e aceitáveis” (Biehl cit. in Malkki 2015: 142). Por outro lado, a partir das últimas décadas do século XX verificou-se uma maior integração das mulheres no mercado de trabalho dando origem a um crescente processo de externalização do cuidado dos mais jovens e a um isolamento e afastamento familiar dos mais idosos e *inativos*. Alguns dos casos que descrevo neste Capítulo ilustram esta ideia. Lembremo-nos ainda do Sr. Manuel e do que dizia dos filhos que “tinham as suas vidas”, justificando desta maneira as suas ausências e a falta de atenção familiar que lhe prestavam. A filha do Sr. Manuel vivia na casa ao lado dos pais mas trabalhava e quase nunca se disponibilizava para o ajudar. Para além disso, tinha um filho de seis anos que ficava frequentemente ao cuidado do avô depois do ATL. A família conjugal da filha tinha alguns problemas financeiros, que obrigaram a fazer cortes nos custos mensais da casa, como retirar as atividades extracurriculares da criança das

despesas familiares. Como mostrei na seção anterior, o afastamento do Sr. Manuel das sociabilidades quotidianas gerou sentimentos de exclusão e isolavam-no do mundo, impedindo a realização de atividades que tornavam o seu quotidiano significativo, situação agravada pela “mãozinha” que dava à sua filha. A ajuda de proximidade do Cantinho ajudava a atenuar o processo de deterioração da sua vida e da unidade familiar que dependia dele.

No período da austeridade agudizaram-se as situações de abandono e de isolamento dos mais velhos por motivos diversos gerando, por vezes, grande sofrimento. Um dos motivos foi a conjuntura de perda de poder económico das famílias que, em muitos casos, afetou a unidade familiar como um todo. A cooperação intrafamiliar deu resposta a situações de emergência através da coabitação de várias gerações, entre outros arranjos estratégicos. Noutros casos, as pessoas viram-se obrigadas a transferir o cuidado dos mais novos para os mais velhos, reproduzindo modelos tradicionais de mutualidade intrafamiliar. Nessas situações, os avós, por exemplo, passaram a ser novamente membros ativos da família, a realizar trabalho de cuidado e pequenas tarefas domésticas. De um modo geral, a pressão financeira aumentou as dificuldades, afetando as gerações mais vulneráveis e com menores condições de resiliência.

Interessa-me discutir os efeitos da transferência parcial das situações de isolamento para o universo do voluntariado no período da “crise”. A Associação Coração Amarelo (ACA) é uma organização de cuidado de proximidade, realizando acompanhamento de cariz relacional. A missão da Associação visa suprir necessidades específicas de cuidado e os beneficiários são maioritariamente idosos em situações de isolamento e sem relações familiares próximas; pessoas com dificuldades funcionais que não conseguem realizar tarefas comuns, como deslocar-se para ir ao médico, fazer compras e outras; indivíduos com necessidade de receber companhia por questões de ordem funcional. Vitória era a presidente da delegação de Oeiras e num dos primeiros encontros que tivemos utilizou a expressão “voluntariado de companhia” para apresentar a Associação Coração Amarelo, tendo definido os voluntários como “cuidadores de afetos”.

A análise do trabalho social de acompanhamento voluntário às situações pode ser feita a partir da grelha analítica do *humanitarismo doméstico*, que abrange necessidades mais básicas essenciais à vida. Um dos aspetos que se destacou no início da pesquisa na Associação Coração Amarelo foram as perceções sobre o fazer voluntário manifestadas por

alguns dos seus voluntários, na medida em que revelaram posicionamentos ideológicos distintos dos que observei noutros terrenos etnográficos. Por vezes os voluntários da Associação Coração Amarelo manifestavam de forma perentória uma posição anti-voluntariado, que em meu entender tem por base a especificidade do trabalho de proximidade que realizavam. Por outras palavras, entendiam que o contacto com os utentes implicava maior interioridade e privacidade, contrastando, em sua opinião, com o voluntariado *de massas*, entendido como mais impessoal e despersonalizado. Vitória era uma das voluntárias com uma opinião crítica sobre o tema. Num dos primeiros encontros que tivemos disse-me:

Os voluntários chegam à ACA de formas muito diferentes. Através do Banco de voluntariado, do passa palavra, por iniciativa própria, etc. (...). Os senhores psicólogos e os senhores psiquiatras descobriram uma coisa muito boa para a cura das depressões, que é fazer voluntariado. Começam a chegar pessoas através do banco de voluntariado que veio fazer voluntariado por ter sido prescrito pelo médico. As ONG são tudo e mais alguma coisa, menos aquilo que deviam ser. Para os especialistas o voluntariado é um filão (...). As empresas dão uma hora ou duas aos empregados porque isso lhes dá um estatuto muito grande. Nós agora tivemos a “J” [uma empresa industrial de artigos de higiene pessoal] e eu preenchi papéis e mais papéis e para a “J” é que foi uma grande negociata, não foi para mim, para mim não foi nada!

A sua narrativa insurge-se contra a instrumentalização corporativa do voluntariado global. No setor empresarial, por exemplo, o modelo motivacional de marketing interno envolve a prática de uma *missão social* que deve ser realizada pelos funcionários. Com base neste plano, os colaboradores são incentivados a realizar voluntariado em período laboral, podendo escolher o lugar onde querem realizar as ações. A crítica veemente de Vitória visava proteger o que para ela era a *moral voluntária*. A proximidade e relação de grande intimidade com os utentes que em seu entender era a *qualidade*, estava na base da sua crítica de valor. O trabalho de companhia da Associação Coração Amarelo realiza-se nas casas dos beneficiários, numa lógica intimista de domesticidade, que no entender dos voluntários lhes confere um valor *superior*. O *ethos* humanitário foca-se na relação de proximidade e exclusividade entre voluntários e utentes e na permanente atenção ao detalhe. Neste sentido,

o voluntariado é “um processo dialógico que implica a entrega aos outros (e vice-versa) num modo compreensivo e contributivo” (Lima e Oliveira 2015). Assim, o investimento pessoal na causa cristaliza-se através do *cuidado da alma* dos utentes, como algumas vezes ouvi. A presença das “amigas”, (como muitos beneficiários se referiam aos voluntários que lhes faziam companhia) constituía um pilar afetivo central nas suas vidas do qual os voluntários não podiam, nem queriam, demitir-se por considerarem que acompanhar idosos em estado de solidão é um trabalho espiritual, um investimento simbólico que constrói a própria identidade assente na ideia de *fazer a diferença*. Vejamos de seguida dados etnográficos relevantes.

A Associação Coração Amarelo é uma IPSS fundada no ano 2000 e que tem várias delegações em todo o país e à data da pesquisa contava com uma rede com 700 voluntários. A delegação de Oeiras surgiu em 2003 e tem grande atuação nos concelhos de Oeiras, Cascais e Sintra. Vitória coordenava a delegação de Oeiras, aquela com maior prestígio no conjunto de todas as delegações. O núcleo ocupava um edifício do Centro de Juventude de Oeiras (IPJ) cedido pela Câmara de Oeiras em 2007, onde existiam outros serviços públicos, que usavam salas daquele grande edificado. A delegação foi fundada por sete mulheres com formações diferentes – engenheiras, sociólogas, enfermeiras, etc. – a convite da Câmara de Oeiras.

Vitória tinha 72 anos, fez dois mandatos na Câmara de Oeiras e nunca especificou a sua função na instituição. É engenheira química e trabalhou num laboratório de um hospital civil de Lisboa. Durante toda a vida ocupou grande parte do tempo livre no voluntariado, principalmente em contexto hospitalar, onde adquiriu múltiplos conhecimentos sobre enfermagem e saúde o que lhe facilitou lidar com estas matérias, muito úteis para o cuidado de idosos. Conhece bem a área institucional da saúde e os órgãos de ação social e lida eficazmente com a rede de apoio estatal. Por outro lado, conhece bem a geografia social e humana de Oeiras e mantinha relações de proximidade com o Presidente da Câmara em funções à data da pesquisa. Mostrava ter conhecimentos e alguma influência na administração pública local. Dinâmica e ativa, desde o primeiro encontro demonstrou dedicação ao projeto e principalmente aos utentes da associação. A delegação de Oeiras no IPJ operava uma sala pequena onde se amontoavam sacos com vários objetos como roupas, livros, cabazes de alimentos, entre outros. Apesar da missão de Associação Coração Amarelo não ser a ajuda material, “pelo caminho”, como dizia, iam aparecendo necessidades que os voluntários procuravam resolver. Numa entrevista disse-me o seguinte:

Além dos afetos, tentamos garantir a ponte com o resto das necessidades práticas dos utentes que são sozinhos ou não têm ninguém. Em 2000 verificámos que havia casos onde não havia apoio da família, a família não é menos presente mas hoje há mais problemas que antes não existiam, problemas das próprias famílias também. O problema das idas ao hospital ou ao médico é cada vez mais presente. A ida aos correios ou tratar de qualquer coisa temos de ser nós a fazer esse papel. O nosso papel é agora mais abrangente do que era antigamente. E a partir de 2012 acrescentámos os problemas financeiros e aumentou-se o leque onde nós temos que intervir. Conhecemos casos de famílias que têm filhos e não conseguem dar conta das despesas e ainda têm de ir tirar um pouco da pensão [dos seus pais]. Tivemos que ir trabalhando em rede. Eu posso ir levar o banco alimentar que consegui através da rede. Mas e depois, o gás?

O trabalho da associação foi-se diversificando ainda que a atividade principal fosse o combate à solidão, problemática sociodemográfica relacionada diretamente com o envelhecimento global da população portuguesa⁹⁰. Porém, o critério de elegibilidade dos utentes não se baseava na idade, ainda que a grande maioria fossem pessoas de idade avançada, tipicamente maiores de 70 anos. A heterogeneidade populacional era diversa, como descreve Vitória:

A solidão não tem nada a ver com a idade, não tem nada a ver com o estrato social tanto económico como cultural porque tanto temos professores catedráticos como analfabetos. É heterogéneo, mas há uma característica comum que é “ninguém se interessa por mim” e é ele saber que há um número a quem ele telefone, e se não telefonar vai receber um telefonema ou uma visita de certeza da ACA. Somos alguém que se interessa pelas pessoas.

À data da minha pesquisa, a delegação de Oeiras acompanhava aproximadamente 140 utentes

⁹⁰ Em Portugal, a taxa de envelhecimento aumentou exponencialmente a partir de 2000. Neste ano era de 98,8 %; em 2005 de 108,5 %; em 2010, 121,6 %; em 2015, 143,9 %; em 2019, 161,3 %. Informação disponível em: <https://www.pordata.pt/DB/Municipios/Ambiente+de+Consulta/Tabela>.

que viviam na grande maioria no litoral, em freguesias mais empobrecidas como o Dafundo e Paço de Arcos. 70% dos utentes de Oeiras viviam sozinhos e grande parte tinha mais de 75 anos. A delegação acompanhava um jovem de 29 anos que sofria de uma doença mental prolongada e algumas pessoas tinham, aproximadamente, 40 anos. Só 17 % dos utentes eram homens, alguns não podiam sair de casa por não conseguirem fazê-lo sozinhos e outros estavam em convalescença.

A relação que os voluntários mantinham com os utentes era de proximidade, sobretudo no caso de Vitória, sendo que as suas visitas não se restringiam às casas dos beneficiários. Vitória tinha um conhecimento alargado dos bairros e da vizinhança onde viviam os beneficiários. Nas visitas observava o *ambiente* na rua e contava-me episódios e histórias dos vizinhos dos seus utentes, que foi conhecendo com o passar do tempo. Por vezes, as necessidades pontuais de outras pessoas que não eram beneficiários da associação, ou mesmo de familiares dos mesmos, tornavam-se novas preocupações para os voluntários.

A associação assumiu um leque de ação mais variado, flexível e informal e menos tecnocrata do que no caso das associações de voluntariado alimentar que acompanhei. Os utentes vinham encaminhados de diferentes instituições e chegavam por diferentes vias. Como disse Vitória, “através do banco de voluntariado, do passa palavra, por iniciativa própria (...) e claro, encaminhados pelo [setor] público”, referindo-se à Segurança Social, Centros de Dia, Centros de Saúde, Câmara Municipal (Ação social) e outros. Inclusivamente a imprensa regional, os jornais e os hospitais locais contactavam a associação, solicitando apoio para casos que chegavam ao seu conhecimento. Outros utentes eram encaminhados pelos próprios voluntários, que “iam apanhando” casos e noutras situações eram as famílias dos utentes a pedir ajuda: “são as filhas ou as noras na grande maioria que vêm pedir apoio” e para além disso, “qualquer pessoa pode dirigir-se à ACA numa situação de aflição”, como me disse Vitória.

Assim, o trabalho quotidiano da associação intercalava-se com atividades paralelas, como a entrega de cabazes em casas de não utentes. A distribuição de bens alimentares, roupa e outros bens a utentes e não utentes era uma tarefa que não fazia parte da missão da associação e, por isso, fazia-se “fora do calendário”, informalmente. Os donativos vinham de Juntas de Freguesia, paróquias, banco alimentar e cidadãos que quisessem participar. Este trabalho complementar envolve uma infinidade de micro tarefas que, por não estar integrado

na estrutura, aumentava o volume de trabalho e a pressão sobre os voluntários. Eram “situações de emergência que não estão connosco mas nós conseguimos ir dando a volta”, descreve Vitória. No início da minha pesquisa na Associação Coração Amarelo, a associação fornecia alimentação completa para todos os dias do mês a seis famílias, o que implicava um esforço e trabalho acrescido para conseguir doações e organizar a distribuição diária.

O trabalho formal da organização era o contacto regular com os utentes, que passava por visitas programadas e contactos telefónicos de controlo do “estado” das pessoas. Para Vitória era um trabalho “muito exigente e diferencia-se das organizações mais badaladas onde não há falta de voluntários” – referindo-se à REOOD, que citou como exemplo.

A minha pesquisa decorreu entre 2014 e 2015 e durou mais de um ano. A rotina do trabalho de campo começava por ir à sede observar o trabalho das voluntárias dentro das instalações, as rondas de telefonemas aos utentes e a organização da distribuição. A seguir saía no meu carro com um ou mais voluntários, na grande parte dos casos com Vitória, a minha interlocutora principal. Vitória não tinha carro (fazia questão de utilizar os transportes públicos) e aproveitava a minha boleia nos dias em que eu lá estava. Em grande parte das ocasiões saíamos da delegação com outros voluntários, que íamos deixando nos bairros dos utentes que iam visitar.

Uma das visitas mais frequentes que fazíamos a não utentes era a uma mulher angolana, Filipa, que vivia com duas filhas, uma adolescente e uma adulta, num bairro social de Paço de Arcos. Uma das filhas tinha uma pequena deficiência intelectual e estava grávida. Filipa estava desesperada pois não sabia como resolver o problema; era a segunda vez que a filha tinha uma gravidez indesejada. Vitória preocupou-se pessoalmente com o caso pois Filipa tinha dificuldades financeiras, não se expressava bem em português e não conseguia resolver sozinha as burocracias envolvidas no acesso às instituições de saúde. Estava numa fase complicada do processo clínico e não sabia como resolver o futuro da filha, e garantir que não se repetiriam situações como a que viviam naquele momento. Assim, os contactos com o Centro de Saúde eram geridos por Vitória, que por vezes as acompanhava para preencher papéis e nas consultas de ginecologia.

Estas ajudas ultrapassavam o trabalho corrente da associação e retirava tempo livre das voluntárias, para além de que “levamos sempre trabalho para casa”, dizia Vitória. Mostrava uma dedicação especial a todos os casos que acompanhava e sentia-se responsável pela sua

resolução. Conhecia o nome de todos os utentes e delegava de forma diligente o trabalho entre os voluntários.

Os voluntários e utentes da Associação Coração Amarelo de Oeiras - e de uma maneira geral nas outras delegações - tinham uma particularidade comum: a idade. Voluntários e utentes tinham idades semelhantes, e ainda que uma grande parte dos beneficiários tivesse uma idade mais avançada, faziam parte da chamada “quarta idade”. Mesmo os voluntários mais velhos demonstravam energia e jovialidade e grande empenho no trabalho que realizavam. Neste âmbito, sigo a afirmação de Muelbach (2012) quando diz que os idosos e reformados fazem parte dos cidadãos ditos *inativos*. A ideologia neoliberal produz uma narrativa sobre a *especial habilidade* dos mais velhos para o trabalho voluntário e não remunerado. Assim, os idosos *inativos* são estimulados a investir as suas valências na sociedade. A narrativa neoliberal de fomento ao trabalho voluntário sénior defende que os mais idosos encontram-se em permanente dívida com a sociedade em todas as fases da sua vida. Neste sentido, ser cidadão é uma condição que deve ser permanentemente *adquirida* e reconsolidada através do manifesto de interesse cívico, como o trabalho voluntário. Saliento esta ideia uma vez que a narrativa da *cidadania ética* se aplica de forma exemplar ao voluntariado sénior. Neste caso, os recursos (humanos) são inesgotáveis, renovam-se e são, portanto, biologicamente recicláveis.

Com base neste paradigma, nas sociedades ocidentais o aumento da qualidade e esperança de vida, saúde e estado geral dos mais idosos (sobretudo entre as classes sociais mais favorecidas) deve ser um fator que instiga as pessoas a participar ativamente em atividades sociais, nomeadamente no voluntariado. É pertinente desenvolver brevemente esta narrativa macro institucional. Com base nesta ideologia, pensa-se a idade da reforma como um momento da vida em que o voluntariado formal “endurece a solidariedade social ética” através de uma gramática de “corpos saudáveis e fisicamente capazes” (Ibidem).

Nos vários terrenos que acompanhei registei várias vezes a expressão “se eu posso, porque é que não hei de ajudar?”. A verbalização da ideia de “poder”, no sentido de estar apto, conjuga sentimentos de obrigação e ao mesmo tempo de empoderamento, caso a pessoa manifeste condições materiais, físicas e de saúde para a realização de trabalho voluntário. Por outro lado, esta gramática de fomento ao voluntariado apresenta a visão de que cuidar de outros é uma forma de combater a solidão de quem cuida. A ideia dirige-se sobretudo aos

mais velhos que podem experienciar afastamento familiar dando origem a situações de isolamento, mesmo entre classes sociais com maiores recursos. Para além da ajuda ao *outro*, semelhante em idade mas nem sempre em recursos, o trabalho voluntário pode reduzir os efeitos negativos do envelhecimento e tem, portanto, uma dimensão de melhoria pessoal. Esta perspetiva contribui para a ideologia de propaganda de estímulo ao voluntariado. A boa saúde física e mental é, igualmente, um forte mobilizador retórico que promove a ideia de reformulação de uma nova fase da vida (a da reforma) que pode tornar-se mais estimulante através da participação no bem público. A retórica global de utilidade social (Castel 1996) contribui, então, para o impulso voluntário. *Ser ativo e manter-se ativo* - presentes nos programas de saúde global sobre o envelhecimento - intensifica a ideia da “virtude” da cidadania ética que tenho vindo a discutir.

É importante abordar uma outra ideia sobre esta temática. A semelhança de idade entre voluntários e utentes tem influência na decisão dos primeiros em apoiar os mais idosos. Este movimento é instigado por uma *cultura* moral de auto responsabilização social dos voluntários que podem ajudar quem precisa de ser amparado. Neste sentido, o conceito de geração não é baseado exclusivamente da idade biológica, mas é socialmente construído. Apoio-me na visão de Lisón-Tolosana (1983) sobre este tópico. O autor defende que independentemente da idade biológica, todos os indivíduos que aderem a um determinado estilo de vida, a um modo de existência, que pertencem ao mesmo “tempo geracional ou situacional”, são “coetâneos”. Por seu turno, os indivíduos que são da mesma geração biológica mas não se identificam entre si com este quadro de pertença são contemporâneos. Assim, a coetaneidade pode consolidar a ideia de pertença geracional a grupos sociais que, embora tenham uma idade biológica dita da terceira idade, fazem parte de uma contemporaneidade e cosmopolitismo ativo e a uma comunidade de interesses éticos.

A noção de geração social ajuda a compreender a reorganização da ordem dos ciclos de vida que definem comportamentos e conteúdos produtivos em cada fase da vida. O tempo disponibilizado para a realização de trabalho social é um recurso que as gerações mais velhas dispõem e os cidadãos *ativos* não. Assim, os mais idosos são impelidos a partilhar essa *riqueza*. A geração social de coetâneos que se sentem capazes de realizar tarefas produtivas deve, assim, aplicar esse recurso e habilidade para o bem dos mais velhos, dos *seus outros*. Vemos como a classificação de “terceira” e “quarta” idade é também uma categoria política;

permite distinguir cidadãos em idade de reforma capazes de realizar trabalho - uma adultez amadurecida - dos cidadãos da *quarta idade*. Esta inscreve-se numa fase da vida mais avançada, de dependência e com frequência de doença crónica que necessita de apoio que pode ser facultado por indivíduos da terceira idade. Segundo Muelbach, o voluntariado sénior teve uma forte expansão nas últimas décadas precisamente pela reafirmação deste modelo discursivo, mediado por agentes hegemónicos nacionais e supranacionais. A construção da categoria de terceira idade fundamenta-se na ideia de que há uma fase da vida das pessoas que reúne virtudes, recursos temporais e experiência acumulada, afetos e habilidades sensíveis *especiais*. A angariação de voluntários seniores tem, portanto, subjacente a ideologia global de inspiração neoliberal.

Nos estados providentes, o contrato social prevê a transferência de recursos financeiros para o Estado através dos impostos pagos pelos trabalhadores em fase de vida ativa. A organização político-administrativa tem efeitos prospetivos, gerindo obrigações e direitos sociais distintos para cada grupo de idade. A reforma é um direito social que depende da carreira contributiva do indivíduo e é o momento em que é suspensa a obrigação de trabalhar. O crescimento do voluntariado realizado por faixas etárias mais velhas assenta na narrativa que a vida produtiva deve, idealmente, prolongar-se durante o maior tempo possível. O alargamento do tempo de trabalho até ao final da vida - até se verificar ser possível - é para Muelbach um processo de feminização “[feminization]” (2012:151). Esta alegoria equipara o trabalho tradicional feminino no âmbito doméstico com a extensão do trabalho dos mais idosos através do voluntariado, que também não deveria, assim, ter fim.

Em síntese, a narrativa da cidadania ativa instaura ideários de forte compromisso social abrangendo todas as faixas etárias; construída com base no pressuposto ideológico de absorção de todos os recursos disponíveis na sociedade, contribuindo desta forma para a reprodução do sistema de acumulação capitalista. Tal não significa que a manutenção de uma vida ativa ao longo das diferentes fases da vida não tenha, evidentemente, efeitos sociais e biológicos positivos. Essa é uma temática que não faz parte do âmbito destas reflexões e por esse motivo não me vou deter nela. Esta análise visa unicamente explorar a crítica antropológica sobre mudança cultural focada na ideologia presentista de reforma neoliberal.

5.6. Trabalho e *culturas de afetos*

O compromisso dos voluntários com o trabalho solidário configura a ideia de “quasi-work” (Muelbach 2012: 156), dado ser uma atividade social que replica o trabalho remunerado. Na Associação Coração Amarelo, a dedicação e o sentido de responsabilidade revelavam um elevado compromisso dos voluntários com os utentes. Para os voluntários, a atenção dedicada é fundamental para a manutenção das vidas dignas dos beneficiários, aliviando a escassez de bens materiais e imateriais dos mesmos. Vejamos alguns testemunhos.

O trabalho da ACA não é só um papel passivo de ir visitar a pessoa, mas é dar todas as garantias que tratamos as pessoas como um cidadão pleno, seja ele qual for, seja ele de que condição for. Ele tem direitos e tem deveres. Ele tem de ter essa noção. E como tem direitos e tem benefícios então todos os benefícios que ele tem nós estamos cá para tratar se ele não puder tratar. (...) Se nós tratarmos dos papéis e tivermos uma boa relação com a médica de família do utente, conseguimos as guias de transporte da Segurança Social para levar o utente a uma consulta de especialidade. Outras vezes temos de ser nós por nossa conta a levar o utente ao hospital para a especialidade. Há de tudo. Para a pessoa não faltar temos de garantir que existe solução. (voluntária da ACA)

Somos famílias adotivas (...). Na ACA se é preciso estar disponível, é preciso ir ao médico, trabalho de sapa, tratar de coisas com o doente [utente], levar ao café, se a pessoa está a piorar de saúde é preciso olhar e estar atento, é muito mais exigente (...) A medicação é um problema. Uma pessoa que passa sozinha muito tempo baralha-se e automedica-se. Por isso é muito importante o voluntário ir com o utente ao médico para conhecer a medicação do utente (...) Depois acontece que existem pessoas que não têm mesmo família. Na sua morte, quem faz todos os trâmites é a ACA, pois os voluntários que os acompanharam foram a sua família. Até temos conhecimentos numa funerária, eu costumo dizer que nós temos de ter amigos em toda a parte; facilita-nos muito a vida. Respeitamos sempre a ideologia religiosa e temos o cuidado de a seguir até no fim. Vamos sempre até ao fim. (Vitória)

A Associação Coração Amarelo desempenhava um papel efetivo de *complemento* do Estado em domínios privados da vida dos utentes. As IPSS locais e as Juntas de Freguesia são recursos da rede acionados para a realização de tarefas de “higiene medicalizada” (Elias 1982) e de outro género, como a limpeza das casas. Segundo Vitória, os processos de apoio institucional eram longos e burocráticos e a cobertura dos serviços não é total. Explica que não abrange todas as necessidades das pessoas e, em grande parte dos casos, o regime das prestações não é diário nem suficiente para manter as casas limpas, a alimentação e medicação diária, outras necessidades ligadas à falta de mobilidade e autonomia dos utentes. Explicava que nem o Estado nem os serviços de ajuda comunitária lidavam com questões do foro *da casa* e com os pequenos nadas que têm de ser realizados no quotidiano.

Estas notas levam-me a pensar que o Quarto Setor preenche lacunas institucionais e comunitárias que *a rede*, que inclui o Terceiro Setor, não consegue resolver. O envolvimento dos voluntários da associação conjuga a atividade formal com a informal; para além dos contactos privilegiados que alguns voluntários mantinham com órgãos estatais e camarários, por norma todos estavam familiarizados com os equipamentos públicos, bancos de voluntariado, Banco do Tempo, etc. Vitória referia-se à Câmara de Oeiras, por exemplo, como uma aliada. À data existia um programa local que pagava os serviços básicos (água, luz e renda de casa) de pessoas carenciadas em situação de emergência financeira: “só em parceria e na rede se consegue chegar às várias necessidades dos utentes. Temos de estar muito atentos ao que se passa à nossa volta, sempre em parceria com outras instituições. Mas e o resto?”. O “resto” eram situações diversas como hospitalizações dos utentes e a importância de receberem uma visita quando a família não existia, meros exemplos dos múltiplos “restos”. Maria, uma das minhas principais interlocutoras, ficava perturbada com a problemática dos cuidados paliativos e pós-hospitalares. Numa ocasião afirmou:

A equipa e equipamentos podem ser muito bons, mas quando o médico e enfermeiro não têm tempo para acompanhar o doente do ponto de visto afetivo, as marcas que deixa num doente que está a fazer quimioterapia durante quatro ou seis meses são muito importantes. Poderia estar um familiar ou amigo e já há hospitais onde isso é possível mas são privados. E os outros, como fazemos?

A pesquisa na Associação Coração Amarelo abrangeu domínios que só o trabalho de campo prolongado permite registar. Por exemplo, em Oeiras, durante o período da "crise" os lares ilegais eram muito comuns, cheios de problemas e uma situação reconhecida pelo Estado. Nalguns casos, as fracas condições de salubridade, técnicas e humanas foram notícia na comunicação social e assunto que por vezes surgia nas conversas com os meus interlocutores. Falando sobre o tema, Vitória disse-me seguinte:

A realidade atual é que têm muito pouco tempo [pessoas que têm lares ilegais], são pessoas que estão desempregadas que têm casas com dois ou três quartos, com filhos também desempregados e admitem idosos que cuidam e que levam X [euros] por mês. Isto acontece há seis meses. Um lar custa 1200 euros, em casas particulares pagam 600 euros. A família consegue pagar 600, mas 1200 é impossível. É a transferência do idoso para outra família (...). Por vezes temos de fazer trabalho de detetive, procurar e ir ver. Pode ser bem tratado, mas não há nada como a garantia de um lar. Conhecemos casas que têm por vezes três ou quatro idosos. Conseguimos agora um médico jovem que vai voluntariamente a custo zero visitar os idosos para garantir que estão minimamente bem de saúde. Está a acontecer (...). Os lares que existem no concelho são na sua maioria particulares, alguns muito caros. Depois temos alguns ligados às paróquias, Carnaxide, Queijas, Oeiras. A Misericórdia não tem nada (...) Ora, a pessoa tem alta do hospital e não tendo para onde ir, fica no hospital. Tivemos um caso que a idosa ficou no hospital três meses (...) Quando as pessoas são enviadas para longe, nós continuamos a visitá-la mas com menos frequência. Vamos a Mafra e ao Bombarral onde temos utentes. Não nos desvinculamos da pessoa, mas claro que não é a mesma coisa que ir ali a Paço de Arcos.

O “trabalho de detetive” e as “idas ao Bombarral” não fazem parte dos serviços da organização e não estão inscritas em nenhuma das tarefas da associação, mas vão-se constituindo como tal conforme as situações e as necessidades vão surgindo. Alargam-se os domínios de intervenção para além do telefonema ou da visita domiciliária, como este

testemunho indica. Um dos aspetos que interessa destacar diz respeito às sociabilidades afetivas entre estranhos. Estas não podem ser pensadas como uma forma frágil de intimidade e relação que serve uma resposta pontual e temporária em situações de crise. As tarefas de cuidado dos voluntários da Associação Coração Amarelo ultrapassam em larga medida a missão estatutária da associação, configurando éticas de cuidado familistas que rompem com a construção social de parentesco biológico. As especificidades histórico-culturais estão incorporadas nas moralidades do cuidar e analisar as vivências emotivas dos intervenientes destes processos é uma forma de compreender a sociedade que se constrói (Coelho, 2003; Hochschild 1986 e 2013; Lima 2021). A modo de resumo destaco dois pontos: a) a relação afetiva entre utentes e voluntários revela a constituição de laços de proximidade e mutualidade; b) a conjugação do trabalho do Terceiro e do Quarto setor permite abranger dimensões da vida que as instituições estatais e mesmo as comunitárias não conseguem aceder nem resolver.

À data da minha pesquisa, o Quarto Setor tinha fraco reconhecimento público ou constituição formal, sendo que as atividades de “um para um” - expressão de Williams 2005 - são, por norma, integradas na classificação do Terceiro Setor. As ajudas particulares paralelas à missão, como por exemplo a ajuda aos não utentes na Associação Coração Amarelo, não têm expressão no espaço público e institucional. Arrisco em dizer que grande parte do trabalho comunitário de proximidade é realizado à margem da própria organização voluntária. Por outro lado, e não menos importante, estas ajudas surgem em situações de maior emergência financeira e social e têm, por esse motivo, valor acrescido.

Estes dois pontos constituem fatores centrais para compreender como o trabalho invisível e intersticial conjugado com o formal-normativo faz parte da multiescalaridade da Segurança Social, *instituição* basilar na reprodução social da população mais vulnerável. Porém, esta discussão tem pouco reflexo no debate público em Portugal, sendo importante refletir sobre o voluntariado de bastidores, ainda que se realize no palco das organizações formais, como demonstra o caso da Associação Coração Amarelo. Os voluntários alargam a sua ação, esbatendo, desta maneira, a fronteira entre a norma e a margem. É uma forma de “cidadania vivida com o coração”, usando as palavras de Muelbach (2012). Os afetos, a empatia e a compaixão são parte integrante das *culturas* de cuidado de proximidade, que sendo asseguradas por associações de voluntários são, porém, centrais para a sustentabilidade do

sistema normativo. Vejamos três casos que ilustram estas reflexões.

A D^a. Amélia é uma mulher com 91 anos que vive no mesmo bairro que Filipa (referida anteriormente) é uma utente de longa data de Vitória, e que esta visitava com frequência. A idosa vive sozinha e recebe outras voluntárias que fazem pequenas tarefas como levar revistas “cor de rosa”, o pão diário, etc. As revistas de celebridades eram uma distração que a D^a. Amélia não dispensava e nunca se coibia de pedir que não se esquecessem de as levar. Vitória tinha a chave de casa da idosa e entrava livremente na habitação. A D^a. Amélia sofria de graves problemas de audição, que obrigava Vitória a *traduzir* quando eu a acompanhava na visita. As duas tinham uma espécie de linguagem própria, como falar alto e num certo tom, expressões faciais e uma linguagem corporal específica, que mostrava bem a sua proximidade e cumplicidade. A primeira visita que fiz à casa foi reveladora dessa intimidade entre as duas. Transcrevo parte das notas de campo que recolhi.

A D^a. Amélia está vestida de modo muito humilde, tem o cabelo todo branco e ralo e molhado do banho (...). A Vitória entrou com a chave e fez-se anunciar falando muito alto (...). Assim que se viram, a Vitória falava com a D^a. Amélia ao mesmo tempo que olhava à volta da casa. Perguntou-lhe se tinha tomado banho sozinha. Fomos à cozinha e a Vitória continuou a vistoria e perguntou se tinha pão para o dia seguinte. Disse que não, e a Vitória pediu-me para ir buscar pão ao café, que ficava dois prédios ao lado. Quando pedi o pão no café, a empregada perguntou se era para a D^a. Amélia, tinha-me visto chegar com a Vitória. Não quis cobrar o pão pois era um assunto já tratado. Regressei. As duas conversavam. A D^a. Amélia era muito astuta e tinha um raciocínio claro e elaborado. A Vitória ia perguntado pelas coisas do dia-a-dia, se tinha recebido as revistas, sobre assuntos da televisão e pondo-a a par da situação de uma das voluntárias que tinha sido operada. A D^a. Amélia trabalhou 40 anos no Hospital de Santa Marta como assistente e ‘sabe muito de clínica’. Não toma medicamentos sem antes analisar a composição e perceber como ‘o mal vai reagir dentro dela’ [conta a Vitória, citando a idosa]. A familiaridade e cumplicidade entre as duas era evidente: (...)

Vitória: Lavou a cabeça, lavou D^a. Amélia?

D^a. Amélia: Lavei, lavei, ‘tava a precisar.

Vitória: Ainda tinha shampoo? Ela tomou banho comigo há uns dias [disse a Vitória virando-se para mim].

D^a. Amélia : Olha... [rindo] não tinha, foi com água e sabão que é muito bom!

Vitória: Mas havia lá um atrás cheio. O que não tinha quase nada eu deitei fora, e ficou um cheio, lembra-se?

D^a. Amélia: Pois... eu tinha na ideia que não havia e nem fui ver se havia ou não havia [diz rindo]

Vitória: Eu agora quando me lembrar, como eu sei qual é, trago-lhe outro. Mas há lá um [a Vitória levanta-se e vai à casa de banho]

D^a. Amélia: Já não funciona a 100% totalmente [disse-me rindo]

[A Vitória regressa com dois frascos de shampoo]. Um, dois, cheio, tá a ver como eu tinha razão?

D^a. Amélia: Ela sabe muito bem, ela trata muito bem de mim. Mas eu quis tomar banho e tomei!

Vitória: Qualquer dia vamos ao baeta. Vamos ao cabeleireiro. ‘Pó Natal.

D^a. Amélia: ‘Pó Natal não! P’rá mim [risos]

Vitória: Mas vamos cortar o cabelo, vamos as duas. Vamos de carro desta vez.

D^a. Amélia: Eu vou de carro à mesma, naquele carro grande cor de laranja [risos]

(...)

Vitória: Bom... mas nós temos é que combinar o nosso Natal. P’rá semana vamos combinar as duas. P’rá semana vamos tratar disso.

[A Vitória diz-me que a D^a. Amélia tem uma ‘cabeça fantástica’]. As conversas e os risos continuam (...) A D^a. Amélia fala devagar mas com vigor e mostra muito interesse em contar as suas histórias.

No final da visita.

Vitória: Olhe D^a. Amélia, eu hoje não vou ficar cá muito tempo. Está a chover muito e ela [eu] dá-me boleia. Amanhã a Leonor vem cá e traz as revistas. Se for preciso alguma coisa telefona-me mas não vai para a rua [fazendo sinal de não com o indicador]. Não vai para a rua, pois não? Não vai, tá bem?

D^a. Amélia: Ai... se estiver bom vou!

Vitória: Mas não vai estar bom, vai chover assim a semana toda.

D^a. Amélia: Ah.. a chover não vou, mas se melhorar vou lá abaixo.

Vitória: Agora temos é de secar esse cabelo. A Lina fez a cama?

(...)

Vitória: olhe eu tenho lá lençóis daqueles térmicos. Muito quentinhos.

D^a. Amélia: Lençóis?! Tenho aí tantos!

Vitória: Mas estes são daqueles térmicos, muito quentes. Não é de flanela, como é que se chamam D^a. Amélia? Térmicos, acho que é isso, são muito quentes. Para a semana lavamos uma máquina.

A D^a. Amélia mantém lucidez e saúde física e mental mas precisa de cuidados de higiene e clínicos apesar da sua insistência em manter-se autosuficiente. Vitória estimula essa determinação, ao mesmo tempo que garante que as necessidades da idosa não ficam por resolver. Utiliza a rede pública e aciona todos os meios para o cuidado sanitário e clínico, bem como a limpeza da casa. A D^a. Amélia não tem filhos, mas tem uma irmã com quem pouco se relaciona. O isolamento social e as necessidades de assistência alargam-se a domínios da vida que naquela idade se tornam tão importantes como os cuidados médicos e sanitários. As minúcias do cuidado e a atenção ao detalhe, aos *pequenos nada*s, são fatores essenciais ao seu quotidiano e ao assegurar do seu bem-estar⁹¹.

Um dos trabalhos de Vitória era a escuta ativa, uma forma de agência ética produtiva. Escutar a D^a. Amélia e ser compassivo é um requisito do cuidado de companhia e uma expressão de empatia e carinho. O seu caso revela como a assistência da Ação Social só por si não garante resposta plena às necessidades dos utentes. A ideia de “bare life” (Agamben 1989) é profícua para compreender a importância do voluntariado de companhia para a produção da vida com qualidade, de vida que vale a pena ser vivida, e esta depende de fatores tangíveis e intangíveis. Por outro lado, este caso demonstra bem a ideia de *humanização* do cuidado, enquanto parte integrante de uma economia humana de amplo valor social: “[O cuidado] é uma prática de imaginação empática, responsabilidade, observação [witnessing] e solidariedade (...). É uma prática moral que torna cuidadores e os que são cuidados mais presentes e assim humanos mais plenos” (Kleinman 2009: 293).

⁹¹ Malkki resume este ponto referindo-se às ações simples “o [merely] que ajuda a pessoa a sentir-se uma presença positiva no mundo (...) Talvez possam afetar de uma maneira, do modo como a pessoa se olhe no espelho. Não é uma ex-pessoa” (2015: 151).

A ideia de humanidade e plenitude são termos frequentemente utilizados por Vitória na sua descrição dos objetivos da Associação Coração Amarelo. As revistas de celebridades e as longas conversas entre a D^a. Amélia e Vitória sobre personagens da televisão, mexericos e histórias de outras voluntárias são estímulos à saúde mental através do entretenimento e o exercício da mente. Mantinham a D^a. Amélia informada - na medida das suas capacidades - e incluíam-na no mundo.

Um outro caso que acompanhei foi o de Lina, mulher de 67 anos que vivia em Carnaxide num bairro de classe média, numa casa ampla e com sinais de alguma sumptuosidade. Era licenciada em Gestão e trabalhou numa empresa multinacional da indústria farmacêutica. Conta que no decorrer da sua vida profissional “sempre ganhou bem” e ocupava um cargo médio na empresa. Nos anos anteriores à "crise" a empresa foi sujeita a uma profunda reestruturação e o seu posto, como o de outros colegas, foi extinto. Com larga experiência de gestão, Lina abriu uma empresa imobiliária que, segundo contou, “foi muito bem” e garantiu receitas mensais compensadoras. Porém, a "crise" socioeconómica de 2011-2015 afetou fortemente o setor imobiliário, levando ao encerramento de muitas empresas, entre elas a de Lina. Era uma mulher com um discurso arrastado e algumas paragens verbais. Apesar da dificuldade que por vezes manifestava em falar, mostrava interesse em conversar e contar as suas histórias. Dizia que a falência da empresa foi o começo de uma espiral de dificuldades e problemas. Era divorciada mas tinha tido uma relação muito amigável com o ex-marido, pessoa em quem confiava e que lhe dava conforto. O ex-marido faleceu dois anos antes da altura em que a conheci, o que lhe “trouxe um vazio”, como dizia, e potenciou um estado de saúde mental débil. Outros fatores foram piorando a sua situação. A reforma antecipada por motivos de saúde afetou o seu estado anímico, com consequências fisiológicas visíveis, como por exemplo a perda de mobilidade.

Tinha duas filhas e dois netos da filha mais nova. Lina foi a cuidadora dos netos porque a filha abandonou as responsabilidades parentais e foi viver com o namorado, deixando as crianças ao cuidado da avó. Visitava com pouca frequência Lina e os filhos, que tinham, à data, 14 e 15 anos. A sua filha mais velha tinha 47 anos e sempre viveu com a mãe, pois tinha um problema de saúde e incapacidade total. Vitória contou-me que era uma doença neurológica degenerativa, que ao longo dos anos a tornou dependente de cuidados permanentes. A vida recente de Lina estava marcada por fatores que minaram a sua qualidade

de vida, contrastando com um passado confortável. A saúde deteriorou-se com a idade e com “a vida”; os problemas foram piorando com a progressiva degradação da saúde da filha e a responsabilidade pela educação dos netos. A perda de receitas agudizou a situação, gerando um quadro depressivo severo que, nas suas palavras, a levou “a entrar num processo de perda de autoestima, energia e saúde”, ao ponto de não ser capaz de tomar conta de si própria. Apesar da vontade em conversar, tinha momentos de apatia e fazia longas paragens para recuperar o fôlego, pois os pulmões eram um dos seus problemas de saúde. Contava-nos que a tristeza era uma constante e que não sabia como “sair dali”. As visitas de Vitória duravam por vezes uma tarde inteira.

O terceiro caso que quero relatar é o de Bia, mulher que vivia em Oeiras numa zona central e de habitações construídas nos anos 70. Vivia sozinha numa rua movimentada, numa moradia de primeiro andar com um grande quintal nas traseiras. Era viúva há largos anos e não tinha filhos. Era uma mulher simpática e gostava de receber pessoas em sua casa, o que raramente acontecia. A primeira vez que fui a sua casa mostrou-me todos os cantos da habitação e, com grande orgulho, a horta, pois era muito dedicada às plantas e às flores. Vivia naquela casa “desde que se lembrava”, que apesar de estar cuidada era antiquada e precisava de obras de manutenção para as quais Bia dizia que já “não tinha paciência”. Este facto deixava Vitória apreensiva e preocupada pois “as escadas principalmente estão em muito mau estado e qualquer dia...”.

Bia conseguia pagar as despesas e tudo o que precisava. Contudo, não saía de casa, e a Junta de Freguesia levava-lhe as compras uma vez que tinha dificuldades em andar e carregar os sacos. Ainda assim, mostrava-se ativa e com vontade de se manter assim. Vitória acompanhava Bia de “livre iniciativa” pois esta não era utente da associação. Dizia que a senhora “apesar de não parecer, é uma pessoa totalmente sozinha”. Para além de Vitória, Arménio, um voluntário da ACA que tinha sido amigo do marido de Bia, continuou a visitar a casa depois do seu falecimento. Telefonavam e iam vê-la com alguma frequência e eram quase os únicos contactos sociais de Bia. Era uma mulher que preocupava Vitória apesar do seu aparente bem-estar; vivia da pensão do marido mas “nunca sai de casa, nunca vai fazer uma compra, preocupa-me imenso, às vezes tem ali umas falhas...”, dizia Vitória.

Alguns casos, como o de Bia, eram informalmente acompanhados pelos voluntários, que eram uma espécie de *fiscais* que monitorizavam a vida e quotidianos dos utentes e dos não

utentes das zonas de abrangência da instituição. Bia mostrava-se feliz quando recebia Vitória, falava sem parar e fazia questão de mostrar os avanços na horta. O caso de Bia não era único. Acompanhei outras duas casas cujas visitas pareciam ter como objetivo manter contacto com as pessoas e fazer-lhes companhia, mas que vim a perceber serem bem mais do isso. Os voluntários “agarravam” as pessoas que estavam vulneráveis, impedindo que entrassem em processos degenerativos porque estavam sós ou porque não tinham família próxima ou apenas porque “precisavam de falar com alguém”. Numa ocasião acompanhei Arménio a casa de um dos seus utentes, um arquiteto de 80 anos que apesar de viver com a esposa, “precisava de falar com alguém”. Foi uma pessoa conhecida no meio profissional e o casal tinha condições financeiras sólidas e asseguradas. Quando o conheci tinha a memória fraca e sinais de envelhecimento cognitivo e por vezes confundia situações do passado com o presente. Não gostava de receber mais ninguém para além de Arménio, recusava perentoriamente. O meu caso foi uma exceção porque fui a pedido de Arménio.

Estes casos mostram a diversidade das características dos utentes da Associação Coração Amarelo, e a variedade dos problemas que manifestavam. Apesar desta diversidade acrescentar dificuldade e complexidade Para além das tarefas de apoio, os voluntários desdobravam-se em tempo e criatividade para resolver as situações e acompanhar os momentos críticos das vidas dos utentes e não utentes:

Há dois meses muito difíceis: agosto e dezembro. Em agosto os voluntários são menos, vão de férias e os familiares também dezembro trabalha com as recordações. Nesse mês temos cuidados especiais. Nós não chamamos o Cabaz de Natal, chamamos os miminhos. Fazemos tudo diferente. Vai sempre com um cartão, nós vamos levar a casa, reforçamos a afetividade para que sintam que há alguém que gosta muito deles e está ali por trás. Às vezes até o dia de Natal é passado com os beneficiários. Há voluntários que passam por lá, vão dar um beijinho ou vão buscá-los para um passeio (Vitória).

Para além do trabalho do dia-a-dia, a associação promovia lanches mensais com todos os utentes e voluntários, implicando um elevado trabalho logístico: transporte gratuito, conseguir os donativos para o lanche, espaço para o evento, etc. As iniciativas não ficavam

por aí. Uma das grandes iniciativas que acompanhei foi um evento gastronómico em parceria com a Câmara Municipal de Oeiras. Aconteceu numa associação empresarial, um espaço grande e bem equipado, utilizado para conferências e exposições. O evento reuniu aproximadamente 200 pessoas, voluntários, familiares, um coro e convidados da Câmara Municipal.

Acompanhei também um dos lanches da ACA na fundação do INATEL de Oeiras, um lugar à beira mar, empreendimento hoteleiro também usado para congressos e eventos empresariais. Os utentes vieram numa autocarro cedido por uma empresa de transporte que os foi buscar à sede da associação. O lanche durou toda a tarde. Nesses encontros cantavam-se os parabéns a todos os que tinham comemorado aniversário no mês anterior e o bolo de aniversário coletivo era oferecido por uma pastelaria da zona. No lanche para o qual fui convidada estavam 58 utentes e aproximadamente 20 voluntários.

Além das visitas procuramos que eles compreendam que precisam de conviver. Tentamos mediar amizades para que encontrem casos semelhantes. Todos os meses saímos. Fazemos colónias de férias, já fomos à piscina oceânica e à baía dos golfinhos. Fomos 63 pessoas passar a tarde na Fábrica da Pólvora. Passearam, lancharam, procurámos explicar onde estão. Da Pólvora aprenderam uma data de coisas. Aprender é um direito (Vitória).

As festas tinham como objetivo proporcionar um momento lúdico diferenciado, uma experiência de valor e a quebra da rotina que fosse gratificante e salutar para os utentes. Estes momentos de combate ao isolamento em que se encontram estas pessoas são importantes formas de cuidar, através da vivência de sociabilidades partilhadas.

Por último, vale a pena referir que o trabalho dos voluntários para proporcionar relações sociais satisfatórias aos utentes tinha por vezes como resultado o afastamento das suas próprias relações sociais e familiares, por exemplo no período de Natal, durante o qual os voluntários abdicavam do seu tempo familiar para visitar os utentes que acompanhavam. Este tipo de voluntariado é uma expressão do que designo de *outras economias*, neste caso, assente em culturas éticas de compromisso afetivo. A dádiva de tempo e de trabalho dedicado e focado na observação dos pequenos nadas, visíveis e invisíveis, faz parte de uma

cosmologia solidária que trabalha interstícios, necessidades humanas que não constam do repertório da Ação Social normativa.

Capítulo 6 - SOLIDARIEDADE E COMUNIDADE: VISÕES TEÓRICAS

6.1. Antropologia do humanitarismo

A ajuda humanitária é um tema amplamente tratado nas ciências sociais e tem grande centralidade na antropologia. Nesta seção farei uma breve revisão teórica deste campo de estudos com o objetivo de enquadrar o desígnio humanitário no contexto do voluntariado. Quero, no entanto, deixar claro que esta tese não se enquadra teoricamente na antropologia do humanitarismo, e que a vertente que incorporo na discussão é específica ao estudo dos efeitos e impactos humanitários, distintos para os recetores das ajudas e para os voluntários.

Para estas reflexões convoco contribuições de autores que considero pertinentes para a reflexão crítica que pretendo fazer. Começo por referir a teoria social de Liisa Malkki (1997, 2015) que trata do estudo dos lugares, pessoas e circunstâncias debatidos na antropologia do humanitarismo e cujos sujeitos são grupos massificados; as suas necessidades evocam a ideia de “basicness”. São um Outro estranho e longínquo e fazem parte de cosmologias culturais sociogeográficas distintas das sociedades ocidentais (Malkki 2007; Gupta 1997; Kleinman 1996). A escala do *locus* é supralocal, são “lugares onde os indivíduos se tornam uma população a ser enumerada, etnicizada e a catalogar” (Malkki, 2015: 1996). A intervenção humanitária baseia-se numa condição construída hegemonicamente, o “estado de exceção” legitimado pela categoria de “emergência” reconhecida por lei (Pandolfi 2003). Os estudos em torno do humanitarismo tendem a tratar os seres humanos que vivem em sofrimento extremo como sujeitos que cristalizam *verdadeiros* estados de necessidade. A imagem do ser humano reduzido à “vida nua” e o “homo sacer” de Agamben (2005) – e a destituição de direitos universais, *pré-políticos* de *pré-cidadãos* (Žižek 2005) – são imaginários profícuos que inspiram muitos trabalhos académicos.

Por outro lado, os cenários de crise humanitária configuram fronteiras simbólicas que marcam desigualdades de poder regionais e mundiais, corporizadas naqueles que são alvo de intervenção humanitária. Didier Fassin é um pensador central na antropologia do humanitarismo e a sua crítica da biopolítica é fundamental para o debate da ação humanitária global. No seu projeto *Towards a Critical Moral Anthropology*, o autor produz um trabalho teórico sobre o que pensa ser a construção do pensamento acrítico das ciências sociais sobre a

ação humanitária. Nele defende que as “políticas da vida” inscritas na agenda humanitária assentam numa desigualdade estrutural “escondida”, uma hierarquização do valor humano que confere mais valor a uns do que a outros, isto é, aos que ajudam e aos que são ajudados (Fassin 2007; 2011). Para Fassin, esta aporia é uma tensão insolúvel e constitutiva da própria instituição humanitária à luz dos sistemas de valor ocidentais que a sustentam. Miriam Tickin, aluna de Fassin, trabalha sobre políticas de emigração francesas - ou de anti-imigração, nas suas palavras - no livro *Casualties of Care* (2011) propondo uma teoria sobre a exceção humanitária e os *tipos* de sofrimento humano. Refere-se a necessidades sem visibilidade nas políticas de imigração das ONG que ficam, por isso, de fora dos programas humanitários. Outros autores exploram representações hegemónicas humanitárias e as agendas políticas que as operacionalizam, por exemplo, na gestão e acolhimento de refugiados (Pandolfi 2003; Tickin 2011; Pusseti e Brazzabeni 2001; Santinho 2006).

Liisa Malki, em *The Need to Help* (2015), defende que o impulso humanitário surge num outro contexto, relativamente invisível, inserido na ideia de “voluntariado cosmopolita”. Este domínio de ação tem como sujeitos os voluntários. A autora analisa atividades voluntárias que respondem a necessidades que, do ponto de vista do objeto do humanitarismo hegemónico, não se inscrevem no *verdadeiro* sofrimento, nem nas agendas humanitárias globais. Os voluntários que Malkki estuda são médicos, enfermeiros e técnicos da Cruz Vermelha finlandeses, que trabalharam em contextos de grandes catástrofes ou que empregam as suas competências para socorrer grupos sociais que se encontram em situação de solidão. Com esse objetivo desenvolvem atividades de companhia como a leitura, pequeno artesanato ou tricot, entre outros. A motivação internacionalista dos voluntários é precedida por um humanitarismo artesanal (“humanitarian handicraft”). Esta ideia de Malkki é reencontrável no tipo de voluntariado que constituiu a minha investigação e que defino como um *humanitarismo doméstico*, dada a materialidade dos bens e as necessidades inscritos numa cosmologia do lar e do íntimo que orienta a atividade dos voluntários.

Os voluntários e beneficiários da ajuda alimentar e de companhia que acompanhei são socializados num universo cultural em que os consumos e perceções culturais, de teor cosmopolita são comuns a ambos - embora os recursos e capitais sociais sejam, em muitos dos casos, distintos e marcadores de desigualdades de classe. Por outro lado, o impulso humanitário define-se como a corporalização da *qualidade humana* de um grupo que se sente

eticamente engajado no bem fazer e no alívio do sofrimento humano. Nesse sentido, o desenvolvimento do que defino por “comunidades de vontades” essencializa uma identidade voluntária, um movimento que emerge no contexto contemporâneo inspirado na narrativa global de cosmopolitismo liberal. Neste sentido, o desígnio humanitário apresenta diferentes efeitos e afeta de forma distinta recetores e voluntários. O estímulo ideológico de fomento ao voluntariado alinha-se com os paradigmas globais de reificação do empreendedorismo privado e de glorificação das recompensas intrínsecas. Dito por outras palavras, a construção de uma identidade voluntária é um fato social inerente ao projeto liberal e, ao mesmo tempo, definidor da sua virtude.

O impulso voluntário assenta no cuidar do outro e fazer o bem e, de alguma maneira, encarna a procura de retorno por parte dos agentes humanitários, que se materializa na *necessidade* de ajudar. É justamente a *necessidade* do fazer voluntário que me interessa abordar. Com este objetivo focar-me-ei em necessidades que decorrem dos sentidos percecionados pelos sujeitos como a carência de bens simples, digamos intangíveis, de satisfação espiritual, por oposição ao básico. Neste caso, refiro-me a bens indispensáveis à vida humana biológica, materiais e de subsistência. Avancemos então para um aspeto que faz parte das *culturas* de voluntariado e que diz respeito a outras necessidades e sujeitos: os voluntários.

Para os voluntários, o conceito de *necessidade* não tem o mesmo conteúdo que as necessidades básicas dos beneficiários, como a alimentação. Para os voluntários é a procura pessoal de um bem de teor espiritual e moral. Nesse aspeto, as necessidades simples são também imateriais e estão subjacentes a cosmologias humanitárias com um duplo sentido: o bem próprio e o dos outros. Assim, defendo que existe *outra face* do voluntariado cuja crítica permite adensar a análise sobre as diferentes representações que os sujeitos fazem do voluntariado - beneficiários e voluntários - e os diferentes regimes de valor que sustentam as escolhas de ambos. O *humanitarismo doméstico* acompanha interesses, vontades e carências que se inscrevem em diferentes cosmologias de necessidades que revertem para os próprios agentes que nele intervêm.

6.2. Solidariedade e filantropia

Nesta seção debato o dilema aparentemente insolúvel que opõe o assistencialismo - enquanto

forma de perpetuar a caridade - e a solidariedade, alicerçada em premissas de universalidade. A partir desta discussão procuro compreender o impacto que o voluntariado tem na reprodução social e na superação de emergências ou, pelo contrário, na reprodução das crises e perpetuação de situações de dependência.

Em casos de grande aflição social a retórica comum no espaço público português de que “mais vale fazer qualquer coisa do que não fazer nada” dissipa, aparentemente, as divagações éticas que o dilema possa veicular. Porém, durante a pesquisa registei interpretações diversas sobre “oferecer” e “receber” ajuda voluntária. As conversas surgiam em torno do valor dos apoios recebidos/oferecidos embora, de um modo geral, a questão não se formulasse de forma explícita. O posicionamento dos interlocutores transitava entre um *ethos* conservador que defendia o apoio a todos os que precisassem, e um modelo assistencialista construído, em parte, em noções de merecimento e representações de *verdadeira necessidade*.

Simone foi a gestora com quem estabeleci os primeiros contactos na delegação da RĚFOOD da Lapa. Cito uma das suas reflexões sobre este t3pico:

Se a sociedade estivesse estruturada de forma em que houvesse mais equil3brio, n3o ser3amos necess3rios. Haveria formas daquilo se equilibrar. Como a sociedade, ou seja os estados, n3o s3o capazes de dar resposta tem de haver algu3m que as d3. 3 a sociedade civil que responde 3 sociedade civil!

Outras vezes dizia que a RĚFOOD nasceu porque “se quis trabalhar, n3o por dinheiro, mas por humanidade”. Simone relaciona o valor da ajuda volunt3ria com a insufici3ncia da provid3ncia do Estado reforçada, dizia, pelos “tempos de crise”. Porém, noutras ocasi3es os volunt3rios manifestaram opini3es opostas, principalmente na CASA onde era comum falar-se no “h3bito” que as pessoas adquirem uma vez que “sabem que aqui h3 comida e deixam de se preocupar em mudar a sua situa33o” (Marina, diretora da CASA, Sete Rios).

Como defendi anteriormente, a “crise” 3 um facto social discursivo que procede de uma imagina33o de culpa social e da conseq3ente necessidade de “salva33o” dos pa3ses sul da Europa. Neste per3odo reformularam-se no33es de solidariedade, filantropia e humanitarismo, conceitos que dialogam entre si e s3o intr3secos 3 discuss3o sobre a ajuda humanit3ria. As singularidades hist3rico-sociais dos conceitos devem ser destrinçadas para compreender as

diferentes percepções sobre o fazer voluntário.

Inspirado pela teoria social marxista, Theodossopoulos defende que filantropia e voluntariado se constituem “na inação do Estado, sem desafiarem as desigualdades que perpetuam a pobreza” (2016: 169). O autor apoia-se na ideia de Marx de que o desejo de contribuir para a sociedade é manipulado pelas classes dominantes. Com base no estudo do *Manifesto Comunista* de Marx e Engels, Theodossopoulos afirma que “os autores defendem que a filantropia reproduz o status quo capitalista: ‘filantropos e humanitários’, ‘organizam a caridade’, representando um tipo socialista burguês e conservador” (2016: 169). Alinho-me com a proposta do antropólogo sobre a presença de uma ideologia liberal capitalista na ação humanitária; uma imaginação ideológica da cidadania ética que estimula a substituição do Estado Social pela *sociedade*.

O conceito de filantropia é utilizado de forma tímida por alguns voluntários que acompanhei e o uso do termo sugeria a presença de uma filosofia de inspiração católica e aburguesada, baseada na oposição entre riqueza material e a pobreza genérica e abstrata. A montante destas representações está a ideia de caridade e sacralização da ação voluntária, recorrências discursivas nas práticas e discursos, principalmente nos núcleos da RĚFOOD da Lapa e da Estrela. Podemos sumariar esta ideia na asserção de Lima que diz que a caridade é o contraponto moral da riqueza (Lima 2003), afirmação que as evidências etnográficas ajudaram a compreender.

Theodossopoulos cita a afirmação de Oscar Wilde de que a caridade não é a solução e, pelo contrário, agrava a dificuldade. Žižek, por seu lado, refere-se à caridade como um “truque de diversão e de exoneração no atual ‘capitalismo cultural’” (cit. in Theodossopoulos 2016). Theodossopoulos considera ainda que “este autor [Žižek] não é contra a caridade mas sente-se obrigado a problematizar os parâmetros ideológicos enganosos do humanitarismo apolítico” (Ibidem). Com o objetivo de compreender as éticas do humanitarismo que identifiquei ao longo da pesquisa recorro a uma entrada do caderno de campo, onde registo a opinião de uma coordenadora da RĚFOOD: “Está a ver, se fosse connosco [ir buscar um cabaz]? É que felizmente não nos falta nada, mas e se fosse? Custa-me muito ver as pessoas e uns com tudo e outros com nada. Não sei, não sei... às vezes penso... se fosse comigo. (Margarida, gestora da RĚFOOD da Lapa).

Esta conversa decorreu na Lapa (bairro de Lisboa), onde a população voluntária é

socioeconómica e culturalmente favorecida. A opinião da coordenadora remete para a exoneração da culpa consumista que preside ao impulso ético voluntário, cristalizado na gramática de *tem de ser* pois poderia acontecer ao próprio voluntário. O paradigma do voluntariado cosmopolita articula uma cultura ética classista que em última instância tem impacto na decisão pública que, por sua vez, se apropria da comunhão de vontades aparentemente desinteressadas da *sociedade*. Por outro lado, a permeabilidade dos voluntários face ao discurso global sobre a solidariedade enquanto forma de dignificação da cidadania global, cosmopolita e progressista, mostra como a governança distante do Estado (Foucault 1991) co-fomenta o voluntariado.

A narrativa pública da RĒFOOD difunde a ideia de não representar nenhuma ideologia política ou religiosa, expressando reiteradamente a sua neutralidade. Porém, a sua atividade assenta na afirmação de um projeto solidário de escoamento do excesso de produção capitalista. É um projeto humanista inspirado na justiça superior e redenção da culpa sob a metáfora do falhanço da sociedade. A metáfora dos “10 mandamentos”, inscrita na carta de princípios da RĒFOOD espelha a inspiração católica no contexto social da organização, principalmente nos núcleos da Lapa e Estrela.

A doutrina cristã surgia nos discursos de gratidão, de retorno do bem produzido e de regeneração reproduzindo a retórica de um bem universal. O núcleo da Lapa situava-se na Estrela, numa escola católica associada da APEC (Associação Portuguesa de Escolas Católicas) sob a orientação das Franciscanas da Imaculada. Em 2014 a organização participou em Roma num encontro mundial de movimentos populares organizado pela Santa Fé e do qual há registo fotográfico do Papa Francisco e de Hunter Halder, fundador da RĒFOOD, num grande plano onde estão a apertar as mãos. Outro encontro mediático da organização foi com a Infanta Elena de Bourbon, com a “princesa” - como dizia com orgulho Simone - que desafiou a RĒFOOD a abrir um núcleo em Madrid. A espiritualidade estava presente em grande parte das organizações do Terceiro Setor que acompanhei, corporizando-se através de um idioma do contágio orgânico durkheimiano dos núcleos e da solidariedade. Podemos dizer que este imaginário é uma sobrevivência da transcendentalidade assumida pelo Estado Social dos séculos XIX e XX de cariz sacralizado e espiritual, muitas das vezes, perceptível nos discursos dos voluntários.

O conceito de solidariedade subjaz ao humanitarismo contemporâneo e tem vindo a

assumir representações presentistas inscritas no domínio político e social. A teoria marxista e as lutas de classes do século passado tiveram grande influência na disseminação do termo, constituindo-se como uma categoria política. Contudo, o termo perdeu conteúdo político e é contemporaneamente utilizado de forma maleável e genérica. Os intelectuais seguidores de Gramsci referem que o filósofo considerou que a gramática da “paixão” é uma dimensão intrínseca à solidariedade no contexto político que assinalei anteriormente. A *paixão política* dava corpo à solidariedade, mobilizadora da luta classista contra os poderes instituídos. Não me vou deter neste ponto, contudo, é relevante que o contingente significativo da palavra tenha persistido nos movimentos de voluntariado na atualidade. Ainda que não pretenda fazer uma análise histórico comparativa do conceito, saliento que a cooperação coletiva, a ideia de compromisso maior, de *paixão* por uma causa social trespassa o *sentir* solidário dos voluntários que acompanhei. Durante a pesquisa, a utilização da palavra solidariedade entre os voluntários acontecia de forma aparentemente neutral e aleatória, revelando um afastamento do teor histórico-político de esquerda. Porém, a virtude do projeto liberal que relega às classes dominantes a responsabilidade de resolver os problemas sociais está, justamente, na transição da genealogia política do conceito de solidariedade para ideários flexíveis de inspiração cristã.

Em suma, a maleabilidade ideológica do conceito reformulado desvincula, aparentemente, o trabalho voluntário das agendas institucionais, tornando-o um dispositivo liberal que, de forma subtil, reforça a interpretação do bem fazer voluntário como um projeto *apolítico, de todos e para todos*.

6.3. Dar a cana ou dar o peixe?

A ideia da flexibilidade ideológica do conceito de solidariedade constrói-se com base na etnografia que revela como os posicionamentos dos voluntários e instituições se movem num espectro dinâmico entre universalidade e julgamentos sectários restritivos, de merecimento individual.

Grande parte dos voluntários que acompanhei concordavam com o afastamento do Estado na providência social e alguns deles afirmavam explicitamente o que pensavam ser o excesso assistencialista. Questionando-se sobre a dúvida de “dar a cana ou dar o peixe”, metáfora muito utilizada, explicavam a necessidade de “filtrar quem se encosta a isto [apoio

alimentar] e os que precisam mesmo” (Marina, diretora da Casa Amiga de Sete Rios). Outros, porém, argumentavam o contrário, retirando conteúdo moral dos comportamentos sociais, centrando-se nas necessidades apresentadas pelas pessoas. Um dos utentes da REFFOD da Lapa pertencia a uma família que tinha vivido de forma confortável e com uma situação económica muito favorável, segundo as coordenadoras, e eram agora beneficiários do núcleo. O pai da unidade doméstica era um homem de aproximadamente 45 anos e era quem ia sempre buscar o cabaz. Nunca quis falar comigo e quando me via baixava a cabeça ou afastava-se do lugar onde eu estava na sala de espera. A linguagem corporal denunciava rejeição a uma possível abordagem da minha parte. Fui alertada pelas gestoras de turno de que não deveria tentar falar com ele pois era muito “reservado”. Sobre aquela família - que não era a única no conjunto de beneficiários que faziam parte da dita classe média - contavam-me que mantinham os filhos na escola privada onde os “miúdos sempre andaram”. Um dos filhos deste utente era “colega de carteira” de um filho de Simone.

Foi difícil encontrar interlocutores daquele grupo social que estivessem dispostos a conversar e eram as voluntárias quem me contava as histórias e davam opiniões sobre os casos. Sobre a decisão de manter os filhos na escola privada, por exemplo, esta era uma escolha que implicava recorrer a outras medidas, outros cortes nas despesas familiares. Simone confidenciou-me que no início também “lhe fazia confusão”, não percebia porque mantinham essa despesa tão avultada no orçamento familiar. Porém, justifica essa opção como uma forma de manter um estilo de vida que não afetasse o percurso de vida escolar dos mais novos, sociabilidades e relações. Estamos perante estratégias de manutenção de um projeto de reprodução familiar com um estilo de vida, um estatuto e um bem-estar que se mantêm em contradição com as suas condições materiais de existência.

Acontece que por vezes as pessoas preferem não retirar os filhos dos seus contextos de amigos e da vida que tinham para não os fazer passar por isso (...) Esconderam dos filhos e pediram ajuda à REFFOD para conseguirem equilibrar. Tão importante para aqueles como para os outros, para pagarem a gasolina, a escola dos filhos, pediram ajuda alimentar (...) Não acredito que as pessoas se aproveitem. Nós sabemos, temos informação cruzadas com a Junta, agentes locais, a situação identificada. (Simone)

As escolhas são negociadas subjetivamente e cruzam diferentes regimes morais, o que por vezes implicava sacrificar umas coisas para manter outras. A ideia de sacrifício resolve o risco de quebra com o *habitus* e a perda de consumos culturais socialmente incorporados. É uma escolha moral que procura a manutenção de bens significativos e intangíveis, como a salvaguarda dos projetos educativos, estilo de vida, etc. Para alguns voluntários, a dúvida sobre “dar cana ou dar o peixe” nem sempre se colocava, dado o que considero ser a identificação classista dos voluntários com o grupo de beneficiários que tinha pertencido a classes socialmente favorecidas. Este sentido de pertença comum revelava representações empáticas - e simpáticas - sobre o “grande sofrimento social” daqueles utentes. Os sentidos de vergonha e de ocultação espacial do utente que referi eram interpretados por Simone *como seus* ou, pelo menos, como algo que poderia vir a ser. Por essa razão, recorrer à ajuda alimentar era uma necessidade moralmente justificada.

Este caso revela como as escolhas dos indivíduos são processos sofridos, com expressão corporal nos movimentos e comportamentos, performances sociais que procuram encobrir situações, emoções e economias reais. Por outro lado, ilumina o debate em torno de interpretações setoriais de necessidade e emergência, que merece destaque. A experiência de classe e a identificação estatutária, as crenças religiosas ou a relação pessoal entre os voluntários e utentes, revela como as práticas têm a montante diferentes posicionamentos sobre assistencialismo/universalismo. Na Lapa e em Belém, habitadas antes da “crise” por uma população socioeconomicamente mais heterogénea, registei pequenos privilégios e um maior zelo na relação com os beneficiários de classe média; comportamentos enquadrados na partilha de estilos de vida e visões do mundo entre voluntários e beneficiários.

Noutro sentido, a homogeneização da doutrina assistencialista foi evidente na CASA de Sete Rios. Os sentidos énicos de solidariedade e de ajuda social estavam genericamente orientados para uma seleção de beneficiários assente em interpretações subjetivas de quem precisa “de verdade” e de quem, pelo contrário, se habitua a viver com a ajuda assistencial. Na IPSS trabalhavam funcionários públicos, as chefias, sendo que a operação era assegurada por mão de obra voluntária. A gestão era burocrática e bastante mais formal do que no caso da REFOOD e da Associação Coração Amarelo; apresentava semelhanças com a Ação Social pública - maior burocracia, maior controlo e menor proximidade com os beneficiários. As

delegações que acompanhei operavam em edifícios e espaços camarários usando recursos previamente existentes. A dimensão assistencialista do serviço público era muitas das vezes evocada pelos voluntários, principalmente pelos dois fundadores, como algo do qual a CASA se devia afastar. Retiro uma entrada que registei de uma conversa com Marina e Martim, os dois diretores da IPSS.

Admito que as pessoas são vítimas delas próprias, não aproveitam a "crise" para encontrar alternativas e novos modos de fazer, mas isso não quer dizer que eu não as ajude. Uma coisa eu ajudo porque eu acho que devo ajudar todas as pessoas independentemente da culpa, mas não alimento a vitimização. Há pessoas que não querem sair, que não querem resolver e essas também são alvo de ajuda, mesmo que não gostemos (...) Esses novos pobres que começam a aparecer, não todos, mas alguns teriam outro tipo de alternativa (...) como há famílias que já vem buscar comida porque sabem que aqui há. [Questionei sobre como conseguiam na CASA distinguir uns e outros]. Diferenciar pessoas mais idosas que os filhos não querem saber delas e depois não têm como conseguir alimentar-se de forma adequada, isso nós conseguimos (...) Os utentes têm de apresentar rendimentos, têm de vir aqui à assistente social e é feito o diagnóstico, trazem rendimentos e despesas e depois é com o tempo, com o estar próximo delas, o acompanhar... é com a proximidade que se percebe se é uma ajuda para estabilizar ou é mais do que isso. (Mariana)

Esta opinião revela como a ajuda solidária prestada pelo CASA estava relacionada com imaginários morais de vontade e merecimento dos requerentes e da sua capacidade para superar crises individuais. Na CASA, as opiniões tendiam para a defesa de um modelo de providência liberal que desresponsabilizava parte das funções do Estado, entidade da qual Marina e Martim faziam parte.

A gramática neoliberal de merecimento tem subjacente a ideia de que o indivíduo é o responsável pela condição de bem-estar (ou do seu contrário) independentemente da conjuntura social, pessoal ou do mercado. A regra da meritocracia aplica-se a todos, aos que ajudam e aos que são ajudados. A diferença entre uns e outros é que os que recebem ajuda desconhecem/não aceitam as regras de merecimento, pois se as aceitassem e aplicassem

esforço para as cumprir fariam algo distinto, e deixariam de ter de recorrer a ajudas externas. Esta lógica estava muito presente nos argumentos de Marina que tornava explícita a sua opinião sobre a problemática da pobreza e da desigualdade remetendo-a para uma entidade abstrata, a sociedade, que recorrentemente aparecia no seu discurso como um corolário de culpa social.

A análise detalhada das subtilezas dos discursos quotidianos permitiu-me registar variações significativas do conceito de solidariedade e humanitarismo entre os voluntários e, inclusivamente, entre delegações da mesma organização. No caso do núcleo da REFFOD de Belém o conceito de solidariedade estava comprometido com uma visão mais humanista e não valorativa de necessidades. Esta visão estava espelhada na gestão e seleção dos beneficiários, menos rigorosa e seletiva, face a um maior escrutínio dos utentes na Lapa. Em Belém acompanhei duas entrevistas a requerentes de ajuda que se mostraram reveladoras. O processo de avaliação seguia os trâmites previstos, mas o protocolo foi contornado nalguns pontos e a seleção dos candidatos foi mais direta e facilitada. Tal como expliquei no Capítulo 2, o processo de admissão para apoio na Segurança Social depende de um escrutínio da vida dos candidatos. A análise dos pedidos nas organizações voluntárias apresenta isomorfismos com esta lógica processual e sugere o mesmo tipo de lacunas, que podem levar a decisões que influenciam diretamente a vidas dos requerentes.

Os diferentes significados énicos de solidariedade e humanitarismo, que conduzem a posicionamentos distintos entre assistencialismo e a universalização do conceito de necessidades, movem-se numa escala dinâmica e flexível e cruzam categorias como classe e necessidade. É nessa maleabilidade *apolítica* que se sustenta a virtude liberal.

A “paixão” pelo voluntariado faz parte do vernáculo que observei no terreno, fator emocional relacionado com a solidariedade e mobilizador do compromisso ético dos que nela participam. Para os voluntários que acompanhei, trabalhar nos núcleos e nas delegações é “mais do que trabalho”, reafirmando que não havia qualquer obrigação formal ou retorno material nas suas atividades. Na maioria dos casos, os voluntários da REFFOOD e da Associação Coração Amarelo tinham qualificações profissionais elevadas e níveis de formação académica superior. No caso da REFFOOD, a especialização profissional de alguns dos voluntários permitia à organização realizar vários serviços, aumentando a oferta voluntária para domínios além do apoio alimentar. Essa diversificação era gratificante para os

voluntários, que se sentiam úteis para desenvolver melhorias na comunidade.

O desenvolvimento de serviços voluntários paralelos era uma forma de compromisso com a sociedade e, para os sujeitos, acrescentava valor ao exercício voluntário. A ideia de compromisso expressa nos discursos dos voluntários é uma forma émica de marcar a fronteira entre o trabalho formal, os seus empregos, e o trabalho não remunerado, o voluntariado. Paixão, amor e compromisso fazem parte de um projeto de mudança organizacional e, idealmente, de participação ativa na melhoria da sociedade em geral. Podemos recorrer a Gramsci, para quem a paixão pelo trabalho é orgânica e congrega os indivíduos de forma permanente e coesa em torno da causa coletiva (cit. in Muelbach 2012). Para o autor, a paixão estava na base dos movimentos solidários e instigava a ação política mobilizando forças que precedem e transcendem o indivíduo. Curiosamente, na RĒFOOD a missão passou a designar-se de “movimento”.

Os voluntários da RĒFOOD e da Associação Coração Amarelo assumiam uma posição de compromisso que se aproximava da linguagem do amor, decorrente da livre tomada de decisão em realizar trabalho voluntário. Por outro lado, as percepções de pertença a uma comunidade partilhada de interesses implicavam um investimento pessoal no bem coletivo. No caso RĒFOOD, a forte projeção mediática e o marketing interno disseminado na “casa” (como carinhosamente diziam os voluntários) deriva de uma sofisticada linguagem de gestão e de produção de dados estatísticos e quantitativos. Para os voluntários as medidas de aferição da atividade e de resultados reforçavam o valor do seu trabalho na organização. Para além disso, no contexto de profissionalização e especialização do voluntariado, o altruísmo intersecciona-se com o cuidado de si próprio, um humanitarismo para si próprio, como defendi na seção anterior. Por último, nas conversas com os meus interlocutores percebi que a paixão pelo voluntariado se relaciona com o que descrevem como *o impulso de ter de fazer*. Para o meu argumento veja-se como esta expressão se articula com o *tem de ser* - proferido em forma de desabafo pelos utentes que se dirigiam às organizações para recolher alimentos.

6.4. Cosmopolitismo comunitário: governança

A etnografia que realizei na RĒFOOD teve início em março de 2014, no núcleo da Estrela. Decorridos alguns meses da pesquisa, a delegação mudou-se para a Rua de Santana à Lapa e passou a chamar-se RĒFOOD Lapa. Hunter Halder, fundador da organização, falou-me várias

vezes do objetivo da associação, reafirmando que o lema era “0% desperdício e 0% fome” (100% reutilização de recursos comunitários). A missão fundadora inspirava-se, assim, nos princípios estratégicos da economia circular e na reutilização de bens disponíveis localmente. Em setembro de 2014 iniciei a pesquisa no novo núcleo da Lapa, e Simone foi a gestora com quem estabeleci os primeiros contactos na delegação. À data da pesquisa tinha 55 anos, dinâmica e eficiente na função de “gestora de dia”, ocupava um lugar destacado entre o grupo de gestores. Nas primeiras conversas, Simone falou-me diversas vezes do que chamava de “mudança do paradigma da missão” da organização. A *marca* REFOOD estava alinhada com os princípios da bioeconomia e consumo sustentado e evoluiu para uma nova identidade, uma “alternativa no combate à fome” que se transformou num “movimento”. A presença da REFOOD no espaço público passou a inscrever-se nessa linguagem, que definia a organização como um “projeto humanitário”. Esta imaginação humanitária traduz-se numa afirmação de uma das coordenadoras da Estrela: “na Estrela, posso afirmar, somos um projeto 100% humanitário, não há outra forma de dizer”.

As conversas com Simone e com outras gestoras de turno revelaram conhecimentos de gestão e de marketing elevados, que utilizavam para reforçar a ligação emocional ao projeto. Para Simone, a dimensão sentimental acrescentava “valor humanitário” à prática voluntária. Esta narrativa permite concluir que a ação comunitária visa suprir necessidades básicas inscrevendo-se numa ideologia de abrangência *superior*, ambição que pode pensar-se como uma forma de cosmopolitismo humanitário. Conjuga um propósito individual de bem próprio na senda do *self* weberiano e uma intencionalidade de natureza altruísta (Malkki 2015; Dolnicar 2007). É no cruzamento desta dupla orientação humanitária que deve ser analisado o voluntariado urbano contemporâneo desenvolvido pelas organizações comunitárias (CBO⁹²). Ao longo da minha investigação, a ideia de “dever cumprido” manifestada pelos voluntários cristaliza uma fórmula de sucesso do projeto humanitário coletivo, combinado com o individual. A título de exemplo, “acreditar no projeto” é uma expressão que ouvi com frequência, uma linguagem sofisticada utilizada pela psicologia das organizações, que servia de mote para o envolvimento pleno dos voluntários; valor muito reforçado nas formações dos novos voluntários.

⁹² Acrónimo inglês que em português se intitula OCNG “Organizações Comunitárias não Governamentais”.

Para além disso, o panorama de austeridade e o aumento das dificuldades económicas contribuiu para um imaginário em torno do “mero biológico” (expressão de Malkki), de resposta ao básico, que preside à ideia de *virtude maior* da ação voluntária. Nas palavras de Simone, o trabalho dos voluntários “faz parte de algo maior do que nós próprios”. A dimensão de realização pessoal encerra representações émicas de utilidade pública e é, também, uma forma de auto-ajuda e de crescimento pessoal, como discuti anteriormente.

Temos gente em regeneração, não estão no psicólogo, nem no psiquiatra, estão aqui, a ajudar [voluntários]. Isto é um discurso do amor, do positivismo, de melhoramento pessoal. De ser necessário resolver. Do carinho pelos beneficiários e pela dedicação dos voluntários (...) Muita emoção e orgulho no projeto”. (Simone)

“Dou mais do que recebo” era outra expressão corrente nas organizações voluntárias e mostra como a dimensão emocional enfatiza os efeitos transformadores do voluntariado, inscritos, como disse, na gramática do amor e de sentimentos prístinos. Estas interpretações estão a montante da perceção cultural do impulso filantrópico como algo que *tem de ser feito* em benefício do outro estranho. Maria Cláudia Coelho fala sobre a construção cultural dos sentimentos dizendo que “é a ‘etiologia’ do sentimento, o qual, ao invés de provir espontaneamente do íntimo de cada indivíduo é gerado de ‘fora para dentro” (2003: 340). Como tenho vindo a demonstrar, esta ideia alinha-se com a hipótese que proponho sobre a produção ideológica de uma cidadania ética, que na linha da antropologia das emoções tem a montante um contingente cultural de emoções e sentimentos *superiores* socialmente incorporados.

O que designo de *humanitarismo doméstico* pode ser explicado através da expressão de Malkki, “ajudar ajuda”. Ajudar *também* ajuda o voluntário, que assim faz algo para si próprio, concretizando uma ética de dever que reverte, afinal, também para o próprio. Simone dizia-me várias vezes que “o altruísmo faz-nos bem”, expressando os benefícios pessoais que o voluntariado oferecia aos indivíduos. O contraponto destas propostas é sumariado por Gregory Dees na frase que cito por ser muito ilustrativa: “a receita psíquica que as pessoas recebem quando fazem voluntariado está vagamente relacionada com o impacto social, se está de facto relacionada” (2001:2). A relevância desta crítica deve, no entanto, ser entendida

com reservas. A ajuda social do voluntariado para a mitigação das consequências da “crise” foi nalguns casos fundamental para a superação de emergências económicas. Nesse sentido, a afirmação de Dees é útil para o debate sobre os ganhos pessoais no fazer voluntário e não tanto enquanto negação do impacto social real do voluntariado. Podemos, portanto, afirmar que a dimensão da *satisfação* do fazer voluntário não se estende aos beneficiários pois ajudar os outros é diferente de receber ajuda.

A expressão “economias da virtude” está muito difundida na academia, nomeadamente nos estudos da sociologia do lazer que se debruçam sobre o prazer individual ligado ao lúdico e recreativo (Stebbins 2007; Robert e Devine 2004). O produto do *humanitarismo doméstico*, algo *para si próprio*, está a montante e a jusante da agência voluntária. Contudo, as motivações dos voluntários que conjugam interesses altruístas e de bem próprio não são “exclusivamente um ou outro” (Dolnicar 2007) são co-constituintes do projeto voluntário. Na REFOOD, o grau de rigor e a sofisticação dos processos de trabalhos sustentam a definição de Stebbins (2007) sobre o voluntariado como um “serious leisure”. Quer dizer que a responsabilidade social combina-se com o sentido regenerador do trabalho solidário proporcionado pelo lúdico. Neste mesmo sentido, Bakalaki (2008) afirma que o voluntariado é um “lugar de treino” que serve o melhoramento da vida familiar.

A imaginação em torno da ideia de virtude pessoal é um mecanismo subjacente ao projeto de reificação do voluntariado e do empoderamento da ação privada. Os ganhos intrínsecos ao fazer voluntário e os capitais sociais obtidos pelos agentes envolvidos na comunidade informam, em última instância, os poderes institucionais. Contribuem para decisão pública que se retroalimenta e, ao mesmo tempo, mobiliza em contínuo o exercício de voluntariado. Por último, é importante referir que a cidadania ética procede da ideia de que os voluntários dispõem de características morais particularmente éticas e humanistas e estão, por isso, *naturalmente* predispostos para o serviço público, para a filantropia e gratuidade. A ideologia reformista neoliberal instiga a ação voluntária como suporte inextricável de substituição do Estado, assente na habilidade relacional e de cuidado dos voluntários, cujas personalidades os torna idóneos e preparados para a participação no setor comunitário. Uma frase de Simone ilustra bem esta ideia: “tenho um feitio que se dedica às pessoas e acho que sou uma mais valia para o projeto humanitário”.

Trabalho comunitário e *comunidade* estão no centro da narrativa dos voluntários,

principalmente na RÆFOOD, que tem a ambição de melhorar a vida local através de recursos também locais. Porém, esta orientação não está isenta de crítica no que respeita ao *teor* da participação dos agentes voluntários nas comunidades. Marilyn Taylor, no artigo “Can community participation deliver?” (2010) discute as diferentes perspectivas teóricas sobre os enclaves sociais que constroem a ideia de comunidade. Uma das suas análises inspira-se em Bauman e na dicotomia entre a “guetização dos pobres” e os “cercos dos ricos”. Neste último caso, os sentidos cosmopolitas tendem a alocar as vivências da classe em “zonas livres de comunidade”, como afirma a autora. O trabalho de campo, principalmente na RÆFOOD, revelou que o conceito de comunidade se sustentava na representação de um ideal romantizado de um conjunto de ativos (humanos e sociais), detidos pela *comunidade* com maiores recursos (pessoas e instituições). Neste sentido, a comunidade imaginada não englobava todos, e era construída através de uma narrativa que opunha comunidade/necessitados, serviços, pessoas e instituições com recursos para dar, versus os *outros* (beneficiários). O debate sobre o *tipo* de participação comunitária na melhoria social deve, portanto, ser amplo e desenvolvido.

Os estudos de comunidade revelam que as pessoas são pensadas como o que não são e não como o que são. Por outro lado, as comunidades são lugares de governação (Nikolas Rose 1996) assente em ideários presentistas sobre grupos sociais vulneráveis. A governação que tenho vindo a caracterizar de *baixo para cima* visa a reprodução de um sistema de atomização do poder no âmbito do apoio social, que delega parte dessa incumbência a diversos órgãos privados. As parceiras público-privadas são instrumentos facilitadores de apropriação dos agentes comunitários por parte de *culturas* e ideologias públicas (Taylor 2010). Este movimento influencia e torna os agentes comunitários até certo ponto coniventes, colaborantes com a decisão pública. A genealogia do institucionalismo histórico (ver Capítulo 1) atualiza-se num repertório ideológico de remissão da responsabilidade social a *comunidades solidárias* de inspiração caritativa, capaz de contribuir para o melhoramento das vidas dos grupos que não fazem parte da comunidade voluntária. A participação voluntária que procura a mudança social deve reorientar os seus esforços e redirecionar as políticas pensadas como comunidade-centradas, para outras que impliquem maior interferência do Estado. Devem, portanto, assegurar o desenvolvimento de mecanismos que integrem efetivamente as necessidades das pessoas em programas legislativos. A ideia da micro

governança tende a pensar as classes necessitadas como responsáveis pela sua situação, instigando e reificando a ideologia do “movimento de mudança” indivíduo-centrada. O encerramento das comunidades em *grupos com necessidades* contribui, contudo, para a reprodução de desigualdades e sentidos de pertença a setores marginalizados da sociedade.

Capítulo 7 - VERGONHA VERSUS EMPODERAMENTO

[A alimentação é um ato sociocultural] no qual os alimentos se constituem como uma linguagem (...) e os sistemas alimentares são, de facto, sistemas simbólicos nos quais as regras e condutas sociais estão presentes, contribuindo para o estabelecimento de relações entre os diversos indivíduos e, também, com o próprio ambiente onde estes se inserem” (Rothes e Cunha, 2006: 45).

Em Portugal, durante o período da “crise” o voluntariado alimentar reforçou a sua resposta às necessidades básicas de grupos sociais fragilizados pelos efeitos económicos da austeridade. Irei agora focar-me no voluntariado alimentar que lida com um “agente mobilizador de ‘sentimentos cidadãos’” (Fonseca, Scalco e de Castro 2018) – os alimentos. A relação existencial, biológica e primordial que os alimentos têm com a vida humana foi um dos motivos que esteve na base da escolha do voluntariado alimentar como um dos meus terrenos etnográficos.

7.1. Alimentos e doações

Começo por descrever o caso de Miriam e Marco para quem os efeitos da austeridade abalaram de forma estrutural as suas vidas. Este casal era beneficiário da CASA de Sete Rios à data em que os conheci (setembro de 2015). O conjunto de recursos financeiros de que o casal dispunha era insuficiente para suprir as despesas mensais pelo que se viram forçados a recorrer ao mercado das doações alimentares. Miriam e Marco tiveram de adotar soluções extremas, que quebraram com regimes de valor fundamentais para a construção da sua identidade individual e familiar, afetando profundamente a sua autoestima e qualidade de vida, experiência e emoções.

A unidade doméstica era constituída pelo casal (Marco com 43 anos e Miriam com 39) e

os seus três filhos de 16, 13 e 12 anos. Marco estudou gestão no ISEG, em Lisboa, e foi durante muitos anos empresário numa empresa de que era proprietário juntamente com o seu pai, na área da construção civil - um dos setores mais afetados pela “crise”. A empresa fechou por insolvência um par de anos antes do nosso encontro, conduzindo ao despedimento de todos os empregados. Alguns deles já trabalhavam com ele há muito tempo e, segundo Marco, essa decisão foi um dos momentos mais duros da sua vida. Miriam trabalhou muitos anos no Bingo da Amadora e ficou, também, desempregada. À data da pesquisa Miriam fazia distribuição de publicidade num regime de pagamento de serviços (“recibos verdes”). Marco candidatou-se ao Rendimento Social de Inserção, aprovado por um valor de 120 €, cálculos que consideraram as receitas de Miriam. O salário que declarava anteriormente como gerente era baixo, sendo que parte dos seus ganhos mensais eram justificados através de mecanismos contabilísticos que reduziam o valor dos impostos a pagar, que eram, segundo ele, muito avultados - somando os seus e os da empresa. Quando conheci o casal tinham “tudo pronto para emigrar para Inglaterra”, como me disseram. Partiram precisamente um mês depois da nossa conversa e deixaram os três filhos com os avós paternos, temporariamente, “até se organizarem”:

Vamos. Vamos para não voltar mais, só para buscar os meus [filhos]. Eu tive uma empresa durante 20 anos. Nós pagávamos ao Estado assim uma média em impostos, uma média de 30 a 40 mil € por mês. Eu pagava os impostos do meu ordenado como sócio gerente. É começar do zero com 43 [anos] e sem nada. Deixar filhos, deixar tudo para trás.

Na altura em que os conheci, os valores que tinham disponíveis para as despesas mensais eram insuficientes, gerando insegurança, ansiedade, revolta e sentidos de perda, perturbando fortemente a auto-estima de cada um dos membros do casal, sobretudo por não conseguirem sustentar a família de forma estável. Naquela altura, a receita mensal da unidade doméstica era o somatório dos *biscates* que Marco passou a fazer, mais os 120 € do Rendimento Social de Inserção, as receitas intermitentes de Miriam e a ajuda que os pais de Marco prestavam à família. Para o casal, ter de se dirigir ao CASA para recolher cabazes com mercearias era humilhante mas necessário, ao mesmo tempo que se sentiam culpados pela precarização da

vida familiar. As suas representações do falhanço familiar decorriam, justamente, da dificuldade de acesso a bens básicos para garantir a sobrevivência quotidiana, como são os alimentos. Marco contava histórias do sucesso da sua empresa e dos recursos financeiros da família, que lhes tinham permitido viver durante muitos anos “acima da média”. O tom nostálgico de um passado próximo de bem-estar contrastava com a revolta pela mudança súbita da sua vida. Para o casal, deixar temporariamente os filhos em Portugal para recomeçar a vida noutra país era um sacrifício pessoal extremo, que gerava frustração percecionada como uma adulez mal sucedida.

No período da “crise“, o contexto crescente de dificuldades financeiras de uma parte muito significativa da população nacional agudizou o risco das famílias portuguesas perderem a capacidade de manter as vidas autonomamente, mesmo aquelas que anteriormente estavam aparentemente menos vulneráveis a situações de carência. A decisão de recorrer ao mercado da boa vontade é, para muitos, uma resposta radical só tomada em situações extremas para garantir a sobrevivência e equilibrar a ordem funcional da vida familiar. Esta medida de emergência é perturbadora do sentido de dignidade à luz dos valores socioculturais partilhados sobre as características ideais da pessoa adulta – trabalhadora, autónoma e que se consegue sustentar – cuja perda se associa a imaginários simbólicos de precariedade, dependência e pertença às margens da sociedade.

A doação de alimentos foi uma prática solidária muito disseminada no período da austeridade em Portugal, com um papel fundamental para fazer face a situações severas de carência que não eram colmatadas pelos serviços estatais e cuja ampla rede a nível nacional se mantém ativa ainda hoje, permitindo fazer face à crise pandémica. Este tema foi amplamente explorado pela comunicação social - televisão, jornais e redes sociais - que noticiavam “casos de pobreza” de forma sensacionalista e explorando sentidos de compaixão. A doação de cabazes alimentares foi uma medida implementada pelo Estado no âmbito do PAE (Plano Alimentar de Emergência), através do programa de Cantinas Sociais⁹³, como expliquei no Capítulo 2. Esta medida replicou um modelo de ajuda social privada, revelando como a decisão política está, por vezes, influenciada por práticas de cidadania e mecanismos que, de algum modo, procuram corrigi-la.

⁹³ Recordo que o PAE foi definido como um programa temporário para o período da “crise, que deveria ser posteriormente extinto.

Não é fácil encontrar a origem da distribuição estatal de cabazes alimentares em Portugal. O conceito das Cozinhas dos Pobres remonta ao século XVIII e foi-se consolidando ao longo desse século e do século XIX, desenvolvendo-se também no resto da Europa. Em Portugal, a partir do século XIX a distribuição de alimentos gratuitos às populações mais pobres reporta-se às cantinas sociais das Misericórdias, com destaque para a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML). No final do século, a SCML criou a “Sopa da Caridade” que distribuía comida de forma regular à população necessitada. Foi também no final da década de 80 do século XIX que se instalam seis Cozinhas Económicas em Lisboa. As Cozinhas fazem parte da Sociedade Protectora das Cozinhas Económicas de Lisboa, fundada em 1893, que criou programas de beneficência alimentar entre os quais a Sopas Populares e a Sopa dos Pobres (Cordeiro 2012). As Cozinhas serviam as populações operárias que gastavam grande parte do salário em alimentação e tinham, por isso, que socorrer-se dessa assistência que servia refeições a preços muito baixos. Fundadas por uma duquesa da casa de Palmela, as cantinas eram geridas por uma congregação religiosa, tendo sido encerradas provisoriamente em 1910 e reabertas em data posterior, quando passaram a ser tuteladas por uma organização republicana.

Em Lisboa, uma das cantinas mais emblemáticas é a Cantina do Regueirão dos Anjos que é atualmente um equipamento da SCML, integrado no Centro de Apoio Social dos Anjos e gerido pelo C.A.S.A - Centro de Apoio aos Sem-Abrigo. Para além de servir refeições à população que se encontra em situação de pobreza, principalmente a população em condição de sem-abrigo, oferece apoio sanitário, banhos e outros cuidados básicos. Este equipamento social foi criado em 1894, no centro da cidade de Lisboa, num espaço com uma cosmologia cultural de contrastes históricos e com uma heterogeneidade social própria desse bairro pombalino.

Ao longo dos últimos dois séculos, ir buscar comida doada a uma organização voluntária estava ligado à ideia de mendicidade, em que a noção de caridade assistencialista, materializada na doação alimentar, constrói o contraste simbólico entre o sagrado e o profano, o limpo e o sujo (Bastos 1997). Atualmente, a distribuição de comida gratuita ocorre num universo solidário mais humanizado; a dignificação humana é um objetivo muito presente no âmbito da atividade, que procura com frequência proporcionar momentos de convivialidade a grupos de pessoas que vivem em situações prolongadas de necessidade e

privação.

A comida é, portanto, um “agente mobilizador de ‘sentimentos cidadãos’” (Fonseca, Scalco e de Castro 2018) e está no centro de diversos projetos de solidariedade comunitária e local como os chamados “jantares solidários”, promovidos por entidades públicas, privadas ou mistas, que costumam reunir um grande número de pessoas.

Durante a pesquisa acompanhei Francisco (38 anos) a um jantar solidário. Francisco era um voluntário regular da CASA de Sete Rios e trabalhava noutras associações de forma esporádica. Conhecia bem a população em condição de sem-abrigo de Lisboa, lidava com várias instituições de apoio de forma eficaz e conhecia de perto a rede social. Alguns voluntários da CASA suspeitavam que antes de ser voluntário Francisco tinha estado na condição de sem-abrigo. Nunca se referiu a esse aspeto mostrando alguma reserva quando falava sobre o quão bem conhecia os sem-abrigo de Lisboa. O jantar realizou-se em Alcântara, num espaço da Câmara Municipal de Lisboa que ocupa todo um quarteirão e serve de depósito e parque de viaturas de limpeza urbana. O jantar foi promovido pela organização de voluntariado “Serve the City” em parceria com a CML, que ofereceu as instalações para o evento. Reuniu aproximadamente 150 pessoas que se tinham inscrito nas instituições onde recebiam apoio social (Juntas de Freguesia, IPSS, etc.), sendo que uma parte muito considerável dos participantes eram população sem-abrigo. Os voluntários eram mais de 30 e vestiam todos de igual; uma T-shirt branca com o logotipo da associação e calças de ganga azuis. Francisco ia falando sobre o evento, descrevendo e contando histórias sobre algumas pessoas que conhecia, voluntários e participantes. Referindo-se aos voluntários explicou alegremente que “aqui há tudo, médicos, enfermeiros, doutores, estudantes, de tudo”. A diversidade entre os que ajudavam e os comensais era visível e contrastante. A aparência geral das pessoas, as roupas que usavam, os comportamentos e linguagem não verbal eram sinais de diferença, verdadeiros “veículos de indícios” (Goffman 1953). Os participantes reuniram-se no exterior das instalações, enquanto no interior eram preparadas as refeições e organizadas as mesas. Algumas das pessoas que conversavam na rua exibiam modos de estar específicos, ocupavam posições no espaço afastadas de outros grupos e alguns indivíduos mostravam sinais de toxicodependência, alcoolismo e patologias físicas e mentais. Alguns dos convidados tinham falta de mobilidade, comportamentos alienados, interações, desempenhos, linguagem corporal que revelavam padrões de comportamentos sociais que,

em muitos casos, remetem para a construção social das “carreiras” de privação ou de marginalidade.

Jantei na sala, numa mesa de oito pessoas, duas mulheres e seis homens, um deles Bruno, contava-me histórias enquanto cumprimentava voluntários que andavam pelas mesas a servir as refeições. Numa mesa próxima estava um casal jovem com um bebé. A forma como vestiam e comunicavam com os que estavam à sua volta não se assemelhava à maneira como se apresentava a maioria das pessoas que participavam no jantar. Os modos de comunicar eram recatados e o casal apresentava um comportamento e uma performance social que habitualmente se verifica na sociedade alargada. A sua presença levou-me a questionar sobre o percurso/motivo que os levou até ali, mas não tive resposta a esta dúvida. O casal jantou e saiu cedo, muito antes do evento terminar.

Os jantares solidários são um ato simbólico e a instanciação de uma filosofia de solidariedade, partilhada pela sociedade que vivencia modos de vida e consumos assinalados como normativos. A disposição para a realização destes eventos é mobilizada por imaginários de pobreza de um Outro mistificado. Os eventos procuram proporcionar estimular relações de sociabilidade, momentos de convivialidade, refeições tradicionais que não fazem parte dos quotidianos da maior parte dos participantes. A alimentação é, portanto, uma dimensão social e cultural - para além de ser central à vida - que cristaliza elementos simbólicos presentes na historiografia da pobreza e mendicidade portuguesa. As perceções sociais sobre pobreza extrema em Portugal congregam uma cosmologia de precariedade e disfuncionalidade, como a utilização de espaços públicos como abrigos de recurso, e a dependência das instituições.

Os casos e contextos que tenho vindo a descrever levam-me a concluir que a dificuldade de acesso a alimentos, por meios próprios e outros bens básicos, é um fator marcadamente estigmatizante e de vulnerabilização social e psicológica da pessoa. As formas de vida institucionalmente classificadas como de “pobreza prolongada” não diminuem o estigma social, embora esta população viva segregada em *culturas* de pobreza que se pensam *controladas* por parte das instituições. Viver em situação de privação de alimentos está associado a classes proscritas. Não pretendo desenvolver esta temática, porém importa salientar que a “intensificação de sentimentos de vulnerabilidade física, um medo constante da própria integridade e dos entes próximos” (Matos 2017-18) são perceções sociais constitutivas da experiência vivida da “crise” de diversos setores sociais. O alargamento das

consequências das políticas de austeridade a muitos sectores da sociedade portuguesa criou novos contextos de necessidades de ajuda para garantir as condições básicas de reprodução na classe média. A constatação, pela opinião pública, dos novos quotidianos de necessidade e carência desta população, abalaram fortemente o imaginário coletivo que associa a necessidade de recorrer a instituições para assegurar a alimentação – garantir a continuidade da existência física – à marginalidade e exclusão social.

7.2. “Ter de pedir: não gosto, pronto!”

No seu trabalho sobre o período de austeridade em Setúbal, Patrícia Matos fala-nos da desconstrução da dualidade mente-carne/razão-emoção. A sua proposta ajuda a introduzir a ideia que foi crescendo ao longo desta pesquisa sobre o sentimento de vergonha revelado através de performances e narrativas visuais e sensíveis. Nos terrenos de voluntariado que acompanhei, observei elementos materiais e corporalidades de utentes que diluem essa fronteira conceptual entre corpo e mente. Refiro-me, por exemplo, ao vestuário e objetos de uso, aos movimentos dos corpos e utilização de espaços, que revelam profundos contrastes entre utentes e voluntários. Esse contraste é percecionado por todos no âmbito das suas interações, e em muito contribui para a criação de barreiras simbólicas, promovendo sentimentos de vergonha que se tornam constitutivos da pessoa que os experiênciam continuamente.

Ao longo do trabalho de campo percebi dinâmicas de utilização do espaço, movimentos, sons e até odores que constituem elementos de diferenciação com forte expressão na relação entre dador e recetor de ajuda. Por exemplo, no caso da alimentação, que é o elemento material da relação voluntário/utente, constitui-se como um fator de auto estigmatização por parte de quem necessita recorrer às doações. É na construção destas relações desiguais que se constrói e reproduz continuamente a desigualdade entre os diferentes atores em relação nas instituições de solidariedade. O encontro entre voluntários e beneficiários (seja prolongado no tempo ou pontual) promove a incorporação *de culturas de diferenciação*, expressas por marcadores materiais, simbólicos e corporais. Porém, este fenómeno não se reduz ao encontro voluntário-utente no momento da recolha dos cabazes. Identificar pessoas conhecidas, ou ser reconhecido nas organizações constitui a mesma dinâmica de vergonha e retraimento. Vejamos alguns casos etnográficos.

Lídia foi uma das minhas principais interlocutoras na CASA de Sete Rios. Numa das minhas idas à organização testemunhei o seu espanto quando viu a sua irmã chegar à sala de espera da CASA, pois desconhecia que ela também era beneficiária da organização. Explicou-me que tinham tido alguns problemas e a relação entre ambas não “era famosa” mas falavam-se sempre, o que não aconteceu naquele dia. A linguagem corporal de Lídia mudou abruptamente e a movimentação no espaço de ambas foi de encobrimento e de afastamento espacial. A vergonha mútua impediu que se cumprimentassem. O encontro foi uma espécie de confissão de dificuldades comuns e de frustração face à reprodução intrafamiliar de um contexto de necessidade.

Carla foi a minha interlocutora principal na REFOOD de Belém, tinha 41 anos à data da pesquisa e vivia com o marido e a filha de 20 anos, que estudava na Casa Pia, em Belém. O marido de Carla era assistente técnico de saúde e estava empregado num hospital civil de Lisboa há vários anos, onde ganhava aproximadamente 600€ por mês. Carla tinha o ensino obrigatório quase concluído e trabalhou sempre em áreas ligadas aos idosos e ao cuidado da casa e família. O último emprego com contrato que teve foi num *outsourcing* da Portugal Telecom (PT)⁹⁴, uma seguradora subcontratada onde estava empregada e fazia de “dama de companhia”. O negócio das damas de companhia era um serviço de cuidado remunerado oferecido a alguns clientes (por norma famílias abastadas) de acompanhamento a um membro do agregado, normalmente uma pessoa idosa. As damas de companhia realizavam tarefas como servir as refeições aos clientes, leitura, pequenos passeios e outros. Este serviço tornou-se dispensável no período de austeridade, pois a seguradora perdeu muitos clientes e despediu funcionários. Os clientes pagavam o serviço à PT à hora, que por sua vez pagava à empresa subcontratada e que, por último, pagava aos funcionários. Dado que existiam vários intermediários, os salários eram baixos. Carla recebia um pouco mais do que o ordenado mínimo. Ficou desempregada e passou a trabalhar como “doméstica” (expressão sua) com trabalhos irregulares e acabou por pedir apoio financeiro à Segurança Social, pois a receita mensal do agregado não era suficiente para pagar as despesas da casa. Contudo, o subsídio foi recusado porque o cálculo foi feito com base no valor que a família recebia por mês (do marido de Carla) e por isso não ficou elegível para o apoio. Numa conversa disse-me o

⁹⁴ A empresa de telecomunicações tinha várias empresas subsidiárias, entre as quais a seguradora para qual Carla trabalhava.

seguinte:

O que eu fui pedir à Segurança Social era uma ajuda sim, mas era para a minha renda, até estabilizar, pronto, a minha situação. Então eu tenho 360 € de renda, depois tenho a água, tenho a luz e tenho uma bilha de gás que é 22 € euros. Isto anda à volta dos 512, pode ser um bocadinho mais porque a luz é instável. Os meus dias são em casa, sempre em casa.

Não tinha apoio financeiro familiar nem outro tipo de ajudas, o que deixava a família por sua conta. Tinha um irmão emigrado em Londres, que a ajudava esporadicamente, e os seus pais viviam no norte de Portugal, com quem mantinha uma relação distante. Tem pouco contato com os sogros, que também não conseguiam ajudar a família. Como tenho vindo a referir, no contexto tradicional português as relações de proximidade familiar são com frequência um suporte de emergência à família alargada e constituem por vezes formas de vida permanentes. Carla não podia contar com esse recurso, o que deixava a família mais desprotegida e desamparada. Para ela, o desemprego foi um fator desestabilizador e o principal causador da atual situação familiar. Os fracassos das candidaturas de emprego, cada vez mais frequentes no período da austeridade, perturbavam-na e comprometiam a possibilidade de retomar o que considerava “a normalidade da sua vida”. Dizia convictamente: “eu faço fosse o que fosse, mesmo que tenha de receber valores mais baixos do que estava habituada, eu faço!”. Sobre um possível emprego, disse-me um dia em conversa:

Eu não me importo que ela [a potencial patroa] não me pague o meu devido valor, se for menos não tem mal nenhum, desde que não dependa disto [da R  FOO], seja o que for eu vou. O problema   que eu não me sinto bem, não me sinto bem, tenho vergonha, tenho vergonha das pessoas, pronto (...) E eu vir aqui... Isto... primeiro envergonha-me, isso   para já. Envergonho-me muito, pronto... e ver pessoas às vezes do sítio onde eu moro mais ou menos, e verem-me aqui, pronto, envergonho-me. Há pessoas que não se envergonham, eu sim. Porque eu sempre tive o meu trabalho, sempre tive de pagar os meus impostos e contribuir para a sociedade e não precisei disto... E depois o pedir, o choramingar, e não   são o pedir,   o contar a vida

toda por um bocado de pão... Eu acho que isso é vergonhoso, sinceramente... isso é muito vergonhoso, chegar a uma instituição e ter de contar a vida toda.

Ter de lidar com recursos insuficientes obrigou a família a considerar possibilidades que rompem com valores que estavam na base da sua identidade social. A opção de recorrer à RÆFOOD foi difícil de assumir e a mudança para um modelo de subsistência assente em doações gerava sentidos de vergonha que “frustravam expectativas normativas de apresentação pública” (Matos 2017-18). Carla contava-me que se sentiu muito mal logo na fase de admissão na RÆFOOD. O processo passou pela inscrição da unidade familiar na lista de requerentes, candidatura analisada pelas “gestoras de utentes”. Os requerentes tinham de entregar documentos de despesas e de receitas do agregado. Com base nesses dados, os gestores decidiam se o candidato era elegível para ser utente. Os critérios eram definidos pela organização e dependiam do stock alimentar, que não era fixo uma vez que dependia da disponibilidade das “fontes de alimentos” (designação interna na RÆFOOD) - os dadores. Caso o pedido fosse aprovado, a pessoa tornava-se um “pleno beneficiário” ganhando o direito a receber cabazes. No caso de não ser aprovado, o requerente ficava em lista de espera e passava a ser um “beneficiário de pão e bolos”. Esta classificação era atribuída aos utentes que não recebiam cabazes e aguardavam vaga. Neste caso recebiam diariamente pão, bolos e sopas quando sobravam da distribuição dos cabazes. Esta era a situação de Carla. Para ela, essa condição era totalmente humilhante e descrevia a altura das recolhas na RÆFOOD como um momento do dia penoso, um “sacrifício” que tinha de fazer. “Ter de pedir” colocava-a numa posição de subalternidade face ao poder discricionário da organização e, ao mesmo tempo, de risco caso o pedido voltasse a ser negado, reforçando o sentimento de incerteza.

Carla era uma mulher tímida e uma das primeiras pessoas que conheci na RÆFOOD de Belém, no período em que ainda estava em processo de elegibilidade. Colocava-se sempre à parte e distanciada do grupo principal. Apesar da timidez nunca resistiu ao meu contato e tornámo-nos próximas, o que me permitiu ter acesso à sua casa, que visitei algumas vezes. Muitas das vezes levava-a de carro a casa quando saíamos juntas da RÆFOOD. Carla morava na Ajuda, aproximadamente a cinco minutos do núcleo. Mostrou ser uma mulher bem-disposta e conversadora ficando descontraída logo que o meu carro se afastava da delegação.

O bairro onde Carla morava há muitos anos é um bairro de população envelhecida e de

filhos do bairro, descendentes próximos, filhos ou netos dos mais idosos. De um modo geral, esta população dispõe de fracos recursos financeiros. Apesar disso, Carla dizia que as pessoas da vizinhança e da sua rede de conhecimentos eram “gente remediada”, pessoas que apesar de não terem dinheiro em abundância conseguiam fazer face às despesas básicas da família “sem ter de pedir”. Os recorrentes insucessos das entrevistas de emprego, bem como a ausência de apoios estatais produziram um quadro de insegurança estrutural, que a família previa que se prolongasse no futuro. Carla sentia-se vulnerável e num estado de ansiedade permanente, pelo risco de não conseguir autonomamente e a curto prazo assegurar os consumos básicos da família.

Uma das suas vizinhas, Patrícia, tinha um bebé com um ano de idade. As duas amigas conheciam-se há algum tempo e os respetivos maridos tinham trabalhado juntos. Patrícia era cabeleireira e fazia domicílios nalgumas casas do Restelo, a pessoas que não podiam deslocar-se ou preferiam ser atendidas em casa. Carla ajudava com o bebé sempre que Patrícia tinha de ir às “casas das senhoras”, por norma tal acontecia depois do fecho do cabeleireiro. O marido de Patrícia trabalhava numa transportadora e, para além de ter horários irregulares, passava alguns dias fora, o que a impedia Patrícia de sair de casa depois de ir buscar o filho ao infantário. Para ajudar a amiga, Carla ficava com a criança na sua própria casa quando era necessário, o que era “uma alegria e dá para distrair das chatices”. Patrícia já tinha conseguido para Carla trabalhos de limpeza pontuais em “casa das senhoras”, nas falhas das empregadas que tinham habitualmente. Patrícia recebia algumas gorjetas que partilhava com Carla com frequência, numa lógica de reciprocidade pelo cuidado do bebé. No pouco tempo que Patrícia dispunha, uma vez que trabalhava também aos fins-de-semana, fazia questão de “ir dar uma volta” a Belém ou a Algés com Carla. Desta forma, ajudava-a a sair da rotina e a esquecer das preocupações do dia-a-dia. Carla apresentava forte debilidade emocional e Patrícia preocupava-se com os sinais de depressão da amiga, levando-a a lanchar fora do bairro sempre que possível.

A ideia de vulnerabilidade em contextos urbanos contemporâneos está, segundo Moser, subjacente a duas dimensões: o grau de “sensibilidade”, que dita a “capacidade do sistema de resposta a choques externos (crises); e a “resiliência”, que é a “facilidade e a rapidez de um sistema de recuperação do stress” (1998: 23). Carla e grande parte dos beneficiários da REFOOD e da CASA faziam parte de uma população com baixo rendimento e tinham poucos

recursos materiais complementares, como capitais sociais - redes familiares e outros - que lhes permitissem fazer face às necessidades e “recuperar do stress”. Para grande parte dos beneficiários, sobretudo os que tinham tido um percurso profissional estável e consolidado, o desemprego foi o fator central de rutura com as suas condições de vida, mas também com direitos que julgavam consolidados para toda a sua vida. A nova situação de intermitência laboral diminuía o acesso a apoios sociais em situação de desemprego. Como mostrei no Capítulo 2 através do caso de Madalena, a elegibilidade para a assistência social baseia-se em dados agregados da família, cálculos que retiram a existência social da *persona*, reduzindo-a a um não sujeito, a uma parte percentual de um coletivo. Por outro lado, os cálculos consideram simultaneamente dados objetivos – rendimentos - e subjetivos – avaliação da pessoa por parte dos técnicos – que muitas vezes não espelham a realidade económica de família.

Os meios que as pessoas dispõem para superar as crises integram, então, fatores materiais, os “ativos”: valores pecuniários ou que se podem converter neles - “direitos” - apoios institucionais - fatores sociais – rede interpessoal de apoio – e fatores subjetivos – a forma como são vistos pelos outros. Os processos de vulnerabilização parecem ser mais intensos e evoluir de forma mais rápida quanto menores forem os “ativos” e os fatos sociais. A carência desses elementos em conjunto com a ausência de “direitos”, resultante da redução de apoios e pensões no período de austeridade, agudiza a crise familiar e diminui a esperança de recuperação.

Por outro lado, as mudanças na conjuntura económica em Portugal durante a “crise” geraram uma forte pressão sobre os sistemas não estatais de redistribuição. O número de pessoas em situações de insuficiência económica aumentou significativamente, crescendo exponencialmente o volume de pedidos de apoios comunitários. Esta tendência acentuada provocou pressão nas próprias organizações privadas de solidariedade. A sobrecarga dos pedidos implicou um maior esforço de angariação de novos dadores e de recursos humanos - novos voluntários. As listas de espera de utentes aumentaram, e surgiram novos núcleos das várias instituições que, por sua vez, necessitavam de mais doações, pessoas e ajuda institucional e privada para funcionar. Todas as delegações da REFOOD que acompanhei receberam novos utentes e a população apoiada tornou-se mais heterogénea face aos grupos ajudados no início do projeto. Este elemento foi um fator de mudança das próprias

organizações, que tiveram de diversificar o modelo de trabalho, integrando serviços como formações e apoios variados para abranger outro tipo de necessidades.

7.3. Vulnerabilização e estigma

Retomando a análise sobre vergonha e estigma começo por uma vinheta que remete para imaginários populares sobre a miséria:

Num dia como outro qualquer dirigi-me a um supermercado da zona onde vivo e dirigi-me ao balcão de apoio ao cliente. Ao meu lado, uma mulher que conhecia de vista ali da vila, levantava um prémio do euromilhões⁹⁵. Conhecia-a de vista, tinha uma aparência simples e um sotaque tipicamente setubalense. Disse-me sem eu lhe perguntar nada: “olhe, gastei 2 [euros] e ganhei 38. Só não ganha quem não joga”. Um pouco incomodada com a frase, disse-lhe sorrindo: “Pois, mas é preciso ter 2 euros na carteira para jogar”. Olhou para mim como que surpreendida, fez um compasso de espera e disse com um ar um pouco mais sério: “Pois, mas eu ainda não cheguei a essa miséria”. Baixou a cabeça e continuou dizendo um par de frases banais como que procurando mudar de assunto.

A questão a que esta mulher se referia é um marcador simbólico a partir do qual a pobreza recupera um imaginário popular de miserabilidade. Tal como os dois euros, a “lista de espera” da REFOOD funciona como uma espécie de metáfora que evoca esta ideia de miserabilidade. Sendo abstrata, no sentido em que os valores de referência não são fixos, corporiza imaginários estigmatizantes e de pertença a grupos de margem. Para alguns voluntários, estar na lista de espera era um momento liminar sacrificial de grande tensão, em que se negociavam subjetivamente dimensões simbólicas e materiais. As escolhas estratégicas de superação dos momentos de crise baseiam-se em éticas que obrigam a reformular consumos, reorganizar quotidianos e reinterpretar identidades.

Para os meus interlocutores, o apoio financeiro era mais desejado do que os apoios em espécie, principalmente alimentos que, como descrevi, os obrigavam a expor-se nas instituições e a recorrer a um mercado de margem do consumo normativo. Sigo Moser na

⁹⁵ O *euromilhões* é um jogo de apostas, uma lotaria que existe em vários países europeus.

ideia de que para compreendermos a vulnerabilização social em contextos urbanos temos de observar a sequência de escolhas estratégicas de superação das diferentes crises individuais. Para desenvolver a ideia de que as pessoas privilegiam apoios que garantam a disponibilidade financeira da família, preterindo ajudas em espécie, apoio-me nas ideias da autora, que afirma que o quadro de “ativos” constitui-se por bens diversos: a) factores tangíveis como o trabalho, o capital humano e outros bens materiais não produtivos como a habitação; b) os intangíveis, por exemplo, o capital social, as relações de proximidade e outros. Nas situações de dificuldade as pessoas gerem uma constelação de ativos e conjugam possibilidades procurando conter os efeitos das crises. Algumas narrativas dos meus interlocutores apresentaram níveis de exaustão e por vezes de desespero na gestão dos ativos disponíveis, que sendo escassos geram ansiedade e tensão social.

Regra geral, à porta da REFOOD de Belém essa tensão estava muito presente e o quadro das interações entre as pessoas inscrevia-se numa dialética coletiva de *stress* e de mau estar geral. Na altura da distribuição dos cabazes, os utentes debatiam assuntos e notícias e discutiam polémicas divulgadas na comunicação social. A questão racial e a presença de grupos de utentes de etnia cigana oriundos do Bairro 2 de Maio e do Casalinho da Ajuda, era um tema que gerava frequentemente discussão. Também a crise dos refugiados e o seu acolhimento em Portugal era motivo constante de conversa. A discussão dava-se em torno dos direitos dos nacionais, que muitos utentes consideravam perdidos face aos adquiridos “dos de fora”. Grande parte dos utentes de Belém eram pessoas com baixa escolaridade e expressavam as suas suspeitas sobre as políticas de Estado e o “desvio” de recursos públicos para grupos étnicos, designados por eles como “os estrangeiros”. Este facto era interpretado pelos interlocutores como revelador de injustiça nacional, pois diziam estar a ser dada primazia a cidadãos estrangeiros com consequente perda de direitos de cidadãos portugueses. Para alguns dos meus interlocutores, os cidadãos nacionais “deviam ter prioridade” defendendo uma hierarquia de direitos, que consideravam ter sido comprometida face ao “esquecimento” do Estado e à má gestão de dinheiros públicos.

No imaginário popular lisboeta, a figura do *vadio* e da *mendicidade* faz parte de um imaginário histórico romantizado dos bairros populares lisboetas, percorridos por várias personagens desde o marinheiro do Cais do Sodré do início de século até à varina da Madragoa. A imagem do “vadio e das suas transgressões” (Bastos 1997) faz parte do

imaginário coletivo ainda presente nos bairros mais tradicionais da cidade. A Mitra e o Pisão eram lugares de reclusão dos “tuberculosos, alcoólicos e vadios” onde se continha a “perigosidade social, a marginalidade, o ócio e a contaminação biológica e moral dos mitreiros” (Bastos 1997: 250), bandeira do Estado Novo que, numa produção ideológica e de propaganda orientada para a purificação nacional, estigmatizou a “vadiagem e pobreza”.

Em Portugal, o estigma associado à pobreza em contextos economicamente enfraquecidos, principalmente nos chamados bairros populares, pode ser pensado como uma sobrevivência longínqua desta cosmologia tradicional. As cantinas sociais e as formas contemporâneas das sopas dos pobres (e, em geral, o acesso à alimentação doada) representam a ideia de Goffman de “carreira” e de um percurso marginal, representações que registei nos encontros com os meus interlocutores. Retomando o caso de Carla, chamo a atenção para o facto de ela valorizar a amizade com Patrícia, que lhe proporcionava momentos de distração, contatos para trabalhos de limpeza e ajudas monetárias esporádicas. A parceria e o companheirismo entre as duas amigas e vizinhas eram o eixo empático e afetivo da relação que, como dizia, a ajudava a esquecer o “ter de pedir”. As relações pessoais de proximidade e intimidade na gestão partilhada de situações de crise são um veículo para diminuir sentidos de vulnerabilidade estigmatizantes e, naquele caso, a construção de auto miserabilidade.

Acrescento uma nota sobre os Bancos Alimentares Contra a Fome, aos quais parte dos meus interlocutores de Belém e da Lapa também recorriam. Em Alcântara está situada a delegação fundadora do Banco Alimentar, organização que se constitui atualmente em federação internacional e que em Portugal conta com uma malha significativa de delegações e subdelegações. O prestígio social dos fundadores e dos atuais órgãos de gestão reforça a crítica sobre as agendas institucionais das IPSS e, de modo geral, das ONG e OCNG. Referi anteriormente (Capítulo 2) que algumas das críticas feitas à organização se baseavam nos contrastes sociais entre fundadores e responsáveis e os *necessitados*. Parte do problema parece emergir precisamente da produção da figura simbólica do *necessitado*, como alguém que não é bem uma pessoa, a quem não é reconhecido um percurso social nem um passado significativo: é um indivíduo que simplesmente *é um necessitado*. Grande parte dos meus interlocutores complementavam o que recebiam da REFOOD e da CASA com mercearias do Banco Alimentar, numa sobreposição de ajudas para a sobrevivência que acabavam por

reforçar a construção do imaginário de uma *cultura de necessidade*. Para grande parte dos meus interlocutores, os trajetos diários, os percursos e tarefas rotineiras passavam por idas a locais de doação de bens alimentares, facto que era interpretado pelos mesmos como um quotidiano “anormal” e, por isso, inaceitável para alguns.

Um dos casos que suscitou estas reflexões foi o de Benedita, beneficiária com quem tive várias conversas à porta da RÆFOOD da Estrela. Tinha 64 anos, uma filha de 27 e duas netas de 11 e 5 anos de idade. Benedita estava desempregada e todos os dias acompanhava a filha, Conceição, na recolha do cabaz. Viviam muito perto uma da outra, na Ajuda. Conceição era casada e trabalhava como doméstica, tinha frequentado o curso de jornalismo que não chegou a concluir pois engravidou da primeira filha e desistiu dos estudos. O marido de Conceição estava desempregado e realizava trabalhos esporádicos. Ambos tinham feito poucos descontos para a Segurança Social ao longo da sua vida, pois vários dos seus empregos não tiveram contratos. Por esse motivo, Conceição não teve acesso ao subsídio de desemprego.

O trabalho de Conceição nas limpezas permitia pagar a renda e ter as contas em dia, diz Benedita orgulhosamente, “conseguem pagar tudo, mas só porque têm a ajuda alimentar”. Benedita conversou comigo sempre com interesse, mas a filha nunca se mostrou recetiva para o fazer. Ambas vão buscar comida durante a semana à RÆFOOD e ao fim-de-semana mercearias ao Banco Alimentar em Alcântara. Benedita dizia que a filha era muito trabalhadora e perdeu a vergonha de ir buscar comida quando percebeu que tinha de o fazer e então “perdeu a vergonha de falar”. Referia-se ao facto de a filha se ter exposto e revelado as suas dificuldades aos voluntários no processo de admissão. As opções de Conceição eram: ou pagar a renda e conseguir alimentar a família, ou não pagar a renda e comprar comida de supermercado. “Mas sem pagar a renda vai para a rua e agrava o problema (...) tem a renda paga e daqui vamos todos comendo”, explica Benedita. O dinheiro disponível da família de Conceição era o somatório do que recebia das limpezas e dos biscates do marido. Com esse dinheiro, pagavam a renda e os serviços básicos, compravam produtos de higiene, sobrando pouco excedente, o que a levou a recorrer à RÆFOOD.

Podemos afirmar que não se deve confundir vulnerabilidade com pobreza estrutural. Esta é mais fixa e menos dinâmica do que a primeira e pode ser pontual e resolvida pela absorção das crises sistémicas capitalistas através do mercado ou Estado. Durante a “crise” este processo não se verificou, facto que levou pessoas como Conceição a “perder a vergonha de

falar”. Estar vulnerável cruza fatores como a exposição ao risco e às dificuldades económicas pontuais e a capacidade de as gerir e resolver (Moser 1998). Porém, com base nos casos que acompanhei, no período da “crise” essa vulnerabilidade gerou, para além de todos os outros fatores já mencionados, uma profunda ansiedade pessoal. Estes efeitos, presentes num quotidiano difícil de assegurar, projetam-se no futuro e podem tornar-se persistentes, em virtude da fraca capacidade de absorver o *stress* das crises pontuais. A vulnerabilização está, portanto, relacionada com a perda de condições autónomas que permitem dar resposta a necessidades económicas e garantir a reprodução do dia-a-dia. Podemos pensar que as “capacidades”, na linha conceptual de “capabilities” de Amartya Sen (1985), são o conjunto de possibilidades de que os sujeitos dispõem e que consideram essenciais ao seu próprio desenvolvimento. Estando ausentes, a frustração e ansiedade reproduzem-se num continuum atravessado por imaginários de pobreza e estigma de *outros tempos*. Assim, retomando as reflexões que apresentei no Capítulo 3, a relação entre o passado e o presente intrageracional constroem uma identidade pensada como marginal e estigmatizada.

7.4. Pobreza envergonhada

Moreira distingue dois tipos de pobreza, a absoluta e a relativa⁹⁶, e acrescenta um terceiro tipo mais complexo, a “subjativa”, que se articula com a interpretação que os indivíduos fazem da sua situação. Para a autora “[a pobreza subjativa] apoia-se exclusivamente no juízo que as pessoas e as famílias fazem sobre a sua própria condição, quer face às suas necessidades e aspirações, quer por comparação com os outros ou com a sociedade em geral” (2015: 21). Nesta seção irei explorar um facto da “crise” que pode ser analisado à luz do cruzamento da pobreza relativa e subjativa.

No período da austeridade popularizou-se no discurso público uma forma presentista de pobreza entre sujeitos que anteriormente faziam parte da chamada classe média. Nas últimas décadas, este grupo social experienciou estilos de vida confortáveis e segurança financeira, garantindo às suas unidades domésticas consumos e múltiplas condições de bem-estar (Lima 2018b). Na altura da austeridade, a expressão *pobreza envergonhada* surge no espaço

⁹⁶ Para o autor, a pobreza absoluta está relacionada com as necessidades elementares, essencialmente as de subsistência física, independentemente dos níveis de desenvolvimento da sociedade em geral. A pobreza relativa é aquela que só pode ser tida em conta por comparação com a realidade da sociedade em geral (Gomes cit. Moreira e Mota 2015).

público, relacionada discursivamente com a dimensão económica. Esta é a componente da “crise” prevalente na construção social da locução.

Embora as fronteiras entre grupos sociais se tenham tornado fluídas nas décadas anteriores à "crise", verificou-se em Portugal o aumento do poder de compra por parte da dita classe média. A ideia de um grupo economicamente sólido instanciou o projeto nacional de crescimento e de consolidação plena da europeização. Porém, mesmo quando as possibilidades de oportunidades individuais e o poder aquisitivo aumentam, as barreiras de classe não desaparecem (Estanque 2013). No caso português, no período da “crise”, a ausência de um estado providência forte e aliado à retração do mercado, contribuiu para o empobrecimento de uma classe que, apesar de tudo, tinha vivido com maior segurança económica e uma perspetiva de futuro favorável⁹⁷. Creio que a reconstrução de fronteiras classistas ganhou significado, precisamente, pela definição expressiva de um grupo social alargado.

O conceito de classe média é muito discutido e dificilmente definível. É uma categoria simultaneamente objetiva e subjetiva, “uma problemática sociológica, um território indefinido de camadas sociais, com implicações na esfera política e na solidez da ordem estabelecida” (Estanque 2013: 171). Nesse sentido, o conceito de classe média não se fixa no cruzamento de condições e relações socioeconómicas específicas, que lhe conferem uma definição verificável e historicamente inscrita. A perda de liquidez económica gerou desconforto social entre a população que se identificava com este grupo e o retorno a um passado que *não era o seu*. Novas experiências de classe diluíram fronteiras e obrigaram a resignificações de *si mesmos*, decorrentes, principalmente de novas dificuldades financeiras. O conceito de *novos pobres* - uma variante léxica de *pobreza envergonhada* - cruza categoria de estatuto e trabalho. Quero dizer, a *nova classe de pobres* constitui-se na diferença entre precarização e precariedade. Como discuti anteriormente, a pobreza prolongada pode ser pensada como uma forma de vida estável e constante, mesmo em caso de baixa renda. Pelo contrário, a precarização de grupos sociais, como a *nova classe de pobres*, é um processo disruptivo e de quebra com um percurso de vida financeiro que tinha sido igualmente estável. Se no primeiro caso a estabilidade é um não ativo permanente de precariedade, no segundo a

⁹⁷ Apesar do crescimento económico das décadas pré "crise", Portugal continuava a ser um país com níveis de desigualdade muito elevadas face à UE, principalmente na distribuição de rendimentos.

precarização é um elemento novo que se pode tornar permanente.

Nas últimas décadas em Portugal, a classe média teve acesso a práticas culturais diversas; escolhas profissionais com níveis de especialização elevados; aquisição de capitais financeiros que se pensavam duradouros. A diferença entre estes novos pobres e os grupos com baixos recursos prolongados (“os pobres”) está na perda, no retrocesso das condições de viver a vida que passam pela imposição conjuntural de estilos de trabalho precário, pela perda de liberdade de escolha e de decisão. Este processo afetou aqueles que tinham uma vida profissional e social consolidada de uma forma diferente da experienciada por aqueles que já viviam precariamente. Ao forçá-los a uma existência precarizada depois de um longo período de boas condições de vida, trabalho estável e com rendimentos regulares, está sempre presente que esta nova forma de viver é a resposta circunstancial a um momento de crise, numa conjuntura que conduz à procura de possibilidades alternativas de sustento e consumo.

Na sua reflexão sobre “grupos de estatuto” Antónia Lima (2003) defende que a forma como as pessoas se apresentam no âmbito da sua esfera social de pertença é distinta da imagem que constroem e revelam a outros segmentos sociais. Embora esta ideia seja proposta para um contexto de elites, demonstra ser útil para a minha análise. Nos terrenos de voluntariado que acompanhei, nomeadamente na REFFOD, assisti com frequência a momentos de (auto)identificação dos voluntários com os *novos pobres* que, na sua opinião, tinham pertencido à classe média e classe média alta. A perceção estatutária que alguns voluntários fazem de si mesmos surge na gramática de igualdade de uma condição de classe que, para eles, tinham em comum com os *novos pobres*. Por outro lado, o vernáculo humanitarista face a esses utentes corporiza-se na expressão usada recorrentemente: “podia acontecer comigo”.

Por outro lado, a opinião de grande parte dos voluntários de que *todos somos iguais*, ou podemos vir a ser, não se alinha com a imagem – a cenografia humana e material dos voluntários – que constroem sobre os grupos de utentes com dificuldades prolongadas. A observação etnográfica mostrou que “os ambientes materiais e sociais em que vivem revelam o contrário: mostram que há uns que fazem parte do seu grupo social e outros que não” (Lima 2003: 21). Esta linguagem de desigualdade de pertença a um grupo de estatuto não se aplica, na verdade, a toda a população dos beneficiários com quem contactei; refere-se aos utentes designados como *novos pobres*, com os quais os voluntários nalguns casos se identificam. A

prática voluntária projeta um símbolo de modernidade e de cosmopolitismo, um marcador de estatuto e de pertença a uma classe que reúne um conjunto de capacidades para nela se manter. E este é um forte marcador de diferenciação pois, para os voluntários, os utentes que não são os *novos pobres*, não reúnem condições de ascensão social, ao contrário dos primeiros de quem se espera que retomem o seu percurso laboral, as suas condições de vida e o seu estatuto.

Como disse, a narrativa sobre os *novos pobres* foi integrada nos discursos de grande parte dos voluntários, constituindo um fator que mobilizava a ação, revelando alguma deferência no encontro com esses utentes, que contrastava com a interação que mantinham com a generalidade dos utentes. Este tema foi explorado em conversas com os voluntários, principalmente na Lapa, onde a dimensão socioeconómica da população voluntária contrastava fortemente com a dos utentes que mostravam sinais de dificuldade económica prolongada. Numa ocasião, Augusta disse-me que se sentia identificada com o grupo dos *novos pobres* e por isso tinha uma grande empatia com essas pessoas. Cito uma entrada do caderno de campo.

Não sei, mas olhe... Acho que mexe muito mais [a pobreza e a necessidade] com as pessoas que tiveram outra vida, advogados, arquitetos, e agora, agora olha... Eu revejo-me nisso. Mais rapidamente me revejo nesses e não no outro, no pobre. Imagine uma família com dois filhos a estudar em escolas boas e de repente os dois perdem o emprego. Porque a queda é assim, a pique [faz sinal com o polegar para baixo].

Discuti no Capítulo 3 a reformulação sociocultural da categoria de classe proposta por Ost e a sua perspetiva teórica sobre as classes culturais. O seu contributo ajudou-me a analisar a condição de necessidade em setores sociais que detêm capitais culturais duradouros e que recorreram à ajuda alimentar. Estes sujeitos atribuem grande centralidade aos capitais culturais, ao nível académico e possibilidades profissionais e ao investimento nas gerações mais novas. Para este grupo, as transformações socioeconómicas resultaram na perda objetiva e subjetiva de materiais simbólicos, entre os quais a pertença identitária de classe. Pensar a problemática da *pobreza envergonhada* deve cruzar a condição socioeconómica de perda e os

efeitos sócio-culturais da diminuição de diversos recursos e capitais. Esta nova situação esvanece, porém, as desigualdades sociais anteriores à “crise”, que parecem ser pensadas como fixas.

O conceito de vergonha constituiu-se, portanto, como um idioleto da “crise” e, alargando-se aos grupos que anteriormente tinham assegurada condições socioeconómicas favoráveis torna-se transversal e parte de vários grupos sociais, de forma explícita ou implícita. No âmbito das famílias da chamada classe média, as escolhas que visavam a resolução de novas dificuldades articulavam negociação de expectativas de condições de vida e acesso a consumos, numa permanente “gestão de prejuízos”. Nos casos que acompanhei em segunda mão - através dos voluntárias - o objetivo mais comum na decisão de ir buscar comida à REFOOD era conseguir manter os filhos nas escolas onde estudavam e, assim, mantê-los no contexto social e relacional que consideravam ser o seu (mesmo tendo deixado de ter condições objetivas para o garantir). Porém, tenhamos em conta que esta era a explicação dada pelas voluntárias, e provavelmente aquela que ouviam dos utentes. Pelo que pude observar também os quotidianos relacionais e os consumos dos adultos destas famílias foram profundamente afetados e a ajuda da REFOOD permitia poupanças usadas para benefício de toda a unidade doméstica. A racionalidade subjacente era a diminuição das despesas diárias, e tinha um propósito social: a manutenção de um nível estatutário que, para os sujeitos, faz parte de um quadro de valores, de uma cultura de classe, de um estilo de vida que é o que imaginam para si.

Em suma, os mecanismos de superação das situações de crise são decididos a partir de uma constelação vulnerável e dinâmica de possibilidades e dependem sempre das condições em que os sujeitos se integravam anteriormente. Nos casos das famílias de classe média que acompanhei, a decisão de ir buscar comida às organizações de voluntariado alimentar fazia parte de uma estratégia que poderia, inesperada e abruptamente, alterar-se e obrigar a novas decisões. Para os grupos sociais que anteriormente tinham condições económicas favoráveis, este processo de perda de recursos, de precarização e de impossibilidade de manutenção da sua forma de existência, gerou crises pessoais e familiares profundas e estruturais.

7.5. Domesticidade e estatuto

O núcleo da REFOOD da Estrela situava-se no Instituto da Imaculada Conceição, uma escola

para crianças com necessidades especiais. A zona da Estrela é uma zona habitacional de classe média e média alta e faz fronteira com outra freguesia, social e culturalmente privilegiada: Campo de Ourique. Ambos são bairros de tradição histórica e localizam-se num espaço de património monumental importante na cidade, como a Basílica da Estrela. A zona tem um edificado urbano nobre e os bairros têm zonas habitacionais de traça histórica. O Instituto ocupava uma antiga casa apalaçada, muito rica arquitetonicamente e apresentava uma tipologia com vários logradouros interiores, arcadas, uma pequena quinta e terras de cultivo e estruturas exteriores de apoio e serviços.

Segundo os voluntários, há muito tempo que as instalações da Imaculada não ofereciam as condições necessárias para o bom funcionamento da atividade RĒFOOD. Usavam parte do espaço da escola e a configuração das zonas destinadas à organização não era funcional, obrigava a fazer longos trajetos no exterior entre os diferentes espaços da operação. As entregas e recolhas eram feitas num dos portões da escola e os trabalhos de *bastidores* em dois anexos junto às terras. Para aceder aos espaços de trabalho os voluntários tinham de atravessar um terreno acidentado, parte da antiga quinta, com horta e árvores de fruto e um pequeno parque infantil para as crianças da escola. O terreno era inclinado e o transporte dos sacos era feito à mão ou num carrinho de supermercado que um voluntário tinha encontrado na rua. Os anexos onde se preparavam os cabazes faziam parte de um aglomerado de quatro pequenas casas caiadas, com um embasamento e cercadura das janelas de cor azul, que lembravam as casas térreas alentejanas. O conjunto arquitetónico estava em boas condições e os equipamentos de trabalho, mesas de alumínio, frigoríficos, bancadas de trabalho, estantes, arrumos, zonas de lavagem e cozinha muito limpos e cuidados.

Na Estrela, a distribuição dos cabazes fazia-se num portão de garagem sem uso, onde se dispunham quatro mesas de plástico quadradas colocadas a modo de balcão que ao mesmo tempo faziam de barreira. Ali eram colocados os sacos de ráfia - que substituem o tradicional cabaz de verga - que os utentes traziam de casa com as caixas de plástico que tinham levado no dia anterior, vazias e lavadas. Os cabazes tinham uma etiqueta com um design moderno e atrativo, com o logotipo da RĒFOOD onde se escrevia o número de embalagens entregues e a referência dos beneficiários. O número era confirmado por um voluntário, por norma uma mulher, a “responsável pela porta”, que tinha uma lista para o efeito. O objetivo era garantir que os beneficiários devolviam o mesmo número de embalagens que tinham levado, pois as

caixas eram um grande problema logístico e os núcleos tinham dificuldade em conseguí-las em número suficiente. Existiam dois sacos por família (ou mais) dependendo do número de refeições a que a família tinha direito. Um dos sacos ficava nas instalações e era preparado antes da distribuição; o outro tinha sido levado pelos utentes na última distribuição. Quando o beneficiário chegava para a nova recolha, entregava o que tinha levado, já vazio, e recebia um novo com as refeições do dia.

Este processo estava normalizado em todos os núcleos da RÆFOOD, sendo que nas três delegações que acompanhei a porta onde se distribuíam os cabazes constituía uma fronteira material e simbólica entre voluntários e utentes. Na Estrela era um portão de garagem com acesso direto para a rua, no topo da Rua do Borga, um lugar ventoso e frio no inverno. As pessoas tinham de aguardar na rua, pois não havia um espaço interior definido para esperar pelos cabazes. *Fora* ocupavam-se lugares dispersos na rua onde quase não passavam carros, numa espécie de beco. Creio que o objetivo da dispersão era evitar a fila, facto que por vezes irritava as voluntárias, que reclamavam e pediam uma melhor organização das pessoas. Por sua vez, os utentes preferiam fazer da espera uma não relação com os restantes beneficiários, demarcando-se da fila. A ideia era parecer que estavam *por ali*.

Como disse antes, as portas de entrada eram um elemento com características morfológicas distintas entre os núcleos. Constituíam cenários de performances diferenciadas entre o grupo de voluntários e beneficiários e, ao mesmo tempo, entre as delegações. Por exemplo, ao contrário da Estrela e da Lapa, em Belém o *fora* era, na maior parte dos dias, um lugar de convivialidade e, outras vezes, de conflito. As dinâmicas grupais eram bastantes distintas dos núcleos da Estrela e da Lapa. Na Estrela, na maioria dos casos, os utentes chegavam ao portão, aguardavam em silêncio, faziam a troca dos sacos e afastavam-se rapidamente sem conversar ou dirigir-se a outros beneficiários ou voluntários. Salvo raras exceções, as pessoas não se conheciam, ou pretendiam que tal não acontecia, quiçá porque o núcleo da Estrela abrangia uma zona geográfica vasta e os beneficiários moravam em diferentes bairros. Durante todo o período de trabalho de campo, observei como as atitudes corporais revelavam inquietude e desconforto e raramente o espaço da rua constituía um lugar de sociabilidade.

Na Estrela, durante as tardes de inverno, a envolvente dos trabalhos realizados nas cozinhas e nas copas, nos anexos junto às hortas e árvores de fruto, era nostálgica e fria e ao

mesmo tempo acolhedora. As dinâmicas da preparação dos cabazes remetiam para cenários de domesticidade. As voluntárias tinham uma aparência cuidada e exibiam sinais de consumos dispendiosos; as conversas, gestos, comportamentos e cheiros transformavam aquele cenário num lugar de recato aburguesado lembrando as “gestoras familiares” de Lima (2004)⁹⁸. As voluntárias da RĒFOOD da Estrela espelham um imaginário de outro tempo e enquadram um contexto social que descrevo apoiando-me na análise da antropóloga. O ambiente humano repetia-se mesmo quando os turnos mudavam e chegavam as novas voluntárias. Quase todas as mulheres de idade mais avançada faziam parte da geografia social do bairro do *antigamente*; viviam e tinham nascido na zona, sendo que grande parte dos homens dessa faixa etária também era dali. De maneira geral, os voluntários mais jovens da Estrela eram pessoas com qualificação média ou alta, formação superior, profissionais liberais, gestores com cargos e funções de elevado estatuto profissional. No seu conjunto mostravam ter condições financeiras sólidas.

Passados aproximadamente dois meses da minha pesquisa na Estrela, a delegação mudou-se para as instalações definitivas na Lapa, na Rua de Sant’Ana à Lapa, a umas ruas de distância da Imaculada. Nas novas instalações, a homogeneidade económica e cultural dos voluntários e utentes manteve-se inalterada. Na Lapa e na Estrela os meus interlocutores, no caso dos voluntários, eram sobretudo mulheres, sendo frequente encontrar duas gerações da mesma família a trabalhar lado a lado. Durante os turnos, os voluntários usavam batas, luvas e gorros, o que tornava o grupo mais homogéneo.

A questão estatutária é fundamental para compreender como as perceções de classe se reproduzem na atividade voluntária. Na Estrela e na Lapa as diferenças de *ambientes* entre voluntários e utentes estão mediadas por um conjunto de materialidades relevantes para análise. Refiro-me às roupas e acessórios, estilos de vestir, cortes de cabelo, maquilhagem,

⁹⁸ Lima define as “gestoras de família” como uma classe de mulheres da elite lisboeta das últimas décadas do século passado. A sua função é a reprodução da identidade estatutária familiar, intrinsecamente ligada ao prestígio empresarial e de complementaridade do marido - proprietário e gestor dos grandes grupos empresariais nacionais da época. As “gestoras familiares” asseguravam o legado empresarial de sucesso da família e educavam novas gerações de herdeiros, varões, que viriam a ser os gestores da próxima geração, aculturados na tradição familiar. As gestoras essencializadas na função de produção da família, do sucesso e da linhagem, eram educadoras que promoviam uma *cultura* de classe, organizando a *casa* com base nessa *vocação* na qual estavam socializadas. O estudo da autora sobre este grupo de classe inspirou a minha observação do grupo de voluntárias da RĒFOOD, que embora não façam parte do contexto histórico e social das “gestoras de família”, serve a minha descrição de um imaginário de classe reformulado, que persiste nos terrenos de voluntariado alimentar que acompanhei.

cheiros e, evidentemente, carros e outros objetos de uso. Este conjunto estético e sensível era, por vezes, muito contrastante com o dos utentes. Sons, vozes e modos de se apresentar, assuntos, estilos verbais e corporais, desempenhos no sentido goffmaniano configuravam fortes indícios de diferença social.

Um elemento que se cruza com a dimensão estatutária é a ideia de domesticidade, que se foi reafirmando ao longo das minhas visitas à Lapa e Estrela. Em primeiro lugar, naquele contexto social o próprio objeto doado - alimentos e refeições - é a materialização de um imaginário familista, da casa e de convivialidade, um lugar de socialização que cimeta relações e o *ethos* familiar. A doação de alimentos confeccionados difere da distribuição de bens de mercearia, que despersonaliza a relação e retira o produtor do produto (Lambek 2013) Com o aumento do volume de trabalho, dos utentes e das doações, na Lapa passaram a fazer-se algumas refeições como sobremesas frescas, usando frutas que estavam um pouco “tocadas” e tinham de ser consumidas rapidamente. A escolha dos alimentos confeccionados, a combinação do conduto e guarnições e o cuidado na preparação das refeições podem ser pensados como uma *entrega de si* por parte dos voluntários: cozinhar para os outros é um importante ato de cuidar e estabelecer relação. Estas performances remetem para o universo do pessoal, da casa e do íntimo, ao contrário do contexto das cantinas, onde a preparação dos alimentos é alienada do produto final.

A importância simbólica das relações domésticas e familiares em Portugal reafirma-se na representação de identidades sociais que, no universo dos voluntários da RĒFOOD, chamo de domesticidade cosmopolita. Por outro lado, o ideário maternal de provisão da vida na casa reconstrói-se nas ações do voluntário que se apresenta como estando a cuidar do outro, do seu próximo, através de tarefas associadas à esfera da domesticidade – como o fazer ou dar comida. O imaginário sobre o cuidado, construído sobre referenciais familistas e de género é, na verdade, um elemento constitutivo do voluntariado.

Depois da mudança de instalações para a Lapa, a RĒFOOD assumiu novas atividades e responsabilidades sociais. Como me dizia Simone, começou a prestar serviços que se alinham com a referida esfera de representações familistas. Numa ocasião, a RĒFOOD organizou uma “montra solidária” numa loja vazia emprestada ao lado da delegação. Os voluntários reuniram roupa de várias estações do ano e abriram uma espécie de loja temporária com *charriots* onde se expôs vestuário, calçado e acessórios. Os beneficiários deslocavam-se à

loja e levavam o que queriam ou precisavam, recuperando o “poder da escolha” como orgulhosamente dizia Simone. Na loja cruzei-me com uma mãe e dois filhos, uma menina e um adolescente. Depois da visita fui para a REFOOD e Simone contou-me que o jovem era colega do colégio de um dos seus filhos. Com satisfação dizia que ali podiam escolher a roupa como se fosse uma loja “normal”. O jovem, cabisbaixo, passou com a mãe e a irmã à frente da fachada da REFOOD, não levavam nada na mão. Aparentemente a irmã também não tinha escolhido nada. Apesar da satisfação de Simone, a família não aproveitou a oportunidade de escolha, talvez porque pensasse não se tratar de uma verdadeira escolha, o que parece não ter ocorrido a Simone. Por outro lado, a roupa era doada na comunidade, significando que poderia muito bem ter pertencido a colegas do colégio ou amigos. Desconheço se este pensamento ocorreu à família ou aos organizadores da iniciativa, mas ainda assim a dúvida é legítima. Faz-nos pensar até que ponto aquela possibilidade de escolha acabou por ser afinal uma não escolha com efeitos negativos na autoestima dos potenciais beneficiários, em oposição às boas intenções da organização. Como diz Williams:

[a participação no voluntariado] é maioritariamente de populações com rendimentos mais elevados, que utilizam essa participação como um caminho para o desenvolvimento de grupos comunitários, servindo os objetivos de socialização com a população mais abastada” (Williams 2005: 48)

Os voluntários que acompanhei proclamam-se agentes livres, justos e que escolheram mediar a solidariedade. As suas perceções de boa cidadania assentam em apriorismos culturais de pertença a um grupo social de classes empoderadas. Por outro lado, o trabalho de campo demonstrou que do ponto de vista material (e simbólico), o voluntariado alimentar é uma atividade que participa na casa e família alheia. Estes fatores são indicadores do que tenho vindo a chamar de *humanitarismo doméstico*, endereçado a um *habitus* feminilista que trespassa gerações e géneros e, paralelamente, reverte para os próprios sujeitos voluntários. Na REFOOD, a divisão do trabalho voluntário, as rondas e a preparação e gestão de alimentos corrobora esta afirmação.

Estas reflexões servem uma problematização central desta tese, a relação entre o privado e as instituições. A etnografia permitiu perceber que, através da provisão alimentar, o

voluntariado que analisei lida com um aspeto fundamental da vida das pessoas, que é a sustentabilidade da casa e a reprodução social da unidade familiar. Um dos aspetos que se destacou foi justamente a transposição das fronteiras domésticas para as instituições voluntárias e vice-versa. Este facto decorre da permeabilidade (evidentemente não desejada pelas famílias) das fronteiras simbólicas entre o privado e a casa e o público, constituído por pessoas e instituições que a ela não pertencem mas cujas atividades estão presentes em permanência.

Tenho vindo a explorar a relação entre a materialidade dos alimentos e da fisicalidade do fazer e ser voluntário, por um lado, e a dicotomia entre empoderamento dos agentes voluntários e o desempoderamento - perda de autonomia e liberdade e sentimentos de insucesso - por parte dos utentes, por outro.

A produção do binómio público/privado, amplamente evidenciado no contexto das organizações tem, portanto, um lado perverso, pois a transposição e permeabilidade das fronteiras a um nível simbólico dilui, na prática, essa separação. O trabalho de campo com o voluntariado de proximidade foi fundamental para compreender a co-constituição destas esferas e para a conclusão de que a contribuição do voluntariado para a reprodução do sistema social das unidades domésticas funciona em contraciclo com as decisões (sofridas) de quem depende de um sistema de providência que está, de alguma maneira, de fora dele.

Capítulo 8 - “Segurança Social” MISTA

8.1. “100%”: Comunidade e Proximidade

Nas organizações voluntárias de redistribuição alimentar o conceito de comunidade emerge como um eixo simultaneamente simbólico e funcional. Esta intersecção está presente nas opiniões de diferentes interlocutores, nas observações dos trabalhos e nos discursos por vezes subtis dos agentes. Não pretendo debater o conceito de comunidade dado ser uma temática ampla e carece de revisão teórica detalhada. Faço uma abordagem crítica do conceito na medida em que é uma categoria empírica muito presente nas organizações de voluntariado alimentar que acompanhei.

Nos diferentes terrenos onde fiz trabalho de campo, o termo comunidade remete para a ligação sentimental dos voluntários a uma coletividade moral imaginada, constituída por pessoas, objetos, lugares, edifícios, história, trajetos e materialidades encaradas como *seus*

(dos voluntários). Para os voluntários o conceito cristaliza ideários positivos como a coesão, valores partilhados, pertença a um lugar e a uma urbanidade situada. Nesse sentido, o capital comunitário tem uma asserção funcional, dado que é *na* comunidade e *através* dela que surgem os meios e os recursos que permitem concretizar a atividade das organizações. Vale a pena lembrar que no capítulo anterior argumentei que a ideia de comunidade presente nos discursos dos voluntários sugere uma forma subtil de empoderamento, ausente no caso dos utentes.

Nas sociedades providentes o conceito de comunidade articula-se com o “capital social”, no sentido de Robert Putman (1993). Em *Comunidade e Democracia* o autor defende que o conceito está presente nas “sociedades cívicas”, as de ordem democrática que se caracterizam por “círculos virtuosos que redundam em equilíbrios sociais com elevados níveis de cooperação, confiança, reciprocidade, civismo e bem-estar coletivo” (1993: 186). Sem me alongar neste tópico, é importante explicar que o capital social, corporizado em sistemas horizontais de participação cívica, favorece o desempenho do governo e da economia, de uma sociedade e Estado fortes. A coesão e a reciprocidade não se limitam à natureza interna da vida social comunitária; projetam-se, de igual modo, na relação com outras comunidades – um dos objetivos centrais na REFOOD. Os contingentes conceituais do capital social, como sejam a partilha, relação e confiança, estão subjacentes aos sistemas de participação coletiva comunitária, observável nos terrenos que acompanhei, sobretudo nas organizações de voluntariado alimentar. A observação etnográfica nestas organizações permite-me afirmar que o “capital comunitário”, ideia frequentemente transmitida pelos meus interlocutores, tende a ser cumulativo, a reproduzir-se continuamente na sociedade.

Com base nos casos que tenho vindo a analisar, concordo com Taylor quando fala da constituição moderna discursiva da ideia de comunidade enquanto forma política, uma “terceira via” de Ação Social, que contrabalança os excessos do mercado e do capitalismo. Usando esta linha analítica pretendo desenvolver alguns aspetos fundacionais da intervenção comunitária e as suas práticas.

No caso da REFOOD, o conceito de comunidade é um elemento fundador, constitui a essência e é um dos objetivos da organização. Simultaneamente, é um recurso através do qual as práticas correntes se realizam. De um modo geral, o termo estava presente nos quotidianos da REFOOD e nos princípios e regras de trabalho. Tinha forte expressão nos documentos

distribuídos pelos voluntários e que estavam afixados em vários lugares das instalações, a modo de *teasers*. Entre eles existia uma “Carta de princípios”⁹⁹ onde se divulgavam os “Três pilares”, as “Sete afirmações” e os “Dez Mandamentos de Resgate da Comida Preparada”. Relativamente aos primeiros transcrevo a informação constante do documento.

1. O Projeto Re-food obriga todos a adotar, aplicar e trabalhar ativamente na implementação da política de 100%, a qual assenta nos seguintes pilares: Trabalhamos para resgatar 100% do excedente de comida preparada dentro das fronteiras da nossa área de atuação micro local.
2. Trabalhamos para providenciar comida a 100% das pessoas com necessidade de apoio alimentar dentro das fronteiras da nossa área de atuação micro local.
3. Trabalhamos para envolver 100% da comunidade dentro das fronteiras da nossa área de atuação micro local no desenvolvimento, operacionalização e apoio ao projeto.

Nas “Sete afirmações” diz-se o seguinte:

1. Possuímos o poder de mudar o nosso mundo! Devemos mudá-lo! Um bairro de cada vez.
2. A comida excedentária é preciosa! Pode e deve ser resgatada!
3. As pessoas necessitadas são preciosas! Podem e devem ser alimentadas!
4. As comunidades podem e devem ser convidadas a apoiar no resgate e distribuição da comida.
5. Os voluntários, agindo de forma ecologicamente responsável devem ser a força impulsiva deste trabalho.
6. Todas as pessoas que se alinham com estes princípios são bem-vindas ao projeto, independentemente da sua cor, género, idade, orientação sexual, fé ou falta dela, meios ou falta deles.
7. Todas as entidades sejam instituições públicas ou privadas, empresas ou associações, são bem-vindas a cooperar conosco na implementação e

⁹⁹ Informação disponível nos documentos de gestão da organização.

manutenção do projeto nas suas zonas de interesse e influência, não podendo, contudo, impor condições ou constrangimentos na execução da nossa Missão, bem como jamais poderão utilizar a Re-food para fins políticos.

A expressão “100%” e “micro localidade” é comum a todos os princípios. Aos “100%” acompanham as ideias de “excedente de comida”: bens; “pessoas com necessidade”: carência; “envolvimento da comunidade”: recursos (humanos). A repetição do “100%” é intencional, seguindo-se de um léxico fundacional da organização, a totalidade e reaproveitamento de recursos, com o objetivo de mitigar a pobreza local e, idealmente, geral. Não pretendo desenvolver a análise textual das citações uma vez que os manifestos são auto-evidentes, ilustram imaginários énicos de liberdade, economia progressista e alternativa ecológica centrais ao projeto RĒFOOD. Esta filosofia carrega forte influência do paradigma de liberalização do serviço social, alicerçado na disseminação e fomento do voluntariado.

Regra geral, as organizações que fazem parte desta pesquisa revelam o mesmo desígnio de proximidade comunitária, alinhado com o paradigma europeu eco-social, que encerra um conjunto de diretrizes como o reaproveitamento de todos os recursos comunitários, pessoas e bens, numa lógica inerente à economia circular. Por outro lado, os programas globais estão frequentemente relacionados com o conceito de *empreendedorismo social*, um valor e uma motivação pensada como um capital social valioso para as organizações. Nas palavras de Hunter “o maior recurso da comunidade não é a comida mas sim a boa vontade das pessoas. Esse é o ativo mais precioso e pode fazer muito mais do que aquilo que a RĒFOOD faz”. Nos encontros com Hunter conversávamos com frequência sobre este tema. Numa ocasião disse-me o seguinte:

A RĒFOOD cresce hoje de forma exponencial e é um projeto totalmente inclusivo pois tem como missão incluir toda a comunidade no trabalho do projeto em todos os níveis: micro local, urbano, nacional e global. (...) Todos podem ajudar. (...) Essa divulgação porta a porta, vizinho a vizinho, restaurante a restaurante funciona numa lógica de proximidade. (...) A estrutura base da criação dos núcleos é ao nível da freguesia ou menos. A ideia é a criação de núcleos com uma abrangência pequena

para os fregueses ou menor ainda. Um dos momentos iniciais do processo de criação de um núcleo é totalmente realizado pelos pioneiros, que são as pessoas que manifestam a intenção de criar um núcleo na sua freguesia, e a seguir fazem um trabalho de pesquisa da fábrica social (...) Os pioneiros realizam um escrutínio exaustivo de tudo o que lá existe, desde a TMN até à loja de ferragens (...) É preciso picar a comunidade para perceber quem são os potenciais agentes da REFOOD e os seus potenciais destinatários.

A micro localidade e o trabalho focado em núcleos e para grupos populacionais pequenos era apontado por grande parte dos voluntários como uma importante mais-valia. Afirmavam que proporcionava um conhecimento mais detalhado das pessoas ajudadas, e uma melhor perceção das suas necessidades. Este pensamento legitimava e reforçava o modelo organizacional em torno da ideia de comunidade. Curiosamente, esta perspetiva remete para a narrativa institucional das políticas de proximidade que os serviços públicos em Portugal passaram a reivindicar como pilares da sua atuação. Recordemos, por exemplo, que o plano estratégico para a saúde na reforma de 2007-2009 inseria-se num quadro mais vasto de reformas da administração pública e visava globalmente uma maior proximidade com o cidadão (Pisco 2007). Lembro que o Plano de Emergência Social assentava na necessidade de conhecer melhor as pessoas e comunidades, motivo pelo qual delegava a operação redistributiva nas organizações que “melhor faziam isso”: as IPSS e similares, como se diz nos textos dos programas institucionais. A partir de 2013 e no âmbito das políticas de “emergência”, o governo cria as redes de gestão local assumindo a terciarização dos serviços e transferindo a tarefa aos “agentes de proximidade”, como discuti no Capítulo 1. Este discurso de proximidade resulta de uma estratégia participativa das diferentes agências privadas que retroalimentam a iniciativa pública, num ciclo vicioso que contribui para a multiescalaridade de governança social.

Nas instituições voluntárias que acompanhei, o princípio da proximidade tem uma função sócio-relacional e é o meio através do qual a organização gere a angariação de recursos. O discurso de inclusão de pessoas e serviços comunitários - os “parceiros” - que ofereciam serviços gratuitos, como, por exemplo, formações - alicerça-se no princípio da *liberdade individual*. Kamat (2003) fala em “democracia direta pró pessoas”, referindo-se ao facto de a

filosofia de governança que atribui poder aos agentes de proximidade estar baseada na assunção da liberalização da sua atividade. Numa conversa com Hunter sobre a abertura de novos núcleos RĒFOOD, disse-me que “as pessoas são livres de pensar diferente ou não estão interessadas em entrar no mercado solidário”. Noutra ocasião afirmou que o meu trabalho poderia vir a contribuir para o projeto se e quando eu quisesse oferecer sugestões e “inputs”, e tudo o que achasse útil para a RĒFOOD.

Todos podiam participar como quisessem, inclusivamente através do voluntariado intelectual, que era o caso de um filósofo com quem conversei algumas vezes à porta de RĒFOOD da Estrela. Naquela altura estava diretamente envolvido numa proposta política sobre o Rendimento Básico Incondicional, vivia na zona e tinha relações pessoais com alguns voluntários e, por isso, livre acesso às instalações. Ia com frequência fazer trabalho de campo na delegação da Estrela pelo que, independentemente do contributo direto que pudesse dar à organização, Hunter dizia que era uma forma de inclusão muito bem-vinda da sociedade mais alargada no projeto: “todos os recursos são pensados pela RĒFOOD como um capital que deve ser mantido em carteira, de modo a conseguir atingir o tal envolvimento de 100% da comunidade”. O lema de 0 % de desperdício e 0 % de necessidade e fome sugere um objetivo maior que se ia construindo através da reprodução dos núcleos. A ideia era implementar uma delegação, catapultando a criação de outra na comunidade vizinha, ou para outra comunidade vizinha de outro núcleo já existente.

A observação participante na RĒFOOD ajudou-me a compreender como comunidade e proximidade se articulam com o conceito de capital social, que tende a ser cumulativo e projeta-se para fora da comunidade, reforçando o ideário de expansão através da reprodução de novas iniciativas democráticas.

8.2. Um projeto moderno: empreendedorismo

A RĒFOOD da Estrela começou por distribuir alimentos confecionados recolhidos na comunidade, como restaurantes, cafés, cantinas, instituições públicas, etc. O trabalho de marketing impulsionado por Hunter desde a criação da organização transformou-a numa *marca* moderna e dinâmica, para a qual contribuiu o amplo conjunto de capitais sociais dos voluntários. A RĒFOOD foi conquistando progressivamente prestígio nos órgãos de comunicação e nos organismos públicos locais.

Os grandes retalhistas na área da distribuição, principalmente os supermercados, passaram a doar regularmente alimentos e bens básicos como mercearias e produtos frescos. Importa referir que as doações têm benefícios fiscais para as empresas e por isso um valor de mercado em si mesmas. Do ponto de vista fiscal, doar é um movimento contabilístico e tem efeitos nos resultados e contas anuais das empresas. Por outro lado, a legislação de segurança alimentar impõe processos rígidos de processamento e tratamento, implicando uma gestão apertada de stock e de armazenamento com custos logísticos para as empresas. A título de exemplo, a doação de alimentos que não podem ser comercializados - como os que estão a chegar ao final do prazo de validade - é uma forma de receita, pois diminui os custos de tratamento. A doação passou a ser prática corrente, principalmente nas empresas de grande distribuição. A REFOOD recolhia alimentos no Pingo Doce de Alcântara e para além das refeições confeccionadas, os cabazes passaram a ter mercearias, frescos e outros alimentos.

A angariação de doadores comunitários, as “fontes de alimentos” - na linguagem de gestão interna - era realizada por um dos Gestores de Equipa dos núcleos. Cada delegação tem “pastas” distribuídas pelos Gestores: a pasta da “Liderança”, dos “Voluntários”, do “Apoio Comunitário”, da “Fonte de alimentos”, dos “Beneficiários” e das “Operações”. Cada pasta tem “competências chave” que definem as valências pessoais que cada gestor deve ter para realizar as suas funções. Estas estão bem documentadas para garantir a boa execução e funcionamento da organização, exigindo dedicação ao trabalho e um certo nível de qualificações empresariais e/ou de experiência de gestão negocial. A atividade diária estava organizada em escalas que distribuíam as tarefas aos voluntários. As funções principais eram as “rondas” - a recolha de alimentos juntos dos parceiros, o tratamento do que chegava, a respetiva distribuição nos cabazes, o embalamento e conservação do que sobrava, as limpezas e arrumações e as entrevistas a novos utentes.

Na parte do tratamento dos alimentos, os voluntários eram principalmente mulheres à exceção dos mais jovens, estudantes e alguns filhos de voluntários. Desse grupo, vários eram rapazes que estavam a ser treinados para o “dever cívico”, como se dizia. Nos três núcleos que acompanhei, a percentagem rondava os 70% de mulheres e 30% de homens. A “gestão de beneficiários” e as entrevistas a novos voluntários eram realizadas sobretudo por mulheres, e as rondas por homens. Estas últimas faziam-se principalmente à noite, na hora do fecho dos estabelecimentos comerciais e de restauração. Os homens que faziam as recolhas deslocam-

se nos seus próprios carros, indo sempre duas pessoas para carregar os alimentos. Nas rondas de dia, antes e depois do almoço, grande parte das recolhas fazia-se em supermercados e escolas, cantinas de organismos públicos, etc. A coordenação dos trabalhos diários era realizada por “gestores de turno” e “gestores de dia”, que se empenhavam em manter o bom funcionamento da organização.

O grande volume de bens e serviços gratuitos doados pode definir-se como um para-setor de negócio, sendo que o termo “negócio” foi muitas das vezes utilizado pelos coordenadores da REFOOD para definir a organização. Observar os trabalhos da instituição revelou uma importante dimensão quantitativa dos “negócios”, tópico que constitui um objeto de estudo da antropologia do capitalismo. Esta vertente disciplinar examina o cruzamento das relações do capitalismo global com as atividades produtivas locais e aborda práticas que, nalguns casos, são de resistência e de subversão (Rakopoulos 2014a e 2014b) e observam “como o capitalismo se apresenta quando ‘aterra” (Kasmir 1999: 382). As organizações voluntárias materializam um sistema produtivo capitalista decorrente de uma ideologia global, políticas assentes em dois movimentos complementares e inversos: de cima para baixo e o seu contrário, como debati anteriormente.

O capitalismo pós fordista foi amplamente estudado pelas ciências sociais - desde várias áreas da economia, da antropologia e da sociologia - sendo dominante a crítica da “acumulação flexível”, a virtude do capitalismo nas palavras de David Harvey (1989). A partir dos anos 80, os formatos flexíveis de trabalho multiplicaram-se, emergindo modelos políticos que visavam subverter estes sistemas e que podem veicular narrativas institucionais que funcionam em contraciclo. O cooperativismo estudado por Kasmir (1999) é um exemplo desta ideia. As cooperativas industriais que surgiram a partir dos anos 60 em Espanha prosseguiram o paradigma internacional de reforma do trabalho. A Cooperativa Mondragón foi pioneira e um expoente deste formato produtivo. Tornou-se uma das maiores cooperativas de autogestão do mundo e a maior de Espanha, localizada no país Basco, numa pequena cidade com 25,000 habitantes. A autora realizou uma densa etnografia nesta organização que, à data da sua pesquisa, foi a sede dos departamentos financeiros e administrativos de grandes cooperativas fabris do mundo inteiro. As aspirações políticas do modelo advogam a mudança e a justiça social, um formato de negócio e de laboração que pretende ser replicável e criar uma cultura de trabalho democrático e uma relação mais justa do capital privado *versus*

capital coletivo.

A autora faz uma análise crítica sobre a pertinência desta narrativa e a consonância sua com a realidade social dos trabalhadores. A retórica global que fomenta a ideia de alternativas económicas tem, para a autora, uma função de suporte da economia hegemónica e contribui para a reprodução da acumulação capitalista. A sua etnografia sobre a Mondragón descreve uma gramática institucional sobre o mérito do modelo, que se projetou nos meios de comunicação social, tendo sido replicado no setor privado uma vez que era pensado como um exemplo de boas práticas. Através da análise dos dados empíricos, Kasmir mostra a debilidade dessa narrativa. Os trabalhadores afirmavam que os princípios em que assentavam os fundamentos da cooperativa - atribuição de poder de decisão aos cooperativistas nas estratégias e alocação de capital, entre outros - não se verificavam na prática. A reificação da cooperativa baseava-se na suposta natureza neutral da organização, que estaria isenta de ideologias políticas. Contudo, o contexto fortemente politizado da região Basca e da própria fundação da cooperativa colide com essa visão. Os trabalhadores eram pensados como sujeitos distantes da política local e, para os interlocutores de Kasmir, essa era uma desvirtuação da realidade por não considerar o contexto histórico e cultural e a forte participação dos cooperativistas na política local.

Este caso é pertinente para reflexão pois permite explorar projetos idealizados como “liberais e progressistas”, cujo objetivo é a disseminação de boas práticas, a reprodução constante dos modelos e a diversificação para novas áreas de atividade. O formato estudado por Kasmir pretende ser abstrato e afirma a inexistência de ligações ou aspirações políticas tornando-se assim “exportável”, nas palavras da autora. Um dos aspetos que interessa reter deste caso é a filosofia anti-política das organizações de economia alternativa que pode ser observada na REFOOD.

A REFOOD é hoje uma rede de delegações que trabalha num setor de “negócio” alternativo, o mercado solidário, que se baseia precisamente na participação desinteressada e democrática e na natureza não ideológica dos agentes. Contudo, tal como mostrei no Capítulo 6, a participação voluntária está vinculada a uma narrativa neoliberal de cidadania ética observável nos fundamentos morais da organização. Na REFOOD, a maleabilidade e neutralidade das pessoas e dos núcleos sustentam o projeto de disseminação *flexível* do modelo, num formato específico que tem, em meu entender, fortes semelhanças com o

sistema de “franchising”¹⁰⁰. Os novos núcleos replicavam os existentes, cujo modelo estava já “testado” e em permanente evolução, reforçando continuamente o poder da *marca* e um imaginário de autonomia de tipo empresarial. Estas são características centrais nos sistemas de “franchising” que de certa maneira podem ser pensadas como formas cooperativistas da livre economia. Não obstante as evidentes diferenças histórico-políticas dos modelos, a ideia de replicação da *marca*, neste caso de um negócio solidário, pode entender-se como um princípio de semelhança. Esta modalidade contemporânea de expandir negócio está diretamente relacionada com o empreendedorismo. O conceito está subjacente - e é intrínseco - ao paradigma neoliberal; ao desejo individual, um pilar *democratizador* da sociedade livre, à economia de escala, isto é, a difusão e replicação da ideia com objetivos de grande alcance. Podemos afirmar que os núcleos da RĚFOOD são uma espécie de “franchisados” da *marca*, alicerçados numa operação liberalizada e sem aparentes orientações ideológicas. O modelo de “franchisado” implementado na RĚFOOD incorpora o conceito de empreendedorismo, uma forma específica de agência económica liberal e meritocrática, um símbolo de modernidade empresarial.

As organizações de solidariedade social estão enquadradas no chamado “empreendedorismo social”, que tem como objetivo principal a criação de valor humano e não a obtenção de lucro ou ganhos privados. É por esta razão que os empreendedores sociais são capazes de mobilizar recursos financeiros, que visam a criação de valor social. Jogam com um símbolo de modernidade, a socioecologia, e recorrem a tecnologias financeiras avançadas como o “crowdfunding” e agentes como os “Business Angels” - uma espécie de padrinhos das iniciativas, investidores privados que procuram valor e, concomitantemente, prestígio empresarial.

Os trabalhos na RĚFOOD mostraram fortes isomorfismos com os processos de trabalho do setor empresarial, sendo que as semelhanças surgem através da gramática interna de gestão e de uma imagem sofisticada e objetivo-centrada. A performance institucional da RĚFOOD, a cultura empreendedora e inovadora tem uma visibilidade pública que vende simpatias e conquista reconhecimento social. Por outro lado, a narrativa explícita de

¹⁰⁰ O “franchising” é um modelo de negócio contemporâneo, que funciona numa lógica de parceria com investidores aos quais uma empresa cede o direito de exploração da marca e dos métodos de gestão. Aproprio o termo para ilustrar a descrição que faço da hipótese que proponho, porém, esta utilização não pretende definir legal ou juridicamente a RĚFOOD como um “franchising”.

afastamento do Estado, da economia e do dinheiro, era um marcador de uma identidade autonomizada e de afastamento do modelo subsidiário de Estado. Apesar de ter o estatuto de IPSS, a ligação burocrática e legal surgia de forma modesta nos discursos dos agentes, por comparação com as outras organizações que acompanhei - cujo vínculo institucional era mais explícito, como no caso da CASA. A RĒFOOD tinha obrigação de prestar contas anuais ao Estado de acordo com a legislação, mas ao contrário da CASA tinha poucos voluntários ao abrigo dos acordos estatais. Como descrevi no Capítulo 3, uma das contrapartidas dos acordos multilaterais das IPSS com o Estado é o acolhimento de casos de “inserção” e de “ativação”. Na CASA muitos voluntários cumpriam contratos deste tipo, faziam estágios não remunerados e outros, como contrapartida dos subsídios que recebiam. Porém, durante a pesquisa na Lapa só conheci três raparigas “voluntárias forçadas”, como elas diziam, que estavam a fazer horas de trabalho comunitário para cumprir uma pena judicial por pequenos delitos. A RĒFOOD preservava a distância do Estado, protegendo a sua imagem de agente privado no mercado social.

A reprodução sistémica dos núcleos - “franchisável” e replicável noutros lugares - inspirava-se na solidariedade cumulativa (Cabot 2016) que devia contagiar os “parceiros do lado”¹⁰¹. Para ilustrar esta ideia cito a entrada de uma entrevista com Hunter, quando falávamos sobre patrocínios e a divulgação e replicação do projeto:

Foi assim que na última reunião sementeira no Porto que conseguimos encher um auditório com 700 pessoas [reuniões onde se apresenta a RĒFOOD à comunidade e se “oferecia” a possibilidade de abrir um núcleo]. Também é por aí que vêm os financiamentos como foi daquela vez o caso da EDP solidária¹⁰².

¹⁰¹ Ideia que remete para as ideias de Cabot e que inspiraram as minhas reflexões sobre a pertinência desta metáfora. No estudo etnográfico realizado pelo autor a solidariedade cristaliza-se, precisamente, através da ideia de “contágio”. Cabot acompanhou voluntários gregos durante o período da “crise” que trabalham em clínicas e farmácias solidárias. Nestas ofereciam-se serviços médicos e medicamentos gratuitos às pessoas da comunidade. Os medicamentos eram excedentes do circuito normativo e resultavam do *bug* do sistema capitalista: os medicamentos “são eles próprios o ‘resultado’ da acumulação capitalista, que criou surplus para alguns, [dispossessing] outros” (2016:163). A associação voluntária visava criar um sistema económico alternativo, um projeto político paralelo ao estado. O autor estabelece uma relação onde os medicamentos, que são para os voluntários *remédios* para resolver momentos críticos de saúde, e o contágio, uma metáfora que, para o autor, materializa a ideia da solidariedade e da sua transmissão de pessoa para pessoa.

¹⁰² Em 2013 a organização recebeu um prémio pecuniário relativo a um programa da EDP de financiamento a projetos de empreendedorismo social.

Nesta conversa, Hunter usou a frase “queremos contagiar a solidariedade”. Para ele e para os gestores que faziam parte do “Concelho Nuclear” (os “Líderes”), o conceito de solidariedade social materializava-se na expansão, pensada como um investimento projetado no futuro, um plano de progressão prospetivo. A RĚFOOD mimetiza o funcionamento de uma empresa, a sua organização estava bem oleada e os agentes motivados para o sucesso. As estratégias de marketing interno tinham um papel fundamental de estímulo à incorporação da *cultura* institucional. As estatísticas e análises quantitativas da atividade são ferramentas de gestão estratégica fundamentais e muito utilizadas na RĚFOOD. Predominavam as comunicações internas sobre números e resultados, que cada vez mais se iam tornado públicos através da comunicação social. Muelbach sumaria esta ideia dizendo que os números são "essenciais para a conceptualização do voluntariado como algo nacional e intrinsecamente bom, fundamentalmente pelo seu crescimento exponencial e diversidade de ações e agentes” (2012: 113). O crescimento e diversificação geográfica e de serviços eram fatores destacados nos relatórios de gestão da RĚFOOD, e o crescimento da organização foi rápido e exponencial.

O processo de desenvolvimento da RĚFOOD através da criação de novos núcleos assentava em cinco pilares: “formação”, “investigação”, “criação”, “implementação” e “operação”. Os procedimentos estavam bem definidos e normalizados, de modo a garantir que os processos internos estavam afinados e os seus procedimentos corretos, garantindo assim a boa execução. O modelo produtivo era mobilizado por discursos de eficiência e boas práticas de gestão ao estilo comercial. A performance e a linguagem institucional incorporam marcadores linguísticos, “buzzwords” e culturas de gestão moderna de “valor acrescentado, gestão de oportunidades, exposição ao risco, autoconfiança, auto motivação, determinação” (Fowler 2000: 645). Estes valores são centrais nos processos e metodologias de trabalho no setor privado capitalista e têm forte expressão na atividade quotidiana da RĚFOOD.

Os novos núcleos surgiam sempre depois da realização de uma “reunião sementeira”. Esta tinha o objetivo estratégico de difundir a missão e a imagem de inovação e de expansão. O objetivo era “semear” uma ideia na comunidade (numa freguesia) e garantir que nesse encontro de potenciais interessados se angariavam “talentos escondidos”. Na reunião

apresentava-se o projeto de forma simples e informal e sugeria-se a participação de quem quisesse dedicar parte do seu tempo livre à RĒFOOD. A partir desse encontro, os interessados passavam a ser uma equipa de “pioneiros”, um conjunto de pessoas encarregues de iniciar um novo núcleo na sua freguesia e que “agarrassem a oportunidade”. Um dos coordenadores explicou-me o processo da seguinte forma:

Nós não vamos a elas [às empresas e serviços locais da comunidade que eram potenciais parceiros, o “tecido social”] pedindo dinheiro, vamos a elas dizendo que a RĒFOOD vai abrir aqui [na freguesia]. No primeiro dia vamos resgatar centenas de refeições, nas primeiras semanas milhares, nos primeiros meses dezenas de milhares, nos primeiros anos centenas de milhares e milhões de refeições e há alguém que vai ter o seu nome na porta (...) quem percebe de negócio percebe de investimento e sabe que é uma oportunidade. Não estamos aqui a pedir dinheiro (...) quem quer fazer faz, não quer, a oportunidade passa para outro.

A angariação assumia explicitamente a “oferta de oportunidade”, usando uma linguagem empresarial sofisticada. A minha etnografia coincidiu com a fase inicial da RĒFOOD, favorecendo o registo da grande expansão da organização que continuou a verificar-se ao longo da pesquisa. A RĒFOOD era uma alternativa, um modelo reproduzível a larga escala no mercado da solidariedade e, para isso, bastava a vontade e o desejo das pessoas de “agarrar a oportunidade”.

O conceito de empreendedorismo social articula-se com a ideia de *investimento*, um dispositivo de valor intrínseco ao paradigma de reprodução de capital. No caso da RĒFOOD, o *social* - a ação social pública - era o estímulo que espoletava o “negócio social” que assentava no investimento comunitário orientado para a reprodução dos núcleos e crescimento do prestígio social. Como diz Dees “é matar a fome mas também adquirir prestígio”. No caso da RĒFOOD, este era um capital instrumental que contribuía para a reprodução do sistema. O autor refere-se ao empreendedorismo social como um modelo que combina a “paixão pela missão social com uma imagem de disciplina “business-like” e inovação, correntemente associada com os pioneiros *high-tech* de Silicon Valley” (1998: 1; Parente, Santos, Marcos e Costa 2012). Na RĒFOOD a linguagem do empreendedorismo

definia o *ethos* da organização. Hunter é licenciado em gestão e planeamento e foi proprietário de uma empresa de consultoria e de “team building”. Um dia disse-me o seguinte:

O meu trabalho e a minha empresa é importante mas não é urgente e por isso o meu produto ficou sem compradores [no período da "crise"] (...) foi a crise que focou a minha atenção, mas não foi a crise que inventou o desperdício ou a fome. A crise tem uma função de mudança e aí estava a oportunidade.

A “crise” é considerada por vários intervenientes como uma oportunidade de reconfiguração da ação política dos atores sociais nas atividades económicas, ideia que pode aplicar-se aos princípios de mudança da REFOOD. O empreendedorismo é um tropo que faz parte das *culturas* de trabalho nas sociedades ocidentais contemporâneas; é promotor da melhoria pessoal dos indivíduos, de transformação e renovação. Para Leidereiter (2019) é uma política ativa do setor privado combinada com o desenvolvimento da economia global mobilizada pelo paradigma político liberal. O termo empreendedor tem origem no século XVII e incorpora atualmente uma linguagem sofisticada, como vários autores têm vindo a mostrar. O seu principal teórico, J.B. Say, define o conceito em termos de comportamento individual arrojado, que estimula o progresso económico através de novas formas de fazer com o objetivo de criar valor. Dees afirma que Schumpeter acrescentou a esta definição a função de “reformulação e revolução dos padrões de produção” (2001: 1), isto é, inovar nas práticas e aproveitar recursos de forma mais eficaz. Autores mais contemporâneos como Drucker introduzem a ideia de oportunidade como o elemento mobilizador da mudança, ou seja, a oportunidade é em si mesma uma mudança. Curiosamente, esta asserção era muitas vezes expressa pelos coordenadores da REFOOD e surgia articulada com a ideia de coragem. Para os empreendedores os problemas são oportunidades, forças motrizes da mudança, opinião que trespassou a narrativa de Hunter que registei nos nossos encontros.

Importa recordar que a "crise" de 2011 em Portugal implementou de forma exemplar esta linguagem, difundida por diferentes setores públicos. Foi muito utilizada por governantes que insistiam na ideia que a austeridade teria de ser ultrapassada através do empreendedorismo, como mostrei em capítulo anterior. Com base nesta filosofia, é a partir do risco pessoal que se

consegue um novo e melhor caminho futuro. A "crise" e a necessidade foram, assim, a *oportunidade* que a RĒFOOD *agarrou* e desenvolveu, aproveitando recursos para a expansão da organização e o desenvolvimento do seu valor público.

Numa ocasião, Hunter contou-me que a filha, que trabalhava em hotelaria, numa das primeiras refeições que serviu observou com indignação como no final do evento se deitou para o lixo uma grande quantidade de comida que estava em perfeitas condições de consumo. Quando chegou a casa, o pai disse-lhe que ela não devia ficar transtornada com a situação pois os funcionários não tinham culpa: “Eles têm de fazer isso, é assim que está montada a coisa, eles não têm alternativa”. Hunter recorda que foi a partir da palavra “alternativa” que surgiu a ideia de ir de bicicleta recolher comida aos restaurantes próximos da sua casa e a seguir pedalar e distribuir os alimentos: “a RĒFOOD está à nossa mão. É só sair de bicicleta, recolher e distribuir”.

Nesta organização a linguagem do empreendedorismo articula-se com a ideia de informalidade. O escritório de Hunter não era um lugar fixo e situava-se em restaurantes dos parceiros ou lugares públicos onde fazia a gestão da RĒFOOD. Quando falei com Hunter sobre a minha pesquisa pedindo-lhe para nos reunirmos marcou imediatamente o encontro. A entrevista aconteceu no seu escritório principal - assim definido pelo próprio: o jardim da Fundação Calouste Gulbenkian. O escritório de Hunter era um lugar não definido e que ele decidia na altura das reuniões. Escolhia “por ali um café ou restaurante que é onde normalmente tenho as reuniões”. Deste modo evitava ter “custos” com um espaço fixo. Os empreendedores não se limitam aos recursos disponíveis, detetam e perseguem outros que passam despercebidos aos não empreendedores. Recordando uma expressão de Hunter, trabalhar a “fábrica social” é precisamente uma forma de empreendedorismo vital à operação da RĒFOOD.

A atividade da organização assenta nessa procura de novos meios e no reaproveitamento de recursos e excedentes que devem ser utilizados de forma criativa. Os diversos bens doados são produtos solidários e geram uma oportunidade de criação de valor. A RĒFOOD trabalha obstinadamente para encontrar novas oportunidades, novos dadores, novos recursos, novas práticas e é persistente na prossecução dos seus objetivos. A própria narrativa de disseminação e reprodução dos núcleos procura um efeito de projeção do local para o global, para que a longo prazo se reduzam “necessidades em vez de se limitarem a satisfazê-las”,

como dizia Hunter. A resiliência faz parte da linguagem da RĒFOOD, uma forma de comunicação utilizada na promoção da economia social. O discurso de resiliência estava fortemente incorporado nos voluntários, sobretudo os que tinham maior nível de formação. Por outro lado, esta linguagem representa o esforço dos voluntários e um altruísmo genuinamente orientado para o bem social.

Uma das medidas “chave” (termo de Hunter) que contribuem para o sucesso da organização é a ausência de dinheiro no circuito produtivo da RĒFOOD. Esta visão anticapitalista tinha o objetivo de “não contaminar”, nas suas palavras, a atividade e era uma decisão estratégica assumida por todos. Numa conversa comenta esta questão.

Na RĒFOOD não existe dinheiro para além do necessário para a operação. Há muito boas razões para não usar o dinheiro. O modelo da RĒFOOD é o de boa vontade, sendo que a ausência de dinheiro é uma vantagem estratégica. A introdução do dinheiro no circuito do voluntariado não deve ser a contrapartida das atividades voluntárias. Eu não tenho salário, apesar de dizerem que eu devia ter um salário, um salário mínimo pelo menos. Não [diz veementemente e com uma gargalhada], se eu tivesse de ter um salário não seria o mínimo!

Para Hunter, a decisão de não utilizar dinheiro na RĒFOOD era uma “vantagem estratégica”, como dizia, pois obrigava a associação a inovar, a encontrar recursos onde os não empreendedores não os conseguem vislumbrar. A eliminação do dinheiro do circuito tinha um objetivo ideológico de afastamento do processo capitalista da mais-valia. É evidente que acumulação de excedentes alimentares não pode ser pensada nesses termos, sendo que quando esta situação ocorria os alimentos eram escoados para outros núcleos. Ambicionava-se criar um novo modelo económico de transação direta, não mercantil, não mediada pelo dinheiro. O lucro nas empresas capitalistas é aferível através de tecnológicas de controlo e quantificação de valor, devolvido aos investidores e que retroalimenta o processo. Contudo, a dificuldade de medir o valor social é maior e mais subjetiva. Não é fácil converter os resultados do trabalho de intervenção social em valores numéricos, ou perceber se os efeitos do “produto” social se devem diretamente à implementação das medidas solidárias ou a fatores contextuais.

Neste âmbito importa salientar que as empresas sociais, como as organizações de voluntariado alimentar, utilizam recursos materiais (doações) e imateriais (tempo e capitais intelectuais e sociais). O seu produto tem valor pecuniário, substitui a compra dos bens de consumo alimentar no mercado normativo. Por outro lado, e não menos importante, o valor dos donativos - um apoio social - é uma despesa de Estado que não chega a ser, pois os bens são fornecidos por outra entidade.

Faço uma última nota sobre as palavras de Hunter que revelaram o que pensava sobre o valor do trabalho social e do seu produto final. Hunter disse-me, convicta e de forma subtilmente jocosa, que se tivesse um salário na RĒFOOD este não seria o salário mínimo, significando que teria de auferir um valor elevado. Esta afirmação tem por base a ideia de que o trabalho voluntário tem um grande valor social, o que significa que a sua contraparte económica tem, igualmente, um valor muito elevado. O salário de Hunter teria, portanto, de espelhar essa grandeza.

Em suma, o modelo de trabalho e as aspirações sociais da RĒFOOD inscrevem-se numa tipologia de empresas sociais, que preconizam um modo de vida alternativo, que deve ser reproduzível e ter, idealmente, efeitos prospetivos globais. Os seus planos de ação e a ideologia de gestão sofisticada promove uma estrutura e cultura de trabalho profissionalizada e ultra moderna. Os dados que apresentei reafirmam a noção que a atividade voluntária tem, concomitantemente, valor social - substitui o Estado nalguns setores de Ação Social - e de mercado, contribuindo desta forma para a reprodução do sistema económico capitalista.

8.3. Motivações e processos de crescimento

À data da minha pesquisa, a RĒFOOD encontrava-se em processo de desenvolvimento com a abertura de novos núcleos em Portugal. A delegação da Lapa estava bem equipada e dispunha de mais espaço interior do que a da Estrela. O núcleo ocupava uma loja de rua com várias divisões interiores e estava instalado num prédio antigo de dois andares. O acesso à rua fazia-se pelo piso térreo através de uma porta ao lado de uma grande montra em vidro, que ocupava toda a frente das instalações. O vidro estava quase todo tapado com películas autocolantes - utilizadas nos escritórios ou serviços de rua para evitar a exposição ao exterior - que foram retiradas e substituídas por cartazes de divulgação da RĒFOOD. A entrada dava acesso a um pequeno vestíbulo onde se encontrava uma mesa que funcionava como balcão.

Esse hall fazia de sala de espera separada dos *bastidores* - o piso térreo onde se realiza a operação - através de divisórias móveis de tipo industrial. Na sala havia cadeiras de plástico encostadas às paredes e era o lugar onde os beneficiários aguardavam a sua vez. O espaço era muito pequeno e nos períodos de distribuição dos cabazes ficava imediatamente ocupado pelos utentes, ficando na rua os que chegavam mais tarde.

Simone era uma das gestoras de turno com mais poder de decisão na Lapa. Quando iniciei a pesquisa no núcleo decidi oficializar a minha presença e pedi-me que fizesse uma breve apresentação do meu projeto de investigação de cada vez que ela me apresentasse a um novo grupo de voluntários. Nos primeiros encontros falava com interesse e rigor das mudanças e da missão da RËFOOD. Segundo ela, era uma nova abordagem, uma “alternativa no combate à fome” e um projeto que se transformou num “movimento”, narrativa que a RËFOOD passou a divulgar no espaço público. A linguagem de Simone e de grande parte das gestoras de turno evidenciava conhecimento de estratégias de marketing e familiarização com as técnicas de gestão. Dizia que a equipa tinha muito empenho, uma grande dedicação e uma ligação emocional ao projeto. Numa ocasião Simone contou-me o seguinte:

Muita emoção e orgulho no projeto. São hoje na Estrela mais de 300 voluntários e aproximadamente 2000 pessoas apoiadas. Na NSF [núcleo da Nossa Senhor de Fátima, em Lisboa] são mais e nos outros núcleos de tamanho semelhante. Existem 15 centros a funcionar e espera-se chegar aos 30 até final de 2014 (...) O salto foi muito grande. A mudança de instalações... mas não foi só isso, foi muito mais. O projeto RËFOOD que anda há dois anos a distribuir comida recolhida em restaurantes por famílias carenciadas de Lisboa vai abrir nos próximos meses cinco novos núcleos na capital, indicou-nos hoje a organização. Em São Sebastião, Mouraria, Marvila, Belém e Lumiar. Inserem-se no objetivo "Lisboa 100 %", que pretende alargar a RËFOOD a todas as freguesias da cidade. O objetivo é ter 30 núcleos a funcionar até dezembro de 2014 de forma a tornar Lisboa na primeira cidade do mundo sem desperdício alimentar, diz o comunicado que nos mandaram. A organização prevê que nessa altura sejam distribuídas entre 15 a 20 mil refeições por dia. O Hunter calcula que quando a RËFOOD estiver em todas as freguesias da cidade serão necessários cerca de 10 mil voluntários, dos quais 400 serão gestores de

núcleo, de uma população de meio milhão de habitantes. Na minha visão, o projeto Lisboa 100% estará concluído apenas quando todos os restaurantes tiverem uma alternativa a deitar fora os seus excedentes alimentares e quando não existir uma pessoa que viva em insuficiência alimentar, diz ali no comunicado.

Regra geral, o estilo veemente dos gestores visava a motivação das equipas, estimulando a dedicação ao projeto *humanitário*, reforçado pela dimensão emocional que, para Simone, acrescentava valor ao projeto. As organizações locais fomentam a transformação da comunidade na qual os voluntários se envolvem pessoalmente. Para além disso, o desenvolvimento do capital social dos indivíduos - através do investimento na relação com os parceiros e órgãos de poder comunitários - é um meio de ascensão e de obtenção de maior estatuto social. Este aspeto impelia os voluntários a persistir e a continuar a “lutar pelo projeto”, como diziam, afirmando que tinham um interesse genuíno pelos utentes e pela melhoria das suas vidas. O esforço pessoal e a dedicação ao trabalho voluntário era, em certa medida, uma espécie de continuidade do próprio emprego.

A motivação de contribuir para a comunidade e a especialização e profissionalização pessoal contribuiu para o grande crescimento da RĒFOOD num curto espaço de tempo. Quando a RĒFOOD se instalou na Lapa, a organização tinha aproximadamente 600 pessoas envolvidas, 400 beneficiários e 200 agentes entre voluntários e parceiros. A organização continuou a melhorar rotinas e processos de trabalho, o número de turnos e de rondas e o núcleo passou a funcionar praticamente durante todo o dia.

A equipa que mais acompanhei na Lapa fazia normalmente o turno da manhã e era constituída por cinco mulheres. Duas mulheres jovens, uma psicóloga e uma mulher que era dona de uma empresa de eventos de dimensão considerável em Portugal, ambas casadas e a morar na zona há algum tempo. Outra das voluntárias tinha uma loja de decoração em Campo de Ourique e a quarta mulher estava reformada e vivia perto da RĒFOOD. Por último, a mulher de um cavaleiro tauromáquico, que vivia na Lapa mas passava grande parte da semana com o marido na quinta de família no Ribatejo. O grupo era animado, conversavam muito e o espaço dos trabalhos era um lugar de convívio, sendo que nalguns casos as relações entre os voluntários tinham origem em conhecimentos adquiridos antes de trabalharem na RĒFOOD.

A maioria dos voluntários da Lapa que acompanhei viviam na zona ou em bairros próximos, como em Alcântara, Amoreiras e Rato. Nos turnos da noite a população era mais heterogénea em género e idade, nos estilos e fases de vida do que nos turnos da manhã. Contudo, os gestores de turno, os *núcleos duros*, continuavam a ser voluntários seniores, normalmente mulheres. À data da minha pesquisa, na Lapa não havia nenhum homem que fosse gestor de turno. À noite havia jovens universitários, estudantes a realizar mestrados e doutoramentos. Conheci jornalistas, professores e alguns estrangeiros a viver em Portugal com formação académica elevada, como o caso de um francês que estava a fazer um ano sabático em Portugal.

Nas organizações de voluntariado alimentar, as portas onde os utentes aguardavam a distribuição dos cabazes são lugares que favorecem a observação densa dos ambientes dentro e de fora das instalações. Constituíram um importante *locus* etnográfico e permitiram-me registar casos fugidios e esporádicos e conhecer alguns dos meus interlocutores principais, aqueles com quem mantive contatos estáveis e prolongados. Tive livre acesso às instalações e a todos os espaços interiores dos núcleos da REFOOD, à exceção das zonas de escritórios onde se faziam as reuniões e se realizava o trabalho administrativo. Só entrei nos escritórios quando acompanhei algumas entrevistas ou tinha conversas com os gestores de teor mais privado. A minha participação nos trabalhos foi residual, não foi bem “participante mas sim uma permanência no terreno que caracteriza a maior parte dos trabalhos realizados em contextos metropolitanos contemporâneos” (Lima e Sarró 2006). Contudo, na Lapa e na Estrela era raro o dia em que não me entregavam um avental, umas luvas e um gorro e me pediam uma “mãozinha”. O pedido tinha o objetivo simpático de me incluir no grupo e tornar o encontro menos constrangedor, sobretudo nas primeiras visitas ao campo. Senti-me sempre grata por isso, mesmo sabendo que a minha ajuda era ad hoc e pouco contribuía nos trabalhos. Entregavam-me tarefas menores, principalmente lavagens da louça, transporte dos cabazes para as portas e com o passar do tempo cheguei a preparar as refeições para distribuir. Nunca entreguei cabazes pois essa era uma função especial, de contato com os beneficiários. O argumento era que se tinha de validar as pessoas e o cumprimento do processo e das regras envolvidas. A tarefa era por norma realizada por uma voluntária “sénior” pois o objetivo era mostrar alguma autoridade e que “as coisas não são à balda”, como me disse uma gestora. Em diversas ocasiões, a atividade evocava a imagem do trabalho

em série ao estilo tayloriano, feito de rotinas e inspirado em processos empresariais *high-tech* para os quais a qualificação dos gestores contribuía de forma evidente. Os trabalhos estavam bem organizados e os equipamentos eram imponentes, balcões industriais de refrigeração, frigoríficos de grande porte, grandes bancadas de alumínio e outros oferecidos por empresas da indústria hoteleira e, principalmente, por instituições estatais, escolas, cantinas, Ministérios, que doavam os equipamentos quando, por exemplo, faziam a renovação do imobilizado.

Os voluntários trabalhavam um mínimo de duas horas por semana na REFOOD, embora o tempo passado nas instalações fosse quase sempre superior. As tarefas organizavam-se em dois turnos, um pela manhã e outro à noite, que se dividiam em dois horários diferentes. Em cada turno estavam mapeados dois grupos de voluntários sendo escalados aproximadamente 20 voluntários em cada um. O primeiro turno da noite acontecia entre as 18:00h e as 20:00h e a tarefa principal era o embalamento dos alimentos recolhidos no turno da manhã e na noite anterior; a preparação dos cabazes alimentares para distribuir naquela noite; o tratamento das sobras a ser entregues no dia seguinte. No segundo turno, das 20:00h-22:00h, realizava-se a entrega dos cabazes aos beneficiários, organizavam-se e limpavam-se as instalações; faziam-se as recolhas da noite. Os trabalhos raramente terminavam antes das 23:00h, sendo que nos últimos meses da pesquisa os últimos voluntários saíam com frequência por volta da meia-noite.

O “responsável da porta” estava encarregue de conferir o número de caixas e a limpeza do saco e das embalagens que os beneficiários traziam. A verificação dos sacos tinha como objetivo garantir que os utentes cumpriam as normas de limpeza e caso houvesse alguma “anomalia” - assim codificada no processo - era anotada numa folha de registo. Os beneficiários eram alertados para que tudo devia estar limpo, uma medida pedagógica que correspondia a uma “contrapartida mínima”. Na formação dos novos voluntários era frequente a transmissão deste sentido de retorno e de responsabilidade. Transcrevo uma nota do caderno de campo sobre este ponto.

Este negócio [termo muitas vezes utilizado por vários voluntários] sendo comida temos de responsabilizá-los [aos utentes] por todas as razões (...) e se nós temos o cuidado de ver se ontem enviámos bacalhau com natas e hoje enviamos frango, eles

também têm de dar qualquer coisa em troca (...) no mínimo os tupperwares têm de vir impecavelmente limpos, temos que ser implacáveis com as limpezas.

A reclamação e exigência da limpeza tinha uma razão de ser. A produção do cabaz não era um exercício alienado, existia uma medida de atenção acrescida na escolha dos alimentos do cabaz e um cuidado particular em cada caso. Em todos os núcleos existiam grandes quadros magnéticos onde se listavam os beneficiários por ordem alfabética com várias informações, como o número de pessoas do agregado, os dias da recolha e outras particularidades de saúde, por exemplo, se havia algum diabético. Se assim fosse, procurava-se dentro do que havia em stock enviar alimentos mais adequados (com menos açúcares processados). No caso das crianças colocavam-se iogurtes mais atrativos, achocolatados, pudins, etc. Para além disso, escrevia-se no quadro a refeição principal e os complementos que tinham sido servidos no dia anterior, escolhendo outros pratos e alimentos numa tentativa de não repetir refeições.

Como tenho vindo a afirmar, com o aumento dos problemas socioeconómicos no período da austeridade aumentou o número de pessoas com necessidades de apoio. Na REFOOD aumentaram os “beneficiários de dia”, os que recolhiam os cabazes no período diurno. Os motivos eram diversos, principalmente o tempo que as pessoas passaram a estar em casa (no caso dos desempregados) levando os utentes a escolher o turno de dia para recolher os cabazes. Segundo Simone, as pessoas de classe média preferiam ir buscar a comida nesse período pois não estavam tão expostas publicamente. Pelo contrário, com o aumento do volume de trabalho era difícil encontrar voluntários para os turnos da manhã, dado que muitos tinham atividades profissionais regulares e estavam menos disponíveis naquele turno.

Nessa altura as doações também cresceram exponencialmente. Nalguns momentos do dia a confusão no núcleo da Lapa aumentava, principalmente quando se recebiam grandes quantidades de comida. Por vezes as gestoras de turno diziam exasperadas: “parece que já não temos espaço para as comidas!”. As sacas de pão empilhavam-se à porta, acumulavam-se as caixas de bolos e de frutas, as mercearias e legumes estavam por todo o lado. Os alimentos que se conservavam nos núcleos chegavam a ser excedentes de excedentes, pois tinham sido transferidos de outro núcleo por não terem espaço na delegação. Esta passou a ser uma

prática processual comum para escoar os stocks internos¹⁰³.

Nesta dinâmica de crescimento, a RĚFOOD aumentou o seu leque de serviços, motivo de grande orgulho na organização. A delegação da Lapa começou a oferecer outros apoios aos beneficiários para além da ajuda alimentar. A título de exemplo, os gestores passaram a angariar junto das empresas de formação cursos gratuitos para os beneficiários, trabalho ao qual se dedicavam com grande empenho. “Estamos a trabalhar a capacitação”, disse-me Simone, “continuamos a dar o peixe” (referindo-se ao facto de continuarem a dar cabazes), “mas conseguimos dar a cana”. Ao longo da minha pesquisa no núcleo, a RĚFOOD chegou a ter oito beneficiários em formação. A empresa que ministrava a formação era uma empresa social que funcionava em parceria com o IEFP sendo que, segundo Simone, o resultado foi muito positivo para os utentes que tinham recebido as formações. A gestora demonstrava grande satisfação e orgulho na iniciativa, contou-me que “é de tal maneira importante que levei ao Presidente da Junta [para dar a conhecer o que tinham conseguido] que gostou imenso do projeto da Sapana e trouxe a Sapana¹⁰⁴ para a Junta”. O sucesso da parceria com a empresa de formação levou à replicação da ideia naquele órgão público, que passou a angariar também empresas sociais para oferecer alguns apoios aos fregueses. A “fábrica social” de que Hunter falava era o agente promotor dos apoios, que permitiu à organização diversificar as ajudas para suprir outras necessidades. Para além das formações, o envolvimento com os órgãos locais gerou proveitosas colaborações mútuas: “na Junta de freguesia são muito agradecidos pela nossa existência e nós também quando precisamos, pedimos. O espírito de equipa é extraordinário, temos recebido a maior da gratidão, é fantástico”. Simone referia-se a um jovem casal que viveu durante um período de tempo por debaixo da ponte da Avenida Infante Santo e que através da RĚFOOD conseguiu uma casa para morar. A coordenação entre a Junta e os gestores da organização era muito ativa e fazia-se de relações de colaboração recíprocas. Estes casos ilustram bem o paradigma de governação local em rede, constituída pela ação mista de agentes públicos e privados, que por

¹⁰³ Um episódio que observei na Lapa sobre o excedente de doações aconteceu uns dias antes da Páscoa. Inúmeras pastelarias de Lisboa doaram folares que chegaram à delegação sem parar. As caixas de cartão com os folares acumularam-se nas instalações, de tal modo que os gestores deixaram de ter a quem os oferecer. Amigos, família, vizinhos, associações, instituições, escolas, etc. foram contactados para receber os folares. A azáfama para encontrar recetores ficou na memória de todos como um estranho dia dos folares.

¹⁰⁴ O nome da associação significa “sonho” em nepalês, conforme se indica no website da mesma.

vezes operacionalizam a ação social através de um movimento em duplo sentido, um misto de influências mutuamente produtivas.

8.4. A porta: o “dentro e o fora”

Na Lapa, no turno da noite a agitação era maior e mais barulhenta do que durante o dia. Por vezes tinha de me sentar nos bancos de entrada para escrever e conseguir uns minutos de tranquilidade. Na verdade, o hall foi um lugar privilegiado de observação dos trânsitos entre o *dentro* e o *fora*.

Neste turno, os jovens ajudavam a descarregar os carros que transportavam as comidas das rondas. A grande quantidade de alimentos que chegavam em caixotes volumosos gerava momentos de tensão e grandes movimentações na entrada. A rua de Sant’Ana à Lapa é uma rua estreita, com grande declive e de dois sentidos. Os veículos que paravam à porta da REFOOD criavam embaraços no trânsito, obrigando a fazer as descargas no menor tempo possível. Os carros dos voluntários eram com frequência faustosos nas marcas e modelos, contrastando com a grande maioria dos utentes que chegavam a pé, tipicamente com as mãos ocupadas com os sacos de rafia.

Nas organizações de voluntariado alimentar que acompanhei, o *dentro* e o *fora* constituiu-se como uma categoria analítica central. Na Lapa esta categoria corporizava-se em diversos momentos do dia, nomeadamente no momento da chegada das “voltas”, das descargas dos carros. Nessa altura o encontro próximo dos voluntários com os utentes era revelador de consumos materiais e imateriais distintos. O *dentro* - o interior das instalações - e o *fora* - espaço de rua ou a pequena sala de espera - eram fronteiras simbólicas de diferença, cristalizadas na fisicalidade do momento: sons, objetos, movimentos e performances. Observei com atenção o corrupio na altura das descargas, o barulho dos carros que chegavam e dos que apitavam reclamando o bloqueio do trânsito na rua, a agitação das mudanças de turno, as vozes dos voluntários que davam instruções uns aos outros. Este cenário visível, audível e sensorial contrastava com a imagética das saídas rápidas e silenciosas dos beneficiários depois de receberem os cabazes.

Os cheiros foram um aspeto curioso que prendeu a minha atenção, um fator sensível que assinalava o *dentro* e do *fora*. O odor a vinagre *dentro* das instalações devia-se à utilização que dele se fazia como desinfetante dos espaços das cozinhas. Com vinagre limpava-se quase

tudo “à moda do antigamente”. Ainda que existissem produtos de limpeza industriais, o vinagre era preponderante e evocava uma prática caseira, familista e tradicional de asseio doméstico. O cheiro das comidas quentes tornava-se impercetível pela sua persistência, só conseguindo destacar-se o perfume dos voluntários que se tornava evidente quando passavam na sala de espera ou na rua, perto da entrada.

No hall, que assinalo como um lugar de *fora*, os beneficiários mantinham-se calados e apresentavam uma linguagem corporal de recolhimento, uma intencionalidade de silenciar a sua presença. Os voluntários que se encontravam atrás do pequeno balcão da entrada iam olhando para quem chegava, perguntavam o número de identificação da família e verificavam se o cabaz já estava preparado. Caso estivesse, realizavam a troca dos sacos, caso contrário os beneficiários tinham de aguardar, o que aumentava o seu desconforto.

A leitura visual detalhada permitiu-me identificar sinais de diferenciação social, que tenho vindo a descrever através da metáfora do *dentro* e do *fora*. Um dos casos que ilustra de forma exemplar esta ideia sucedeu num dos turnos da noite, que terminou mais tarde do que era habitual pois tinha sido uma jornada muito agitada. Já quase não havia beneficiários para servir e entrou uma mulher de meia idade com o rosto sumido e olhos cansados e sem sorrir cumprimentou o voluntário do balcão. Pediu para falar com “alguém responsável”. João, o advogado, desceu do escritório e dirigiu-se a ela, que em tom baixo e quase entrando dentro do balcão lhe perguntou se “aceitavam pessoas de 20 anos para voluntárias”. Disse que era para a filha. João entregou-lhe um formulário e descreveu o procedimento. O papel deveria ser preenchido pela jovem e entregue novamente na RËFOOD. A seguir fez um pequeno *briefing* sobre a organização e funcionamento, salientando as recompensas pessoais que se ganhavam “ao final do dia”, mesmo que tivesse sido um dia esgotante. Por fim, reforçou simpaticamente que teriam muito gosto em conversar com a filha. Esta conversa demorou aproximadamente cinco minutos, a mulher ouviu atentamente e em silêncio e quando se prontificava para sair, já junto à porta, deu a volta, aproximou-se de novo de João e perguntou-lhe: “olhe... e o que é que é preciso para ser beneficiário?” Manifestamente surpreendido com a pergunta, João voltou a fazer uma breve explicação e a mulher disse que trabalhava numa instituição ali perto, sem referir qual, e era por isso que perguntava. Com uma brevíssima despedida baixou a cabeça e saiu.

Como observei noutras ocasiões, as performances de encobrimento de necessidades

revelaram-se através de movimentações e corporalidades e, por vezes, de estratégias extremas, como foi o caso. A criação de um contexto fictício, a formulação de uma falsa questão e a pergunta que lhe seguiu é ilustrativa disso. Como tenho vindo a discutir, o encontro utente-voluntário tem uma dupla face que se apresenta de forma por vezes inesperada no terreno etnográfico. Depois da saída da mulher das instalações, inquietou-me a ideia de que o que é bom para uns é terrível para outros. As instalações estavam vazias e percebi que me encontrava num lugar onde proliferaram bens, alimentos, capitais, habilidades e capacidades e, ao mesmo tempo, carências que levavam a formas extremas de *ter* e de *fazer*. A solidariedade tem diferentes rostos e performances. O dar e o ter de pedir são formas de existência social cujas materialidades podem ser fortemente contrastantes. Por outro lado, a apresentação pública dos sujeitos mobiliza formas de exibição e de ocultação inusitadas e reveladoras da realidade social dos contextos que acompanhei.

Tal como nas delegações de Lisboa, no núcleo de Belém o interior das instalações contrastava com o exterior. Aqui o contexto bairrista promovia dinâmicas de convivialidade tradicional e uma imagética romantizada dos bairros populares lisboetas. A arquitetura envolvente, os espaços de espera, o pátio e o muro promoviam os encontros e as conversas. Grande parte dos beneficiários tinha tempo livre pois não tinham ocupações laborais fixas e chegavam muito antes da entrega dos cabazes, por vezes duas horas. A espera pelos cabazes era um momento recreativo, que servia para quebrar a monotonia dos dias, essencial para a manutenção da vida social. Os que tinham crianças aproveitavam para trazê-las à rua e deixá-las brincar e conviver.

O cenário vicinal e de proximidade remetia para o legado histórico popular das zonas urbanas tradicionais, que contrastava com a envolvente socioeconómica, arquitetónica e cultural do Restelo. O núcleo de Belém estava instalado numa das avenidas mais nobres da cidade, a Rua dos Jerónimos, no Restelo. O bairro foi idealizado no início do século XX para moradias urbanas destinadas à elite lisboeta. Paralelamente surgiram projetos estatais das “casas económicas” e nasceram os bairros destinados às populações com condições financeiras mais humildes. Hoje em dia, a zona do Restelo ainda é um dos bairros ocupados por uma população de elevado estatuto social, com um grande valor imobiliário em Portugal; a Avenida do Restelo e os jardins de Belém são alguns dos lugares mais visitados pelos turistas em Lisboa. Nesta zona foram construídos os monumentos nacionais de maior monta

patrimonial como o Padrão dos Descobrimentos, o Mosteiro dos Jerónimos e a Torre de Belém. A sumptuosidade monumental, urbanística e de consumo turístico e cultural da zona faz paredes meias com a freguesia da Ajuda que, apesar de nos últimos anos se ter tornado num lugar de atração imobiliária, preserva zonas habitacionais historicamente empobrecidas.

Os grandes edifícios que ladeiam a Avenida do Restelo contrastam com as habitações tradicionais ao estilo das referidas casas económicas. As casas são maioritariamente térreas ou com um único piso, com a frente rua contígua com a porta principal da casa. No caso de existir um piso superior, o acesso faz-se através de escadas amuralhadas pelo exterior. Este era o caso do núcleo do Restelo que se localizava num edifício antigo, propriedade da Junta de Freguesia. O edifício tinha duas entradas: a principal, virada para a Avenida do Restelo e para o Estádio do Restelo e uma traseira, de frente para uma rua estreita, a Rua das Pedreiras. A sua implementação no terreno é elevada dado o declive da Avenida do Restelo e a elevação da rua detrás do edifício. O acesso à porta faz-se através de umas escadas amuralhadas de pedra que faziam de banco e terminam num pequeno pátio exterior retangular com aproximadamente 20 metros quadrados. Aquele pequeno retângulo e o resto do murete eram um espaço de convívio e de sociabilidades e foi ali que passei grande parte do tempo da pesquisa no núcleo de Belém.

Tal como nas delegações de Lisboa, na REFOOD de Belém a fronteira entre o *dentro* e o *fora* corporizava-se no espaço da porta. Porém, ao contrário dos outros núcleos, a porta de ferro azul e desgastada pela ferrugem estava sempre fechada na altura da distribuição dos cabazes, reforçando o imaginário simbólico do dentro/fora. O sistema de distribuição distinguia-se do praticado dos núcleos da Lapa e da Estrela. Os beneficiários eram também chamados pelo número de identificação, mas entravam sozinhos, um a um, e a seguir saíam com o cabaz, fechando a porta atrás de si. A troca do saco vazio pelo saco cheio era lenta e nalgumas situações o beneficiário permanecia dentro das instalações bastante tempo. Nos núcleos da Estrela e da Lapa, os portões mantinham-se abertos durante a entrega dos cabazes, que iam sendo distribuídos conforme as pessoas chegavam. As trocas eram céleres e os utentes seguiam as suas vidas sem demoras.

Esta situação podia dever-se, em parte, ao facto do núcleo de Belém ser recente e estar em fase de organização na altura da pesquisa, o que não evitava que as longas esperas dos beneficiários gerassem reacções por vezes violentas no pequeno pátio do lado de *fora*. No

inverno, a chuva e o frio agravavam a tensão, levando o grupo a aglomerar-se à porta na expectativa de que a distribuição começasse rapidamente. Por vezes as reclamações eram intensas, com abusos verbais e inclusivamente algumas pancadas na grande porta de ferro reclamando a entrega dos cabazes. *Dentro*, a entrega dos cabazes lembrava um lugar de venda de bens alimentares - dependendo dos voluntários que estavam a fazer o serviço. Algumas voluntárias faziam conversas de ocasião, mostrando nalguns casos um interesse de proximidade forçado, o que por vezes incomodava os utentes, principalmente à noite, pois tinham “que se despachar”.

Como disse, as dinâmicas nas portas dos núcleos constituíam um terreno etnográfico em si mesmo, uma categoria analítica central para a reflexão sobre as diferenças sociais nos contextos de voluntariado. “Ninguém prega de barriga vazia” é uma expressão que me acompanhou durante grande parte da pesquisa, proferida por Vitória, a presidente da Associação Coração Amarelo. O poder de dar e o ter de receber foi uma inquietação teórica que cruzou todo o meu trabalho de pesquisa. As *portas* ofereceram-me importante material empírico de estudo sobre essas várias faces do voluntariado.

Saliento que os discursos hegemónicos de empoderamento da ação privada cruzam ideários de liberdade, mecanismos retóricos de reificação do empreendedorismo democrático e liberal. A empiria mostrou que a liberdade de escolha não está disponível a todos, principalmente em contextos de “crise”. A autonomia e a possibilidade de gestão da vida sem a interferência externa de pessoas e instituições eram reduzidas para grande parte dos beneficiários. Por outro lado, como discuti no Capítulo 6, para além das motivações altruístas dos voluntários - e dos efeitos práticos positivos para as populações ajudadas - o voluntariado é, também, um campo de lazer e de ocupação de tempos livres e um lugar de *aprendizagem*. Através do contato com a “pobreza” os voluntários experienciam uma espécie de catarse, que pode ser pensada como um mecanismo de aprendizagem e de crescimento espiritual. Neste sentido, para os voluntários o trabalho nas organizações é um momento prazeroso que se vive como um bem próprio de satisfação pessoal. Esta dimensão era transmitida às gerações mais jovens que deviam incorporar os ensinamentos que o trabalho voluntário proporcionava. Dedico a parte final desta seção a este ponto retomando um apontamento etnográfico da REFOOD da Estrela.

Nesta delegação existia uma população voluntária bastante numerosa de jovens e

adolescentes, os “miúdos”, como eram chamados pelos gestores. Este grupo ajudava de forma irregular e não dava confiança aos coordenadores. Muitas das vezes faltavam e avisavam em cima da hora, outras vezes atrasavam-se, o que obrigava a uma reorganização “em cima do joelho”. Grande parte dos jovens que conheci moravam e estudavam nas escolas da zona. As suas principais tarefas eram os “domicílios”, a distribuição a pé de cabazes aos beneficiários que não se podiam deslocar, tipicamente idosos, que recebiam os cabazes em casa. Acompanhei domicílios com alguns jovens, principalmente na zona dos Prazeres, onde se concentrava a maior parte das entregas em casas dos beneficiários. Os jovens faziam outros trabalhos dentro das instalações de menor responsabilidade, como carregar os cabazes para a zona das entregas, arrumações, pequenas limpezas e algumas compras simples no comércio local.

Uma das jovens que acompanhei tinha 15 anos, simpática e alegre, o pai era economista e a mãe era proprietária de um colégio da zona. A jovem mostrava desinteresse pelas tarefas que lhe eram incumbidas, fazia os domicílios o mais rapidamente que podia, pois queria “despachar-se”. Conversava muito, mas pouco sobre o tema do voluntariado. Contava-me que depois da escola parte do seu dia era passado numa escola de arte, pois a sua vocação era a música. Dizia que tinham sido os pais a “mandá-la para ali” e que por vezes isso “chateava-a”, tinha a semana preenchida com várias atividades extraescolares, que considerava serem de maior interesse. O objetivo dos pais dos jovens era descrito pelos voluntários como uma maneira de lhes “mostrar a vida real”, nas palavras de Augusta, coordenadora da Estrela. A gestora explicou-me que “os pais querem que eles tomem contato com as dificuldades e a pobreza”. A ideia era aprender trabalho cívico e não menos importante, dizia, preencher os dias com atividades que acrescentem “valor pessoal”. Dentro das instalações havia algumas crianças e adolescentes, principalmente meninas que acompanhavam as mães e participavam de maneira informal nos trabalhos de cozinha e embalamento. As suas funções eram pouco ou nada exigentes pois a ida à REFOOD tinha um objetivo pedagógico.

Como tenho vindo a mostrar, a diferença social é constitutiva do próprio projeto voluntário. No artigo “On the Ambiguities of Altruism and the Domestication of Emotions”, Bakalaki (2018) examina a ênfase do discurso filantrópico em torno dos efeitos transformativos do altruísmo. Uma das conclusões que interessa usar para a minha própria reflexão diz respeito à instrumentalização do trabalho voluntário, que visa um retorno

espiritual. A autora afirma que o voluntariado de proximidade permite treinar a gestão das emoções de quem presta ajuda. Com base na recolha etnográfica, creio que esse aspeto é pensado pelos voluntários como uma contradádiva, uma contrapartida do seu trabalho, isto é, um bem de melhoramento pessoal. Para reforçar a ideia, o “treino para a vida”, expressão de Bakalaki, oferece efeitos transformativos inscritos no altruísmo, prazer espiritual intrínseco ao bem fazer. Tal como defendemos noutra publicação, através da “generosa disponibilização do tempo para cuidar, da dádiva expressa no voluntariado, as pessoas procuram uma recompensa simbólica para a sua própria existência, uma realização pessoal alcançada através do apoio dado ao próximo. Uma motivação moral de compaixão pelo outro.” (Lima e Oliveira 2015: 318)

O projeto altruísta é, porém, inacabado. Está em constante desenvolvimento e por isso permite aos voluntários o autoconhecimento e a oportunidade de trabalhar em contínuo neles próprios ao mesmo tempo que oferece um prazer da auto-realização (Dolnicar 2007). Estas reflexões permitem-me afirmar que o voluntariado tem diferentes efeitos e impactos, sujeitos, necessidades e objetivos. Com base neste raciocínio podemos pensar que a ação voluntária é também um facto social marcador de diferença, materializado na categoria do *dentro* e o *fora*; é um recurso imaterial que está disponível a alguns, porém, inacessível a outros.

8.5. “Eles”: ação social combinada

Um dos eixos analíticos que trabalho nesta tese visa manter o debate aberto sobre a revisão do sistema público de ação social. Neste Capítulo encerro as reflexões sobre este tema, integrando algumas das conclusões que desenvolvi ao longo da tese. Passemos à etnografia.

No núcleo de Belém acompanhei entrevistas a requerentes de apoio, o que me permitiu observar o processo de admissão, semelhante ao que registei nos outros núcleos. A análise dos requerimentos considerava dados objetivos do agregado e a proveniência dos pedidos. As possibilidades eram várias: a) reencaminhamento do beneficiário de outra IPSS, que por saturação dos serviços não o pôde aceitar; b) o técnico da Segurança Social sugeriu ao requerente que recorresse à organização por motivos diversos; c) contato espontâneo e sem intervenção anterior de qualquer tipo de entidade. Do conjunto dos casos que conheci, a terceira possibilidade foi a que teve menos expressão.

Defendo que a Segurança Social é um organismo multissetorial que conta com diversas

entidades públicas e privadas. As respostas aos pedidos de apoio combinavam várias ajudas, que definem um *pacote* desenhado pelos próprios técnicos sociais. A título de exemplo, um utente poderia beneficiar de um *pacote* que incluía o Rendimento Social de Inserção, ajuda alimentar da RĒFOOD e um complemento social de reforma; subsídio de desemprego e apoio domiciliário da paróquia; alimentos do Banco Alimentar e um complemento social de emergência camarário para pagamento de despesas básicas (água, luz, etc.). No caso dos mais idosos, as ajudas passavam por combinar possibilidades, como pensões do Estado e de invalidez; visita de voluntários de companhia (como a Associação Coração Amarelo); assistência dos técnicos da Santa Casa da Misericórdia para a realização das tarefas domésticas e de higiene. Os *pacotes* da Segurança Social *combinada* - pública e privada - podiam modificar-se conforme se fosse alterando a situação do agregado. Os casos eram variados abrangendo, por exemplo, a perda de apoios ou atribuição de novos apoios, desemprego ou a entrada de um ordenado nas contas da casa, etc.

O Bairro 2 de Maio e o Casalinho da Ajuda são bairros servidos pela RĒFOOD de Belém. Este núcleo tinha sido recém-criado quando iniciei a pesquisa, apesar de já ter um número considerável de utentes, que foram maioritariamente reencaminhados de outros núcleos. Sempre que abria um novo núcleo reorganizavam-se os utentes em função das zonas geográficas de residência com o objetivo de melhorar a operação e distribuição. O núcleo de Belém mantinha a heterogeneidade social dos beneficiários da Lapa e da Estrela, contudo aproximadamente metade dos utentes mostravam sinais de prolongadas dificuldades financeiras.

A entrada dos voluntários fazia-se pela porta detrás através de uma grande porta de ferro, que dava acesso a um varandim interior suspenso, também de ferro. A partir dali descia-se por umas escadas de estilo industrial até ao piso de baixo. No final das escadas estava uma espécie de balcão improvisado em pedra, que funcionava como receção das “fontes de alimentos” que chegavam das rondas. O interior da RĒFOOD era um espaço aberto, sem divisórias e lugar onde se realizavam todos os trabalhos de empacotamento, preparação e conservação dos alimentos. Do lado oposto desse varandim estava a porta de entrada, onde se distribuía os cabazes num balcão, também improvisado. A parte administrativa era realizada numa sala superior, aberta do tipo mezzanine à qual se acedia por escadas suspensas. Todo o conjunto tinha um aspeto industrial, um enorme pé direito no qual se encontrava uma

plataforma suspensa, o escritório. As instalações do núcleo não eram tão espaçosas, cómodas ou funcionais como as da Lapa, o que dificultava os trabalhos dado que todos os trânsitos interiores tinham, necessariamente, de passar por escadas, algumas suspensas. Porém, e apesar do núcleo ser recente e estar em fase de organização, era assinalável a preocupação com o arranjo dos espaços de forma a encontrar a melhor solução para a operação.

A minha pesquisa no Restelo começou no verão mas apanhou o outono e inverno de 2015-16. Nesse período a agitação na porta aumentou muito, tal como as reclamações sobre a exposição ao frio e à chuva. Quando isto acontecia, o desconforto de ficar no muro à espera era apreciável e as pessoas aglomeravam-se numa paragem de autocarros na avenida, que estava uns metros abaixo do muro. A confusão instalava-se e repetiam-se momentos de tensão, principalmente quando a entrega dos cabazes se atrasava, o que acontecia com alguma frequência.

Grande parte dos utentes eram beneficiários de subsídios de Estado, realizavam trabalhos precários e irregulares e não tinham ativos para além dos apoios sociais e das ajudas solidárias. A baixa escolaridade da maioria dos utentes e a falta de capitais sociais e culturais refletia-se nas suas perceções sobre as instituições, regulação e governo e, de um modo geral, sobre as políticas públicas. A visão sobre as fronteiras entre a ajuda não institucional e os apoios diretos do Estado eram dúbias e fluídas. Contudo, os interlocutores refletiam e conversavam sobre o que pensavam ser os seus direitos e deveres - as falhas de provisão e os apoios sociais. Com base nos seus testemunhos verifiquei que, para os utentes, a Segurança Social era pensada como uma entidade abstrata que esbatia a fronteira entre os diferentes *tipos* de apoios. Esta perceção cristalizava-se na expressão “eles”, um termo genérico e recorrente que era utilizado quando os beneficiários se referiam aos apoios que recebiam das organizações. Vejamos uma entrada do meu caderno de campo:

A Lúdia [tinha sido encaminhada do núcleo da Lapa], o Ricardo e a Verónica conversavam no muro. O Ricardo perguntou se ela tinha recebido uma coisa. Ela disse que já tinha feito a “renovação” [entretanto tinha conseguido o diferimento do Rendimento Social de Inserção] e o Ricardo diz que já foi assinar o “acordo”. Zangada, a Lúdia diz que renovou em junho mas na Segurança Social não tinham registo da renovação. Perguntei do que se tratava e o Ricardo disse-me que era o RSI

e que todos os anos, de 10 em 10 meses, tinha de ser renovado “Tem de se levar os papéis ao centro de emprego para a Segurança Social comprovar a condição de desempregado (...) E eles não sabem? Claro que sabem! Então eles têm os computadores para o que lhes convém. Não sabem tchhh...” [falam do passe e de quanto custava]. A Lídia diz que dia 16 é o “abono das crianças... ah pois... Se não fosse isto, como é que era?”. O Ricardo diz que “pois, mas não é só isto e quem é que paga as contas da água e do gás? Tem de se pagar. Eles cortam, eles cortam, que eles querem lá saber se uma pessoa tem ou não”. Ele tinha conseguido um “acordo” para ir fazer um curso no IEF¹⁰⁵ do qual estava à espera há um ano.

Ricardo: Falei com a minha assistente social diz que não pode fazer nada.

D^a. Vera: Olha a minha também ajuda muito [rindo].

Lídia: Aqui há tempos fui dizer-lhe que precisava de um beliche, disse-me logo: não recebe o rendimento mínimo já há uns meses? Então vá comprá-lo. Dá vontade sei lá de quê! Bom, é melhor isso que nada. Há pessoas que não têm filhos e estão a receber 200 e tal [euros]! [Junta-se o Júlio] diz que “eles” [apontando para a parede da REFOOD] se quisessem ajudar ajudavam, agora é tudo a mesma coisa, está tudo junto. Mas ‘tá quieto”. [Consentem os restantes].

Ricardo: E aqueles que não têm filhos e estão a pagar-lhes a renda de casa? Eu sei, eu sei! Ainda estão a receber a reforma e ainda lhe pagam a renda. (...) A Santa Casa tem muito dinheiro, o motivo é o dinheiro, a Santa Casa só ajuda quem quer.

A conversa muda de assunto para “os que vêm de fora”, os refugiados, “têm casa, cama, tudo e recebem tudo”, dizem. Voltam ao tema dos papéis da renovação criticando o facto de terem de se apresentar no Centro de Emprego de 15 em 15 dias e dois meses antes da renovação do Rendimento Social de Inserção. Nessa visita tinham de apresentar documentos do agregado, morada, situação profissional, para mostrar que o rendimento da família não tinha aumentado.

As experiências quotidianas e os encontros e desencontros com as instituições geravam conversas que ocupavam grande parte do tempo de espera na REFOOD. A retórica do “eles”

¹⁰⁵ Instituto de Emprego e Formação Profissional. Conforme a lei é indispensável a inscrição no Centro de Emprego da Residência (IEFP) para receber qualquer tipo de subsídio social.

não tinha expressão nos beneficiários com maior formação, sendo que assisti a uma chamada de atenção por parte de Eva, exigindo “maior respeito” dos queixosos pelo trabalho da RĒFOOD. Nessa discussão de grupo, Eva, aborrecida com a situação, disse o seguinte: “Vocês não sabem que isto não é a Segurança Social?! Estas pessoas estão aqui porque querem!”. À exceção de Eva, naquele grupo de tertúlia, os “serviços” voluntários eram percebidos como direitos universais de apoio. Esta hipótese foi-se constituindo como uma evidência ao longo da pesquisa que corroborou este dado como um facto.

Como já referi, a RĒFOOD apresentava elementos de continuidade com a prática administrativa da ação social pública. O núcleo de Belém tinha informação bem documentada sobre os beneficiários e os candidatos e a ligação com as instituições locais era célere e eficiente. Funcionava como uma extensão pública, um apoio à própria ação institucional. A interligação entre as várias entidades que pertenciam à rede, fazia cada vez mais parte da estrutura e dos modelos operacionais da Ação Social. As coordenadoras da RĒFOOD estavam bem informadas sobre os processos intra-institucionais, os agentes envolvidos e de como “as coisas funcionam”. Por exemplo, à data existia um chamado “cartão solidário” oferecido pela junta de freguesia de Belém, entregue no Natal a quem se candidatasse e reunisse as condições indicadas pela Junta. Conforme a informação constante no website da Junta de Freguesia, os requisitos eram os seguintes:

Se uma pessoa tem apoio do Banco Alimentar Contra a Fome, da Mesa de Nossa Senhora (o Refeitório Social da Freguesia), ou da RĒFOOD (movimento comunitário de cidadãos que voluntariamente recolhe alimentos excedentes dos restaurantes e entrega-a a quem precisa, ajudando a terminar com o desperdício alimentar e com a fome urbana), então não necessita de bens alimentares, tendo apoio da Junta através do Cabaz de Higiene.

O cartão era carregado com 30 €/ano que podiam ser gastos ao longo do ano para comprar produtos de higiene, caso “a família não necessitasse de bens alimentares, por ter apoio da Junta através do Cabaz Alimentar”. Portanto, a Junta oferecia dois cabazes, um de “higiene” (através do cartão) e/ou outro “alimentar”, fornecido pela Junta ou pelos parceiros, sendo a RĒFOOD o mais importante na zona. Quando as voluntárias recebiam um utente

novo tinham por hábito dar informação sobre o cartão, de modo a que se a pessoa fosse elegível recebesse esse apoio complementar.

A RÆFOOD constava do *pacote* providencial de ajuda social formal, era uma das instituições de apoio, um *ativo do Estado*. A RÆFOOD apoiava, no sentido literal do termo, a Junta de Freguesia uma vez que retirava a tarefa de apoio alimentar e a despesa decorrente da estrutura de custos da Junta. Por seu turno, a RÆFOOD recebia apoio direto e indireto da Junta como a cedência das instalações; autorizações e privilégios na articulação com dadores comunitários (instituições de Estado, escolas); informação sobre os cidadãos apoiados e acesso a dados pessoais e do agregado. Para além disso, a RÆFOOD ganhava visibilidade enquanto agente no mercado social a nível local e nacional e até internacional - recordo a visita da Infanta Helena de Bourbon à RÆFOOD e o encontro com o Papa. Na prática, no período de “crise” o estímulo político global de fomento ao Terceiro Setor e o conjunto de relações intra e interinstitucionais oferecem à RÆFOOD visibilidade pública, influência, reconhecimento e poder no conjunto da rede de parceiros.

Uma das hipóteses que coloco é que a contribuição privada local pode ser entendida pelos beneficiários como uma forma ambígua de Estado, uma medida pública de emergência diluída no conjunto assistencial institucional. Esta situação torna a relação Estado-cidadão vaga e imprecisa. O “eles” abrange a ajuda alimentar que é pensada como um apoio social complementar e integrado no sistema global de apoio do Estado.

8.6. Quarto Setor. Do “um para um”

A atividade social da RÆFOOD dotou a organização de um estatuto e prestígio públicos, que permitiu o alargamento da sua atividade a outras áreas de ajuda social, como mostrei no Capítulo 7. Nesta seção interessa-me salientar uma forma de agência social que se inclui no que chamei de Segurança Social mista: o Quarto Setor. Como vimos, a atividade principal da RÆFOOD viveu um período de forte expansão o que conduziu ao desenvolvimento de apoios sociais paralelos, levando a organização a constituir-se como uma *sede* do Quarto Setor. Recordo que as ajudas promovidas numa base de um para um ficam subsumidas no Terceiro Setor dada a sua invisibilidade face a este. Contudo, a relação de um para um, informal e de proximidade, é fundamental para a melhoria das situações individuais de crise e para a reprodução da pessoa. O acompanhamento do Cantinho do Cuidador e da Associação

Coração Amarelo aos mais idosos e pessoas em situação de isolamento ilustra bem esta afirmação. Em seguida apresento alguns casos que mostram que a atividade de um para um não se circunscreve às atividades tipicamente realizadas nas organizações de voluntariado de proximidade: ultrapassam fronteiras e saem *fora* delas.

Embora a missão da RÆFOOD tenha um cariz de ajuda material, a etnografia revelou que a instituição promove formas de cuidado que devem ser enquadradas no Quarto Setor. Muitos voluntários da RÆFOOD eram profissionais liberais, médicos, advogados, psicólogos, etc. e faziam serviços *pro bono*, ajudando quando era necessário os beneficiários a resolver questões para as quais não tinham autonomia ou conhecimentos para o fazer. João era advogado e fazia parte do que Hunter descreveu como “um dos maiores recursos da RÆFOOD: as pessoas”. Lidava com os assuntos burocráticos e administrativos da RÆFOOD da Lapa e, paralelamente, ajudava os beneficiários em assuntos legais simples como a resolução de litígios contratuais de serviços, negociação de dívidas, etc. Neste sentido, podemos dizer que era simultaneamente voluntário do Terceiro e do Quarto Setor.

Em Belém, a ajuda de um para um e as preocupações pessoais com os casos tinham grande expressão e surgiam inclusivamente por parte de beneficiários da organização. Analisemos esta questão a partir de um outro caso.

D^a. Vera era uma mulher com 82 anos morava na Ajuda numa casa antiga e um pouco degradada. Era a matriarca da família e a sua história de vida é de dificuldades socioeconómicas prolongadas, apesar de ter trabalhado 40 anos na função pública, numa escola da Ajuda. Tinha uma reforma de aproximadamente 800 € e com ela vivia uma filha de 56 anos, o neto com a esposa e dois bisnetos. O neto esteve preso e a filha está reformada por doença e todos lhe “trazem problemas”, como me contava. Apesar da idade e da condição física debilitada era muito enérgica e era ela quem ia buscar os cabazes à RÆFOOD - só vi o neto numa única ocasião. D^a. Vera teve alturas de grandes dificuldades pois era a responsável da casa e assumia problemas da família que passavam a ser seus. A filha tinha sido diagnosticada com uma patologia de depressão, fazia compras desmesuradamente e gastava o dinheiro necessário para as compras da casa e a subsistência da família. “Não sabe o que faz, tem problemas de cabeça, mas agora tirei-lhe o dinheiro todo!”, contou a D^a. Vera. Numa outra ocasião, a idosa assinou “papéis que o meu neto me pediu”, o que acabou por gerar “uma carga de trabalhos”, uma dívida muito pesada e que a D^a. Vera, desesperada, não sabia

como resolver. Naquela altura respondia também por dívidas contraídas pela filha.

Eva, beneficiária e uma das minhas interlocutoras principais em Belém, tinha uma ligação muito próxima com a D^a. Vera e ajudava-a com frequência a resolver questões com a Segurança Social e outras entidades. O processo jurídico resultante da dívida da filha da idosa ganhou contornos legais muito graves e as ameaças institucionais das Finanças deixaram a D^a. Vera sem saber o que fazer. Eva ajudou-a a pedir apoio jurídico gratuito junto da Segurança Social, dado que a D^a. Vera não podia pagar a um advogado para a representar. A burla da filha gerou um processo de defesa da idosa que tinha de demonstrar a sua inimputabilidade. Eva ajuda-a com o processo e com o pedido de apoio jurídico, complexo e burocrático, que implica reunir documentação sobre o agregado, despesas, receitas, etc. Eva fez um escritório improvisado no muro da RĚFOOD até conseguir reunir a papelada necessária. Ia aos correios entregar os documentos e deu seguimento ao pedido que foi posteriormente aprovado. Um dia ouvia-a dizer que “agora é deixar ir para tribunal que isso resolve-se em tribunal com o advogado da Segurança Social” (...) vai falar com uma associação que ajuda e conversa consigo (...) é como se fosse isto [referia-se à RĚFOOD] mas em vez de darem comida, dão apoio”. A organização era a Associação Coração Amarelo (!). A ajuda de Eva foi fundamental e sem essa a idosa teria tido certamente ainda mais problemas. Tratou-se de uma ajuda espontânea e não enquadrada em nenhum regime formal a não ser o da boa vontade.

Neste caso a ajuda dá-se a vários níveis: humano, social e económico. No primeiro caso, a ajuda desinteressada de Eva procurou resolver um problema pessoal que poderia ter tido consequências muito graves para a idosa. A falta de autonomia e apoio familiar - que, pelo contrário, a prejudicava - está na base da ajuda espontânea de Eva. O seu apoio tem um valor humano e, a um nível de análise institucional, social. Paralelamente, se pensarmos este caso sob uma perspetiva economicista podemos afirmar que tem, concomitantemente, valor económico. O pagamento de um advogado e as custas judiciais e o eventual pagamento de uma pena pecuniária por parte da idosa é, evidentemente, uma questão financeira.

Termino esta seção com um último caso, o de uma voluntária da RĚFOOD de Belém que ajudava um casal de idosos “por iniciativa própria”. Salomé era uma mulher de 47 anos que vivia com a mãe, reformada, e com uma filha de 14 anos. Era beneficiária e voluntária no núcleo de Belém e detinha alguma autonomia de decisão na organização. Por

autodeterminação fazia as rondas com um dos voluntários, pois entendia estar mais vocacionada para o contato com as pessoas. Sentia que tinha uma propensão para atender necessidades pessoais, companhia e atenção a pessoas que considerava precisarem de cuidado especial. Um dia chegou à RĒFOOD muito preocupada e relatou o caso de um casal de beneficiários “de domicílio”. Contou o seguinte:

Fui com o X à casa do Sr. Horácio e a D^a. Teresa. Não sei quem são as pessoas que estavam na casa, estavam a tirar tralha, a gritar com eles. O Sr. Horácio não tem dinheiro, tinha estado a chorar de certeza e teve medo de nós. Eu acho que ele tem medo que a gente lá vá e grite. Peço desculpa mas eu não gostei, isto não é tratamento humano. A senhora tem um andarilho e estava num estado lastimável. Eu nunca a tinha visto porque ela fica sempre dentro de casa, mas estava com ar muito maltratado. Eu acho que não se tratam pessoas idosas assim por muito que vivam da caridade ou não, não se tratam os idosos assim. Chovia, eles ficaram à chuva, o senhor estava muito em baixo. Eles podem estar a dizer que não querem comida por medo. O senhor é muito educado e tem um olhar que só quem... um olhar que eu já vi, que conheço, lido bem com isso, mas é o olhar de quem é ameaçado. Hoje até as lágrimas me vieram aos olhos. Tentei perceber quem eram as pessoas que estavam lá a tirar coisas da casa, mas realmente eles [o casal de idosos] vivem em condições deploráveis. Eu hoje vi isso, ele hoje não reagiu da mesma maneira, ele aceitou o cabaz e fugiu para dentro, nem falou nem nada. [A Júlia - voluntária ia perguntado quantas pessoas estavam na casa, os idosos vivem num anexo da casa]. “Seriam os donos?” [perguntou a Júlia, sem conseguir tranquilizar a Salomé que continuava a descrever o que tinha visto]. Eu peço imensa desculpa, mas não achei normal, não gostei nada, pelo menos na formação aprendi que se a gente detetasse alguma coisa de estranho devia alertar. Há ali qualquer coisa de estranho, eu já reparei que ele tem um ar vago e triste. Independentemente de os quererem pôr na rua ou não, não sei se é isso ou...

A conversa terminou sendo visível a preocupação das voluntárias intervenientes na conversa (uma delas a coordenadora do núcleo). Decidiram que Salomé enviaria um email para a

coordenação do núcleo relatando o caso e a seguir a situação seria encaminhada para a Junta de Freguesia. A situação ficou formalizada mas Salomé não abandonou o caso. Passados uns dias voltámos a conversar sobre o assunto e contou-me, a modo de confissão, que tinha regressado a casa dos casal três vezes. Uma das vezes não conseguiu falar com ninguém, mas numa segunda tentativa falou com a idosa, que muito vagamente lhe explicou que foram os proprietários da casa principal que tinham estado a retirar móveis e outros pertences. Apesar da pouca clareza nas explicações, Salomé conseguiu perceber que a situação não era tão grave como tinha parecido e no terceiro dia levou-lhes comida que ela própria preparou. Disse-me que não consegue desvincular-se do caso e vai continuar a vê-los a título particular, quando lhe for possível passar na casa dos idosos. A ajuda de Salomé advém de um sentido de dever, é uma atividade de cuidado inscrita numa relação próxima e espontânea. Nesse sentido tem um carácter informal e não institucional. As economias do quotidiano, como alguns autores as definem, não ocorrem apenas nos interstícios e falhas do Estado ou das instituições privadas e não são residuais ou periféricas. No caso português, a herança cultural de um regime de cuidado de proximidade, vicinal e de mutualidade informa agências com impacto nas economias quotidianas. Reproduzem-se à margem das práticas institucionais, são subtis e invisíveis, porém, produtivas. Assim, podemos afirmar que tal como a atividade do Terceiro Setor fazem parte da Segurança Social mista.

O Quarto Setor é um campo cuja análise contribui para a teoria social que, neste âmbito, deve colocar o foco nos processos de reprodução social alternativos, fundamentais para a produção da vida. Este campo de estudos tem pouca expressão na academia nacional e é um campo a explorar e deve ser amplamente desenvolvido. Como mostram estes casos, a reprodução social envolve trabalho físico e mental que ocupa os sujeitos em torno de atividades, comportamentos e emoções, que visam a manutenção de vidas dignas (Bhattacharya 2017), contribuindo para evitar o colapso do sistema de proteção social, sobretudo em contextos de “crise”. Concluo afirmando que a multiescalaridade da Segurança Social compõe-se de diferentes instituições e sujeitos, agências, intencionalidades e imperativos, que só a visão agregada do conjunto permite compreender a realidade total e totalizadora da Ação Social.

Vejo com interesse a ajuda de um para um que relatei nesta seção. O trabalho *pro bono* realizado por alguns voluntários à margem das suas tarefas nas organizações suporta-se na

sua experiência e formação profissional. Emprega, assim, capitais culturais próprios, dedicação técnica aos casos e tempo para além do que destinaram ao trabalho nas organizações. Da mesma maneira, os beneficiários que davam apoio a outros beneficiários, de um para um, aplicam os seus conhecimentos e esforço com o mesmo objetivo de ajudar os que necessitavam. Em ambos os casos, o efeito cumulativo das ajudas reforça o valor social, económico e humano do voluntariado, que, neste caso, se compõe de trabalho voluntário *normativo* (organizações) e de um para um (pessoal). Para terminar quero reforçar a importância da ação combinada do Terceiro e Quarto Setor. Esta modalidade *mista* deve ser pensada como uma instituição social, digamos um *novo* setor. Como mostrei através dos casos etnográficos, tem um valor acrescido dado que resolve problemas pessoais, na maior parte das vezes difíceis de superar, justamente porque não fazem parte do portfólio de ajudas estatais ou voluntárias.

Capítulo 9 - CONCLUSÃO

Esta tese baseia-se numa etnografia dos quotidianos, orientada pelo que Sherry Ortner designa por “dark anthropology” e “anthropology of good”. A abordagem da autora é otimista e retrata dois momentos de ampla contribuição da disciplina para a teoria social. Em primeiro lugar, a autora refere-se ao “dark turn” da antropologia, pela abundância de trabalhos sobre temas em torno de situações de crises a partir dos anos 80. Nesse período predominaram debates sobre as dimensões mais “duras e brutais da experiência humana e as condições históricas que a produziram” (2016: 49) nomeadamente as desigualdades e estruturas de poder, formas de opressão, exclusão ou pobreza. Paralelamente e em contraciclo, a antropologia contemporânea alinha-se com o “happiness turn”, a “antropologia do bem”, focada na agência coletiva que visa a melhoria social e humana, predominando as análises de processos sociais de resistência coletiva e de superação. É neste âmbito que se desenvolve a etnografia da resistência, propondo novas perspetivas analíticas e orientações teórico-metodológicas, como o estudo de movimentos sociais, ativismo e intervenção política no espaço público. Os múltiplos estudos que se desenvolveram nas últimas décadas sobre a diversidade de modelos económicos que se constituem como alternativas contemporâneas baseadas em novos mercados solidários e de cooperação enquadram-se na “antropologia do bem”. É nesta dupla vertente analítica que visa compreender a mudança social que se enquadra o meu trabalho sobre os efeitos da “crise” e da sua contraparte, os processos de resiliência e superação.

O voluntariado é uma atividade solidária que proliferou em Portugal nos contextos urbanos durante o período da “crise” de 2011-2015 como resposta da *sociedade civil* aos impactos sociais da austeridade. Ao longo do trabalho de campo fui percebendo que o voluntariado alimentar tem uma expressão maior no domínio público e objetivos mais abrangentes e de maior alcance do que o que designo por voluntariado de proximidade. O voluntariado de proximidade é menos falado na comunicação social e a sua fraca visibilidade pública é associada às relações interpessoais mantidas, a maior parte das vezes, no âmbito doméstico, onde o *cuidado ao outro* cristaliza ideários afetivos e laços de proximidade que envolvem imaginários intimistas, ambientes familistas e está orientado para uma atenção individualizada e empática com o Outro. Embora uma leitura apressada possa identificar aqui dois *tipos* de voluntariado, defendo que estes são, pelo contrário, formas concomitantes e

complementares, atividades paralelas que contribuem para promover bem-estar a quem necessita. Foi a partir desta perspectiva que desenvolvi as principais linhas analíticas desta tese.

Ao longo desta tese procurei compreender como a mudança e/ou persistência da relação Estado-cidadão no âmbito da Ação Social contribui para assegurar a reprodução social ou, noutro sentido, para a reprodução de situações de carência.

Com esse objetivo analisei diferentes visões e impactos daquilo a que se chamou “a crise”, e que se constrói em diferentes *culturas* de necessidades (diversidade de população em situação de necessidade) e de bem fazer (de solidariedade). A experiência vivida dos meus interlocutores está sempre presente nos discursos e representações, construindo narrativas sobre as suas vivências particulares para explicar as suas experiências pessoais da “crise”. Os testemunhos de alguns, daqueles que “sempre viveram em crise”, mostraram como esta não é uma tragédia circunstancial mas que é persistente e estrutural. Para estes interlocutores viver precariamente é o “normal” e não o excepcional. Para outros, este período representou uma situação nova, disruptiva, por relação a um passado de estabilidade laboral, económica e de boas condições de vida. A imposição de medidas de austeridade em Portugal foi acompanhada por narrativas políticas de culpabilização da população (“vivemos acima das nossas possibilidades”) e pela atribuição das respostas às situações de “crise” a instituições não estatais de *governança pessoal*. A par destas orientações políticas, a promoção ideológica do empreendedorismo e da ideia da renovação criativa de formas de viver a vida e o trabalho foram dispositivos retóricos usados pelo governo para legitimar e estimular a individualização de responsabilidades sociais da “crise”.

A tese que apresento foi construída com base em dois eixos centrais de análise: 1) a mútua constituição da providência social, que combina a ação do Estado com organizações de Solidariedade Social, o público e o privado; 2) as tensões que emergem desse modelo misto, que ainda que tenham sido relevantes para a superação de emergências sociais, conduziram, nalguns casos, a representações de injustiça, desigualdade e precarização das vidas por parte de quem necessita de apoios sociais. Importante para mim era compreender os diferentes significados da “crise” para beneficiários e voluntários.

A centralidade da participação privada das organizações na Ação Social no sistema de providência português é uma das conclusões que quero destacar por dois motivos particulares: a) porque se constitui como parte da vida dos cidadãos, contribuindo para a superação das suas crises e b) porque afeta o modelo governativo, de baixo para cima, pois contribui para a reprodução do sistema público, assumindo parte da função social do Estado. A participação privada das organizações na Ação Social constitui-se, portanto, como parte do contingente político de governação que estimula as culturas cívicas de mutualidade e é um dispositivo de *governo social*, uma forma de governo do governo.

As políticas públicas instrumentalizaram a tradição moral familista portuguesa, convocando os cidadãos a mobilizar uma ética de compaixão e empatia. Para muitos autores, o “institucionalismo histórico” é a linha conceptual a partir da qual se deve pensar o modelo de providência português atual, pois nele persiste a participação privada de órgãos externos ao Estado, principalmente de inspiração católica. O fundamento teórico do institucionalismo histórico baseia-se na tese de que as políticas públicas persistem no tempo histórico e, por esse motivo, as decisões iniciais de base e as suas revisões influenciam e condicionam a própria evolução das instituições.

Em Portugal, a partir de 2011 acentuaram-se os desequilíbrios sociais e fortaleceram-se estruturas funcionais enquadradas no paradigma de *gestão horizontal partilhada* na Ação Social pública. Este modelo de governação, em que há transferência de parte das responsabilidades sociais do Estado para a sociedade civil, tem raízes no sistema de assistencialismo corporativista, mutualidades e misericórdias que asseguraram grande parte da assistência pública até 1974. No pós revolução e nos anos de consolidação da democracia, o Estado aumentou a proteção pública em setores chave como a saúde, o desenvolvimento da escola pública e a proteção social. Consolidaram-se as Instituições Particulares de Solidariedade Social, que assumiram forte presença enquanto agentes públicos na Ação Social. A partir dos anos 80, verifica-se um período de expansão da providência pública através de medidas reformistas de integração de maiores responsabilidades sociais por parte do Estado. Contudo, a partir de 1990 o regime atravessa um período que os analistas classificam “de contenção”; depois de 2005 a Segurança Social enfraquece de forma estrutural verificando-se uma inflexão do modelo anterior. Assim, o formato de partilha de responsabilidades é reforçado, instituindo-se na Segurança Social um pilar complementar, o

privado. Em 2014 com a introdução do contingente de medidas de restrição dos apoios estatais, consolida-se o sistema de transferência de responsabilidades para as organizações de solidariedade social enquanto suporte inextricável e complementar do Estado. Este modelo alicerça-se em parcerias público-privadas, arranjos institucionais horizontais, de nível micro territorial: a “governança para lá do Estado” (Swyngedouw 2005). A *cultura* política alicerçou-se numa ética de proteção do capital privado, que veio a produzir insuficiências no apoio social.

A providência privada constitui-se como um pilar complementar do governo num contexto de fortes medidas austeritárias e de retração do Estado, com uma diminuição significativa da despesa pública na área social. Esta conjuntura de crise afetou a população em geral, mas sobretudo os setores socioeconómicos que já eram anteriormente mais enfraquecidos. Para além disso, a retração da economia desequilibró os sistemas de mercado que perderam capacidade de corrigir as falhas do Estado, o que fez recrudescer os impactos negativos da “crise”.

A ideologia global neoliberal subjacente aos regimes governativos dos países do sul da Europa no período estudado, está na base da referida governança partilhada e promove a ideia de que o *social*, o bem público, deve ser transferido, pelo menos parcialmente, para a *sociedade*, para os cidadãos, onde as organizações privadas de solidariedade ocupam um lugar crucial na resolução de crises sociais. O período austeritário em Portugal foi paradigmático no reforço sistémico da reforma liberal; cristalizou a interligação do público, do mercado e das organizações numa conjuntura política de fomento da providência *fora do Estado*, promovido sob a égide moral culturalmente enraizada da responsabilidade das famílias (e não do Estado) em cuidar dos seus. O sistema apoia-se na “multiescalaridade das seguranças sociais”, uma forma híbrida de proteção social em que participam de forma combinada vários atores, pessoas e organizações – Terceiro e Quarto setor - e o Estado.

Através da etnografia dos quotidianos observei processos de tentativas de resolução de necessidades de bens tangíveis e intangíveis que, nalguns casos, não fazem parte do repertório institucional de ação social. Refiro-me, por exemplo, à população mais idosa, muitas vezes socialmente isolada e para quem a providência pública é frequentemente marginal e apenas cobre aspetos clínicos e sanitários. Nestes casos, o cuidado de proximidade é fundamental para a reprodução sustentada da pessoa, relacionando agentes, voluntários e

recetores num ambiente afetivo e de intimidade, que se constitui como um fator de subsistência material e de produção da *persona*.

A ajuda alimentar realizada pelas organizações de voluntariado de distribuição gratuita de comida tem na base da motivação coletiva a imaginação de “trabalhar a comunidade”. De igual modo, contribui para a superação de necessidades básicas, carências de bens decorrentes de situações prolongadas de crise e que, noutros casos, emergem de forma inusitada na vida das pessoas, nomeadamente na dita classe média.

O *ethos* das organizações de voluntariado alimentar que acompanhei está profundamente enraizado na visão émica de um *humanitarismo cosmopolita*, que imprime à ajuda cidadã voluntária um estilo de fazer contemporâneo e modernista. A disseminação do imaginário de cidadania ética está na base da construção social de “sujeitos éticos”, aqueles que estão na linha da frente da boa cidadania social: os voluntários. Neste processo, o voluntariado contemporâneo em contexto urbano empodera agentes e instituições, gerando interpretações nativas sobre a moral solidária como um apoio indispensável de substituição do Estado. O paradigma de governança partilhada inscreve-se, portanto, numa narrativa que confere idoneidade *natural* aos voluntários, constitutiva da sua participação no setor comunitário. A meritocracia solidária preside à narrativa de Estado de uma boa canalização de excedentes - recursos humanos e comunitários - a partir da qual se constrói uma cidadania modernista e virtuosa.

Mostrei como em Portugal a profissionalização do voluntariado foi estimulada por dispositivos retóricos políticos de empreendedorismo e de inovação social. Para os voluntários, a burocratização/estatização dos processos de gestão das atividades acrescenta valor simbólico de profissionalização ao valor humanista do seu envolvimento no projeto, consolidando um certo auto empoderamento.

Defendi que a “cidadania ética” é uma política pública em si mesma e não está isenta de crítica, uma vez que a condescendência *benevolente* das organizações pode reproduzir desigualdades sistémicas, através das relações de poder micro locais. Tal não significa que a ajuda alimentar e as doações não contribuam para a solução de problemas de emergência, muito pelo contrário. Em grande parte das situações as ajudas são fundamentais para dar resposta às crises pessoais, contribuindo, concomitantemente, para a reprodução do modelo. De igual modo, o cuidado de proximidade é crucial para a sustentabilidade de setores sociais

mais fragilizados, cujas necessidades não fazem parte do repertório dos organismos estatais de apoio, mas que estão no centro e são objeto do voluntariado de proximidade, de “um para um”. Assim, podemos afirmar que esta componente da Segurança Social é central para a sustentabilidade do sistema de ação pública e não é um epifenómeno oposto ao mercado ou Estado. É deles parte integrante e, de facto, indispensáveis aos mesmos.

A pesquisa realizada na Associação Coração Amarelo (ACA), na CASA Amiga (CASA) e na REFOOD permitiu perceber como as diferentes interpretações dos voluntários sobre solidariedade transitam entre posicionamentos aparentemente contraditórios: um conservadorismo humanitário universalista, por um lado, e um sentido assistencial *progressista*, que se cristaliza na individualização e na responsabilização dos beneficiários pelas suas dificuldades numa perspetiva meritocrática da sociedade, por outro. Estas reflexões permitem concluir que é precisamente nessa versatilidade de interpretações do bem fazer – apolítico, num dos casos, e caritativo, no outro - que se alicerça a *virtude* do voluntariado, narrativa que consolida o projeto neoliberal. A governança micro local reforça o paradigma na medida em que é uma participação efetiva no sistema de reprodução flexível, uma forma “leve” de produção capitalista”: um “capitalismo simpático”. A transferência de responsabilidades do *social*/serviço público para a *sociedade*/cidadãos operacionaliza-se através do voluntariado transformado numa segunda linha do Estado, uma espécie de proto Estado de ação social. O voluntariado constitui-se, portanto, numa instituição de governança em si mesmo, uma entidade social supra informal.

Com base no exposto, a disseminação do paradigma de governação horizontal assente na atomização do poder local reafirma, portanto, a *virtude* da solidariedade local. Porém, simultaneamente, ela cristaliza sentidos dicotómicos de bem fazer por parte dos voluntários e sentimentos de pertença a uma classe social marginalizada e *desempoderada*, por parte dos beneficiários. Os relatos de vergonha dos utentes das organizações revelavam como se reavivaram noções estigmatizantes de exclusão por referência à sociedade de pertença. A expressão “não se prega de barriga vazia”, proferida por uma das minhas interlocutoras principais, enformou a ideia que designei como o “dentro e o fora”. Esta oposição consolidou-se como uma categoria analítica que cruza conceitos de vergonha e precarização, por um lado, e de empoderamento, por outro. O *dentro e o fora* ilustra a articulação desigual entre culturas de necessidades e culturas de privilégio. As diferenças de classe são

marcadores de diferença social nas organizações que doavam alimentos e constituíram um aspeto que se destacou ao longo da pesquisa.

Os beneficiários das organizações de solidariedade social não dispunham de recursos financeiros, capitais sociais ou culturais que lhes permitissem superar as crises de forma autónoma, sem recorrer a ajuda institucional, minando desta forma as suas expectativas de uma vida autónoma. A observação participante e as muitas horas de conversa com os meus interlocutores mostraram claramente como estudar antropologicamente o *fazer a vida* deve observar fatores substantivos que conjugam dimensões económicas e não utilitaristas. Partindo desta perspetiva, afirmei que as escolhas morais são subjetivamente negociadas e as estratégias de superação englobam diferentes arranjos nomeadamente a ajuda mútua e solidária, recuperando, nalguns casos, vivências tradicionais de subsistência de natureza familista e imaginários de proximidade.

Compreender as escolhas dos sujeitos depende, necessariamente, de observar as obrigações morais, desejos socialmente informados, motivações, percursos culturais, entre muitos outros. Recorrer à ajuda alimentar disponível no mercado da solidariedade é uma medida de recurso que se operacionaliza através da desigualdade social sistémica e que a reproduz. A ideia de “se eu posso porque é que eu não hei de ajudar?” - que ouvi várias vezes ao longo da pesquisa – enraíza-se numa necessidade em mostrar um “contraponto moral da riqueza”, que contrasta com a moralidade de quem tem de recorrer às doações, negociando escolhas sofridas para assegurar a sobrevivência e um quotidiano de precariedade.

A ajuda solidária e o voluntariado de proximidade e alimentar procuram corrigir as ausências da Segurança Social através de uma governança mista público-subsidiária/solidariedade comunitária. As respostas estatais podem ser instáveis e voláteis e abranger de maneira parcial dimensões fundamentais para a produção da vida e da estabilidade da unidade familiar. Assim, é com base nas vivências quotidianas dos sujeitos que se configuram interpretações nativas sobre as políticas de Estado, que começa a ser entendido como uma entidade dispersa e abstrata e, para quem depende dele, discricionária e insuficiente.

Uma das dimensões mais relevantes para análise foram as representações émicas sobre a ajuda comunitária, pensadas pelos beneficiários como parte integrante do aparelho do Estado. Para quem recorre às organizações de solidariedade social, o encontro Estado-cidadão promove uma resignificação das fronteiras simbólicas e deteriora os princípios da

Providência, nomeadamente a promessa de equidade e justiça social. Por várias vezes observei falhas no mercado da solidariedade - que, por exemplo, no caso do voluntariado alimentar depende da disponibilidade das doações - que conjugadas com políticas públicas frágeis, gera interpretações negativas sobre a ação do Estado e quadros de ansiedade social. Dito por outras palavras, o enfraquecimento do conjunto de possibilidades de gestão das crises pessoais reforça perceções coletivas de quebra de confiança na Segurança Social, que deveria ser o pilar de um Estado social forte.

Nesse sentido, a contradição que assenta na ideologia da democratização da ação privada - baseada no paradigma de liberalização dos serviços - conduz, paradoxalmente, a um défice democrático. O desequilíbrio das relações de poder quebra os princípios de confiança entre cidadão e Estado, que deveria ser um pilar basilar do Estado Providente.

Sumario as conclusões gerais que fui elaborando ao longo da tese. A análise da governação horizontal revela que a Ação Social combinada - Segurança Social, IPSS, organizações não governamentais e associações cidadãs baseadas no voluntariado - dá origem a: 1) um controlo estatal difuso da Ação Social entregue às organizações; uma gestão casuística dos apoios de Estado às IPSS, o que pode gerar situações de injustiça para os beneficiários finais, os beneficiários; 2) um paradigma de governação percecionado pelos recetores das ajudas como difuso, em que o Estado se torna uma entidade abstrata e discricionária. Este panorama gera representações de incerteza para quem necessita da ajuda, tendo em conta a volatilidade e instabilidade do mercado solidário que depende de doações e de decisões subjetivas e intersubjetivas na relação voluntário utente.

Do meu ponto de vista, a intervenção das organizações de governança comunitária que procuram a mudança requer o desenvolvimento de um trabalho de *dentro para fora*, isto é, uma agência efetiva nas instituições de poder democrático, nomeadamente nos organismos locais. Porém, o meu trabalho de campo revelou algumas iniciativas (débeis) por parte de organizações que tentaram intervir e afetar o poder local, sugerindo a existência de um universo de possibilidades agenciais que podem ser profícuas para a mudança das políticas nacionais de apoio local. O poder, a autonomia e o capital social das organizações conquistado na opinião pública podem ser canalizados para a promoção concreta de um paradigma de ação mais universalista que implique, por exemplo, políticas de distribuição não setorial.

Apesar da complexidade temática, defendo que o debate interdisciplinar sobre a produção de políticas comunitárias deve abarcar uma reflexão sobre inclusão/exclusão, de modo a que as representações sobre caridade se diluam através de mecanismos distributivos instigados por filosofias sociais engajadas, que sejam *de todos para todos*. A discussão envolve diversos níveis de análise e categorias: políticas sociais, classe, culturas de estatuto, democracia, progresso, justiça, identidade e até ecologia. Esta ideia é embrionária, desafiante e pode até ser polémica, contudo é profícua na medida em que pode produzir conhecimento inovador sobre estes universos de ação, podendo traduzir-se na base de novas propostas para o legislador e para os fazedores de políticas públicas.

O estudo das estruturas de governação micro local que atuam nos *mercados da crise* é um forte contributo para o avanço da teoria social. No âmbito do voluntariado cruzam-se dimensões centrais da vida quotidiana, como identidade social e estruturas morais orientadoras das escolhas dos pessoas, que visam possibilidades de produção de quotidianos assegurados. O voluntariado é, portanto, um processo social motivado por princípios morais que em Portugal se transformou numa *quasi* política pública no âmbito de um período autoritário em que o Estado se retraiu da sua responsabilidade provedora. Tal como sugeri no início deste ensaio, o debate sobre as políticas públicas de subsidiarização das organizações privadas de solidariedade social deve manter-se em aberto, sobretudo porque é a partir desse paradigma que se legitima a Ação Social privada (Terceiro e Quarto Setor). O trabalho voluntário é um ativo social de grande valor moral que não deve constituir, contudo, uma instituição de governança que liberte o Estado de dar resposta aos cidadãos que nele confiam para enfrentar situações de crise. Neste sentido, o valor do voluntariado não deve ser instrumentalizado e constituir-se como um bastião de suporte económico a um Estado em retração.

BIBLIOGRAFIA

- AGAMBEN, Giorgio, (1995) 2002. *Homo Sacer. Poder Soberano e a Vida Nua*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- AMORIM, H., 2017a. Introdução. In: *O trabalho Imaterial em Discussão: teoria e política*. *Caderno CHR*. **27**(70), pp. 9-21.
- AMORIM, H., 2017b. O trabalho em André Gorz: três reflexões, uma problemática. *Caderno CHR*. **30**(81), pp. 435-452.
- ANDERSON, Benedict, 2012. *Comunidades Imaginadas. Reflexões Sobre a Origem e a Expansão do Nacionalismo*. Lisboa: Edições 70.
- APPADURAI, Arjun, (1986) 2010. *The social life of things. Commodities in cultural perspective*. New York: Cambridge University Press.
- APPADURAI, Arjun. 1996. *Dimensões Culturais da Globalização*. Lisboa: Teorema.
- BAINES, S. e I. HARDILL, 2008. 'At Least I Can Do Something': The Work of Volunteering in a Community Beset by Worklessness. *Social Policy & Society*. **7**(3), pp. 307–317.
- BAKALAKI, A., 2008. On the Ambiguities of Altruism and the Domestication of Emotions. *Historiein*. **8**, pp. 83–93.
- BALDASSAR, L., 2007. Transnational Families and Aged Care: The Mobility of Care and the Migrancy of Ageing. *Journal of Ethnic and Migration Studies*. **33**(2), pp. 275- 297.
- BASTOS, Susana P. 1997. *O estado Novo e os Seus Vadios. Contribuição para o Estudo das Identidades Marginais e da sua Repressão*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- BATESON, Gregory, 1936. *Naven: A Survey of the Problems suggested by a Composite Picture of the Culture of a New Guinea Tribe drawn from Three Points of View*. Franklin Classic Trade Press.
- BERG, M. L., 2006. O desafio de encontrar e definir “o terreno”: reflexões em torno a uma investigação entre a diáspora cubana em Madrid. In: R. SARRÓ e A. P. de LIMA, Orgs. *Terrenos Metropolitanos. Ensaios sobre a produção etnográfica*. Imprensa de Ciências Sociais, pp. 1-16.
- BERNARDINO, S. J. Q., 2013. *Iniciativas de Empreendedorismo Social no Terceiro Setor em Portugal: Antecedentes, Comportamentos e Desempenho Organizacional*. Dissertação de Doutoramento em Gestão pela Universidade Portucalense. dezembro, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11328/1045>
- BHATTACHARYA, T. 2017. *Social Reproduction Theory. Remapping Class, Recentring Oppresion*. Londres: Pluto Press.
- BLANC, J., 2010. Community and Complementary Currencies. In: K. HART, J-L LAVILLE e A. D. CATTANI, eds. In: *The Human Economy*. USA: Polity Press, pp. 304-312.
- BOURDIEU, Pierre. 1989. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel.
- BRANCO, R., 2017. Sociedade Civil e Estado Providência. Portugal em perspectiva histórica e comparada. In: C. P. TEIXEIRA, Coord. *O Sistema Político Português numa Perspectiva Comparada*. Principia. pp. 403-430.
- CABOT, H., 2016. 'Contagious' solidarity: reconfiguring care and citizenship in Greece's social clinic. *Social Anthropology*. **24**(2), pp. 152-166.
- CAILLÉ, A., 2010. Gift. In: K. HART, J-L LAVILLE e A. D. CATTANI, eds. In: *The Human Economy*. USA: Polity Press, pp. 180-186.

- CALEIRAS, J., 2011. Para além dos Números. As consequências pessoais do desemprego. Dissertação de Doutoramento em Sociologia. Universidade de Coimbra.
- CAMAROFF, J. e J. L. CAMAROFF, 2000. Millennial Capitalismo: First Thoughts on a Second Coming. *Public Culture*. **1**(2), pp. 291- 343.
- CARBONELLA, A., 2014 Dispossession and Emancipation: Reframing our Political Imagination. Focaal Web Editor. Disponível em: <https://www.focaalblog.com/2014/07/17/dispossession-and-emancipation-reframing-our-political-imagination-august-carbonella/>
- CARSTEN, Janet, 2000. Cultures of Relatedness: New Approaches to the Study of Kinship. Cambridge: Cambridge University Press
- CASTEL, Robert, 1995. Les Métamorphoses de la Question Social: Une Chronique du Salarial. Paris: Fayard.
- CASTEL, R., 1996. Work and usefulness to the world. *International Labour Review*. **136**(6), pp. 615-622.
- CASTELLS, M., 2012. Networks of Outrage and Hope: Social Movements in the Internet Era. Cambridge: Polity Press.
- CARVALHO, L. F. e J. RODRIGUES, 2008. Are markets everywhere? Understanding contemporary process of commodification. In: J. B. DAVIS e W. DOLFSMA, eds. The Elgar Companion to Social Economics. *Edward Elgar Publishing Limited*. pp.267-286.
- CERES, V. e M. C. COELHO, 2019. A antropologia das emoções: conceitos e perspectivas teóricas em revisão. *Horizontes Antropológicos*. **54**, pp. 7-21. Disponível em: <http://journals.openedition.org/horizontes/3170>
- COELHO, C., 2003. Dádiva e Emoção: obrigatoriedade e espontaneidade nas trocas materiais. *Revista Brasileira de Antropologia da Emoção*. **2**(6), pp. 335-350.
- CORDEIRO, Ricardo A. F. Filantropia. As Cozinhas Económicas de Lisboa (1893-1911). Dissertação de Mestrado. Lisboa: ISCTE, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/5510>.
- CUNHA, M. I., 2006. Formalidade e Informalidade: Questões e Perspectivas. *Revista Etnográfica*. **X**(2), pp. 219-231.
- CUNHA M. I. e A. P. LIMA, 2010. Ethnography and the public sphere: summarizing questions. *Etnográfica*. **14** (1), pp. 61-69.
- DALLA COSTA, Mariarosa e Selma JAMES, 1972. The Power of women and the Subversion of the community. London: Falling Wall Press.
- DAS, V., 2012. Comment on Clara Han. Life in Debt: Times of Care and Violence in Neoliberal Chile. Berkeley: University of California Press, pp. 217-220.
- DEBERT, G., 2014. Arenas de Conflito em torno do Cuidado. *Tempo Social - Dossier Trabalho e Género-Controversias*. **26**(1), pp. 35-45.
- DEES, J. G., 2001. The Meaning of 'Social Entrepreneurship'. Disponível em: https://centers.fuqua.duke.edu/case/knowledge_items/the-meaning-of-social-entrepreneurship/
- DOLNICAR, S., 2007. What motivates which volunteers? Psychographic heterogeneity among volunteers in Australia. *Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*. **18**(2), pp. 135-155.
- DORNELAS, A., 2013. Portugal: a construção do Estado-Providência em contexto desfavorável. In: F. C. da SILVA, org. Os portugueses e o Estado-providência : uma perspectiva comparada. ICS. Imprensa de Ciências Sociais. pp. 45-83.

- DUBOIS, V., 2009. Towards a critical policy ethnography: Lessons from fieldwork on welfare control in France. *Critical Policy Studies*. **3**(2), pp. 221-239.
- DUBOIS, V., 2010. Introduction. In V. Dubois. *The Bureaucrat and the Poor: Encounters in French Welfare Offices*. Ashgate Publishing. pp. 1-21.
- ELIAS, Norbert. 1982. *A Solidão dos Moribundos, seguido de Envelhecer e Morrer*. Rio de Janeiro: Edições Zahar.
- EPSTEIN, G., 2014. The Eurozone Crisis: Shredding the Post-war Bargain. *New Labor Forum*. **23**(2), pp. 95-98.
- ESTANQUE, E., 2013. A 'classe média' como realidade e como ficção - um ensaio comparativo Brasil- Portugal. In D. D. BARTELD, Org. *Democracia, Desigualdade e Direitos. Uma discussão do projeto político da "Nova Classe Média" no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Heirinch Böll Stiftung/Le Monde Diplomatique, pp. 171- 184.
- FASSIN, D., 2007. Humanitarianism as a Politics of Life. *Public Culture*. **(19)3**, pp. 499-520.
- FASSIN, D., 2010a. A contribution to the critique of moral reason. *Anthropological Theory*. **11**(4), pp. 481-491.
- FASSIN, D., 2010b. Ethics of Survival: A Democratic Approach to the Politics of Life. *Humanity: An International Journal of Human Rights, Humanitarianism, and Development*. **1**(1) pp.81-95.
- FASSIN, D., 2011. Noli Me Tangere: The Moral Untouchability of Humanitarianism. In: Erica BORNSTEIN e Peter REDFIELD, eds. *The Moral Untouchability of Humanitarianism Between Ethics and Politics*, Santa Fé, N.M.: School for Advanced Research Press, pp. 35-52.
- FASSIN, D., 2013. On Resentment and *Ressentiment* : The Politics and Ethics of Moral Emotions. *Current Anthropology*. **54**(3), pp. 249-267.
- FEDERICI, Silvia, 2013. *Revolución en punto cero. Trabajo doméstico, reproducción y luchas feministas. Traficantes de Sueños*.
- FERGUSON, J. e A. GUPTA, 1997. Discipline and Practice: "The Field" as Site, Method, and Location in Anthropology. In: Akhil GUPTA e James FERGUSON, eds. *Anthropological locations: boundaries and grounds of a field science*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, pp.86-102.
- FERNANDES, D.V., 2016. As medidas de austeridade debaixo da Troika: Uma análise à cobertura noticiosa dos Orçamentos de Estado de JN e Público. *eikon journal on semiotics and culture*. pp. 38- 56.
- FERREIRA, A. R., D. CAROLO, M. T. PEREIRA e P. ADÃO e SILVA, 2016. Fundamentos Constitucionais da Proteção Social: Continuidade se Roturas. *Sociologia, Problemas e Práticas*, número especial 1, pp. 71-97.
- FOLBRE, N. e J. A. NELSON, 2000. For Love or Money- Or Both?. *Journal of Economic Perspective*. **14**(4), pp.123- 140.
- FONSECA, C., L. M. SCALCO e H. C. de CASTRO, 2018. Etnografia de uma política pública: controle social pela mobilização popular. *Horizontes Antropológicos*. **50**, pp. 271- 303.
- FOSTER, J.B., 2014. Piketty and the Crisis of Neoclassical Economics. *Monthly Review*. Disponível em <https://monthlyreview.org/2014/11/01/piketty-and-the-crisis-of-neoclassical-economics/>.

- FOTI, A., 2004. Precarity and n/European identity: (an interview with Alex Foti (Chainworkers)). *Mute*. **2** (0). Disponível em <https://www.metamute.org/editorial/articles/precarity-and-neuropean-identity-interview-alex-foti-chainworkers>.
- FOWLER, A., 2000. NGDOs as a moment in history: beyond aid to social entrepreneurship or civic innovation. *Third World Quarterly*, **21**(4), pp 637- 654.
- FRADE, C., I. DARMON, e M. LAPARRA, 2004. Precarious employment in Europe: a comparative study of labour market related risk in flexible economies”, Esope Project, Precarious Employment in Europe: A Comparative Study of Labour Market related Risks in Flexible Economies
- FREIRE, J., 2010. A evolução do papel do Estado em Portugal a partir da segunda metade do século XX. CIES e-working paper, **97**.
- FROIS, C., 2007. A reinvenção do Eu através do discurso: narrativa, estigma e anonimato nas Famílias Anónimas. **1**
- FROIS, Catarina, 2013. Peripheral vision: Politics, technology, and surveillance. Berghahn Books.
- FROIS, Catarina, 2017. Mulheres condenadas: histórias de dentro da prisão. Tinta da China.
- FUKUYAMA, F., 2012. The Future of History. Can Liberal Democracy Survive the Decline of the Middle Class?. *Foreign Affairs*. Janeiro/Fevereiro, pp. 53-61.
- GEERTZ, Clifford, 1989. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: LTC.
- GHEZZI, S., 2014. The fallacy of the formal and informal divide. Lessons from a post-Fordist regional economy. In: E. MARCELLI, CC. WILLIAMS e P. JOASSART eds., Informal work in developed nations, pp.114-131.
- GIBSON-GRAHAN, J.K., 2008. Diverse economies: performative practices for “other worlds”. *Progress in Human Geography*. pp., 1-20.
- GILLIGAN, C. 1982. In a Different Voice Psychological Theory and Women's Development. *The Harvard University Press*. Cambridge, Massachusetts, pp . 24-39.
- GKINTIDIS, D., 2016. European integration as a moral economy: Greek technocrats amidst capitalism-in-crisis. *Anthropological Theory* **16**(4), pp. 476–495.
- GLASSMAN, J., 2006. Primitive accumulation, accumulation by dispossession, accumulation by ‘extra-economic’ means. *Progress in Human Geography*. **30**(5), pp. 608–625.
- GODBOUT, Jacques T. 1992. O Espírito da Dádiva. Lisboa: Instituto Piaget
- GOFFMAN, Erving, 1993. A apresentação do Eu na vida de todos os dias. Lisboa: Relógio D’Água Editores.
- GOLUB, P. S. e MARÉCHAL, J-P, 2010. Global Public Good. In: K. HART, J-L LAVILLE e A. D. CATTANI, eds. In: The Human Economy. USA: Polity Press, pp. 32-38.
- GODBOUT, Jacques T., 1992. O Espírito da Dádiva, Lisboa: Instituto Piaget.
- GRAEBER, David, 2001. Towards an anthropological theory of value: The false coin of our dream. New York: Palgrave.
- GRAEBER, D., 2010. On the Moral Grounds of Economic Relations. A Maussian Approach. *Open Anthropology Cooperative Press*. Working Paper Series 6, pp. 1-17.
- GRAY, L. E., 2016. Registering Protest: Voice, Precarity, and Return in Crisis Portugal. *History and Anthropology*, **27**(1), pp. 60–73. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/02757206.2015.1113409>
- GUPTA, A. e E J. FERGUSON, 1997. Discipline and Practice: “The field” as Site, Method, and Location in Anthropology. In: A. GUPTA e J. FERGUSON, eds. Antrhorpological

- locations: boundaries and grounds of a field science. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, pp.1-47.
- HALL, S., 2011. The neoliberal revolution. Thatcher, Blair, Cameron- the Long March of Neoliberal Continues. *Lawrence & Wishart Independent Radical Publishing, Journal Soundings*. **48**, pp. 9-27.
- HANN, Chris e Keith HART, 2011. *Economic Anthropology*. Polity Press.
- HARDILL, I., S. BAINES e 6 PERRI, 2007. Volunteering for all? Explaining patterns of volunteering and identifying strategies to promote it. *V*. **35** (3).
- HARDILL, I. e S. BAINES, 2008. 'At least I can do anything': The Work of Volunteering in a Community Beset by Worklessness. *Social Policy & Society*. **7**(3), pp. 307–317.
- HART, K., 2010. Informal Economy. In: K. HART, J-L LAVILLE e A. D. CATTANI, eds. In: *The Human Economy*. USA: Polity Press, pp. 304-312.
- HART, K. e H. ORTIZ, 2008. Anthropology in the financial crisis. *Anthropology Today*. **24**(6), pp. 1-3.
- HARVEY, David (1989) 1992. *The Condition of Postmodernity: An Inquiry into the Origins of Cultural Change*. Cambridge, MA: Basil Blackwell.
- HARVEY, D., 2004. The 'new' imperialism: accumulation by dispossession. *Socialist Register*. **40**, pp. 63-87.
- HARVEY, David, 2005. *A Brief History of Neoliberalism*, Oxford University Press
- HARVEY, D. 2008. The right to the city. *New Left Review*. **53**, pp. 23-50.
- HARVEY, David. 2012. *Rebel Cities: From the Right to the City to the Urban Revolution*. London, New York: Verso.
- HESPANHA, P., 2018. Políticas Sociais: Novas Abordagens, Novos Desafios. *Revista de Ciências Sociais*. **39**(1), pp. 5-15.
- HESPANHA, P., F. CLAUDINO e S. PORTUGAL, 1997. The Welfare Society and the Welfare State.The Portuguese Experience. In: M. ROCHE e R. V. BERKEL. *European Citizenship and Social Exclusion*. London: Routledge.
- HOCHSCHILD, Arley R., 1983. *The Managed Heart: Commercialization of Human Feeling*. The University of California Press.
- HOCHSCHILD, A. R., 1986. The Anthropology of Emotions. *Annual Review Anthropology*. **15**, pp. 405-436.
- HOCHSCHILD, A. R., 1989. The Economy of Gratitude. In: David FRANKS e Doyle McCARTH, eds. *The sociology of Emotions: Original Essays and Research Papers*. Greenwich e Londres: *Jai Press*. pp. 95-114.
- JOAQUIM, C., 2015. Proteção social, terceiro setor e equipamentos sociais: Que modelo para Portugal?. *Cadernos do Observatório*, 3, CES- Observatório sobre Crises e Alternativas.
- KALB, D., 2011. Introduction. In: D. KALB e G. HALMAI, eds. *Headlines of Nation, Subtexts of Class. Working Class Populism and the Return of the Repressed in Neoliberal Europe*. Beghahn: New York, pp. 1- 36.
- KAMAT, S., 2003. NGO's and the New Democracy. The False Saviors of International Development. *Harvard International Review*. **25**(1), pp. 1-15.
- KASMIR, S., 1999. The Mondragón Model as Post-Fordist Discourse: Considerations on the Production of Post-Fordism. *Sage Publications*. **19**(4), pp. 379-400.
- KASMIR, S., 2010. The privatization of public interest: theorizing NGO discourse in a neoliberal era. *Review of International Political Economy*. **11**, pp. 155-176.

- KASMIR, S. e A. CARBONELLA, 2008. Dispossession and the Anthropology of Labor. *Critique of Anthropology*. **28**(19), pp. 5-25.
- KASMIR, S. e CARBONELLA, 2014. Towards a Global Anthropology of Labour. In: A. CARBONELLA e S. KASMIR, eds. *Blood and Fire. Towards a Global Anthropology of Labour*. New York- Oxford: Berghahn, pp. 1- 29.
- KEANE, W., 2019. How everyday ethics become a moral economy, and vice versa. *Economics. The Open-Access, Open-Assessment E-Journal*. Discussion Paper 2010- 9, pp. 1-24.
- KLEINMAN, A., 2009. The art of medicine. Caregiving: The Odyssey of Becoming More Human. *The Lancet* **373**, pp. 292-293.
- KLEINMAN, A. e J. KLEINMAN, 1996. The appeal of experience; the dismay of images: cultural appropriations of suffering in our time. *Daedalus*. **125**(1), pp. 1-25.
- KLEINMAN, A., V. DAS, e M. LOCK, 1997. *Social Suffering*. Berkeley: University of California Press.
- KNIGHT, D. M., 2013. The Greek economic crisis as trope. *Foocal- Journal of Global and Historical Anthropology*. **65**, pp. 147–159.
- KNIGHT, D. M. e C. STWERT, 2016. Ethnographies of Austerity: Temporality, Crisis and Affect in Southern Europe. *History and Anthropology*. **27**(1), pp. 1-18.
- KOFTI, D., 2016. Moral economy of flexible production: Fabricating precarity between the conveyor belt and the household. *Anthropological Theory*. **16**(4), pp. 433–453.
- KOVÁCS, Iona, 2002. *As Metamorfoses do Emprego: Ilusões e Problemas da Sociedade da Informação*. Oeiras: Celta Editora.
- KOVÁCS I., S. F. CASACA, J. C. FERREIRA e M. T. de SOUSA. 2006. Flexibilidade e crise de emprego: tendências e controvérsias. *Work shops* realizado no âmbito do projecto de investigação “As Formas Flexíveis de Emprego: Riscos e Oportunidades”, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia – POCTI No 33042/SOC/2000.
- LAMBEK, M., 2013. The value of (performative) acts. *Hau: Journal of Ethnographic Theory*. **3**(2), pp. 141-60.
- LAVILLE, J.-L., 2010. The Solidarity Economy: An International Movement. *RCCS Annual Review*. pp. 1-39.
- LAVILLE, J., 2010a. Plural Economy. In: K. HART, J-L LAVILLE e A. D. CATTANI, eds. In: *The Human Economy*. USA: Polity Press, pp. 77-83.
- LAVILLE, J., 2010b. Solidarity Economy (*Économie solidaire*). In: K. HART, J-L LAVILLE e A. D. CATTANI, eds. *The Human Economy*. USA: Polity Press, pp. 225-235.
- LEIDEREITER, C., 2019. “We Have Always Been in Crisis”. An Ethnography of Austere Livelihoods in Northern Portugal. Dissertação de Doutoramento em Antropologia. Universidade de Amsterdão. Disponível em: <https://hdl.handle.net/11245.1/d36390d8-e7d7-4e8a-ab4e-e1686df7b789>.
- L’ESTOILE, B. de, 2014. ‘Money Is Good, but a Friend Is Better’ Uncertainty, Orientation to the Future, and ‘the Economy’. *Current Anthropology*. **55**, Supplement 9, pp. S.62, S73.
- LEWIS, D., 2010. Non-Governmental Organizations (NGO’s). In: K. HART, J-L LAVILLE e A. D. CATTANI, eds. In: *The Human Economy*. USA: Polity Press, pp. 261-272.
- LEVY, Primo, 1976. *É isto um homem?*. Rio de Janeiro: Editora Rocco.
- LÉVY-STRAUSS, C., (1950) 2008. Introdução. In: M. MAUSS. *Ensaio sobre a Dádiva*. Lisboa: Edições 70.

- LIMA, A. P., 2002. Family relations in Lisbon's business elite. *Portuguese Journal of Social Science*. **1**(2), pp. 89-110
- LIMA, Maria Antónia P., 2003. Grandes famílias, grandes empresas: Ensaio Antropológico sobre uma Elite de Lisboa. Lisboa: Etnográfica Press. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/books.etnograficapress.2835>.
- LIMA, A. P., 2015. Apresentação. In A. P. LIMA, ed. Cuidar em momentos de crise: apoio, solidariedade e mutualidade. Lisboa: Mundos Sociais.
- LIMA, A. P., 2016. Care as a factor for sustainability in situations of crisis: Portugal between the Welfare State and interpersonal relationships. *Cadernos Pagu* **46**, pp. 79-105.
- LIMA, A. P., 2018a. Care, Support and Solidarity in Times of Crisis: Precariousness among Portuguese Middle Class Families. Comunicação oral, em Florianópolis no 18º IUAES World Congress.
- LIMA, A. P., 2018b. “In the Past the Future used to be much brighter”: Embodied Austerity in Portugal. Comunicação oral, em Florianópolis, no 18º IUAES World Congress.
- LIMA, A. P., 2019. Género, cuidado e desigualdade: A transformação de obrigações em emoções e a desnaturalização das diferenças. Sumário da lição de síntese apresentada no âmbito das Provas de Agregação em Antropologia. Lisboa: ISCTE- IUL.
- LIMA, A. P. e F. OLIVEIRA, 2015. O valor do Tempo. Dádiva e Voluntariado em Portugal em Tempos de Crise. *Revista Interseções*. **17** (2), pp. 300-326.
- LIMA, A. P. e F. OLIVEIRA, 2019. Men's commitment in long term care: changes in kinship and gender Beyond gender: making kinship through care in times of austerity. Comunicação oral, Santiago de Compostela, 14th international SIEF Congress Track Changes: Reflecting on a Transforming World.
- LIMA, A. P. e M. I. CUNHA. 2015. Ethnography and the public sphere: summarizing questions. *Etnográfica*. **14**(1), pp. 61-69.
- LIMA, A. P. e S. VIEGAS, 1988. A diversidade cultural do envelhecimento: a construção social da categoria de velhice. *Psicologia*. **6**, pp. 149-158
- LINS RIBEIRO, G. 2010. Economic globalization from below the non hegemonic world system. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. **25**(74), pp. 21-38.
- LISÓN-TOLOSANA, Carmelo, 1983. Belmonte de los Caballeros. Anthropology and History in an Arogonese Community. New Jersey: Princeton University Press.
- LUTZ, C.A., 1977. Engendered emotion: gender, power, and the rethoric of emotial control in American discourse. In: C. A. LUTZ. e L. ABU- LUGHOD, eds. Language and the politics of emotion. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 69-90.
- LUTZ, C. A., 1988. Unnatural Emotions. Everyday Sentiments on a Micronesian Atoll & Their Challenge to Western Theory, *The University of Chicago Press*.
- MALKKI, L. H., 1997. News and Culture: Transitory Phenomena and the Fieldwork Tradition. In: A. GUPTA e J. FERGUSON, eds. Anthorpolological locations: bondaries and grounds of a field science, Berkeley and Los Angeles: University of California Press, pp.86-102.
- MALKKI, Liisa, H., 2015. The Need to Help. The domestic arts of internacional Humanitarianism. Durham e Londres: Duke University Press.
- MARTINS, P. A., 2005. A sociologia de Marcel Mauss: Dádiva, simbolismo e associação. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. **73**, pp. 45-66.

- MARTINS, S. A., 2006. As contribuições teórico-metodológicas de E. P. Thompson: experiência e cultura. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*. (2)4, pp. 113-126.
- MATOS, P. A. de, 2004. Ser-se mais do que *velho*: tempo, memória e velhice no contexto de um Lar. Comunicação apresentada no VIII congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra.
- MATOS, P. de, 2010. Austerity welfare and the moral significance of needs in Portugal”. In: S. NAROTZKY, ed., *Grassroots Economies: Living with Austerity in Southern Europe*. London: Pluto Press, 113-131.
- MATOS, P. A. de, 2014. Gender commodification and precarity in Portuguese call centres: the (re)production of inequality. *Etnográfica*. **18**(19), p. 5- 32.
- MATOS, P. A. de, 2017 e 2018. Bodies of and against austerity: agency, crisis and livelihoods in a post-industrial Portuguese city. Panel “Embodying Austerity in Europe: Pain, Anger and the Politics of Care”, Susana Narotzky (org), AAA Annual Meeting, Washington, USA.
- MATOS, A. R. e J. SABARIEGO, 2017. Entre a crise e a austeridade: potencialidades e desafios das novas formas de ativismo dos recentes movimentos sociais globais em Espanha e Portugal. *Actas del II Congreso Internacional Move.net sobre Movimientos Sociales y TIC*. Universidad de Sevilla: COMPOLITICAS.
- MAURER, B. 2006. The anthropology of money. *Annual Review of Anthropology*. **35**, pp.15-36.
- MAUSS, Marcel, (1950) 2008. Ensaio sobre a Dádiva. Lisboa: Edições 70.
- MARCUS, G.E., 1995. Ethnography in/ of the world system: the emergence of multi-sited ethnography. *Annual Review of Anthropology*. **24**, pp. 95-117.
- McNEILL, D. 2010. Social Capital. In: K. HART, K, J-L. LAVILLE e A. CATTANI, eds. *The Human Economy*. EUA: Polity Press, pp. 273-283.
- MENDES, M. M., 2012. Bairro da Mouraria, território de diversidade: entre a tradição e o cosmopolitismo. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. Número temático: Imigração, Diversidade e Convivência Cultural, pp. 15-41.
- MILLS, M. B., 2003. Gender and Inequality in the Global Labor Force. *Annual Review of Anthropology*. (32), pp. 41-62.
- MONIZ, J.B., 2014. Igreja Católica e Caridade em Portugal. Do múnus bíblico de ajudar o outro à sua indispensabilidade no século XXI. *Revista Brasileira de História das Religiões, ANPUH*. Ano VII, **19**(7), pp. 223-255.
- MOREIRA P. M. e P. MOTA. 2015. A Ilusão da classe média: nova pobreza em emergência. Relatório de estágio realizado no âmbito do Mestrado em sociologia. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- MOSER, C., 1998. Reassessing urban poverty reduction strategies: The asset vulnerability framework. *World Development*. **26**(1), pp. 21-39.
- MOZZICAFREDDO, J. P., 1994. O Estado-Providência em transição. *Sociologia - Problemas e Práticas*. **16**, pp. 11- 40.
- MUELBACH, Andrea, 2012. *The Moral Neoliberal: Welfare and Citizenship in Italy*. Chicago: The University Chicago Press.
- NAROTZKY, S., 2012. Europe in crisis: grassroots economies and the anthropological turn. *Etnográfica*. **16**, Issue 3, pp. 627-638.

- NAROTZKY, S., 2013a. Economías cotidianas, economías sociales, economías sostenibles. In: S. NAROTZKY, ed. Economías cotidianas, economías sociales, economías sostenibles. Barcelona: Icaria Editorial, pp. 7-26.
- NAROTZKY, S., 2013b. What kind of commons are the urban commons?. *Foocal - Journal of Global and Historical Anthropology*. **66**, pp. 122-124.
- NAROTZKY, Susana, 1997. New directions in economic anthropology, Londres: Pluto Press.
- NAROTZKY, S e N. BERSNIER, 2014. Crisis, Value and Hope: Rethinking the Economy. *Current Anthropology*. **55**, Suplemento 9, pp. S4-S12.
- NELSON, J. A., 2005. Feminist Economics. Forthcoming In: S. N. DURLAUF e L. E. BLUME. The New Palgrave Dictionary of Economics.
- NELSON, J. A., 2010. Feminist Economics. In: K. HART, K, J-L. LAVILLE e A. CATTANI, eds. The Human Economy. EUA: Polity Press, pp. 96-106.
- OLIVEIRA, Fernanda R. Solidariedade, dádiva e mercados privados numa comunidade eborense: sustentabilidade e processos constitutivos dos agentes de cuidado. Dissertação de Mestrado. Lisboa, ISCTE-IUL, 2013. Disponível em <http://hdl.handle.net/10071/7020>.
- ORTNER, S., 1984. Theory in anthropology since the sixties. *Comparative Studies in Society and History*. **26**(1), pp. 126-166.
- ORTNER, S., 2016. Dark anthropology and its others. Theory since the eighties. *Hau: Journal of Ethnographic Theory*. **6**(1), pp. 47-73.
- OST, D. 2015. Class and social order: political consequences of the move from class to culture. In: V. GODDARD e S. NAROTZKY. Industrial and Work in Contemporary Capitalism. Global models, local lives?. New York: Routledge, pp. 64-79.
- PALOMERA, J., 2014. How Did Finance Capital Infiltrate the World of the Urban Poor? Homeownership and Social Fragmentation in a Spanish Neighborhood. *International Journal of Urban and Regional Research*. **38**(1), pp.218-235.
- PANDOLFI, M., 2003. Contract of Mutual (In)Difference: Governance and the Humanitarian Apparatus in Contemporary Albania and Koxsovo. *Indiana Journal of Global Legal Studies*. **10**, Issue 1, pp.369-381.
- PARENTE, C., M. SANTOS, V. MARCOS e D. COSTA, 2012. Perspectives of Social Entrepreneurship in Portugal: Comparison and Contrast with International Theoretical Approaches. *International Review of Social Research*. **2**(Issue 2), pp. 113-134.
- PEIRANO, Mariza. G.S., 1992. A favor da etnografia. *Série Antropológica*, pp. 1-22.
- PEREIRA, M. L., 2018. Crise económica e financeira: o enquadramento da sétima avaliação da troika ao Programa de Ajustamento Económico e Financeiro português (PAEF) no Jornal Negócios. *Estudos em Comunicação*. **26**(1), pp. 119-150.
- PFEILSTETTER, R., 2011. El emprendedor. Una reflexivo crítica sobre usos y significados actuales de un concepto. *Gazeta de Antropología*. **27**(1), artigo 1. Disponível em <http://hdl.handle.net/10481/15684>.
- PINA CABRAL, J., 2000. A difusão do limiar, margens, hegemónias e contradições. *Análise Social*, **XXXIV**(153), pp. 865-892.
- PINA CABRAL, J., 2009. Qual crise? Normalidade e quebra sistémica na contemporaneidade. Texto apresentado no workshop “Próximo Futuro- Respostas à Crise”. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- PINA CABRAL, J., 2011. A Antropologia e a ‘crise’. *RBCS*, **26**(77), pp. 31-38.

- PINA CABRAL, J., 2017. Familial Persons in Dark Times. In print, *Social Anthropology* (aceite em agosto 2017).
- PINE, F. 2002 Retreat to the Household? Gendered Domains in Postsocialist Poland. In C. Hann, ed. *Postsocialism: ideals, ideologies and practices in Eurasia*. Routledge, pp. 95-113.
- PISCINA, P. H. R., 2018. (Des)encuentros entre las instituciones y la economía social y solidaria en Cataluña. *Revista de Antropología Social*. **28**(2), pp. 227-246.
- PISCO, L. 2007. A reforma dos cuidados de saúde primários. *Cadernos de Economia*.
- PRENTICE, R., 2016. Microenterprise Development, Industrial Labour, and the Seductions of Precarity. *Critique of Anthropology*. **37**.
- POLANY, K., 1976. El sistema económico como proceso institucionalizado. *Antropología y Economía*., pp. 155-178.
- POLANY, Karl, (1944) 2001. *The Great Transformation. The Political and Economic Origins of Our Time*. Boston: Beacon Press.
- PUSSETI, C. e M. BRAZZABENI, 2001. Sofrimento social: idiomas da exclusão e políticas do assistencialismo. *Etnográfica*. **15**(3), pp. 467-478.
- PUTMAN, D. Robert, 1993. *Comunidade e Democracia. A Experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas.
- ROBERT, J. M. e F. DEVINE, 2004. Some Everyday Experiences of Voluntarism: Social Capital, Pleasure, and the Contingency of Participation. *Social Politics*. **11**(2), pp. 281-296.
- ROSALDO, M. Z. 1979. Mujer, cultura y sociedad: Una visión teórica. In: O. HARRIS e K. YOUNG, eds. *Antropología e Feminismo*. Barcelona: Editorial Anagrama, pp. 153-181.
- ROSALDO, M. Z., 1984. Toward and anthropology of self and feeling. In: R. A. SHWEDER e R. A. LEVINE, orgs. *Culture Theory. Essays on mind, self and emotion*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 137- 157.
- ROSALDO, M.Z e L. LAMPHERE, 1974. Women, Culture, and Society: A Theoretical Overview. In M.Z. ROSALDO e L. LAMPHERE (eds.). *Women, Culture, and Society*. California: Standford University Press, pp. 17-41.
- ROSE, N., 1996. Governing “advance” liberal democracies. In: A. BARRY, T. OSBORNE e N. ROSE eds. *Foucault and political reason. Liberalism, neo-liberalism and rationalities of government*. London: UCL Press, pp. 37- 65.
- ROTHES, I. A. e S. CUNHA, 2016. Dimensão Simbólica e Afetiva da Alimentação. Escolha alimentar: uma experiência multidimensional. In: *A redução das assimetrias sociais no acesso à alimentação e à saúde*. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10216/102956>
- SLOTE, M., 2007. *The Ethics of Care and Empathy*. New York: Routledge
- STRATHERN, M. 1991. Parentesco por iniciativa: a possibilidade de escolha dos consumidores e as novas tecnologias de reprodução. *Análise Social*. **XXVI**, 5ª, pp. 1011-1022.
- RAKOPOULOS, T., 2014a. Resonance of Solidarity: Meanings of a Local Concept in Anti-austerity Greece. *Journal of Modern Greek Studies*. **32**(2), pp. 313-337.
- RAKOPOULOS, T., 2014b. Responding to the crisis: food co-operatives and the solidariza economy in Greece. *Anthropology Southern Africa*. **36**(3&4), pp. 102-107.
- RAKOPOULOS, T., 2016. Philanthropy or solidarity? Ethical dilemmas about humanitarianism in crisis-afflicted Greece. *Social Anthropology* **24**(2), pp. 167–184.

- READ, R. e T. THELEN, 2007. Introduction: Social security and care after socialism: Reconfigurations of public and private. *Focaal—European Journal of Anthropology*. **50**, pp. 3-18.
- REIS, R., 2013. The Portuguese Slump and Crash and the Euro Crisis. NBER Working Paper, 19288, *Columbia University*. pp. 1-52.
- ROBERTS, J. M. e F. DEVINE, 2004. Some Everyday Experiences of Voluntarism: Social Capital, Pleasure, and the Contingency of Participation. *Social Politics*. **11(2)**, pp. 280-296.
- SÁ, T., 2010. ‘Precaridade’ e ‘trabalho precário’: consequências sociais da precarização laboral. *Configurações*. **7**, pp. 91-105.
- SEN, Amartya, 1985. *Commodities and capabilities*. Amsterdam e New York: North-Holland
- SHALINS, M., 2011. What Kinship is (part one). *Journal of the Royal Anthropological Institute*. (N.S.) **17**, pp. 2-19.
- SARRÓ, R. e A. LIMA, 2006. Já dizia Malinowski: Sobre as condições da possibilidade da produção etnográfica. In: R. SARRÓ e A. LIMA, orgs. *Terrenos Metropolitanos. Ensaios sobre a produção etnográfica*. Instituto de Ciências Sociais (ICS).
- SCOTT, James C., 1990. *Domination and the Arts of Resistance: Hidden Transcripts*. Yale University Press.
- SILVA, F. C. da (org.), 2013. O modelo português de Estado-Providência: análise e perspectiva. In: F. C. da SILVA. *Os Portugueses e o Estado-Providência Uma Perspectiva Comparada*. Lisboa: ICS -Imprensa de Ciências Sociais, pp. 23-42.
- STANDING, G., 2000. Unemployment and Income Security. Discussion Paper Prepared for Geneva 2000: Follow-up to the World Summit on Social Development, Programme on Socio-Economic Security Papers 3. Geneva International Labour Organization.
- STANDING, Guy, 2011. *The Precariat. The New Dangerous Class*. London, Oxford: Bloomsbury.
- STEBBINS, R. A., 2007. A Leisure-Based, Theoretic Typology of Volunteers and Volunteering. *Leisure Reflections*. **16**, pp. 9-12.
- SWYNGEDOUW, E., 2006. Governance innovation and the state: The Janus face of governance-beyond-the-state. *Urban Studies*. **42(11)**, pp. 1991-2006.
- TAYLOR, M., 2010. Community Participation. In: K. HART, J-L LAVILLE e A. D. CATTANI, eds. *The Human Economy*. USA: Polity Press, pp. 236-247
- TESTART, A., 2013. What’s a gift? *HAU: Journal of Ethnographic Theory*, **3(1)**, pp. 249-261.
- THEODOSSOPOULOS, D., 2016. Philanthropy or solidarity? Ethical dilemmas about humanitarianism in crisis-afflicted Greece. *Social Anthropology*. **24(2)**, pp. 167-184.
- THOMPSON, Edward P., 1991. *Customs in Common*. Wales: The Merlin Press.
- TICKIN, Miriam, 2011. *Casualties of Care: Immigration and the Politics of Humanitarianism in France*. University of California Press.
- TSING, A., 2013. Sorting out commodities. How capitalist value is made through gifts. *Hau: Journal of Ethnographic Theory*. **3(1)**, p. 21-43.
- WACQUANT, L., 2013. Poder simbólico e fabricação de grupos. Como Bourdieu reformula a questão das classes. *Novos Estudos*. **96**, pp. 87-103.
- VAIOU, D. e R. LYKOGIANNI, 2006. Women, Neighbourhoods and Everyday Life. *Urban Studies*. **43(4)**, pp. 731-743.

- VALE DE ALMEIDA, M., 2005. O casamento entre pessoas do mesmo sexo: um esboço do debate no espaço público. Apresentado no “Colóquio de Estudos GLQ: Culturas, Identidades, Visibilidades”. Lisboa, Instituto Franco-Português.
- VALE DE ALMEIDA, M., 2012. Adoção e “novas” parentalidades: entre a bio-genealogia e o cuidado. Mesa-Redonda, org. A. PEDROSO DE LIMA. São Paulo, 28^o Reunião Brasileira de Antropologia.
- VIANNA, A. e L. LOWENKRON, 2017. Apresentação. *Dossiê Género e Estado: Formas de Gestão, Práticas e Representações, Cadernos Pagu*, **51**.
- VIEGAS, S. e J. MAPRIL, 2012. Mutualidade e Conhecimento Etnográfico. *Etnográfica* **16**(3), pp. 513-524.
- WHEELOCK, J., E. OUGHTON e S. BAINES, 2003. Getting By with a Little Help from Your Family: Toward a Policy-Relevant Model of the Household. *Feminist Economics*. **9**(1), pp. 19-45.
- WIDLOCK, T., 2013. Sharing. Allowing others to take what is valued. *Hau: Journal of Ethnographic Theory*. **3**(2), pp. 11-31.
- WILLIAMS, C. C., 2005. Harnessing the community sector. *Community, Work & Family*. **8**(19), pp. 37-51.
- ZELIZER, V.A., 1989. The Social Meaning of Money: “Special Monies”. *The University of Chicago Press*. **95**(2), pp. 342-377.
- ZELIZER, Viviana A. 2005. *The Purchase of Intimacy*. Princeton: Princeton University Press.
- ŽIŽEK, S., 2005. Against Human Rights. *New Left Review*. N^o. **34**, pp. 115-131.

FONTES

- DADOS ESTATÍSTICOS NACIONAIS

Disponíveis em:

[https://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+desemprego+total+e+por+sexo+\(percentagem\)-550](https://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+desemprego+total+e+por+sexo+(percentagem)-550)

<https://www.pordata.pt/DB/Municipios/Ambiente+de+Consulta/Tabela>

[https://www.pordata.pt/Portugal/Consumo+Privado+\(base+2016\)-2821](https://www.pordata.pt/Portugal/Consumo+Privado+(base+2016)-2821)

<https://www.pordata.pt/Portugal/>

[Rendimento+dispon%C3%ADvel+bruto+das+fam%C3%ADlias+\(base+2016\)-2407](#)

- INSTITUCIONAIS

Guia constituição IPSS

Disponível em: http://www.seg-social.pt/documents/10152/24807/constituicao_ipss/711eac25-5231-4d96-a7db-6c68a6385100

Estatutos IPSS

Disponível em: <https://dre.pt/application/file/58894033>

Estatuto das IPSS, 1979

Decreto lei de 1979

Disponível em: <https://dre.pt/application/conteudo/157007>

Novo estatutos das IPSS, 1983

Decreto Lei 119/83 de fevereiro de 83

Disponível em: <https://dre.pt/application/conteudo/311401>

Financiamento IPSS

Portaria nº 7/81, 5 janeiro

Disponível em: <https://dre.pt/application/conteudo/570492>

Revisão dos Estatutos das IPSS, 2014

Decreto-Lei n.º 172-A/2014 de 14 de novembro, revisão estatutos das IPSS

<http://cnis.pt/wp-content/uploads/2016/07/decreto-lei-172-A-de-2014.pdf>

Contas Segurança Social (Execução Orçamental)

Disponível em: <http://www.seg-social.pt/publicacoes?kw=2012>

SNS- Reforma cuidados de Saúde 2009

Disponível em: <https://www.sns.gov.pt/wp-content/uploads/2016/01/ACONTECIMENTO-EXTRAORDINÁRIO-Relatório-GCRCSP-Fev-2009.pdf>

Estatuto do Cuidador Informal,

Lei 100/2019; Disponível em: <https://data.dre.pt/eli/lei/100/2019/09/06/p/dre>

Revogação do RMG e criação Rendimento Social de Inserção (RSI)

Lei 13/2003; Disponível em: <https://dre.pt/application/conteudo/541856>

Lei de Bases da Saúde e Assistência 2121, 1963

Disponível em: <https://dre.pt/application/conteudo/693016>

Revisão da Constituição Portuguesa 1971

Lei 3/71 de agosto 1971, Artigo 6º, nº 3

Disponível em: <https://dre.pt/application/conteudo/621715>

Sétima revisão constitucional

Lei Constitucional nº 1/2005

<https://data.dre.pt/eli/leiconst/1/2005/08/12/p/dre/pt/html>

Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social, 1996

Disponível em: <http://cnis.pt/wp-content/uploads/2016/05/Pacto-de-Cooperação-Pa-Solidariedade-Social.pdf>

Bases Gerais do Sistema de Solidariedade e Segurança Social, 2000

Lei 17/2000, 8 agosto 2000

Disponível em: <https://dre.pt/application/conteudo/336156>

Constituição da República Portuguesa, Artigo 63

Disponível em: <https://dre.pt/legislacao-consolidada/-/lc/337/201711221349/128027/diploma/indice?q=constituição>

Rendimento Social de Inserção

Decreto-Lei n.º 13/2013

Disponível em: <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/13/2013/01/25/p/dre/pt/html>

Plano Nacional do Voluntariado (PNV)

Disponível em: <https://data.dre.pt/eli/resolconsmin/29/2013/05/08/p/dre/pt/html>

Lei 71/98; 3 de novembro, Bases do enquadramento jurídico do voluntariado

<https://data.dre.pt/eli/lei/71/1998/11/03/p/dre/pt/html>

- ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Ano Europeu do Voluntariado

Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/at-your-service/pt/be-heard/eurobarometer/2011-european-year-of-volunteering>

Comunicação das Políticas Europeias e Voluntariado: Reconhecendo e Promovendo Atividades Voluntárias trans-fronteiriças na UE

Disponível em: https://ec.europa.eu/citizenship/pdf/doc1311_en.pdf

Comunicação do Conselho da Europa (Promoção do Voluntariado)

Disponível em: https://pjp-eu.coe.int/documents/42128013/47261764/Recommendation_R94.pdf/c160e98b-4648-4d52-9039-cc4f14cc0c04

Comunicação do Conselho da Europa. Ano Europeu das Atividades de Voluntariado que Promovam uma Cidadania Ativa” (“AEV2011”)

Disponível em: <https://pjp-eu.coe.int/documents/42128013/47261659/ST15658EN09.pdf/f24f2d59-a808-4bd5-9f45-84fada247673>

Plano para o envelhecimento ativo, Nações Unidas

Disponível em: <https://www.un.org/esa/socdev/documents/ageing/MIPAA/political-declaration-sp.pdf>

Organização mundial do trabalho

Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---stat/documents/publication/wcms_162119.pdf